

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



PROJOVEM

Adolescente

Caderno do Orientador Social – Ciclo II
Percurso Socioeducativo V

Coletivo Articulador-Realizador

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

José Alencar Gomes da Silva
Vice-Presidente da República

Patrus Ananias de Sousa
Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Arlete Avelar Sampaio
Secretária Executiva

Rosilene Cristina Rocha
Secretária Executiva-Adjunta

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



PROJOVEM Adolescente

**CADERNO DO ORIENTADOR SOCIAL - CICLO II
PERCURSO SOCIOEDUCATIVO V**

“Coletivo Articulador-Realizador”

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

1ª Edição

**Brasília
2009**

Expediente:

Esta é uma publicação técnica da Secretaria Nacional de Assistência Social.

Secretária Nacional de Assistência Social – Respondendo: Rosilene Cristina Rocha

Diretora do Departamento de Gestão do SUAS: Simone Aparecida Albuquerque

Diretora do Departamento de Proteção Social Especial: Valéria Maria Massarani Gonelli

Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais: Maria José de Freitas

Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social: Fernando Antônio Brandão

Diretora do Departamento de Proteção Social Básica: Aidê Cançado Almeida

Coordenadora-Geral de Regulação das Ações de Proteção Social Básica: Mariana López Matias

Assessor Técnico do Departamento de Proteção Social Básica: Alexandre Valle dos Reis

Colaborador: Jeison Pábulo Andrade.

Consultoria:

Claudio Ribeiro Huguet (Saúde);

Elisa Dias Becker Reifschneider (Direitos Humanos e Socioassistenciais);

Fabiano Antônio dos Santos (Esporte e Lazer);

Fábio Deboni da Silva (Meio Ambiente);

Felipe Sobczynski Gonçalves (Esporte e Lazer);

Fernanda Severo (Cultura);

Mercedes Manchado Cywinski (Política Pública para Juventude) e

Renata Junqueira Ayres Villas Boas (Projeto e Prática Comunitária).

Tiragem: 30.000 exemplares

Projeto Gráfico: Grafix Dourado & Souza Ltda CNPJ: 02.341.721/0001-90

Impressão: Gráfica Brasil

Coordenação da Publicação: Departamento de Proteção Social Básica

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Secretaria Nacional de Assistência Social

Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 6º andar, sala 641

CEP: 70.054-900 –Brasília – DF

Telefone 0800 707 2003

<http://www.mds.gov.br>

Caderno do Orientador Social : Ciclo II : Percurso Socioeducativo V :
“Coletivo Articulador-Realizador” : Participação cidadã / Ministério do
Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério
do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.
280 p. (Projovem Adolescente : Serviço Socioeducativo)

ISBN 978-85-60700-20-2

ISBN 978-85-60700-27-1

1. Juventude. 2. Assistência Social. 3. Políticas Públicas. 4. Serviço socio-
educativo. 5. Participação cidadã. 6. Formação Técnica Geral para o trabalho.
7. Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM. I. Ministério do
Desenvolvimento Social e Combate à Fome. II. Título.

Apresentação

O tema da juventude ocupa um lugar de destaque na Agenda Social do Governo Federal, cujos objetivos gerais são a redução da pobreza e da desigualdade, a erradicação da fome e a promoção da autonomia e da inclusão social das famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade.

Com igual ênfase política e de maneira complementar ao Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, a Agenda Social enuncia prioridades e organiza as ações que vêm demonstrando, na prática, ser possível promover o crescimento econômico aliado ao desenvolvimento social.

No processo de construção da Agenda Social, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, do Trabalho e Emprego – MTE, da Educação – MEC, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH e a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ constituíram um Grupo de Trabalho com a tarefa de discutir a integração de programas governamentais voltados aos jovens – Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, Saberes da Terra, Projovem, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. O objetivo foi elaborar uma estratégia que articulasse intersetorialmente as políticas públicas e os respectivos programas, conferindo-lhes escala, otimizando ações e potencializando resultados.

Como resultado dessa iniciativa, optou-se pela reformulação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, criado em 2005, ampliando sua faixa etária para o público de 15 a 29 anos e criando quatro modalidades: Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo, Projovem Urbano, Projovem Trabalhador e Projovem Campo – Saberes da Terra. O novo Projovem foi lançado em setembro de 2007 pelo Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, e posteriormente regulamentado pela Lei nº 11.629, de 10 de junho de 2008.

A intersetorialidade na concepção e implantação do Projovem vai além da sua gestão compartilhada e busca alcançar a efetiva integração de programas e ações promovidos por cada um dos ministérios parceiros. Sua lógica visa assegurar um atendimento integral e contínuo aos jovens dos 15 aos 29 anos de idade, oferecendo-lhes a possibilidade de participação nas diversas modalidades do Programa.

O Projovem Adolescente, coordenado pelo MDS, é voltado para jovens de 15 a 17 anos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e jovens vinculados ou egressos de programas e serviços da proteção social especial, como o Programa de Combate à Violência e à Exploração Sexual e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, ou ainda jovens sob medidas de proteção ou socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Como forma de promover e garantir a intersetorialidade na modalidade Projovem Adolescente foi constituído um comitê, sob a coordenação do MDS, com representantes dos ministérios e secretarias parceiros, a saber: Ministérios da Cultura, do Esporte, da Saúde, do Meio Ambiente, do Trabalho, da Educação, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Secretaria Nacional de Juventude.

Um importante avanço na concepção da política de proteção e promoção social para os jovens e suas famílias é o aprofundamento da integração entre as transferências de renda e os serviços socioassistenciais. A alteração dos critérios de concessão dos benefícios variáveis do Programa Bolsa Família, estendidos às famílias com jovens de 16 e 17 anos que frequentam a escola, foi articulada à modalidade Projovem Adolescente, como parte de uma acertada estratégia de promover a integração das políticas sociais voltadas à juventude, público mais exposto à violência e ao desemprego.

O Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo configura-se, assim, como mais um passo importante na consolidação da rede de proteção e promoção social que estamos construindo de forma republicana e pactuada no Brasil. Ele é mais um componente do processo de construção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, implementado com a atuação solidária do Governo Federal, de Estados, de Municípios e do Distrito Federal.

Desde a criação do MDS, em janeiro de 2004, temos trabalhado vigorosamente pelo fortalecimento e institucionalização das políticas de proteção e promoção social, promovendo a estruturação de uma rede articulada de políticas de Assistência Social, de Segurança Alimentar e Nutricional e de Renda de Cidadania. Estamos ainda ampliando e integrando as ações de geração de oportunidades para a inclusão produtiva voltada às famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social.

Nosso compromisso é consolidar essas políticas no campo das políticas públicas de garantia de direitos de cidadania, regulamentadas com padrões de qualidade, critérios republicanos de alocação de recursos, transparência e controle social.

No Projovem Adolescente, esse compromisso está expresso neste conjunto de publicações. Aqui são apresentados os fundamentos, a concepção, os referenciais e princípios metodológicos estruturantes e norteadores das ações integrantes do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo.

Mais do que superar a fome e a miséria – estabelecendo um patamar mínimo obrigatório de dignidade humana – é necessário garantir a todos as oportunidades para desenvolverem plenamente suas potencialidades e capacidades e, assim, viverem de forma digna e autônoma. Esse é o propósito que une as pessoas de bem, comprometidas com a justiça social, que tratam as políticas sociais de forma republicana e suprapartidária, como uma responsabilidade do poder público com a melhoria da qualidade de vida de nossos cidadãos, principalmente daqueles historicamente alijados do processo de desenvolvimento do País. O investimento que estamos fazendo hoje em nossa juventude seguramente trará frutos não apenas para seus beneficiários diretos, mas para toda a nação brasileira.

Patrus Ananias de Sousa

Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

O Projovem Adolescente na Política Nacional de Assistência Social – PNAS

O Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo integra a Política Nacional de Assistência Social, política pública de proteção social de caráter universalizante, que se materializa por meio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, composto por uma rede articulada e orgânica de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

A política de assistência social, desenvolvida no âmbito da seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência social, organiza-se em proteção social básica (que visa a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições em várias dimensões e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários) e em proteção social especial (que visa a proteção a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, em decorrência de abandono, maus-tratos, exploração sexual, envolvimento com atos infracionais, trabalho infantil, entre outras). A intervenção de cada forma de proteção, ou de ambas, depende das necessidades dos contextos de prevenção ou da ocorrência de riscos e da complexidade dos danos sociais e do comprometimento do direito à vida e à sobrevivência que envolva indivíduos, famílias ou grupos sociais.

Na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), a concepção de proteção social amplia o campo da assistência social pelo significado preventivo incluído na ideia de proteção. “Estar protegido significa ter forças próprias ou de terceiros, que impeçam que alguma agressão / precarização / privação venha a ocorrer, deteriorando uma dada condição.” (SPOSATI, 2007, p. 17).

A PNAS, nessa perspectiva, organiza sua rede socioassistencial não mais em função de públicos, mas de seguranças que respondam às necessidades e assegurem direito, dentre os quais:

(a) **segurança de renda**, cujo objetivo é garantir que todo cidadão brasileiro, independentemente de ter vínculos ou não com trabalho, tenha acesso à provisão material necessária para suprimento de suas necessidades básicas, por meio do acesso aos benefícios socioassistenciais e a outras formas de transferência de renda. A segurança de renda também se materializa por meio da realização de projetos de enfrentamento à pobreza;

(b) **segurança de acolhida**, que visa garantir o direito das pessoas ao atendimento, por profissional qualificado, para obter informações sobre direitos e como acessá-los. Em casos de abandono, fragilização ou perda de vínculos familiares ou em situações que impeçam a convivência e a permanência na família, os serviços de acolhida operam na atenção às necessidades humanas de abrigo, reforço (ou construção) de vínculos familiares, proteção à vida, alimentação e vestuário;

(c) **segurança do convívio**, que tem por foco a garantia do direito constitucional à convivência familiar e à proteção à família, com vistas ao enfrentamento de situações de isolamento social, enfraquecimento ou rompimento de vínculos familiares e comunitários, situações discriminatórias e estigmatizantes, por meio de ações centradas no fortalecimento da autoestima, dos laços de solidariedade e dos sentimentos de pertença e coletividade. Alguns autores¹ se referem às relações de convivência como uma rede de apoios de sociabilidades, capaz de oferecer um ambiente educativo e emocionalmente seguro às pessoas em sua convivência social.

O Projovem Adolescente articula um conjunto de ações dos dois âmbitos da proteção social – básica e especial – e busca desenvolver seguranças sociais de acolhida, convívio familiar e comunitário. Destina-se a jovens de famílias em condi-

ções de extrema pobreza e àqueles marcados por vivências resultantes de diferentes circunstâncias de riscos e vulnerabilidades sociais – retirados de situações de trabalho infantil, abuso e exploração sexual, violência doméstica, abandono, negligência e maus-tratos – e alguns em situação de conflito com a lei, cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto ou egressos de medida de internação – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

De forma preventiva e potencializadora do papel de referência e contrarreferência do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, o Projovem Adolescente visa contribuir para fortalecer as condições de autonomia das famílias e dos jovens, para que possam gerir seu processo de segurança social.

O Projovem Adolescente, como serviço socioeducativo, apoia-se em dois importantes pilares do SUAS:

1) **matricialidade sociofamiliar**: que considera a capacidade protetiva e socializadora da família (seja ela biológica ou construída) em relação aos jovens em seus processos peculiares de desenvolvimento, assim como leva em conta a necessidade de que as políticas públicas compreendam a família como portadora de direitos e de proteção do Estado, bem como assegurem o seu papel de responsável pelo desenvolvimento dos jovens e garantam o exercício pleno de suas funções sociais;

2) **territorialização**: o serviço deve ser ofertado próximo à moradia dos jovens e suas famílias, no território de abrangência do CRAS. Define-se aí um universo cultural e histórico e um conjunto de relações e interrelações a serem considerados, bem como situações a serem objeto da ação articulada das diversas políticas públicas.

Outro fato a destacar é a **intersetorialidade** dos serviços socioassistenciais que diz respeito à:

a) oferta tanto do Serviço Socioeducativo do Projovem Adolescente, como de outras políticas públicas básicas (Saúde, Educação, Meio Ambiente, Assistência Social, Trabalho, Esporte e Lazer, Cultura, Direitos Humanos e Segurança Alimentar);

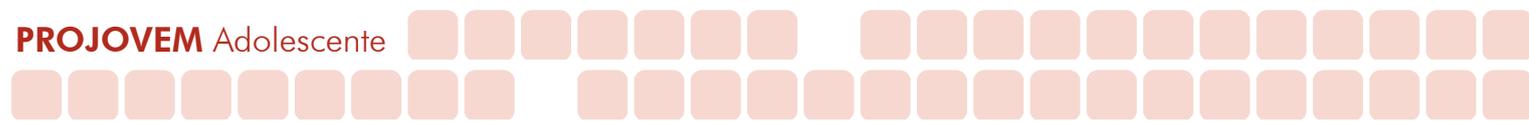
b) socialização e democratização do acesso a esses serviços e benefícios; e

c) articulação e funcionamento intersetorial dos serviços, como condições para sua universalidade de acesso e de ampliação dos direitos de cidadania das pessoas.

O conjunto de necessidades decorrentes da pobreza e dos processos de exclusão social e vulnerabilidades sociais, aliado às necessidades peculiares do desenvolvimento dos jovens em seu ciclo de vida, exigem ações que vão além da transferência de renda e bens materiais. Trata-se de associar serviços e benefícios que permitam a prevenção de riscos e contribuam para o reforço da autoestima dos jovens, o desenvolvimento de sua autonomia e capacidade de sobrevivência futura, bem como para a ampliação de seu acesso e usufruto à cultura e aos bens sociais.

As ações de proteção social que viabilizam um conjunto de bens sociais, serviços e benefícios não-materiais situam-se no arco dos serviços socioeducativos que se constituem no caráter principal do Projovem Adolescente e estarão refletidas no Traçado Metodológico.

O Serviço Socioeducativo do Projovem Adolescente integra-se a outras estratégias de ação voltadas para as famílias, tais como o Programa Bolsa Família – PBF e o Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família – PAIF, implementados no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, e aos programas e serviços de proteção social especial executados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, voltados aos jovens, às famílias e



à comunidade. Essa integração se dá de forma complementar e não substitutiva, de modo a proporcionar alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social decorrente das condições de pobreza e de desigualdades sociais, as quais afligem milhares de famílias nas diversas regiões do Brasil.

Decerto os problemas sociais estão arraigados profundamente na vida dos homens e mulheres desse país. São problemas complexos e de difícil solução. Atuar em escala e preventivamente junto à juventude, abrindo-lhe oportunidades de desenvolvimento humano, inserção social e participação cidadã, como propõe o Projovem Adolescente, é um passo importante que se dá rumo à sociedade que almejamos construir.

Secretaria Nacional de Assistência Social

Sumário

Introdução.....	15
1. SOBRE O CICLO II E O SEU PERCURSO SOCIOEDUCATIVO	17
A ênfase na Participação Cidadã e no Mundo do Trabalho	17
O Percorso Socioeducativo V: fim do trajeto ou ponto de inflexão?.....	18
Distribuição do tempo e das ações socioeducativas no Ciclo II	19
2. A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PROJOVEM ADOLESCENTE.....	21
Os sentidos da Participação Cidadã	21
Participação cidadã e protagonismo juvenil	22
A Participação Cidadã como um novo paradigma nas ações socioeducativas de proteção social básica voltadas à juventude.....	23
O planejamento participativo como abordagem metodológica	25
O Plano de Atuação Social - PLA e os Projetos de Ação Coletiva de Interesse Social – PC's.....	26
3. O EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	28
Objetivos das ações socioeducativas voltadas à participação cidadã	29
Ordenamento das ações socioeducativas.....	29
PRIMEIRO MOMENTO Configurando a Atuação Social.....	30
SEGUNDO MOMENTO Delineando o Plano de Atuação Social – PLA.....	36
TERCEIRO MOMENTO Elaborando Projetos de Ação Coletiva de Interesse Social	42
QUARTO MOMENTO Concretizando a Atuação Social.....	49
QUINTO MOMENTO Sistematizando a Experiência e Projetando o Futuro	54
BIBLIOGRAFIA.....	56
ANEXOS	58
Anexo I - Modelo de Plano de Atuação Social – PLA.....	58
Anexo II - Modelo de Projetos de Ação Coletiva de Interesse Social - PCs	61
Anexo III - Cronograma de Acompanhamento	64
APORTES TEMÁTICOS - DESAFIOS E EXPERIÊNCIAS.....	65
Síntese dos desafios e experiências exemplares dos temas transversais	68
JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE	73
I – Introdução	75
II – Aprofundando temas	76
1. Agenda 21 Local: vamos definir novos rumos para a nossa comunidade?	77
2. Lixo e reciclagem:	80
3. Meio ambiente é igual à preservação da natureza?.....	83
4. Mudanças climáticas e aquecimento global	86

5. Meio Ambiente e Desenvolvimento: dá pra casar?	89
III – Relatos de Experiências	92
Experiência 1: Coletivo Jovem do Meio Ambiente do Pará (CJ – PA).....	93
Experiência 2: Agenda 21 de Paty do Alferes – RJ.....	97
Experiência 3: Com-Vida de Itanhaém – SP e CJ – Caiçara.....	101
Experiência 4: Agenda 21 de Santos – SP.....	104
Experiência 5: Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade – REJUMA.....	108
BIBLIOGRAFIA.....	112
JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS E SOCIOASSISTENCIAIS	113
I - Introdução	115
II – Aprofundando temas	118
1. Construção de uma cultura de tolerância e de paz	119
2. Por um território acessível	125
3. Promover a convivência comunitária	129
4. Combate ao trabalho infantil.....	135
5. Melhoria do gasto público	140
III – Relatos de Experiências	148
Experiência 1 - Grupo Interagir - DF	149
Experiência 2- Rede Mocaronga de Comunicação Popular – PA.....	151
Experiência 3 – Agência Uga-Uga de Comunicação – AM	153
Experiência 4 – Escola de Mediadores.....	155
Experiência 5 – Grupo Cultural Azulim	158
BIBLIOGRAFIA.....	161
JUVENTUDE E CULTURA.....	163
I – Introdução	165
II – Aprofundando temas	166
1. Cultura: nosso espaço comum – construção coletiva da cidadania.....	167
2. O tempo social: diversidade e integração	172
3. Inclusão social: cidadania e ação coletiva	175
4. Inclusão digital: soluções coletivas para o presente e o futuro	178
III – Relatos de Experiências.....	182
Experiência 1 – Casa das Artes.....	183
Experiência 2 – Floresta das Crianças - Floc.....	184
Experiência 3 – Felipe Camarão	186
Experiência 4 – Atitude Jovem.....	188
Experiência 5 - Escola Pamáali	189

ANEXOS	191
Anexo I - Sugestão de atividade com os jovens: informação aplicada a uma realização	191
Anexo II - Guia de recursos para projetos na internet	192
Anexo III - Guia de cultura brasileira na internet: incentivos, projetos e ações de suporte	193
JUVENTUDE E ESPORTE E LAZER.....	195
I - Introdução.....	197
II – Aprofundando temas	198
1. “Cantinho Jovem” e a ampliação democrática de oportunidades para a prática de atividade física	199
2. Do berimbau ao pandeiro, da senzala ao coletivo: a capoeira como expressão dos jovens	202
3. Os jovens como agentes sociais nas discussões de programas de esporte e lazer do campo e da cidade	206
4. Reivindicando espaços públicos de lazer e esporte: o que considerar?	210
5. O Sistema Nacional de Esporte e Lazer: exercendo a cidadania.....	213
III – Relato de Experiências.....	216
Experiência 1 – Esporte do Manguê	218
Experiência 2 – Projeto Bairro Vitória.....	220
Experiência 3 – Projeto Alto da Caieira do Saco dos Limões.....	222
Experiência 4 – Formação Continuada de Agentes Culturais de Esporte e Lazer no Campo e na Cidade Círculos Populares de Esporte e Lazer	224
Experiência 5 – Lazer e promoção da saúde no Bairro Lagoa, em Irati/PR.....	228
BIBLIOGRAFIA.....	232
JUVENTUDE E SAÚDE	233
I – Introdução	235
II – Aprofundando temas	241
1. Saúde para quê? Saúde para quem?.....	242
2. Questões de gênero.....	243
3. Violência sexual contra crianças e adolescentes	246
4. Gravidez (adolescente) indesejada, interrupção insegura da gravidez e DST/AIDS.....	248
5. Mortalidade de Jovens por Causas Externas	250
III – Relatos de experiências.....	252
Experiência 1 – A visão da nova geração: projeto piloto em saúde sexual e saúde reprodutiva do adolescente	253
Experiência 2 – Rede TXAI	259
Experiência 3 – Projeto Voz Ativa.....	263
Experiência 4: Programa Adolescente Saudável – Curitiba-PR.....	267
Experiência 5: Instituto PAPAÍ – Recife-PE	270
BIBLIOGRAFIA.....	275
ANEXO.....	276
Carta ao Pai / Carta ao Filho	276

Introdução

Este caderno é um dos volumes que apresentam o Percorso Socioeducativo V – “Coletivo Articulador-Realizador”, desenvolvido a partir dos eixos Participação Cidadã e Mundo do Trabalho que ordenam e direcionam as ações socioeducativas propostas para o Ciclo II do Projovem Adolescente. O caderno integra o conjunto de publicações dirigidas a todos os profissionais e gestores responsáveis pelo Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo, em que estão apresentados os diferentes aspectos que estruturam e orientam as ações socioeducativas:

O Socioeducativo na Assistência Social: Adolescências, juventudes e socioeducativo: concepções e fundamentos;

Traçado Metodológico do Projovem Adolescente;

Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percorso Socioeducativo I – “Criação do Coletivo”;

Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percorso Socioeducativo II – “Consolidação do Coletivo”;

Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percorso Socioeducativo III – “Coletivo Pesquisador”;

Caderno do Orientador Social – Ciclo I – Percorso Socioeducativo IV – “Coletivo Questionador”;

Caderno do Orientador Social – Ciclo II – Percorso Socioeducativo V – “Coletivo Articulador-Realizador: Participação Cidadã”;

Caderno do Facilitador da FTG – Ciclo II – Percorso Socioeducativo V – “Coletivo Articulador-Realizador: Formação Técnica Geral”.

O caderno de “Concepções e Fundamentos” apresenta as noções de juventudes e adolescências nas quais se baseia o Serviço Socioeducativo do Projovem Adolescente, além de um breve histórico sobre as políticas públicas voltadas para assegurar os direitos sociais desses segmentos e, por fim, desenvolve a noção de “socioeducativo”, visto como direito à assistência social que potencializa a convivência familiar e comunitária.

Tais fundamentos fornecem as bases conceituais para a formulação do “Traçado Metodológico” que apresenta diretrizes, princípios orientadores e uma proposta de planejamento para o Projovem Adolescente, com procedimentos, instrumentos e ações que configuram a metodologia de trabalho socioeducativo concebida para o serviço.

A partir do Traçado Metodológico, foram elaborados os Cadernos do Orientador Social, relativos aos quatro Percursos Socioeducativos que integram o Ciclo I e ao Percorso Socioeducativo V, que constitui o Ciclo II do Projovem Adolescente. Esses cadernos apresentam objetivos e programação detalhada das ações socioeducativas com conteúdos e atividades teóricas e práticas que envolvem seis temas transversais, relacionando juventude e direitos humanos e socioassistenciais, cultura, esporte e lazer, meio ambiente, saúde e trabalho.

Cabe aqui ressaltar algumas peculiaridades do material de orientação relativo ao Percorso Socioeducativo V, o único trabalhado em dois volumes, sendo um deles dedicado à Participação Cidadã e o outro à Formação Técnica Geral – FTG para o Mundo do Trabalho, este último dirigido especialmente ao Facilitador da FTG. Acoplado ao Caderno de Participação Cidadã, oferece-se um conjunto de subsídios sob o título de **Aportes Temáticos – Desafios e Experiências**, em que são apresentados cinco “**desafios prioritários**” nas áreas de abrangência de cada um dos temas transversais, com conteúdos teóricos que aprofundam e complementam o material do Ciclo I, além de pistas e proposições que possibilitam visualizar caminhos para a atuação dos jovens na comunidade. Cada um dos temas transversais apresenta também o relato sobre cinco **experiências exitosas** implementadas no País, em diferentes regiões e

contextos, envolvendo a participação cidadã de jovens. Tais experiências são uma demonstração eloquente do quanto é possível realizar, mesmo em condições adversas, e servem de inspiração e exemplo a todos, jovens e profissionais, que fazem o Projovem Adolescente.

Os materiais de orientação, em seu conjunto, oferecem um importante arcabouço referencial às equipes que irão desenvolver o Projovem Adolescente, as quais podem e devem ir além, criando e adequando as sugestões de conteúdos e ações às suas realidades locais e regionais. Espera-se, desta forma, que os profissionais aportem contribuições próprias e enriqueçam o trabalho com os jovens, preservando e valorizando a essência da proposta socioeducativa aqui apresentada.

É importante destacar que todos os conteúdos apresentados nas publicações do Projovem Adolescente foram construídos em parceria com os Ministérios da Cultura, do Esporte, da Saúde, do Meio Ambiente, do Trabalho e Emprego, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e da Secretaria Nacional de Juventude, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Mais do que um esforço disciplinar e temático, o grande desafio desta equipe interministerial, juntamente com a equipe de consultores constituída pelo MDS para a elaboração deste material – e que se expressa no texto de cada um dos volumes – foi o esforço de explorar as inter-relações entre os diversos temas, num enfoque intencionalmente interdisciplinar. Além disso, o trabalho articulado teve sempre o intuito da integração das políticas públicas conduzidas por estes Ministérios e Secretarias, o que se espera possa ser reproduzido no âmbito local.

A leitura atenta desses materiais pelos gestores estaduais e municipais de assistência social, pelos técnicos e coordenadores dos CRAS e pelos profissionais que atuarão diretamente com os jovens – Orientador Social, Facilitadores de Oficinas de Convívio e da Formação Técnica Geral (FTG) – é de fundamental importância, no sentido de conferir unidade conceitual e metodológica ao Projovem Adolescente, primando-se pela oferta de um serviço socioeducativo de qualidade.

1. SOBRE O CICLO II E O SEU PERCURSO SOCIOEDUCATIVO

Do ponto de vista de sua estrutura programática, o Projovem Adolescente está organizado em cinco Percursos Socioeducativos e em dois Ciclos anuais de atividades. Enquanto os Percursos podem ser compreendidos como estágios progressivos de um processo grupal vivenciado pelos jovens, cujo centro é o próprio Coletivo Juvenil – sua constituição, desenvolvimento e atuação –, os Ciclos dizem respeito à ênfase relativa atribuída aos eixos estruturantes da convivência social, participação cidadã e mundo do trabalho, no decorrer do serviço socioeducativo.

Ao se iniciar este novo Ciclo, é importante, em primeiro lugar, que os gestores municipais e todos os profissionais envolvidos na execução do Projovem Adolescente distingam claramente as diferenças entre os Ciclos I e II, percebendo também os nexos entre estes dois grandes blocos de conteúdos e atividades do serviço socioeducativo. Desta forma serão capazes de se envolver na medida necessária, redefinindo seus papéis, e saberão apresentar aos jovens uma visão geral do trabalho que terão pela frente e em que isto difere do que já ocorreu no Ciclo I. O que há de novo?

A ênfase na Participação Cidadã e no Mundo do Trabalho

A passagem do Ciclo I para o Ciclo II do Projovem Adolescente é, antes de tudo, um deslocamento de ênfase entre os eixos que orientam a ação socioeducativa. Embora os três eixos estejam sempre presentes e inter-relacionados durante todo o serviço, a ênfase no Ciclo I recai sobre o eixo da Convivência Social, não por acaso ou de forma arbitrária, mas pela necessidade de se estabelecer um patamar de convivência entre os jovens, e destes com o seu entorno social, como condição *sine qua non* para o desenvolvimento de atividades mais complexas que terão lugar no Ciclo II, enfatizando a Participação Cidadã e o Mundo do Trabalho, e que exigem este amadurecimento coletivo.

De fato, resgatando-se o texto do Traçado Metodológico, verifica-se que “o Ciclo I tem por objetivo tornar o Coletivo um espaço de referência formativa e de convívio afetivo, lúdico e solidário para os jovens, que gera oportunidades para o desenvolvimento da criatividade e instiga novos interesses”. De forma coerente com este objetivo geral, reserva-se espaço considerável, na grade de atividades do Ciclo I, às “oficinas de convívio, por meio da arte e cultura e do esporte e lazer” como estratégia de aproximação entre os jovens, para o estabelecimento e o fortalecimento de vínculos. Mesmo os encontros, estruturados a partir das questões trazidas pelos temas transversais, e as diversas formas como eles foram trabalhados durante o Ciclo, contribuíram de forma significativa para o autoconhecimento e o conhecimento recíproco entre os jovens, favorecendo a convivência social.

Convém ressaltar que a Convivência Social não é apenas uma condição para o desenvolvimento dos demais eixos, uma vez que possui uma centralidade no processo socioeducativo, pelo que representa em termos da inclusão e integração social dos jovens. Por esta razão, este eixo do Projovem Adolescente continua presente no Ciclo II, no qual se visa ampliar as oportunidades de sociabilidade do jovem para além do Coletivo, mobilizando-o para o engajamento social e para o mundo do trabalho.

Da mesma forma, os eixos da Participação Cidadã e do Mundo do Trabalho não estiveram ausentes no Ciclo I. Questões atinentes ao Mundo do Trabalho foram introduzidas pelo tema Juventude e Trabalho que, junto com os demais temas transversais, contribuíram para a construção de uma visão de mundo mais abrangente pelos jovens e promoveram vivências capazes de os sensibilizarem e de mobilizarem o seu desejo de intervir na realidade, no intuito

de melhorar as próprias vidas e a vida das pessoas que habitam o seu território. Mais do que isso, o desenvolvimento de atividades socioeducativas intrinsecamente articuladas à comunidade de pertencimento dos jovens, na abordagem das diversas temáticas, tiveram a intencionalidade de construir diagnósticos sobre a realidade local, que serão aproveitados e aprofundados durante o Ciclo II. Além disso, promoveram o conhecimento sobre direitos e o reconhecimento dos espaços de inserção cultural, social, profissional e política dos jovens e dos programas e políticas públicas para juventudes, bem como, sobre os órgãos de defesa de direitos e os mecanismos para acessá-los, o que representa um grande passo em termos da Participação Cidadã.

O **Ciclo II**, por sua vez, tem por objetivo consolidar o Coletivo de Jovens como espaço de referência formativa que aprofunda a orientação e a formação para o mundo do trabalho e oferece instrumental para o desenvolvimento da atuação social dos jovens, mobilizando-os para a realização de experiências práticas de exercício da cidadania. Dessa maneira, as ações socioeducativas deste Ciclo dão continuidade ao trabalho realizado com os jovens no Ciclo I, potencializando os eixos da Participação Cidadã e do Mundo do Trabalho.

No referente ao eixo Mundo do Trabalho, as ações socioeducativas se desenvolvem a partir da Formação Técnica Geral – FTG em três grandes vertentes: (a) os conhecimentos relativos ao mundo do trabalho; (b) as competências necessárias às atividades de comunicação e à inclusão digital dos jovens – reunidas sob a denominação de Pontocom@; e (c) o registro e a sistematização individuais das vivências e aquisições de conhecimentos para a construção de um projeto orientador da trajetória de vida e profissional do jovem – o Projeto de Orientação Profissional – POP. Estes conteúdos são apresentados detalhadamente no volume dedicado à FTG que, juntamente com o presente volume, voltado à Participação Cidadã, compõem o material de orientação sobre o Percorso Socioeducativo V – Coletivo Articulador-Realizador.

O Percorso Socioeducativo V: fim do trajeto ou ponto de inflexão?

A lógica dos Percursos Socioeducativos do Projovem Adolescente propõe uma trajetória para o Coletivo Juvenil. Desde a sua “criação”, no Percorso I, o Coletivo passa por diversos estágios de desenvolvimento. Consolida-se, no Percorso II e, a partir daí, orienta-se para “fora”, para o mundo exterior, conhecendo o território e pesquisando os seus desafios, no Percorso III. No Percorso IV, que se segue, questiona-se sobre estes mesmos desafios e, ao final do Ciclo I, o Coletivo deve encontrar a sua vocação, dizer a que veio, ou seja, onde deseja intervir e que mudanças quer produzir no território.

Ao pensarmos nas condições de vida da população mais vulnerável, dos pontos de vista social e econômico, nos deparamos com a enorme complexidade dos problemas que a afligem, muitos deles determinados histórica e estruturalmente. Que poder um pequeno grupo de jovens tem para fazer face a estas situações-problema? Esta questão nos impõe a todos uma importante reflexão.

Não há no Projovem Adolescente uma pretensão ingênua de que os jovens, com a sua atuação social, irão solucionar os graves problemas que afetam o território onde vivem. Por outro lado, o serviço socioeducativo não foi desenhado para submeter os jovens a uma situação de permanente frustração, nem para fomentar um sentimento de conformismo ante os aspectos mais desfavoráveis da realidade, alimentando um sentimento de impotência.

O nome atribuído ao Percorso Socioeducativo V – Coletivo Articulador-Realizador, por si só, já demonstra a intenção de que os jovens, de maneira coletiva, participativamente planejada e por meio de uma atuação articulada com outros atores sociais, vivenciem o sentimento da realização, da conquista, produzindo resultados positivos no território, que contribuam de alguma forma para a melhoria das próprias condições de vida e dos destinatários de suas

ações. Para tanto, além de decisões refletidas e ponderadas sobre o objeto e os objetivos da atuação social, que devem ser de todo factíveis, é extremamente necessário contar com o apoio e o envolvimento da equipe de referência do Projovem Adolescente, do coordenador do CRAS e do gestor municipal de assistência social, no sentido de investirem nos projetos do coletivo, não apenas do ponto de vista logístico e material, mas também do ponto de vista institucional, colocando-se como os primeiros e grandes parceiros, no rol daqueles com quem se pode contar.

Trata-se, portanto, de uma experiência de empoderamento da juventude, cujos resultados positivos que se venha a atingir devem servir aos jovens de exemplo para as suas vidas, demonstrando que é, sim, possível transformar a realidade, organizando-se e reunindo forças, potencializando-as em ações que as pessoas, isoladamente, jamais conseguiriam empreender. Esta lição, apreendida e compreendida pelos jovens, de forma vivenciada, os tornará cidadãos mais qualificados para o enfrentamento dos desafios presentes e futuros.

Na outra vertente do Percorso Socioeducativo V – Coletivo Articulador-Realizador, a Formação Técnica Geral – FTG também concorre para a construção, pelos jovens, de uma nova perspectiva de futuro. Ao partir dos seus sonhos – reconhecendo-os, confirmando-os, estimulando-os – busca fazer com que os jovens delineiem, a partir da sua realidade e dos novos conhecimentos acerca do mundo do trabalho, um projeto de aprendizagem e desenvolvimento em direção ao trabalho decente e à realização profissional.

Por tudo isto o Percorso Socioeducativo V é tão importante. Não é apenas o fim do trajeto, a conclusão que se almeja exitosa do serviço socioeducativo. Ele pode representar, mais além, um ponto de inflexão na trajetória de vida dos jovens e na história dos seus territórios.

Distribuição do tempo e das ações socioeducativas no Ciclo II

O Projovem Adolescente possui carga horária semanal de 12 horas e 30 minutos de atividades para os jovens, em horário alternado à escola, com oferta regular durante 48 semanas por ano, salvo em momentos de adesão de municípios e implantação do serviço socioeducativo, em que certas condições afetas aos ciclos orçamentários e de gestão podem implicar uma redução da carga horária anual, visando uma adequação ao “calendário nacional” do serviço socioeducativo. Em condições normais, cada um dos dois Ciclos anuais de atividades consome aproximadamente 600 horas.

Ainda sobre a carga horária, outra característica relevante é a distribuição semanal das ações socioeducativas, que, de acordo com o Traçado Metodológico do Projovem Adolescente, deve consagrar 7 horas e 30 minutos para a realização de encontros do coletivo e 5 horas ao desenvolvimento de oficinas.

No Ciclo II, as 600 horas previstas estão assim distribuídas:

- 240 horas de trabalho com os jovens para o desenvolvimento da Participação Cidadã: encontros de reflexão, planejamento, execução, monitoramento avaliação e sistematização do Plano de Atuação Social – PLA e dos Projetos de Ação Coletiva de Interesse Social no território;
- 240 horas para as Oficinas de Formação Técnica Geral – FTG, incluindo a construção do Projeto de Orientação Profissional – POP; e
- 120 horas para oficinas de convívio por meio do esporte e lazer e da arte e cultura.

O Quadro 1, a seguir, detalha a distribuição da carga horária total do Ciclo II, segundo a modalidade das ações socioeducativas e o profissional responsável pela desenvolvimento das ações.

Quadro I – Distribuição da carga horária total do Ciclo II do Projovem Adolescente

Modalidades das Ações Socioeducativas	Conteúdos	Carga Horária	Profissional Responsável
<i>Encontros</i>	<i>Participação Cidadã: Plano de Atuação Social – PLA; Projetos de Ação Coletiva de Interesse Social – PC's</i>	240	<i>Orientador Social</i>
<i>Oficinas de Convívio</i>	<i>Esporte e Lazer Arte e Cultura</i>	120	
<i>Oficinas de FTG</i>	<i>Formação Técnica Geral: Conhecimentos sobre o mundo do trabalho; Pontocom@ (inclusão digital e ampliação de competências comunicativas); Projeto de Orientação Profissional (POP).</i>	240	<i>Facilitador da FTG</i>

2. A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PROJOVEM ADOLESCENTE

Visando contextualizar e subsidiar o Orientador Social em seu papel de mediador junto aos jovens na implementação de ações sociais no território, apresenta-se a seguir uma visão de conjunto do eixo Participação Cidadã no Ciclo II, reunindo-se seus principais fundamentos e referências. Para isso, inicialmente são resgatados os sentidos da participação cidadã no contexto de democratização do país, que referenciam os horizontes desenhados para a formação dos jovens para a cidadania propostos pelo serviço; são destacadas as diretrizes que caracterizam este eixo estruturante do Projovem Adolescente e é detalhado um método para o desenvolvimento da participação cidadã dos jovens no Percorso Socioeducativo V.

Os sentidos da Participação Cidadã

Nas últimas décadas, assistimos a profundas transformações em todo o mundo movidas pela globalização, o avanço de novas tecnologias, a ampliação dos circuitos e circulação de informação e a comunicação, as novas formas de organização produtiva e tantas outras mudanças que instituem novos valores e dinâmicas na vida em sociedade.

Mudanças que afetam não só aos brasileiros, mas às populações de todo o planeta desafiadas a assegurar direitos de cidadania lidando: (a) na **dimensão cultural**, com a diversidade e as diferenças entre segmentos sociais (em um momento em que a globalização ultrapassa barreiras e fronteiras); (b) na **dimensão social**, com novos padrões de sociabilidade e profundas mudanças nas instituições tradicionais (família, escola etc.); (c) na **dimensão econômica**, com o aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais dentro das cidades, entre cidades, entre regiões de um mesmo país e entre países; e (d) na **dimensão política**, com a crise dos sistemas políticos e instâncias democráticas que afetam a credibilidade e a confiança nos governos, partidos políticos e das organizações representativas de interesse de classe e de interesses comunitários.

No Brasil, historicamente, a compreensão dominante sobre o que significa exercer a cidadania foi reduzida ao cumprimento de deveres como votar nas eleições municipais, estaduais e no nível nacional, pagar impostos e respeitar as leis instituídas. Hoje, novos desafios se apresentam para o exercício da cidadania.

O processo de democratização da sociedade brasileira vem construindo uma nova cultura política com a emergência de organizações, movimentos sociais, redes e fóruns envolvendo diversos setores da população em torno da garantia e da ampliação de direitos sociais: mobilizações pelo acesso a bens, serviços e renda; combate às discriminações de gênero, etnia, idade, orientação sexual, à segregação de pessoas com deficiência, dentre outras. Além disso, vêm sendo criados canais de participação da população voltados à formulação e fiscalização de políticas públicas, tais como conselhos, conferências e orçamento participativo que expressam a demanda por maior transparência e controle nas políticas e programas do poder público.

Essa ampliação dos espaços participativos é expressão do “direito a ter direitos” que, no começo deste novo século, marca o crescimento do exercício da **cidadania ativa**, em que os cidadãos não se limitam a ser apenas portadores de direitos e de deveres, mas são também criadores de novos direitos sociais, buscando responder às demandas geradas pelas contínuas mudanças da vida social.

O exercício da cidadania ativa, compreendida como um processo permanente de abertura de novos espaços de participação na vida social e política e de conquista de novos direitos se realiza pela capacidade de organização, mobilização, intervenção na dinâmica social e pela presença pró-ativa no espaço público.

Nesse sentido, a cidadania é resultante de novas formas de sociabilidade e da conquista de novos pactos entre cidadãos, instituições e governos em torno do que é de interesse coletivo, do bem comum, em busca de maior equidade, igualdade e justiça social.

Nessa perspectiva, a formação para a cidadania pressupõe o desenvolvimento de valores éticos, a informação sobre direitos, a aprendizagem de práticas democráticas, o estímulo à expressão e manifestação de interesses comuns, à capacidade de formular proposições, reivindicações, visões de mundo e o incentivo às diferentes formas de organização e associativismo para defesa de interesses coletivos.

Participar significa “fazer parte”, “tomar parte” de um grupo, uma atividade, um projeto ou uma organização, implica a interação entre sujeitos e o meio social. A participação cidadã vai além, ao colocar em foco o direito a ter direitos dos diversos segmentos populacionais; a relação entre cidadãos, instituições e Estado; as negociações entre os interesses públicos, os interesses privados e as demandas específicas dos diversos setores sociais.

No Projovem Adolescente o eixo Participação Cidadã contribui à formação para a cidadania ao sensibilizar os jovens para os problemas sociais de suas comunidades e comprometê-los com a busca de alternativas de superação e ao proporcionar vivências em que dialogam com os diversos atores sociais implicados, interagindo com as dinâmicas cultural, política e social locais.

O eixo estruturante da Participação Cidadã tem o objetivo de promover a realização de ações sociais nos territórios com a intencionalidade de interferir e influenciar na construção da vida pública nas comunidades de pertencimento dos jovens.

Participação cidadã e protagonismo juvenil

Nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que crescia a proporção do segmento juvenil² em relação ao conjunto da população brasileira, os jovens ganhavam visibilidade pública muitas vezes estigmatizados como vítimas ou protagonistas da violência urbana, decorrente do aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas do país; das reduzidas oportunidades de trabalho; da falta de acesso à educação, cultura, lazer e esporte; e da precariedade de infraestrutura e de serviços urbanos nas periferias das grandes cidades.

No mesmo período, surgiram em todo o Brasil diversas organizações e movimentos juvenis mobilizados em torno dos direitos dos jovens, que ensejaram a criação da Secretaria e do Conselho Nacional de Juventude em 2005, e de instâncias em diversos governos estaduais e municipais voltadas ao desenvolvimento de políticas públicas juvenis (secretarias, coordenadorias, assessorias, diretorias, entre outras). Em nenhum outro momento da história foram realizados tantos encontros, seminários, conferências, reunindo jovens em todas as regiões do país, bem como pesquisas e estudos sobre juventude que permitem caracterizar quais são, hoje, as principais demandas geracionais comuns às juventudes brasileiras, quais sejam:

Notas

2. De acordo com o IBGE, a população jovem do país cresceu 48,5% de 1980 a 2006. Em 1980 o Brasil tinha 34,4 milhões de jovens de 15 a 29 anos, em 2006 já somavam 51,1 milhões e a projeção para 2010 é de 51,3 milhões de jovens. No entanto, a partir daí as estimativas indicam que a tendência de crescimento da população jovem deverá se reverter, havendo uma redução progressiva no número absoluto de jovens no Brasil, que chegará em 2050 a cerca de 49,5 milhões. Quando se analisa o número de jovens como proporção da população total do país, constata-se, contudo, que há algum tempo eles vêm perdendo participação relativa: em 1980, representavam cerca de 29,0% da população total, em 2006, 27%, mas, em 2010, devem corresponder a 26,0% e, em 2050, a 19,1%, dados que apontam para o envelhecimento populacional (IPEA – Políticas Sociais – acompanhamento e análise – Março-2008)

- os jovens querem ser reconhecidos socialmente em suas diferentes identidades juvenis e em suas formas próprias de expressão: demandam acesso à fruição da cultura e da arte e apoio às produções juvenis;
- os jovens reivindicam melhoria da qualidade de vida: querem ter acesso à saúde, ao esporte, ao lazer e a um meio ambiente saudável;
- os jovens combatem preconceitos e discriminações que envolvem a condição juvenil, especialmente os que atingem os mais pobres, os negros e aqueles que moram nas periferias das grandes cidades; evocam respeito aos direitos humanos;
- os jovens estão preocupados com o futuro, com as dificuldades de acesso à educação e ao mundo do trabalho: demandam ampliação de alternativas educacionais e de qualificação profissional.

O Projovem Adolescente tematizou essas demandas na metodologia das ações socioeducativas proposta, com o desenvolvimento dos temas transversais cultura, meio ambiente, trabalho, saúde, direitos humanos e socioassistenciais, esporte e lazer, articulados pelos eixos estruturantes Convivência Social, Participação Cidadã e Mundo do Trabalho. Esses temas e eixos orientam a construção de conhecimentos com os jovens no serviço e, ao mesmo tempo, a experimentação de diferentes maneiras de atuação social na comunidade.

O Projovem Adolescente reconhece assim que os jovens não são apenas sujeitos dos direitos de cidadania preconizados pela Constituição para toda a população brasileira, mas esses direitos e outros assumem características específicas que correspondem às necessidades e demandas próprias desse momento de desenvolvimento do ciclo de vida em que se encontram.

O serviço socioeducativo fornece subsídios e ferramentas para os jovens protagonizarem ações coletivas de interesse social, valorizando suas diferentes formas de participação cidadã como expressão do seu jeito de ser jovem, de fazer, de agir e se apresentar nos espaços públicos.

A atuação social proposta pelo Projovem Adolescente é protagonizada pelos jovens, com o propósito de que imprimam visibilidade pública aos seus anseios, interesses, necessidades, demandas e posicionamentos como cidadãos de direitos e seus modos próprios de expressá-las.

A Participação Cidadã como um novo paradigma nas ações socioeducativas de proteção social básica voltadas à juventude

Neste segundo Ciclo o serviço propõe a ampliação das ações socioeducativas com jovens que levem ao aprofundamento de suas relações com a realidade social em que vivem e ao desenvolvimento de ações com outros grupos juvenis e instituições locais públicas e/ou privadas em questões pertinentes à “comunidade”.

*A **Comunidade** abrange os agrupamentos que se formam no entorno social e cultural em que os jovens transitam no cotidiano, em que tecem suas redes de relações sociais (amigos, galeras, família, escola, igreja, organizações de bairro), conferindo-lhes identidade e sentido de pertencimento: comunidade de vizinhos; comunidade religiosa; comunidade do hip hop etc.*

Território é o lugar de referência, o espaço físico, geográfico, que também é social, cultural e econômico, onde são vivenciadas relações entre moradores e instituições públicas e privadas e onde se formam comunidades.

O que se busca na participação dos jovens é promover a experimentação de um sentido de responsabilidade coletiva que remete ao de responsabilidade social, ou seja, ao reconhecimento de que os problemas sociais que afetam a vida em sociedade, ou particularmente a uma comunidade, são de responsabilidade de todos os cidadãos. Romper com o individualismo e a competitividade fortemente presentes na convivência social implica superar a visão de que basta cada um fazer “a sua parte”. É preciso ir além, de modo que a parte de cada um se potencialize em ações coletivas, cidadãs e políticas que contribuam para mudanças.

A expectativa é de que os jovens possam se envolver e se comprometer com os desafios que afetam a qualidade de vida de sua comunidade, compreendendo-os em seu contexto mais amplo e em suas particularidades locais e desvendando a teia de relações sociais, institucionais e políticas em que se inserem.

A experiência de participação proposta pelo Projovem Adolescente não se resume à realização de uma ação pontual, efêmera e descontextualizada, mas à atuação social preparada cuidadosamente, com objetivos definidos para responder a demandas presentes na realidade social dos jovens.

Promover uma experiência de participação cidadã com os jovens, desencadeada no âmbito das ações socioeducativas do Projovem Adolescente, requer a construção de espaços democráticos e práticas emancipatórias por parte de todos os profissionais envolvidos para:

- proporcionar situações para o desenvolvimento das potencialidades juvenis;
- sensibilizar os jovens para um novo olhar sobre as potencialidades e os problemas da realidade social de seu entorno;
- aguçar a escuta e a percepção para identificar motivações e interesses genuínos dos jovens;
- estimular a solidariedade e mobilizar os jovens para o trabalho coletivo;
- desenvolver valores e experiências de cooperação, de respeito às diferenças, tolerância, negociação de conflitos e construção de consensos;
- conquistar o comprometimento dos jovens para o envolvimento em ações de interesse social na comunidade, protagonizadas por eles;
- fomentar a articulação dos Coletivos com diferentes instâncias institucionais privadas e públicas em torno das experiências de atuação social dos jovens;
- proporcionar a inserção do coletivo em redes juvenis para que se reconheçam como jovens protagonistas sociais.

A concepção de Participação Cidadã compartilhada pelo Projovem Adolescente contribui para a afirmação de um novo paradigma na oferta de serviços socioeducativos no âmbito da Assistência Social, rompendo com práticas anacrônicas que, conscientemente ou não, ainda se refletem na atuação profissional e institucional em graus variados. Tais práticas, que devem ser terminantemente evitadas, baseiam-se em visões preconceituosas ou estereotipadas da pobreza e da juventude, e reduzem a participação juvenil a:

- uma estratégia para “ocupar” o tempo livre dos jovens, prevenir riscos e vulnerabilidades sociais, fazendo-os “atuantes” na comunidade;
- “socializar os jovens”, buscando sua adesão a determinados padrões de convivência social, moralmente dominantes, (enquadramento);
- associar a atuação social ao envolvimento dos jovens em iniciativas de responsabilidade do poder público, em substituição às atribuições que são claramente do Estado;
- promover o desenvolvimento pelos jovens de ações sociais e políticas, em contrapartida ao ganho de benefícios individuais e associando-as à fidelização a políticos, associações, partidos, ou seja, a práticas clientelistas;
- compartimentar e desconectar as ações sociais desenvolvidas pelos jovens do seu contexto, de outras experiências próximas, dos canais de participação existentes na comunidade e das questões e debates que os cercam, dissociando ação social e ação política e esvaziando a dimensão de direitos de cidadania.

O planejamento participativo como abordagem metodológica

Sensibilizar o jovem para os valores e o exercício da cidadania e mobilizá-los para atuar socialmente no território, não pode ser “ensinado” nos moldes tradicionais. As ações socioeducativas de Participação Cidadã devem proporcionar vivências e reflexões coletivas, assegurando que os jovens sempre tenham “voz e vez”.

No Projovem Adolescente propõe-se que a atuação social dos jovens em suas comunidades seja desenvolvida a partir de um processo de **planejamento participativo** que se realiza com o Coletivo e outros atores envolvidos, para viabilizar as suas intervenções na realidade local. Tais intervenções devem incidir positivamente sobre aspectos da realidade local identificados como “desafios” ou sobre situações mobilizadoras da sensibilidade e do desejo de atuação coletiva, tendo sempre como pano de fundo as demandas do território.

Planejar é construir o caminho entre a situação presente e a nova situação que se pretende criar, desenvolvendo-se as condições necessárias para o alcance dos objetivos pretendidos.

Dimensionada como um processo contínuo e cíclico de preparação, execução, monitoramento, avaliação e sistematização de todas as iniciativas necessárias ao alcance de resultados, esta concepção de planejamento não se limita apenas ao cálculo prévio, nem se reduz à preparação da atuação dos jovens. O planejamento é construído com contatos e interações dos jovens com as situações em que se envolvem e intervêm e é permanentemente ajustado em razão de análise sobre o curso dos acontecimentos.

Planejamento participativo é pensar antes e durante a ação, de forma conjunta (processo grupal), dinâmica e contínua (planejar e atuar são processos simultâneos), coerente (a soma das ações deve garantir resultados), criativa (dá espaço para o sonho e a inovação) e realista (considera as condições e os recursos existentes).

O Plano de Atuação Social - PLA e os Projetos de Ação Coletiva de Interesse Social – PC`s

Uma atividade essencial à concretização da Participação Cidadã no Ciclo II do Projovem Adolescente é a elaboração, pelos jovens, do **Plano de Atuação Social – PLA** do Coletivo, que reúne as principais referências sobre como os jovens analisam o contexto local, seus desafios prioritários, posicionamentos e horizontes, constituindo-se no “marco geral” da intervenção a ser empreendida pelos jovens no território.

Se o planejamento participativo, por um lado, é deflagrado a partir da reflexão sobre os principais desafios - problemas ou potencialidades que mobilizam o interesse e o engajamento dos jovens – presentes na realidade social local, o **PLA**, por sua vez, traduz uma escolha coletiva, resultante deste processo de reflexão. Dito de outra forma, o Plano elege e destaca uma situação específica (desafio), que será objeto da atuação transformadora do coletivo, ao longo do Percorso Socioeducativo V. Mais do que isso, o **PLA** estabelece o objetivo geral da intervenção, ou seja, a mudança que os jovens pretendem provocar na realidade.

A partir destes primeiros consensos, os jovens são instigados a analisar com profundidade a situação-problema, investigando suas causas e consequências para a produção de um **diagnóstico**. Este exercício possibilitará aos jovens estabelecerem os objetivos específicos do **PLA**, pensando ações que incidam sobre as causas do problema e, conseqüentemente, contribuam para o enfrentamento do desafio. As ações implementadas para o alcance destes objetivos específicos são aqui denominadas “**ações coletivas de interesse social**”.

Dando seqüência à metodologia proposta e continuidade ao processo de planejamento participativo, cada ação proposta é convertida num **Projeto de Ação Coletiva de Interesse Social – PC**, que passa a compor o PLA, e cuja execução exitosa converge para o sucesso do Plano como um todo. Cada projeto é um empreendimento localizado, com início, meio e fim, que delimita os resultados pretendidos com a ação e descreve o conjunto de atividades a serem desenvolvidas para concretizá-la. Obedecendo a uma metodologia de elaboração de projetos, cada PC descreve o seu público-alvo, a justificativa, os recursos previstos, disponíveis e necessários, bem como os apoios e parceiros potenciais, além de apresentar um cronograma de execução. Os PC`s operacionalizam o PLA e dão concretude à atuação social dos jovens.

A elaboração e a execução do **PLA** integram a abordagem metodológica que subsidiará o Orientador Social e os jovens neste quinto Percorso Socioeducativo, balizando a realização de ações que propiciem experiências práticas de solidariedade e cooperação, de respeito às diferenças e construção de consensos. Mais do que técnicas de trabalho em grupo, trata-se de promover experiências educativas de trabalho coletivo em torno do desenvolvimento de um conjunto de ações de interesse social, em que tanto os que as propõem como os que são envolvidos por elas são mobilizados por necessidades e prioridades expressivas para toda uma coletividade.

Ação coletiva é aquela pensada, decidida e realizada com a participação tanto de quem a propõe, o Coletivo, como daqueles que são envolvidos por ela, a comunidade.

Ação de interesse social está voltada para para demandas e prioridades de uma coletividade, uma comunidade, um território..

Plano e projetos são elaborados com e pelos jovens. É importante esclarecer ao Coletivo que o papel do Orientador Social no planejamento participativo é de moderador: o de conduzir o processo de discussão, organizando-o e orientando-o a cada passo para que os jovens cheguem aos resultados esperados em cada etapa do planejamento; promover

a participação equilibrada e ativa de todos os jovens; fomentar a criatividade e facilitar a comunicação interpessoal. As suas principais ferramentas, Orientador Social, são as dinâmicas grupais, as perguntas motivadoras, problematizadoras e o uso de técnicas de visualização para socialização, organização, síntese de ideias e opiniões. Mas são eles, os jovens, os principais responsáveis pela elaboração do PLA.

3. O EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

No Percurso Socioeducativo V os desafios do Orientador Social são: (a) desenvolver o planejamento participativo para elaboração do Plano de Atuação Social – PLA; (b) delinear com os jovens projetos de ação coletiva de interesse social no território; (c) estimular e apoiar os jovens na implementação de ações sociais buscando dar-lhes sustentabilidade; e (d) orientar um processo coletivo de monitoramento, avaliação, sistematização e socialização das aprendizagens proporcionadas pelas experiências de atuação.

Visando superar tais desafios, o Orientador deverá preparar-se para o desenvolvimento das seguintes atividades:

- *pesquisar informações e conhecimentos complementares sobre os problemas e oportunidades, aprofundando com os jovens o diagnóstico sobre desafios que mobilizam seu interesse de participação na comunidade e são relevantes no contexto local, visando à construção do Plano de Atuação Social - PLA;*
- *desenvolver processo de planejamento participativo com os jovens para elaboração interativa do PLA no território;*
- *promover contatos e visitas para ampliar as redes de sociabilidade dos jovens articuladas aos propósitos do plano;*
- *desenvolver com os jovens instrumental de elaboração de projetos, para operacionalização de ações sociais junto às suas comunidades de pertencimento;*
- *apoiar a produção do “Mapa das Parcerias”, a partir de levantamento, contatos e articulações que possibilitem delinear potenciais e limites nessas relações no processo de intervenção social no território;*
- *articular apoios e recursos para que os jovens ampliem e aprofundem conhecimentos e informações específicas demandadas durante a implementação das ações planejadas;*
- *desenvolver instrumentos que contribuam para qualificar a atuação dos jovens nos espaços participativos e no uso de meios de comunicação;*
- *criar procedimentos de acompanhamento, monitoramento e registro da execução das ações sociais que favoreçam a gestão compartilhada das atividades entre os jovens e os profissionais do serviço;*
- *implementar sistemática de avaliação das experiências realizadas na comunidade incluindo a participação de todos os envolvidos (público alvo, apoios, parceiros, técnicos do CRAS etc.);*
- *desenvolver com os jovens um conjunto de atividades de resgate, análise e reflexão (sistematização), sobre a implementação dos projetos de intervenção que possibilite novas aprendizagens sobre as temáticas de atuação no território e sobre os sentidos, dinâmicas e horizontes da participação cidadã, a partir das vivências proporcionadas no âmbito do Projovem Adolescente;*
- *socializar e articular com as experiências de outros Coletivos de jovens, prevendo-se a realização de evento conjunto que reúna os parceiros públicos e privados, as famílias, as escolas e a comunidade para discutir sobre as questões da juventude local.*

Buscando novas pontes e passagens, apropriando-se do território e construindo um lugar na comunidade

Objetivos das ações socioeducativas voltadas à participação cidadã

- alargar as redes de sociabilidade dos jovens, propiciando o desenvolvimento de ações coletivas de interesse social nos territórios/bairros onde vivem, que convirjam em aprendizagens de participação e exercício de cidadania;
- articular conhecimentos e experiências dos jovens em um processo de planejamento participativo que resulte na elaboração coletiva de um Plano de Atuação Social – PLA e na elaboração de projetos de ação coletiva de interesse social no território;
- articular recursos, apoios e as condições necessárias à sustentabilidade das intervenções sociais priorizadas pelos jovens e ordená-las em projetos para serem realizados durante o ano;
- fomentar a implementação das ações sociais, oferecendo permanentemente subsídios que qualifiquem a atuação social dos jovens;
- promover a apropriação pelos jovens de processos coletivos de gestão, desenvolvimento, monitoramento, avaliação e sistematização das ações sociais protagonizadas por eles, assim como das aprendizagens geradas por suas experiências;
- favorecer o diálogo intrageracional para promover a criação de espaços próprios de participação dos jovens e o fortalecimento de canais de representação juvenil;
- estimular e promover o diálogo intergeracional para o conhecimento e a interação dos jovens com os espaços e canais de participação existentes no seu bairro, na sua cidade e região (movimentos sociais, conselhos, fóruns, associações representativas etc.).

Ordenamento das ações socioeducativas

O Percorso Socioeducativo V ordena tempos pedagógicos em diferentes momentos que compõem o ciclo do planejamento participativo proposto que, por sua vez, deverá ser permanentemente atualizado durante todo o ano. Espera-se que os Coletivos possam definir o **PLA**, desenhar as ações e montar os projetos, de forma que os jovens sejam articuladores de conhecimentos, recursos e apoios necessários para viabilizá-los e percebam-se como realizadores que concretizam resultados e se apropriam de seus feitos. Por isso, o Percorso supõe momentos de trabalho com durações diferentes, de acordo com a dinâmica particular do planejamento de cada Coletivo de jovens e da abrangência e grau de complexidade das ações que querem desenvolver na comunidade.

As ações socioeducativas a serem desenvolvidas com cada Coletivo de jovens estão ordenadas a seguir em uma sequência de cinco “**momentos**”, com propósitos e atividades específicas, de forma a subsidiá-lo, Orientador Social, na programação de seu trabalho.

PRIMEIRO MOMENTO

Configurando a Atuação Social

A) Avaliando o estágio de amadurecimento do Coletivo quanto ao desafio a enfrentar

Para iniciar as ações voltadas à Participação Cidadã no Ciclo II é fundamental partir do estágio de desenvolvimento do trabalho socioeducativo em cada Coletivo de jovens, observado ao final do Ciclo I. Situações diferenciadas exigem estratégias pedagógicas distintas que precisam ser analisadas e planejadas por você, Orientador Social. Uma maneira de realizar esta avaliação é tentar situar o estágio de desenvolvimento do coletivo num *continuum* que tem por extremos os cenários descritos a seguir. De qual destes extremos o coletivo mais se aproxima?

Cenário 1 – O Percurso IV no Ciclo I finalizou com o Coletivo já definido em relação às potencialidades e desafios presentes no território, podendo-se perceber claramente a inclinação dos jovens por determinado(s) assunto(s) ou situação(ões) mobilizadora(s), afeta(s) a um ou mais temas transversais trabalhados durante o Ciclo. Trata-se agora de buscar aprofundar o conhecimento e a reflexão sobre ela(s) e começar a delinear a atuação social do coletivo.

Cenário 2 – O Percurso IV no Ciclo I finalizou sem que o Coletivo tenha definido os desafios mobilizadores para a implementação de ações sociais, requerendo-se mais tempo e o planejamento de encontros adicionais para a reflexão e escolha do(s) desafio(s) que serão enfrentados pelo Coletivo no território.

O mais importante neste Primeiro Momento, Orientador Social, é perceber que o eixo estruturante da “Participação Cidadã” no Ciclo II foi dimensionado para dar continuidade e desdobramento à programação proposta no Ciclo I e se inicia, de fato, quando o Coletivo já tiver definido os desafios presentes no território que mais motivam os jovens à atuação social. Por esse motivo, a passagem do Ciclo I para o Ciclo II tem que ser processada e ajustada, por você, de acordo com as características e a dinâmica do trabalho desenvolvido com cada Coletivo de jovens.

Atenção, Orientador Social! Começar a desenvolver com os jovens o planejamento participativo visando à atuação social, exige ter claro quais são os interesses e motivações que eles têm e que são capazes de mobilizá-los para o engajamento social. Este é o ponto de partida para deflagrar o processo de planejamento participativo rumo à Participação Cidadã.

Valendo-se dos Aportes Temáticos – Desafios e Experiências

Independentemente do estágio de desenvolvimento alcançado pelo(s) coletivo(s) sob o seu acompanhamento, é extremamente importante e desejável neste Primeiro Momento, prezado Orientador, que você leia a segunda parte deste volume, intitulada “Aportes Temáticos – Desafios e Experiências”, onde se apresenta, para cada tema transversal³ trabalhado no Projovem Adolescente – Juventude e Meio Ambiente, Juventude Direitos Humanos e Socioassistenciais, Juventude e Cultura, Juventude Esporte e Lazer e Juventude e Saúde – um conjunto de cinco desafios considerados relevantes e prioritários no contexto nacional e que, com maior ou menor intensidade, dependendo do porte e da região do país onde se inserem, se colocam para todos os municípios brasileiros.

Notas

3. O tema Juventude e Trabalho, neste segundo Ciclo, é desdobrado nas ações de Formação Técnica Geral – FTG para o Mundo do Trabalho, objeto de um volume específico do Percurso Socioeducativo V – Coletivo Articulador-Realizador, dirigido ao Facilitador da FTG.

Esta seleção, realizada por especialistas de cada área e validada pelas equipes dos ministérios parceiros do MDS no desenvolvimento dos conteúdos do Projovem Adolescente, mais do que apontar para questões emergentes que afetam a população em geral e a juventude, em particular, fornecem pistas sobre formas de mobilização, organização e articulação de ações coletivas de interesse social em torno de tais desafios, bem como referências para aprofundamento de pesquisas, levantamento de informações e contatos úteis àqueles que se disponham a trabalhar estes tópicos.

Confira! Se os desafios selecionados pelos coletivos estiverem contemplados nesta seleção, este material poderá facilitar enormemente o desenvolvimento do Percorso. Por outro lado, se os coletivos sob sua responsabilidade ainda não possuem clareza dos desafios a enfrentar, as sugestões apresentadas podem fomentar a discussão e servir de inspiração no delineamento de sua atuação social.

Além deste conjunto de sugestões, os Aportes Temáticos agregam, para cada tema transversal, o relato de cinco experiências exitosas de participação cidadã, em projetos diversos espalhados pelo país, com variados níveis de complexidade e investimento, mostrando, acima de tudo, que é possível realizar um trabalho consistente e consequente envolvendo a atuação social da juventude.

Quadro 2 – Panorama dos Aportes Temáticos –Desafios e Experiências

JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS E SOCIOASSISTENCIAIS

Desafios

Cultura de tolerância e de paz
Acessibilidade
Convivência Comunitária
Trabalho infantil
Gasto público

Experiências Exitosas

Grupo Cultural Azulim – DF
Grupo Interagir – DF
Rede Mocaranga de Comunicação Popular – PA
Agência Uga-Uga de Comunicação – AM
Escola de Mediadores – RJ

JUVENTUDE E CULTURA

Desafios

Cultura: nosso espaço comum
Tempo Social: diversidade e integração
Inclusão Social: cidadania e integração
Inclusão Digital

Experiências Exitosas

Casa das Artes – RJ
Floresta das Crianças – AC
Felipe Camarão – RN
Atitude Jovem – DF
Escola Pamaáli e ISA – AM

JUVENTUDE E ESPORTE E LAZER**Desafios**

*“Cantinho Jovem” – a ampliação democrática de oportunidades para a prática de atividade física
Do Berimbau ao Pandeiro, da Senzala ao Coletivo: a capoeira como expressão dos Jovens
Os Jovens como Agentes Sociais nas discussões de Programas de Esporte e Lazer do Campo e da Cidade
Reivindicando espaços públicos de Lazer e Esporte: o que considerar?
Sistema Nacional de Esporte e Lazer: exercendo a cidadania coletiva.*

Experiências Exitosas

*Projeto Esporte no Mangue-Círculos Populares de Esporte e Lazer – Recife - PE
Projeto Bairro Vitória-Rio Branco – AC
Projeto Alto da Caieira do Saco do Limão –Florianópolis – SC
Mutirões e Círculos Populares de Esporte e Lazer – Salvador-BA
Lazer e Promoção da Saúde no Bairro Lagoa – Irati-PR*

JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE**Desafios**

*Agenda 21 Local: vamos definir novos rumos para a nossa comunidade?
Reciclagem
Meio Ambiente é igual a preservação da natureza?
Mudanças Climáticas e Aquecimento Global
Meio Ambiente e desenvolvimento: dá pra casar?*

Experiências Exitosas

*Coletivo de Jovens de Meio Ambiente do Pará – PA
Fórum Agenda 21 de Paty do Alferes – RJ
Com-Vida de Itanhaém – SP
Agenda 21 de Santos – SP
Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade – REJUMA*

JUVENTUDE E SAÚDE**Desafios**

*Saúde para quê? Saúde para quem?
Questões de gênero e violência
Violência sexual contra crianças e adolescentes
Gravidez indesejada, interrupção insegura da gravidez e DST/AIDS
O que fazer ante a mortalidade dos jovens por causas externas?*

Experiências Exitosas

*A visão da nova geração – Petrópolis – RJ
Rede TXAI Jovem – PR
Voz Ativa da CUFA – DF
Programa Adolescente Saudável – PR
Instituto PAPAI – Recife – PE*

B) Construindo com os jovens parâmetros para o planejamento participativo

Orientador, faça com os jovens uma reflexão inicial sobre os objetivos do processo de trabalho que se inicia no Ciclo II e o que significa “planejamento participativo”.

O Projovem Adolescente espera que a elaboração pelos jovens do Plano de Atuação Social – PLA signifique o compromisso com a realização de ações sociais de interesse da comunidade e que expresse a compreensão do Coletivo de quais são as principais questões, desafios e oportunidades relevantes para a realidade local.

O Plano é como um guia para orientar a atuação dos jovens com ações que visam alcançar resultados que se traduzem em novas situações criadas, ou seja, em mudanças da realidade social local, tendo como referência situações iniciais que o deflagraram.

Essas premissas implicam uma visão dinâmica do processo de planejamento em que os momentos de investigação, diagnóstico, reflexão, proposição de ações, avaliação e sistematização da situação em que se desenvolve o plano é constantemente retomado, de forma coletiva, contribuindo para qualificar a atuação dos jovens na comunidade. Planejamento, execução e gestão, nesta concepção, são inseparáveis.

Para estimular a discussão sobre o que é planejamento, sugere-se a atividade a seguir:

ATIVIDADE: Definindo rumos

Peça para os jovens lerem os trechos abaixo, escritos pelo navegador brasileiro Amyr Klink, em seu livro “Cem dias entre céu e mar”, em que relata uma de suas viagens exploratórias à Antártica em um pequeno veleiro, e peça para destacarem as dicas dadas por ele para se planejar uma ação.

“À medida que ganhava distância da África, aumentava minha confiança no barco e a certeza de que um dia deixaria para trás a ilha onde Napoleão perdeu sua última batalha. Que grande dia seria este! Que significativa vitória para mim! Eu teria, então, a prova que meus planos estavam certos e que a mais importante chave para o êxito, a travessia, estava há muito em minhas mãos: a rota.”

“Dois anos de estudos foram consumidos nesta operação, em que não faltaram discussões apimentadas e dúvidas perturbadoras”... “Mas o maior problema talvez tenha sido a escassez de dados e informações sobre o assunto”.

“No mar, o menor caminho entre dois pontos não é necessariamente o mais curto, mas aquele que conta com o máximo de condições favoráveis. Assim, mesmo um poderoso superpetroleiro é obrigado, às vezes, a desviar do seu caminho para ganhar, em tempo e segurança, o que perde em distância. No meu caso, tendo como única propulsão um par de remos, o estudo de regime de ventos e correntes passava a ser fundamental.

É impossível remar vinte quatro horas por dia. Assim, enquanto estivesse dormindo e o barco ficasse à deriva, era importante contar com correntes, se não favoráveis, pelo menos que não viessem pelo nariz, roubando durante a noite o que eu ganhava, com muito esforço, de dia.”

“A minha rota longa, fria e tempestuosa, contava, no entanto, com correntes favoráveis na quase totalidade do trajeto e com a preciosa regularidade dos alísios de sudeste que unem o sul da África ao nordeste brasileiro. Caminho difícil e longo, mas o único possível para um barquinho a remo.

Para atravessar o mau tempo e as depressões do caminho mais longo bastaria um barco forte e bem estruturado, mas, para vencer com os braços o fluxo contrário do caminho mais curto, nem toda a disposição do mundo seria suficiente.

“Como os antigos navegadores que com suas velas quadradas não podiam vencer ventos e correntes contrários e eram obrigados a aceitar os rumos ditados pelo vento, eu me valeria, não da força para ir contra as correntes, mas da astúcia em saber acompanhá-las. Por esta razão, será necessário um especial cuidado em respeitar os limites da faixa ideal de navegação que eu traçara.”

(Amyr Klink, 1985)

Essa passagem contém uma série de dicas de planejamento para discussão no Coletivo: no primeiro parágrafo, o autor mostra a importância da preparação da ação, de se criar um referencial que oriente o caminho, baseado em estudos e levantamento de informações. Em seguida, Amyr Klink fala da imprevisibilidade do planejamento frente à dinâmica da realidade e da importância de se buscar reduzir o grau de incerteza que cerca um plano. Nesta perspectiva, destaca o reconhecimento dos limites e possibilidades por parte de quem o está executando e a sintonia com o contexto em que se inserem as ações como fatores fundamentais para seu êxito.

No Projovem Adolescente, colocar em prática o planejamento participativo significa envolver todos aqueles que, direta ou indiretamente participam das ações – tanto aqueles que as propõem quanto os que são atingidos pelo que é realizado – nos diversos momentos, de maneira que o diálogo e a troca de opiniões tornam as ações sociais construções efetivamente coletivas. O grande desafio é envolver um número cada vez maior de pessoas para que atuem no sentido de fazer valer os seus direitos e de contribuir para a solução de problemas que incomodam toda a coletividade.

Planejamento Participativo é pensar antes e durante a ação de forma....

conjunta: planejar é um processo grupal

dinâmica e contínua: planejar e atuar são processos simultâneos

orientada para a ação: só as ações transformam a realidade, o plano é apenas uma ferramenta para o trabalho conjunto

coerente: a soma das ações deve garantir resultados

criativa: dar espaço para os sonhos e a inovação

realista: considerar os recursos existentes ou possíveis

C) Estabelecendo um roteiro para a construção do Plano de Atuação Social – PLA

Para que você, Orientador Social, tenha clareza de onde chegar com o processo de construção do PLA, um conjunto de questões são apresentadas a seguir para orientá-lo. Essas questões compõem o roteiro do Plano de Atuação Social do Coletivo e deverão ser trabalhadas e respondidas pelos jovens ao construí-lo:

Roteiro do Plano de Atuação Social do Coletivo

- 1. Qual é a identidade dos jovens autores do PLA? Quem são, o que querem, quais são suas intenções, seus horizontes?*
- 2. Quais são os desafios da realidade social que o Plano pretende enfrentar, ou que potencialidades quer desenvolver? Por que?*
- 3. Com que objetivos? Para que? Qual é o sonho?*
- 4. Com que ações? O que é possível fazer? Para quem?*

Mas, para chegar até aí, é preciso trabalhar passo a passo com o Coletivo, propiciando a reflexão e o amadurecimento na formulação das respostas a essas questões para que efetivamente sejam apropriadas por todos os jovens. Se já compreenderam o que é o planejamento e no que consiste o Plano de Atuação Social – PLA, então é hora de avançar ao Momento seguinte, que inclui sugestões de atividades práticas que ajudarão o coletivo a construir suas próprias respostas.

SEGUNDO MOMENTO

Delineando o Plano de Atuação Social – PLA

A) Os autores do PLA

Um plano não é neutro e nem impessoal, pois vai refletir a maneira de pensar de quem o elabora e o realiza. A identidade de quem o faz é aspecto importante para seu reconhecimento e legitimação nas comunidades. Por isso a apresentação do Coletivo é o ponto de partida para a construção do PLA.

Peça aos jovens para descreverem as principais características do Coletivo: quantos são, de onde são, traços peculiares (talentos e vocações), o que imprime identidade ao Coletivo, o que os motiva ou em que acreditam.

ATIVIDADE: Qual é cara do Coletivo?

Peça para cada jovem escrever e desenhar em uma folha de papel (na frente e no verso) uma motivação, crença, característica e um traço forte do Coletivo. Em seguida, os jovens devem colar a folha nas próprias costas e circular pela sala para que cada um possa ler o que o outro escreveu e marcar um “x” nas características que considera mais acertadas. Destaque as folhas para discuti-las com todo o Coletivo, especialmente as que tiveram mais adesão dos jovens, completando com eles informações e apreciações, até se chegar a um consenso, que deve ser registrado em uma breve redação. Peça a uma dupla ou duas duplas para produzir uma redação final e, no próximo encontro, submeta os textos à aprovação e ajuste de todo o Coletivo.

B) Elegendo o desafio a enfrentar por meio de um diagnóstico

Um desafio sempre é formulado a partir da leitura da realidade e dos interesses de quem a faz. Desafio é a expressão da vontade de agir frente a uma realidade indesejável que se quer mudar ou superar. É a expressão da vontade de criar uma situação ou realidade nova diante de um problema.

O Plano de Atuação Social – PLA é construído com base no diagnóstico da realidade local. Sem que os jovens conheçam e compreendam os problemas e potencialidades reais que afetam a qualidade de vida da comunidade com que convivem ou, em particular, a dos jovens, o plano fica “sem chão”.

Ao longo do Ciclo I, os jovens fizeram pesquisas, levantamentos e estudos diagnósticos caracterizando situações problemas e potencialidades do território e/ou das comunidades que convivem, no âmbito dos temas transversais apresentados. Ao final, destacaram aqueles que mais os sensibilizaram e instigaram. Trata-se agora de aprofundá-los; caracterizar suas causas, diferenciando-as de seus efeitos ou consequências para dimensionar o que é possível fazer para atingir a raiz dos problema.

Além da reflexão sobre as causas dos problemas que mais mobilizam os jovens, iniciada no Percurso Socioeducativo IV, é importante conhecer experiências já realizadas em contextos parecidos ou sobre o mesmo tema de interesse do coletivo. Mais uma vez, vale a pena consultar os Aportes Temáticos, na segunda parte deste volume, em que vários desafios são apresentados de forma propositiva, sugerindo caminhos para intervenções na realidade social que resultem

em melhoria da qualidade de vida e na defesa de direitos. Retome os endereços eletrônicos indicados nesse material e estimule os jovens a pesquisar mais detalhes sobre os grupos e as experiências apresentadas. Peça aos jovens que tentem um contato direto com os jovens das instituições e projetos ali focalizados.

Orientador, selecione entre as experiências apresentadas nos Aportes Temáticos aquelas que são mais próximas aos interesses demonstrados pelos jovens. Elas podem ajudar a consolidar e fundamentar as escolhas feitas pelo Coletivo ao final do Ciclo I.

Uma sugestão de ordem prática, neste Segundo Momento, é iniciar o trabalho com o coletivo construindo com um quadro relacionando os problemas/desafios que mais os mobilizam. A partir desse quadro, sugere-se uma atividade de detalhamento:

ATIVIDADE: Que situações desafiadoras mobilizam os jovens?

Peça aos jovens para descreverem as situações desafiadoras em um quadro sintético e objetivo (veja o exemplo a seguir), considerando:

- que problemas/desafios se destacam no contexto local
- a extensão e gravidade do problema/desafio
- quem são os atores sociais envolvidos e as diferentes visões existentes (nomear quem é afetado e quem tem responsabilidade direta e descrever seus pontos de vista).

PROBLEMAS/DESAFIOS	DESCRIÇÃO

Compreender os diversos pontos de vista dos diferentes atores sociais que influenciam uma determinada situação é fundamental para definir como se vai atuar. A mesma realidade pode ter diversas explicações dadas por atores com visões, interesses e valores diferentes.

A descrição de um problema/potencialidade requer muita atenção e empenho dos jovens. Quanto melhor estiver descrito, mais consistente será a base para o desenvolvimento do PLA e dos projetos que o operacionalizarão. Desta forma os jovens poderão visualizar mais claramente o que deve e pode ser mudado ou potencializado em suas comunidades.

Para uma ação social ser transformadora e bem sucedida é preciso, antes de tudo, conhecer a realidade em que se pretende atuar. Ao realizar uma intervenção na realidade social sem conhecê-la em seus vários aspectos, pode-se provocar efeitos opostos aos que se pretendia.

Orientador, para completar a descrição dos problemas/desafios construa com os jovens uma reflexão sobre suas causas e conseqüências. A causa é o motivo que origina ou que gera o problema. Por exemplo:

Desafio/problema: “Preservar o meio ambiente enfrentando o problema do lixo nas ruas do bairro.”

CONSEQUÊNCIAS	CAUSAS
<i>a. As ruas do bairro são sujas e tem lixo espalhado</i>	<i>a.1 - Muitos moradores não têm lixeiras para armazenar o lixo fora de casa</i> <i>a.2 - As ruas não têm lixeiras coletivas e não se tem onde jogar o lixo</i> <i>a.3 - O caminhão de lixo da prefeitura só passa uma vez por semana para recolher o lixo</i>
<i>b. Os próprios moradores jogam lixo nas ruas comprometendo o meio ambiente</i>	<i>b.1 - Os moradores não valorizam o lugar em que moram porque não tem infraestrutura urbana adequada.</i> <i>b.2 - A pobreza e a ignorância dos moradores torna-os mais vulneráveis aos problemas que o lixo causa.</i>

Ou

Desafio/problema: “Promover a convivência social de pessoas idosas e/ou com deficiências (cegos, surdos, cadeirantes, amputados), que não interagem com os demais moradores nas ruas do bairro e no dia a dia da comunidade.”

CONSEQUÊNCIAS	CAUSAS
<i>a. As pessoas com deficiências se sentem excluídas dos espaços públicos.</i>	<i>a. As calçadas, as ruas, as escolas, os hospitais, os centros comerciais, o transporte público, as praças, os centros de lazer, os prédios públicos e privados não são adaptados às condições diferentes das pessoas com deficiências.</i>
<i>b. As pessoas com deficiências não encontram oportunidades para conviver no bairro.</i>	<i>b. Não há oferta de serviços, que atendam às necessidades de educação, saúde, lazer e de convivência dessas pessoas.</i>
<i>c. Os moradores do bairro discriminam as pessoas com deficiências.</i>	<i>c. As pessoas, de maneira geral, não estão acostumadas a conviver com as pessoas com deficiência, não conhecem o ritmo e as necessidades dessas pessoas.</i>

Um problema pode ter muitas causas relacionadas e também influencia e interage com outros problemas de natureza distinta. O importante é delimitar o problema e identificar causas que estão no âmbito de uma possível ação dos jovens, diferenciando-as de causas que dependem de outros atores sociais ou são mais abrangentes.

Aos analisar cada uma dessas causas os jovens encontrarão pistas para se posicionar em relação a elas e definir que direção querem dar ao PLA. Quais são as causas que ao serem atacadas terão impacto sobre o problema e estão no espaço de governabilidade e de interesse do Coletivo?

ATIVIDADE: Árvore de problemas

Organize com os jovens um exercício para sintetizar a identificação e a diferenciação de causas e consequências, associando-as à figura de uma árvore: na raiz estão localizadas as causas estruturais; no tronco da árvore as causas intermediárias e na copa da árvores (onde estão os galhos, folhas, frutos e flores) estão as consequências e que muitas vezes são tomadas como causas aparentes.

Desenhe uma grande árvore na lousa ou em uma grande folha de papel para cada problema/desafio.

C) Definindo os objetivos do PLA

Os objetivos do plano expressam as mudanças que os jovens pretendem ver realizadas nas situações desafiadoras priorizadas por eles para atuar na comunidade. Ao avaliar as causas dessas situações, relacionando-as com as condições e os recursos que são acessíveis, é possível dimensionar tanto o alcance (propósito ou objetivo geral) quanto a natureza das ações (objetivos específicos) que o Coletivo considera viável realizar.

Projetar objetivos é visualizar onde queremos chegar para superar os problemas identificados.

Por exemplo, se a situação desafiadora é “acabar com o lixo nas ruas do bairro”, o objetivo geral pode ser: “conscientizar os moradores do bairro sobre a importância das ruas limpas para melhoria do meio ambiente, tornando-o mais saudável”, ou seja, o objetivo aponta o que é mais importante para a mudança de uma situação e o que se quer alcançar ao final do PLA, qual é o seu horizonte.

Não basta, entretanto, definir o objetivo geral. Os jovens devem concretizar esse objetivo, buscando caracterizar o que é preciso fazer para alcançá-lo, identificando as grandes ações capazes de incidir nas principais causas do problema e que precisarão ser operacionalizadas no Momento seguinte. Chega-se, assim, aos objetivos específicos do PLA.

Por exemplo: “Para conscientizar os moradores” é preciso:

a) “Esclarecer os moradores sobre os problemas causados pelo lixo à saúde e a qualidade de vida.” Este é um objetivo específico que já aponta para alguns tipos de ações, tais como organizar uma campanha de difusão de informações (podem utilizar diversas estratégias: cartazes, debates, visita aos moradores etc.), ou organizar uma peça de teatro para apresentar aos moradores visando sensibilizá-los para o problema.

b) “Reivindicar melhoria nos serviços de coleta do lixo”. Este objetivo específico aponta para ações de sensibilização, mobilização e organização dos moradores para se unirem, fazerem um abaixo assinado, negociarem com a Prefeitura etc.

Os objetivos específicos direcionam as possíveis ações a serem desenvolvidas e apontam para o delineamento de **Projetos de Ação Coletiva de Interesse Social**.

ATIVIDADE: “Tiro ao Alvo”

Oriente os jovens a responderem a seguinte questão em relação a cada situação desafiadora priorizada por eles: “Qual é o alvo principal, qual é a finalidade, qual o propósito da atuação social proposta pelo Coletivo?” Se houver mais de um desafio a ser enfrentado: “Como podem ser articulados e sintetizados na formulação de um mesmo objetivo geral?” Peça para os jovens trabalharem em grupos uma breve redação que expresse onde querem chegar com o PLA, para depois discuti-las entre todos e concluir pela formulação que melhor responda a questão. Desenhe uma “alça de mira” ou um “alvo” e insira no centro dele este objetivo geral e, em torno dele, as grandes ações necessárias para alcançá-lo (objetivos específicos), posicionando-as de forma a representar as que estão mais próximas e distantes do centro do alvo. Peça aos jovens para nomearem quem são os atores sociais envolvidos nessas ações. Algumas questões sobre a consistência do plano devem ser refletidas com os jovens a partir da caracterização dos desafios, objetivos e ações:

- a soma das ações previstas no PLA garante os resultados que querem alcançar?
- outras ações serão necessárias? Quais?
- quais ações o Coletivo tem governabilidade para realizar com recursos e capacidades próprias?
- quais ações dependem de outros recursos? Poderão ser viabilizados? Como?

D) Formatando o PLA e definindo a sua Marca

Orientador, recupere com os jovens as reflexões e os trabalhos realizados até o presente para sintetizá-los em um só documento. Utilize o roteiro que orientou o desenvolvimento do PLA, apresentado no item C do Primeiro Momento, para recheá-lo com o que foi elaborado conjuntamente no Coletivo.

Com o que foi elaborado até agora, o Coletivo já consegue visualizar a “feição pública” que o seu Plano de Atuação Social – PLA está assumindo?

ATIVIDADE: A “Marca” do PLA

Os jovens devem ser orientados a criar um nome, um desenho/uma imagem e uma frase, que traduzam o sentido da(s) ação(ões) coletiva(s) de interesse social proposta(s) e das motivações que mobilizam o Coletivo. A marca associará cada Coletivo do Projovem Adolescente ao seu PLA. Podem também criar um logotipo, uma bandeira, um brasão ou um totem que seja a expressão da motivação do grupo.

A criação da marca é uma atividade que remete à reflexão, à partilha e ao fortalecimento da identidade do Coletivo. Organize-a prevendo tempo suficiente para os jovens pesquisarem, criarem, negociarem uma proposta comum e, após acordada, poder produzi-la graficamente em texto e em imagem, como a marca do Coletivo. Depois devem aplicá-la para torná-la pública (bandeira, cartazes, *botton*, camisetas etc.).

Atenção, Orientador Social!

Retome o roteiro do PLA apresentado no item C, Primeiro Momento, e avalie com os jovens as condições existentes para o desenvolvimento das ações.

Um Coletivo de jovens pode escolher simultaneamente um ou mais desafios apresentados por diversos temas transversais (por exemplo, saúde e meio ambiente) e situações desafiadoras para dimensionar a atuação no território. Ou definir apenas um desafio para desenvolvê-lo com ações de várias naturezas.

O PLA é um produto de todo o Coletivo. Organizar o trabalho conjunto deve estar na pauta da discussão com os jovens, durante todo o processo de elaboração do plano. Por exemplo: o Coletivo pode se dividir em dois grupos, cada um responsável por um desafio temático; ou o Coletivo pode escolher apenas um desafio que poderá ser desdobrado em ações diversas, assumidas por vários grupos de trabalho do Coletivo. No entanto, você, Orientador, deve avaliar muito bem com os jovens as condições existentes para desenvolvimento simultâneo de diversas ações. Considere com os jovens as seguintes questões:

- um pequeno grupo, sozinho, pode ter dificuldades para desenvolver mais do que um projeto de ação coletiva, sobrecarregando os participantes; se houver problemas com assiduidade dos jovens ou ocorrer evasão do serviço, isso pode comprometer o resultado final do Plano de Atuação Social;
- a diversidade de projetos concentrados em um mesmo Coletivo, solicitará de você, Orientador, uma demanda grande de suportes e apoios por parte dos jovens;
- a importância de estimular a convergência de interesses entre os jovens e valorizar o trabalho coletivo que reúna perfis e habilidades diversificadas entre os participantes.

Ao final da Parte I deste volume, na seção de anexos, são apresentados modelos de Plano de Atuação Social – PLA e de Projetos de Ação Coletiva de Interesse Social – PCs.

TERCEIRO MOMENTO

Elaborando Projetos de Ação Coletiva de Interesse Social

O objetivo agora é criar parâmetros e condições que contribuam à definição do foco em uma ou mais ações de interesse social apontadas no PLA (objetivos específicos) para a formulação do(s) Projeto(s) de Ação Coletiva que a(s) operacionalize(m).

A) Parâmetros para a análise da relevância e pertinência das ações propostas

Inicialmente trata-se de pesquisar e complementar informações e conhecimentos sobre as ações sociais de interesse dos jovens para analisarem as reais condições e viabilidade de implementá-las e consolidar suas escolhas. Visitar experiências existentes no município, conhecer, contatar e se conectar com grupos, instituições, dirigentes e lideranças atuantes no território ou especialistas que atuam nas situações desafiadoras caracterizadas pelos jovens ou que têm interface com elas, na perspectiva de enriquecer a análise, são iniciativas que, protagonizadas pelos jovens do Coletivo, contribuem para esse Momento.

Orientador, organize com os jovens uma agenda de debates, convidando especialistas e representações sociais que lidam com o(s) tema(s) de maior interesse dos jovens.

Um conjunto de critérios deve ser trabalhado com os jovens para analisar a relevância e a pertinência das ações que podem ser desenvolvidas na realidade local, relacionando-as com as potencialidades do Coletivo e os interesses e desejos de atuação dos jovens:

1. Análise das motivações e da prioridade da ação: o interesse efetivo dos jovens e o desejo de enfrentarem um desafio (promoverem mudanças e intervirem em uma determinada situação) são determinantes para a escolha do foco/recorte de ação. A proposta tem que mobilizar objetiva e subjetivamente os jovens para que se comprometam com ela. Mas, também é preciso caracterizar a necessidade ou a importância da ação no contexto em que está sendo proposta para assegurar seu sucesso. Por exemplo: uma ação voltada para solução do problema do lixo na comunidade requer uma análise prévia da situação: diagnóstico, levantamento de dados e contato com aqueles que são diretamente afetados por ele. Uma ação desta natureza deve refletir interesses sociais reais e não hipotéticos ou imaginários para, de fato, ter ressonância na realidade local e conquistar a adesão dos moradores. Por outro lado, a prioridade do Coletivo pode ser para outro tipo de ação social, por exemplo, os jovens querem ser mais valorizados no território onde vivem e propõem a organização de um grupo de teatro para disseminar seus modos de pensar e perceber a realidade local. Neste exemplo, é importante orientar os jovens para criarem os espaços de interlocução e apresentação do trabalho na comunidade.

Ao definir o foco de atuação na comunidade, os jovens não apenas estão detalhando um desafio a ser enfrentado, mas vislumbrando formatos e naturezas de ações sociais diferentes. Os exemplos abaixo servem para orientá-lo, Orientador Social, sobre a diversidade de propostas que potencialmente podem ser objeto de Projetos de Ação Coletiva dos jovens na comunidade, ainda que outros tantos possam ser criados pelos Coletivos:

EXEMPLOS DE FORMATOS DE AÇÕES SOCIAIS

- *Mobilização e organização social dos moradores para articular encaminhamento e negociação junto aos órgãos públicos competentes, relativos às demandas: falta de infraestrutura urbana ou de determinada política social no território em que os jovens vivem;*
- *Produção cultural pelos jovens de expressões musicais, dança e teatro, dentre outras, para apresentação para outros jovens ou em instituições e projetos sociais da comunidade;*
- *Organização de campanhas para sensibilização e informação junto a outros jovens sobre o uso de drogas, DST-AIDS, sexualidade, gravidez precoce etc., com o desenvolvimento de oficinas de orientação, debates públicos e produção de material;*
- *Campanha educativa de defesa e proteção ambiental para destinação adequada do lixo (coleta seletiva; oficina de reaproveitamento de material reciclável para geração de renda);*
- *Organização de trilhas ou passeios turísticos visando valorizar o patrimônio local: preservação e valorização do patrimônio histórico (Exemplo: caracterização e divulgação da história de monumentos e prédios);*
- *Campanhas de interesse público, tais como campanha de vacinação, dentre outras. (Exemplos: apoio organizativo; sensibilização do público alvo etc.)*
- *Ações de apoio a serviços, programas e projetos sociais desenvolvidos pela rede pública local: creches, abrigos, núcleos socioeducativos, Programa Bolsa Família (PBF), Programa Saúde da Família (PSF) etc. (Exemplos: desenvolvimento de atividades lúdicas e recreativas em equipamentos públicos; apoio ao agente comunitário de saúde; “contação” de histórias para crianças e idosos, outras.);*
- *Apoio aos conselhos, fóruns, movimentos sociais e culturais locais (Exemplo: apoio à organização; sensibilização e disseminação de propostas ao público juvenil por meio de seminários, oficinas, produção de material);*
- *Apoio ao desenvolvimento de Associações de Moradores, Sindicatos, Organizações Não Governamentais; Grupos juvenis e todos os tipos de organizações voltadas à defesa de direitos e de interesses coletivos e públicos (Exemplo: ações que contribuam com a organização; difusão de informações de interesse público; mobilização para uma causa social);*
- *Pesquisas e estudos sobre a relação dos jovens com o mundo do trabalho no município. (Exemplos: pesquisa sobre o mercado de trabalho para os jovens, Lei do Aprendiz etc.).*

2. Análise de oportunidades: avaliar os espaços, apoios e recursos que já existem ou podem facilmente ser acessados em torno das propostas de ação do Coletivo. É importante considerar os contatos, relações, experiências e inserções que os jovens já tenham relacionadas com a ação social prevista, bem como identificar movimentos, redes, organizações públicas e privadas do entorno que já atuam na situação focalizada pelo Coletivo e que podem contribuir com a sua ação. Algumas questões podem ser trabalhadas com o Coletivo, por exemplo:

- Quais são os aspectos político-institucionais do contexto local que favorecem a atuação dos jovens?
- Que parcerias potencialmente existem e podem ser firmadas pelos jovens que agregam recursos e apoios para viabilizar e agilizar a ação proposta?

3. Análise de viabilidade: dimensionar os apoios com que se pode contar; às competências e os recursos que se dispõem para a implementação de determinada ação. Trata-se de avaliar claramente os limites e as potencialidades dos jovens do Coletivo frente às condições existentes e, ainda, considerar o tempo que o Coletivo tem para a realização da ação comunitária no horizonte de duração do serviço socioeducativo.

ATIVIDADE: Check up das ações

Organize com os jovens uma pesquisa de campo sobre os itens 1, 2 e 3 indicados anteriormente, preparando com eles roteiros para levantamento de informações, por meio de conversas dirigidas com técnicos, personalidades, lideranças, dirigentes de instituições e de movimentos locais, que tragam elementos para subsidiar análises com todo o Coletivo.

A definição de um foco de ação/atuação dar-se-á em sintonia com a análise das estratégias possíveis de intervenção no(s) problema(s)/desafio(s) escolhido(s). O desejo de mudança e a vontade de enfrentar mobilizam a busca de ideias e soluções que levam ao próximo passo: transformar essas ideias em projetos, ações e atividades para fazê-las acontecer na prática.

B) Detalhando as ações em Projetos

A atuação social, proposta no plano elaborado pelos jovens, corresponde ao enfrentamento de uma situação-problema, ou o investimento numa oportunidade identificada no diagnóstico, por meio de uma intervenção na comunidade.

O projeto é o instrumento que organiza esta intervenção, dimensionando resultados que deverão ser alcançados com a realização de determinadas atividades, que demandam recursos humanos e materiais para serem concretizadas em um determinado período de tempo.

Há muitas formas de organização de um projeto de ação, além do roteiro sugerido a seguir, mas, de forma geral, as seguintes questões orientam a formulação de um projeto:

Roteiro para elaboração de Projeto de Ação Coletiva de Interesse Social – PC

1. Qual é ação proposta? E para que vamos realizá-la?

Aqui se define a **natureza** do projeto, seu **objeto** e quais são os **objetivos** pretendidos com a ação. Onde queremos chegar para enfrentar o desafio ou superar o problema identificado no diagnóstico. O que se pretende alcançar?

2. Por quê?

Justificativa ou fundamentação da ação: que problemas, oportunidades ou desafios específicos serão enfrentados pela intervenção social proposta? Em que contexto estão inseridos? Quais são as razões que justificam o enfrentamento?

3. Para quem?

O **público alvo** de um projeto é o grupo de pessoas mais atingido pela ação proposta. É importante pesquisar e buscar descrever qualitativamente suas características mais importantes (econômicas, condições sociais e culturais) e estimar quantas pessoas serão atingidas com a ação social proposta (análise quantitativa).

Nesse momento pode-se aproveitar para organizar com os jovens contatos e visitas que possibilitem um conhecimento mais qualitativo do público alvo e do local onde este se encontra, suas condições e modos de vida, cultura, valores etc.

4. Que resultados queremos alcançar?

Os resultados derivam do objetivo definido para o projeto e estão diretamente relacionados às intervenções práticas, às atividades e ao que se espera com a realização delas. Os resultados correspondem aos efeitos que a ação realizada pelos jovens provoca na comunidade. Por exemplo, numa ação do tipo “campanha contra o lixo jogado nas ruas”, o resultado esperado pode ser:

- “x moradores não jogam mais lixo nas ruas”;
- “x ruas estão hoje mais limpas no bairro”.

5. Que atividades é preciso realizar para alcançar os resultados pretendidos?

Para cada resultado buscado, uma ou mais atividades precisam ser desenvolvidas. É importante não confundir a “ação”, foco do projeto, com as “atividades” necessárias para viabilizá-la, por exemplo: a “reciclagem do lixo” (ação) pode ser desenvolvida com atividades para:

- sensibilização dos moradores sobre a importância da reciclagem e informações práticas sobre como fazê-la;
- articulação de moradores que podem usufruir da reciclagem para geração de renda;
- organização de oficinas de criação com material reciclável, entre outras.

Nesse sentido, ação é sinônimo de feito, obra. A atividade corresponde ao trabalho específico, às tarefas e ao que é necessário desenvolver para realizar a ação. Uma ação sempre requer um conjunto de atividades.

6. Que recursos humanos e materiais são necessários para concretizá-las?

Prever que recursos humanos e materiais são necessários para alcançar os resultados esperados. Que habilidades e conhecimentos são necessários? Esses recursos existem ou precisam ser buscados? Quem pode ser contatado para contribuir? Que apoios e parcerias já existem ou podem ser conseguidos?

7. Quando tempo é necessário para realizar as ações?

Para alcançar os resultados é necessário também programar o tempo em que se desenvolverão as atividades e os responsáveis por elas. O **cronograma** é um instrumento que permite visualizar a distribuição das atividades e das tarefas no tempo, assim como seus responsáveis, possibilitando que todos tenham clareza de quando e como as coisas vão acontecer, podendo identificar possíveis desvios em relação ao que foi planejado, possibilitando fazer as correções necessárias.

8. Quem são os responsáveis pelas atividades. Quem faz o quê?

Divisão de responsabilidades e tarefas de todos os envolvidos direta ou indiretamente na ação social: os jovens, orientadores, técnico do CRAS, apoiadores e parceiros nas ações.

Esse é o momento de levantar as habilidades e possibilidades de cada um contribuir no desenvolvimento da ação, identificar quem melhor pode realizar determinadas atividades e definir responsabilidades e compromissos. Não basta ter boa vontade, é preciso ter conhecimentos para realizar bem algumas tarefas.

Desenvolva com o Coletivo os passos para elaboração de um projeto, de maneira que possam ser visualizados pelos jovens. Prepare o roteiro com os itens aqui apresentados e exponha-o em forma de mural num local onde os jovens possam consultá-lo quando estiverem desenvolvendo cada item do projeto.

C) Articulando apoios e parcerias para a execução do projeto

O sucesso de uma intervenção social depende do quanto se consegue de adesão das pessoas direta e indiretamente envolvidas. Para um projeto ganhar força é preciso do apoio da comunidade. Os jovens devem ser orientados a identificarem previamente pessoas e organizações que podem colaborar para o desenvolvimento das ações sociais. Depois do projeto elaborado, nova rodada de contatos, visitas e interlocuções deve ser feita para a apresentação da proposta e identificação de novos parceiros.

Orientador, avalie com o técnico do CRAS os projetos elaborados pelos jovens e veja que apoios e parcerias podem ser facilitados pela equipe do Projovem Adolescente, pelo CRAS e pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

O termo parceria tem sido empregado para traduzir várias formas de relação entre diferentes organizações, instituições ou empresas. Compreendida como união de pessoas/organizações em torno de um interesse comum, frequentemente a palavra “parceria” também é associada à ideia de complementaridade entre as partes, soma de esforços, responsabilidade partilhada ou corresponsabilidade, ação integrada, participação conjunta.

Alguns fatores comuns em experiências que envolvem parcerias sugerem que a consolidação das relações entre parceiros passa em diferentes níveis e graus pela:

- compreensão compartilhada da situação ou da realidade social em que se estrutura a ação conjunta;
- construção de relações de confiança entre parceiros por meio de trocas e conhecimento mútuo proporcionado pela convivência. Essa confiança ganha expressão quando existe e se reconhece a reciprocidade do investimento de cada parte em torno do projeto comum e quando se constroem afinidades de posturas e de crenças;
- respeito e valorização das diferenças entre parceiros que proporciona aprendizagem entre saberes e complementação de competências no desenvolvimento das ações;
- flexibilidade nas relações, que favorece o surgimento de novas oportunidades, bem como a recriação dos processos de trabalho. Supõe ainda interação permanente e diálogo aberto;

- informação e comunicação ágil e contínua que alimentam o processo coletivo de trabalho ampliando horizontes e renovando-os continuamente, bem como favorecendo maior horizontalidade nas relações e qualificando a participação;
- transparência na prestação de contas do que está sendo feito por cada parceiro e na avaliação da atuação de cada parte envolvida;
- apropriação dos resultados e impactos que são gerados pelas ações comuns;
- respeito à autonomia e independência de atuação entre parceiros, respeitando-se os acordos estabelecidos, que pressupõe definição clara de papéis e funções de cada uma.

ATIVIDADE: Construção do “Mapa de parcerias e apoios”

Oriente os jovens a fazer o levantamento do “Mapa de parcerias e apoios” ao(s) projeto(s). Lembre aos jovens que quanto mais claro o projeto estiver, mais fácil será conquistar pessoas e instituições para abraçá-lo. Construa com eles um roteiro para isso.

Roteiro para identificação dos parceiros do projeto

- 1. Que pessoas e instituições podem ser contatadas? (Na Prefeitura, nas ONGs, em serviços ou programas sociais do bairro ou região? No comércio, nas empresas, nas escolas, faculdades?). Quem pode se interessar ou ser beneficiado pelo(s) projeto(s)? Que pontos em comum poderiam ser buscados?*
- 2. Que conhecimentos de profissionais podem colaborar com o(s) projeto(s)? (professores, assistentes sociais, psicólogos, técnicos de saúde etc.)*
- 3. Quem se encarrega de fazer cada contato listado?*
- 4. Como apresentar o(s) projeto(s) em cada contato feito? O que dizer?*

A partir desse levantamento, organize os jovens em grupos para realizar as visitas de articulação de parcerias. É importante que a equipe do Projovem se divida para acompanhar os grupos. Utilizem os bottons, crachás ou outra forma de identificação que leve a marca escolhida pelo coletivo para o projeto. Saber que a marca do projeto foi elaborada pelos jovens instiga as pessoas a apostar no projeto.

Na volta da primeira rodada de articulação, sistematize com os jovens os resultados dos contatos feitos por eles, contextualizando as dificuldades encontradas, pontos de interesse comum, potencialidades e desafios identificados. Respondam: (a) Que tipo de parceria se obteve? Apoiadores? Executores?; (b) O que essas parcerias somam aos projetos e em que os facilitam? (c) A forma que o coletivo encontrou para articular foi eficiente? (d) O que faltou? (e) O que é preciso rever no projeto? (f) Serão necessários mais contatos?

D) Socializando os projetos

Para consolidar as ações que estão sendo desenvolvidas pelos jovens, é importante socializá-las com outros Coletivos e junto à comunidade. Neste sentido, você, orientador, deve assessorar os jovens tanto para que escrevam um texto simples

que apresente objetivamente a proposta, como para a apresentação pública do que eles pretendem fazer. A força simbólica desses dois procedimentos contribui para o comprometimento dos jovens e valorização de sua atuação.

Crie condições para que os jovens preparem uma apresentação dos projetos de forma criativa, recorrendo a linguagens expressivas, artísticas e culturais, para serem compartilhados entre os jovens dos diversos Coletivos da região e, na sequência da ação, serem apresentados à comunidade.

ATIVIDADE: Consolidando o compromisso dos jovens com a atuação social no território e compartilhando os projetos com a comunidade

Incentive e assessorie os jovens para que organizem uma “Feira de Apresentação de Projetos” entre os Coletivos do território ou do município. Os jovens podem apresentar, intercambiar e compartilhar suas experiências de planejamento (e os projetos montados), socializando os temas e os desafios nos quais irão trabalhar e articulando possíveis diálogos e complementações de trabalhos entre os territórios. A Feira pode ser aberta à comunidade e servir como uma estratégia de apresentação à população e aos atores locais das propostas coletivas dos jovens.

QUARTO MOMENTO

Concretizando a Atuação Social

Este é o momento de colocar em operação as ações previstas pelos jovens, convertidas em Projetos de Ação Coletiva de Interesse Social – PC's. É hora de realizar; de os jovens mostrarem à comunidade uma nova faceta da sua juventude: uma postura crítica e pró-ativa frente às questões do cotidiano, que afetam toda a coletividade, e que foi construída ao longo de sua participação no Projovem Adolescente. Uma nova postura, fundada numa consciência cidadã: direito a ter direitos. Trata-se, portanto, de um momento muito especial, repleto de significado, em que se estabelece um novo patamar de convívio entre o jovem e o seu entorno social, onde o jovem passa a ocupar um lugar diferente e socialmente valorizado, de quem participa e contribui para uma vida melhor para todos.

Sem dúvida, este é o clímax do serviço socioeducativo. Por isso não é demais insistir na importância de se apoiar o coletivo no desenvolvimento e na execução dos seus projetos de ação. Tirá-los do papel e dar-lhes concretude é uma condição *sine qua non* para o pleno sucesso do Projovem Adolescente. O Percorso Socioeducativo V – Coletivo Articulador-Realizador tem esse caráter integrador das aprendizagens e aquisições realizadas individual e coletivamente pelos jovens.

Diante da pluralidade dos desafios presentes nos territórios de maior vulnerabilidade social e da multiplicidade e diversidade das formas de atuação social e dos projetos possíveis de serem empreendidos pelos jovens para o seu enfrentamento, não é o caso, neste texto, de focalizar a execução detalhada de um ou outro projeto singular. Cabe, entretanto, agregar aqui algumas estratégias necessárias ao desenvolvimento de quaisquer ações.

Concretizar as ações no território exige:

- desenvolver processos e meios de comunicação, interação e mobilização entre os jovens e os envolvidos nas ações;
- potencializar a criação de espaços de participação para implementar as ações planejadas;
- monitorar e avaliar os projetos em desenvolvimento para ir construindo a memória objetiva e subjetiva das experiências vivenciadas e os resultados destas.

A atuação dos jovens no território, demanda relações com outros grupos sociais, com os moradores da comunidade, com lideranças de instituições públicas, privadas e comunitárias – como escolas, equipamentos de saúde, equipamentos de lazer, ONGs, empresários, conselhos e organizações de bairro, dentre outras –, para a viabilização das ações e o envolvimento das pessoas com importância estratégica para o trabalho planejado pelos jovens. Neste momento, seu desafio, Orientador Social, é capacitar os jovens para lidar com processos e meios de comunicação, criar e potencializar espaços participativos e construir procedimentos para acompanhar e avaliar continuamente as ações que estão sendo implementadas. A seguir, esses aspectos são destacados separadamente com o objetivo de subsidiar seu trabalho com os jovens.

A) Investindo em processos e meios de comunicação, interação e mobilização social

Comunicação é um processo através do qual os indivíduos cooperam, trocam experiências, conhecimentos, idéias, sentimentos e estabelecem relações entre si e que, portanto, faz parte de qualquer ação coletiva, comunitária, social.

Nas relações construídas entre os jovens, a população e os representantes de organizações locais, públicas e priva-

das, deverão ser cuidadas as formas e as estratégias de comunicação e de envolvimento das pessoas, uma vez que desse cuidado dependerá a qualidade do comprometimento das pessoas e, conseqüentemente, a qualidade da participação que será gerada.

O potencial dos jovens, a cultura, a vocação do município, as condições e recursos com os quais os Coletivos possam contar – inclusive um conjunto de ideias e referências apresentadas neste caderno –, permitirão a vocês irem criando estratégias facilitadoras e qualificadoras de participação. Podem ser montadas exposições fotográficas para apresentar os diagnósticos sobre os territórios; fanzines feitos pelos jovens que resumam as situações encontradas e mostrem para a comunidade os temas e os desafios que os jovens assumiram para lidar e como estão se ocupando com eles ou pretendem com eles trabalhar; podem-se visitar rádios e jornais e dar depoimentos a radialistas e jornalistas sobre os planos e as ações em curso; montar blogs e alimentá-los com informações sobre as ações e eventos desenvolvidos; organizar eventos culturais, esportivos ou de lazer; produzir teatro (podem ser pequenas esquetes a serem desenvolvidas nas escolas ou em espaços públicos como parques, praças ou mesmo nas ruas do bairro ou do município); intervenções urbanas que falem dos desafios dos territórios e dos projetos e ações dos jovens, por exemplo, a grafiteagem de um muro em um espaço da cidade bastante utilizado pela comunidade; a montagem de uma instalação (por exemplo, um totem – ou vários) em um espaço de convivência da comunidade, entre inúmeras outras possibilidades.

A escolha dos diferentes meios de comunicação – entendidos como os operadores de um processo de comunicação ou os instrumentos que permitem a intermediação com as pessoas da comunidade – está relacionada com o público que se queira atingir e com os objetivos das ações no território. Os meios de comunicação podem ser usados para:

- (a) sensibilizar os moradores sobre o(s) problema(s)/desafio(s) que tenha(m) sido escolhido(s) para atuar e, nesse caso, um cartaz ou uma faixa, podem ser meios para “provocar” a comunidade;
- (b) mobilizar as pessoas para enfrentar o(s) problema(s)/desafio(s) e, para tanto, um folheto com a “cara dos jovens”, um fanzine, por exemplo, pode ser um bom meio, dependendo de quem se quer mobilizar;
- (c) organizar a participação em uma reunião ou outro tipo de atividade, nesse caso, uma dramatização, ou um teatro de rua, podem ser excelentes meios para isto.

A seguir, resumimos alguns meios de comunicação, dentre os quais alguns podem ser produzidos por vocês, chamando a atenção que quando bem eleitos e usados, podem ser muito adequados para qualificar os processos de comunicação:

Meios de Comunicação

Visuais: *fotografias, desenhos, cartazes, pinturas, grafites, posters, totens etc.*

Escritos: *convites, cartas, murais, poesias, fanzines, cordeis, livretos etc.*

Sonoros: *música; repentis; rádio; versos rimados (por exemplo, os da cultura hip-hop) etc.*

Teatrais: *dramatizações, teatro de rua, danças folclóricas, hip-hop, teatro de fantoches, pantomima mímica etc.*

Audiovisuais: *cinema, vídeo, tevê, Internet etc.*

Orientador Social, tenha em mente, neste momento, que o desenvolvimento das habilidades comunicativas no Projovem Adolescente é um dos objetivos do eixo “Mundo do Trabalho”, implementado nas oficinas de Formação Técnica Geral – FTG. A esta altura do Percurso V, é provável que vários dos meios de comunicação aqui apresentados já tenham sido exercitados e experimentados pelos jovens, razão pela qual é muito importante que a decisão sobre as estratégias de comunicação a serem utilizadas envolva o Facilitador da FTG e seja debatida no coletivo.

B) Desenvolvendo espaços participativos

A implementação de projetos de ação coletiva no território vai configurando espaços de participação dos jovens em suas comunidades de pertencimento. Espaços de interação e de relações em que se organizam grupos de trabalho, de discussão, rodas de conversas, encontros, palestras, debates, oficinas, painéis, seminários, assembleias, eventos, feiras e outras formas mediadoras do trabalho coletivo.

Por meio destes espaços os jovens qualificam suas relações com a comunidade e sua atuação social. Entretanto, para cumprirem essas funções, eles precisam ser cuidadosamente pensados, planejados e conduzidos pelos jovens, que deverão considerar diferentes aspectos, dentre os quais: a programação, tempo de duração, infraestrutura (local, recursos, equipamentos) e coordenação do evento.

Alguns exemplos de espaços participativos são apresentados a seguir, tendo em vista sua adequação ao momento de implementação dos projetos de ação dos jovens no território, embora existam inúmeros outros que não serão abordados neste texto:

Reunião: com suas diferentes formas decorrentes do contexto de trabalho em que seja utilizada e dos objetivos que se tenham, constitui-se em uma mediação eficaz quando se trata de trabalhar com grupos e coletivos. Em geral, as reuniões são utilizadas para informar; tratar de um (ou mais) temas e debatê-los; organizar os trabalhos; dividir tarefas e responsabilidades; tomar decisões; tratar de conflitos; buscar consensos; avaliar ações desenvolvidas; dentre outros. Para ser produtiva uma reunião tem que ser preparada com antecedência, desenvolvida com cuidado e avaliada após o seu término. A preparação deve considerar os seguintes aspectos:

- (1) definir o que se pretende alcançar ao final da reunião;
- (2) organizar a proposta de pauta da reunião – um roteiro com a ordem dos assuntos que serão discutidos, o tempo previsto para cada um e a duração total da reunião;
- (3) preparar as principais orientações ou referências para os assuntos da pauta;
- (4) dividir tarefas e responsabilidades entre os jovens.

Com relação a este último ponto é necessário :

- a) definir quem é responsável pelos convites aos participantes e pela preparação do local e do ambiente da reunião;
- b) estabelecer quem providenciará o material e o equipamento de apoio para a reunião: papel, canetas, cartelas, pincéis, cartolinas, material didático etc., assim como cadeiras, mesas de apoio e equipamentos, responsabilizando-se por criar a ambientação necessária para a reunião (preparar o local, colocar, se possível, as cadeiras em círculo, preparar água, café, copos etc.) e tomará outras providências que sejam necessárias, de acordo com a realidade e objetivos da reunião;

c) estabelecer quem coordenará a reunião; receberá os participantes e convidados e os orientará quanto à pauta e a organização da reunião, sobre sua participação e o tempo que terão para sua fala ou exposição, se for o caso. O coordenador também administrará o tempo; registrará as falas e o que for debatido. Se necessário, para essa tarefa o coordenador poderá ter o apoio de outros jovens previamente definidos. Ao final do debate, o coordenador deverá sintetizar o que foi discutido, recordar os objetivos da reunião, resumir o desenvolvimento desta e as principais conclusões e os encaminhamentos aos quais se chegou, agradecer a todos e encerrar a reunião.

Com o objetivo de contribuir para que os jovens desenvolvam habilidades de organizar e coordenar espaços de comunicação e participação, é muito importante que você, orientador social, além de subsidiá-los com informações e conhecimentos, monte exercícios e simulações (vivências e dramatizações), por exemplo, de coordenação de reuniões, que possam ser desenvolvidas pelos jovens, em seus grupos de trabalho no Coletivo, ou com outros Coletivos existentes no território.

Seminário: é uma estratégia organizada para aprofundar o conhecimento que se tenha sobre um ou mais temas. Há várias maneiras de se organizar um seminário:

(a) todos os participantes desenvolvem previamente estudos e leituras para serem compartilhados e discutidos com outros;

(b) organiza-se um painel em que especialistas, lideranças da comunidade/território e outros são convidados a apresentar suas reflexões e/ou experiências sobre o tema. As abordagens diferentes ou complementares possibilitam aos participantes formar uma visão mais abrangente sobre o tema;

(c) organiza-se uma mesa-redonda com especialistas com visões divergentes sobre o mesmo tema, para exporem seus pontos de vista e problematizarem os dos outros.

Evento: é a organização de uma ou mais atividades sobre um ou mais temas, com a intenção de dar publicidade, torná-lo mais visível publicamente e envolver grande número de participantes. Evento quer dizer “acontecimento”, por isso, geralmente é aberto ao público em geral.

Feira: tem o objetivo de proporcionar contatos e intercâmbios de experiências, por meio da exposição (ou pode ser a venda) de materiais ou produções do grupo ou grupos que a organizaram. A Feira pode, ou não ser aberta ao público.

Assembleia: reúne aqueles que participam de uma mesma ação, de um mesmo programa ou de uma mesma instituição para informar sobre assuntos práticos que são de interesse geral. Nas assembleias, a tomada de decisão para aprovação de propostas de solução de um problema se faz por meio de votação, após apresentação de argumentos de defesa ou de rejeição.

C) Monitorando as ações desenvolvidas e avaliando o PLA

Ao planejarmos uma ação, podemos ignorar certos aspectos da realidade, cometer equívocos ao dimensionar os recursos necessários ou, ainda, contar com certas condições favoráveis que, mais tarde, verificamos não existirem na prática. Podem ocorrer também imprevistos, que interferem no andamento do projeto. O monitoramento é o processo que nos permite verificar, ao longo da execução de um projeto, se ele está acontecendo a contento, da maneira como foi planejado. Comparando o que foi previsto com o que está acontecendo de fato, podemos tomar decisões em tempo hábil para correção de rumos, caso isto seja necessário.

Geralmente, o monitoramento se realiza sobre a utilização dos recursos e sobre a execução das atividades. Os recursos previstos estão sendo suficientes? Há necessidade de outros recursos não previstos? Quais? Como se pode obtê-los? Quando a realidade difere da programação, um bom monitoramento nos permite identificar os fatores que interferiram na realização das atividades, ajudando-nos a pensar formas de superar eventuais obstáculos, ou apontando-nos a necessidade de alterar o planejamento.

Para que se possa comparar o que está sendo realizado com o que foi planejado, é necessário registrar todas as informações referentes à execução dos projetos. Todos os registros são importantes: relatos de visitas, atas de reunião, planilhas de recursos disponíveis e gastos, fotos, vídeos, sínteses de discussões internas do coletivo etc.

Quanto ao monitoramento das atividades, um instrumento importante a ser utilizado é o “cronograma de acompanhamento”, apresentado ao final desta Parte I no anexo III. Ele reproduz o cronograma do projeto, acrescentando, para cada atividade, uma linha para o registro do tempo efetivamente gasto na execução, logo abaixo da linha do tempo inicialmente previsto. Se o Plano de Atuação Social – PLA é composto de várias ações e, portanto, de vários Projetos de Ação Coletiva de Interesse Social, o cronograma de acompanhamento deve incluir todas as ações, como no exemplo apresentado. No campo destinado às observações, os jovens devem anotar as informações que explicam a diferença entre o cronograma proposto e o executado. Estas observações são extremamente importantes, pois fornecem as pistas para a adequação do planejamento.

A avaliação do Plano de Atuação Social – PLA do Coletivo deve ocorrer antes, durante e depois de sua execução, visando determinar sua pertinência, eficiência, eficácia e impacto, tendo em vista os objetivos propostos.

Uma primeira questão a considerar é: o desafio escolhido é relevante? Em que grau a situação-problema afeta a comunidade? E, em seguida, o objetivo geral (a mudança que se quer produzir na realidade) está bem formulado? Os objetivos específicos relacionam-se coerentemente com o objetivo geral? Cada ação proposta está fundamentada no diagnóstico realizado sobre a situação-problema e contribui para o alcance do objetivo geral?

Durante a execução dos projetos a avaliação deve observar: o objetivo do projeto está sendo alcançado? As atividades estão sendo realizadas dentro dos prazos previstos?

Ao final de cada projeto deve-se avaliar seus resultados, ou seja, se o objetivo foi alcançado (eficiência) e se isto realmente contribuiu para o enfrentamento do desafio, alterando a realidade da maneira pretendida (eficácia).

Complementando a avaliação do PLA, de posse dos resultados da avaliação de todos os projetos que o compõem, deve-se tentar avaliar os seus impactos sobre a comunidade e sobre os próprios jovens, incluindo conquistas subjetivas (a expressão qualitativa das compreensões e sentimentos que o processo de implementação do plano e das ações no território produziram). Como as mudanças mexeram com a vida das pessoas? Houve impactos não previstos ou indiretos?

A avaliação final do Plano de Atuação Social – PLA deve ser participativa, envolvendo, além dos jovens, a equipe de referência do Projovem Adolescente, o CRAS, os parceiros e a comunidade. Ela pode incluir a realização de entrevistas, a utilização de questionários, a filmagem de depoimentos, dentre outros instrumentos.

QUINTO MOMENTO

Sistematizando a Experiência e Projetando o Futuro

A) O processo de sistematização

A sistematização é fruto de um conjunto de procedimentos voltados para resgatar, registrar, ordenar e refletir sobre metodologias, conteúdos e práticas desenvolvidas ao longo do trabalho socioeducativo, ressignificando-os e produzindo novos conhecimentos. Os registros permitem reconstruir as aprendizagens desenvolvidas, relacioná-las, compará-las e associá-las a outras experiências; refletir sobre elas e articular uma visão de conjunto, com um olhar mais abrangente, capaz de gerar uma nova compreensão sobre tudo o que foi realizado. Nesse sentido, a sistematização propicia a apropriação individual e coletiva das aprendizagens construídas pelo conjunto das experiências desenvolvidas pelos jovens no Projovem Adolescente e cria condições para os jovens disseminá-las.

Atenção

Orientador Social, é preciso recuperar os registros que os jovens foram fazendo ao longo da implementação dos projetos de ação coletiva no território. Os registros são a matéria-prima do processo de sistematização porque trazem a memória e as informações do trabalho realizado. Proponha aos jovens que, com sua ajuda, recuperem todos os registros que haja no Coletivo sobre as atividades desenvolvidas no Percorso Socioeducativo V do Ciclo II e de seus vários Momentos. Esse material será importante para o desenvolvimento da atividade proposta a seguir, com o objetivo de sistematizar e socializar as experiências.

O momento exige revisitar o que foi feito e ressignificar as práticas participativas a partir das vivências proporcionadas no âmbito do Projovem Adolescente. Isso deve ser feito por meio de dinâmicas grupais e outras técnicas que permitam ordenar, numa sequência temporal, os fatos mais importantes que marcaram o percurso socioeducativo.

ATIVIDADE: “O filme da experiência”

Fixar na parede uma longa tira de papel desenhada como se fosse uma fita de filme em branco, dividida em espaços de tempo que situem “cenas” recuperadas da memória dos jovens e dos registros concretos e documentos que o Coletivo foi produzindo sobre as experiências. Esses registros devem abranger desde o início da formação do PLA, passando pela sua implementação com o desenvolvimento dos projetos de ação coletiva no território, incluindo o momento de avaliação da atuação social dos jovens.

Cada “quadro/cena” do filme criado pelos jovens deverá ser preenchido com desenhos e imagens que expressem o momento e algumas palavras-chaves que narrem/explicuem a cena retratada e seus acontecimentos. Os quadros/cenas do filme devem expressar: (a) o trabalho de planejamento conjunto; (b) o que foi efetivamente realizado; (c) os efeitos/contribuições produzidas no território que podem ser observadas; (d) o que desponta como necessidades de continuidade das ações para o enfrentamento das questões/desafios trabalhados; e (e) as contribuições do PLA na aprendizagem e na formação dos jovens: o que resgataram para si mesmos?

Sucessivamente, os jovens irão do fim para o início, preenchendo/rebobinando a fita do filme que retrata o que foi vivenciado e que agora poderá ser apreciado em sua totalidade.

O coletivo, a partir da coordenação do orientador social e de suas questões instigadoras, deverá refletir e comentar a produção e o conteúdo do filme.

B) Socializando as aprendizagens entre os coletivos

Dependendo da configuração que assume o Projovem Adolescente no território e no município, será possível e desejável a realização de atividades para a socialização das experiências de atuação social dos diferentes coletivos. Com esta finalidade, sugere-se a organização de um evento de caráter mais amplo, reunindo os jovens, seus familiares, os CRAS, os parceiros do Projovem Adolescente e as diversas comunidades de alguma forma envolvidas neste grande processo de mobilização e atuação social. Promove-se, assim, uma “costura” entre as diferentes experiências, percebendo-se seus nexos e interfaces dentro de cada um dos temas transversais e dos desafios que lhes são inerentes, bem como uma visão integrada do processo e dos resultados da participação cidadã dos jovens, fomentada pelo serviço socioeducativo.

C) Projetando a atuação futura dos jovens

Este é o momento final do Percorso Socioeducativo V e o fim da jornada do Coletivo no Projovem Adolescente. Hora de olhar para trás, pensar sobre o caminho percorrido, integrar as experiências e projetar o futuro. De onde partimos? Até onde chegamos? Onde podemos chegar? As atividades de avaliação e de sistematização do Percorso Socioeducativo V, somadas ao conhecimento adquirido pelos jovens ao longo dos dois ciclos do Projovem Adolescente (pessoas, organizações e redes com quem travaram contato), devem fornecer-lhes pistas de novas oportunidades e possibilidades de engajamento social em ações de interesse público que consolidem sua participação cidadã. As questões a seguir, dentre outras que se possa formular, contribuem para uma reflexão sobre isso:

1. Que pessoas, grupos, organizações, locais ou regionais estão interessados na continuidade das ações desenvolvidas pelos jovens do Coletivo? De que maneira essas organizações expressam o interesse na continuidade e como se colocam quanto a possíveis desdobramentos de atividades e ações dos projetos desenvolvidos pelo Coletivo de jovens?
2. Como os próprios jovens se colocam quanto a possíveis continuidades ou desdobramentos das ações nos territórios? Que organizações, redes sociais locais ou regionais são importantes e poderiam ajudar nesse sentido? Que ações de fato teriam viabilidade de continuidade no território?

Prezado orientador social, dedique os últimos encontros a refletir com os jovens sobre o futuro, suas expectativas, seus planos. Retome, no Traçado Metodológico, os resultados esperados do Projovem Adolescente e os discuta com os jovens. Vocês chegaram lá? Se a resposta para esta última pergunta é sim, com certeza o Projovem Adolescente terá sido um ponto de inflexão na vida de muitos desses jovens. Terão uma autoestima e um nível de aspiração mais elevados. Hão de querer mais da vida, de ter muitos planos e um projeto de formação pessoal e profissional. São cidadãos mais qualificados e, seja qual for a sua realidade social, estarão mais preparados e fortalecidos para enfrentar os desafios do presente e do futuro.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO & BRANCO (Orgs). **Retratos da juventude brasileira**. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto da Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ARMANI, D. **Como elaborar projeto**: guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo editorial, 2000.
- BENEVIDES, M.V. **Democracia e Cidadania**. In: VILLAS BOAS, R. (Org) Participação popular nos governos locais. Nº14. São Paulo: Revista Polis, 1994.
- BOSH, E. R. V. D. **Caderno de propostas**: métodos e atitudes para facilitar reuniões participativas. São Paulo: Prefeitura de São Paulo: Fundação Friederich Ebert/ILDES, 2004.
- BROSE, M (Org). **Metodologia participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- CORROCHANO, M. C. **Elaboração participativa de projetos**: uma guia para jovens. São Paulo: Ação Educativa, 2002.
- CORTI, A. P. **Diálogos com o mundo juvenil**: subsídios para educadores. São Paulo, Ação Educativa, 2004.
- COSTA, A. C. G. **Aventura Pedagógica**: caminhos e descaminhos de uma ação educativa. 2ª. ed. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.
- _____. **Protagonismo Juvenil**: adolescência, educação e participação democrática. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.
- _____. **Pedagogia da presença**: da solidão ao encontro. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.
- _____. **Presença educativa**. São Paulo: Ed.Salesianas, 2001.
- DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos**. In: DAGNINO, E.(Org.) Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DIAZ, J. B. **O que é participação?** Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ESTEVES, S. (Org). **Jovens escolhas em rede com o futuro**. São Paulo: Umbigo do Mundo, 2005.
- KISIL, R. **Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil**. São Paulo: Global e Instituto Fontes, 2001.
- KLINK, A. **Cem dias entre o céu e o mar**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

NOLETO, M. J. **Parcerias e alianças estratégicas**: uma abordagem prática. São Paulo: Global, 2000.

NOVAES, R. **Juventude, exclusão e inclusão social**: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FRETAS, M. V. & PAPAS, F. (Org). Políticas públicas: juventude em pauta. São Paulo: Cortez/ Ação Educativa/ F.F.Ebert, 2003.

NOVAES, R; VAVVUVCHI, P. **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

NOVAES, R; VIDAL, C. **Juventudes de hoje**: re-invenção da participação social. São Paulo: Kellog, 2006.

RODRIGUES, V. M. P. L. **Grupos juvenis na periferia**: recompondo relações de gênero e de raça/etnia. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2005.

SERRÃO, M; BALEEIRO, M. C. **Aprendendo a ser e a conviver**. 2ª ed. São Paulo: FTD, Fundação Odebrecht, 1999.

SILVA, A. L. P. **Utilizando o planejamento como ferramenta de aprendizagem**. São Paulo: Global, 2000.

SOUZA, V. **Juventude, Solidariedade e Voluntariado**. Salvador: Fundação Oldebrecht. Brasília: MTE e SEDH/PR, 2003.

TEIXEIRA, E. C. **O local e o global**: limites da participação cidadã. São Paulo: Cortez. Recife: Equip. Salvador: UFBA, 2001.

TELLES, V. S. **Sociedade civil e espaços públicos**. In: DAGNINO, E. (Org.) Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ANEXOS

Anexo I - Modelo de Plano de Atuação Social – PLA

	PLANO DE ATUAÇÃO SOCIAL - PLA		
I – INFORMAÇÕES AUTORAIS			
<i>Nome do Coletivo:</i>			
<i>Autores do PLA: (preencha com o primeiro nome de cada um dos jovens que compõem o Coletivo)</i>			
1.	10.	19.	
2.	11.	20.	
3.	12.	21.	
4.	13.	22.	
5.	14.	23.	
6.	15.	24.	
7.	16.	25.	
8.	17.	26.	
9.	18.	27.	
<i>Sobre os autores: (principais características do coletivo; sentimentos em relação ao desafio a ser enfrentado; motivação)</i>			
E-mail:		Fone: ()	
Blog / site:			
Endereço:			
Município:			UF:
ID CRAS:		Orientador Social:	
<i>Técnico de referência do CRAS:</i>			

II – CARACTERIZAÇÃO DO DESAFIO

Descrição do Desafio: (descrição sucinta da situação-problema que motiva a atuação dos jovens)

Síntese diagnóstica: (descrição detalhada da situação-problema, buscando relacionar causas e consequências; extensão e gravidade; prováveis responsáveis pelo problema; maneira como afeta o território e as pessoas; segmentos mais afetados)

III - OBJETIVOS

Objetivo geral: (o que se quer alcançar, em relação ao grande desafio – propósito geral)

1.

2.

3.

4.

n.

IV – AÇÕES COLETIVAS DE INTERESSE SOCIAL

Relacione, abaixo, as ações propostas visando ao enfrentamento do desafio: (cada ação visa ao alcance de um objetivo específico; cada objetivo específico deve possuir pelo menos uma ação voltada ao seu alcance)

1.

2.

3.

4.

n.

V – A MARCA DO PLA

Utilize este espaço para veicular a marca do PLA: (gráfico, desenho, lema, palavra de ordem etc, que represente a intenção deste Plano)

LOCAL E DATA

Anexo II - Modelo de Projetos de Ação Coletiva de Interesse Social - PCs

	<p>PROJETO DE AÇÃO COLETIVA DE INTERESSE SOCIAL</p>		
<p>I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO PROJETO</p>			
<p>Nome do Coletivo:</p>			
<p><i>Responsáveis pelo Projeto: (preencha com o primeiro nome de cada um dos jovens envolvidos neste projeto)</i></p>			
1.	10.	19.	
2.	11.	20.	
3.	12.	21.	
4.	13.	22.	
5.	14.	23.	
6.	15.	24.	
7.	16.	25.	
8.	17.	26.	
9.	18.	27.	
E-mail:		Fone: ()	
Blog / site:			
Endereço:			
Município:		UF:	
ID CRAS:	Orientador Social:		
Técnico de referência do CRAS:			
<p>II – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</p>			
<p><i>Título do Projeto: (nome de fantasia que o coletivo atribuiu ao projeto)</i></p>			

Descrição da Ação: (descrição sucinta da ação a ser realizada)

Justificativa: [explicar o motivo desta ação, relacionando-a com o desafio que está sendo enfrentado pelo coletivo; sobre que aspecto(s) da situação-problema (causas) esta ação incide?]

Objetivo: (conforme descrito no PLA)

Público alvo: (caracterização qualitativa e quantitativa das pessoas para as quais a ação se destina ou pretende atingir)

Resultados esperados: (mudanças na realidade que a ação pretende provocar, se possível quantificadas)

1.

2.

n.

Parcerias: (relação das organizações, órgãos e empresas que contribuem para a realização do Projeto)



APORTES TEMÁTICOS - DESAFIOS E EXPERIÊNCIAS

Este documento apresenta subsídios complementares ao Orientador Social e aos Facilitadores de Oficinas do Projovem Adolescente sobre os temas transversais e suas atividades teóricas e práticas propostas para os Percursos Socioeducativos I, II, III e IV do Ciclo I e para o Curso Socioeducativo V do Ciclo II. Ele será útil, sobretudo, ao final do Ciclo I e durante o Ciclo II, no processo de escolha e enfrentamento de desafios presentes no território, por meio de uma atuação social refletida e planejada.

Os capítulos temáticos Juventude e Meio Ambiente, Juventude e Direitos Humanos e Socioassistenciais, Juventude e Cultura, Juventude e Esporte e Lazer e Juventude e Saúde apresentam um conjunto de cinco desafios relativos a cada um dos temas, considerados relevantes e prioritários no contexto nacional e com repercussão na realidade social dos municípios. Os textos trazem conteúdos explicativos para a equipe e os jovens refletirem sobre como esses desafios se expressam na realidade local; indicam pistas sobre formas de mobilização, organização e articulação de ações coletivas de interesse social em torno desses desafios e oferecem referências para aprofundamento de pesquisas, levantamento de informações e contatos.

Além disso, cada um dos temas transversais apresenta um conjunto selecionado de cinco experiências exitosas, realizadas por jovens ou que os envolvem. Essas experiências foram implementadas no país em diferentes regiões e contextos e foram apoiadas e estimuladas por organizações públicas e/ou privadas, mostrando o potencial dos jovens como protagonistas de intervenções sociais expressivas e que incidem na melhora da qualidade de vida de suas comunidades.

Em cada capítulo temático, quatro dessas experiências são relatadas de uma maneira mais resumida e uma delas reúne informações mais detalhadas sobre métodos e recursos utilizados, perfazendo o seguinte roteiro orientador comum:

- a) caracterização do contexto no qual se insere a experiência (por que e para que e quem foi envolvido na ação realizada pelos jovens);
- b) a atuação dos jovens (foco da experiência, ações desenvolvidas, público alvo, método de trabalho etc.);
- c) resultados e impactos alcançados.

A título de introdução apresenta-se a seguir uma breve síntese dos desafios e experiências, os quais serão desenvolvidos no decorrer do texto. Esta síntese pretende informar ao leitor o conteúdo completo do caderno, de modo a facilitar o seu manuseio e a localização de temas de interesse. Um ponto importante a ser ressaltado é a transversalidade dos temas desenvolvidos. O problema do lixo, por exemplo, não é apenas uma questão ambiental, dado que o lixo acumulado degrada o meio ambiente, mas é também uma questão de saúde, de educação e mesmo de cultura.

Desta forma, e esta é uma sugestão para utilização deste caderno, quando você orientador for desenvolver o PLA com os jovens e ele estiver ligado ao tema da cultura ou do esporte e lazer ou a qualquer outro, não se furte a buscar ideias, informações e subsídios nos demais temas, baseando-se nas experiências aqui relatadas, nos *links* propostos ou em qualquer outra fonte de informação, pois uma experiência em uma área não está restrita apenas a ela, ao contrário, ela pode transitar entre diversas. Só para citar alguns exemplos, a capoeira ou as danças em geral são atividades esportivas, contudo, envolvem a cultura e a saúde e mesmo a inclusão social para muitos. Já uma proposta de implementação de atividades ecoturísticas numa área de preservação ambiental pode incluir em si as áreas de esporte e lazer, saúde, trabalho e proporcionar turismo e renda à comunidade local, além de alcançar, na área do meio ambiente, sua maior meta que é a preservação e o desenvolvimento sustentável. Tudo isso evidencia a interconectividade das diversas áreas do pensar e fazer humanos, sobretudo num mundo globalizado.

Diante do exposto acima são apresentados a seguir, sinteticamente, os desafios e as experiências exemplares vinculados aos cinco temas transversais do Projovem Adolescente.

Síntese dos desafios e experiências exemplares dos temas transversais

JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE

Desafios do tema:

- Agenda 21 Local: vamos definir novos rumos para a nossa comunidade?
- Lixo e Reciclagem
- Meio Ambiente é igual à preservação da natureza?
- Mudanças Climáticas e Aquecimento Global.
- Meio Ambiente e desenvolvimento: dá pra casar?

Experiências Coletivas Exitosas:

- 1. Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Pará:** educação e proteção ambiental na Amazônia. Grupos de jovens em redes e coletivos, participando do esforço de busca de sustentabilidade da região Amazônica. Contato e mais informações: www.coletivojovempara.blogspot.com.
- 2. Fórum da Agenda 21 de Paty do Alferes – Rio de Janeiro-RJ:** mobilização e participação dos jovens do município de Paty do Alferes (escolas, grupos, associações, conselhos etc.) na implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 21 Local. Desenvolvimento de diversos projetos e ações. Contato e mais informações: ag21paty@yahoo.com.br www.institutoterra.org.br/site/ambientes_social_projetos_03.php.
- 3. Com-Vida de Itanhaém – São Paulo-SP e CJ – Caiçara:** formação de jovens na área ambiental. Participação e luta pela proteção ambiental de dois grupos de jovens no Vale do Ribeira – Itanhaém e Peruíbe – Litoral Sul de São Paulo. Contato e mais informações: www.com-vidaitanhaem.blogspot.com; www.verdesocial.blogspot.com.
- 4. Agenda 21 de Santos – São Paulo-SP:** mobilização de jovens para a participação da Agenda 21 de Santos, do Fórum Geral da Agenda 21 e da criação do Fórum Juvenil Local para a Agenda 21. Contato e mais informações: www.agenda21santos.org.br; www.forja21.blogspot.com.br.
- 5. Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade – REJUMA.** Articulação em nível nacional dos diferentes atores e representações da sociedade – ONGs, governos, partidos políticos, movimentos juvenis e coletivos de jovens – que atuam na área de meio ambiente. Contato e mais informações: www.rejuma.org.br.

JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS E SOCIOASSISTENCIAIS

Desafios do tema:

- Cultura de tolerância e de paz

- Acessibilidade
- Convivência comunitária
- Trabalho infantil
- Gasto público

Experiências Coletivas Exitosas:

1. Grupo Interagir – Brasília-DF: articulação e mobilização de grupos de jovens; formação de redes; criadores do Portal do Protagonismo Juvenil. Contato e mais informações: <http://www.interagir.org.br/Interagir>.

2. Rede Mocaranga de Comunicação Popular – Pará: comunicação comunitária (rádio e jornais) feita por jovens, em comunidades ribeirinhas no interior do Pará. Contato e mais informações: www.saudeealegria.org.br; www.aracati.org.br.

3. Agência Uga-Uga de Comunicação – Amazonas-AM: educação pela comunicação (enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil), participação e mobilização juvenil. Estado do Amazonas. Contato e mais informações: www.agenciaugauga.org.br.

4. Escola de Mediadores – Rio de Janeiro-RJ: jovens mediadores de conflitos encontrados no ambiente escolar; promoção das condições que facilitem acordos e consensos entre pessoas em conflito, ajudando na busca de soluções a partir de conversa. Alunos de duas (2) escolas nas zonas norte e sul da cidade do Rio de Janeiro.

Consulta:

http://bvsmms.saude.gov/bvs/exposicoes/sociedades/publicacoes/noos/proj_esc_azul.pdf.

5. Grupo Azulim – Brasília-DF: inclusão social e promoção de uma cultura da paz, pela via da cultura hip-hop. Ceilândia, Sobradinho II, Santa Maria e arredores de Brasília-DF. Contato e mais informações: grupoazulim@hotmail.com.

JUVENTUDE E CULTURA

Desafios do tema:

- Cultura: nosso espaço comum
- Tempo Social: diversidade e integração
- Inclusão Social: cidadania e integração
- Inclusão Digital

Experiências Coletivas Exitosas:

1. Casa das Artes – Rio de Janeiro-RJ: tem como objetivo a inclusão e permanência de crianças e jovens no sistema de ensino. Desenvolvem projetos nas áreas de educação e cultura; oficinas de fotografia, vídeo e criação de textos, nos bairros da Mangueira e de Vila Isabel na cidade do Rio de Janeiro. Contato e mais informações: www.casadasartes.org.br.

2. Floresta das Crianças – Flocc – Acre: ensino aprendizagem; manejo e conservação dos recursos naturais; produção de artesanato local, hortas escolares e ações preventivas na área da saúde. Trabalho desenvolvido pelas escolas públicas na região de fronteira no sudoeste do estado do Acre (municípios de Assis Brasil, Brasília e Epitaciolândia), com crianças e jovens brasileiros e de comunidades de línguas espanhola e indígena.

3. Felipe Camarão – Rio Grande do Norte: desenvolvimento sociocultural das comunidades da região Oeste de Natal. Resgate com os jovens da cultura local (capoeira, musicalização – flauta e rabeca; expressões do folclore local – o Auto do Boi de Reis), produção de vídeos e inclusão digital. Contato e mais informações: www.conexaofelipecamarao.org.br.

4. Atitude Jovem – Brasília-DF: fazendo uso da linguagem jovem, como o hip-hop, o grupo trabalha com oficinas de leitura, teatro, dança, música etc., e discute temas como sexo seguro, prevenção de drogas e alternativas à violência. Contato e mais informações: www.grupoatitude.org.br.

5. Escola Pamáali e ISA – Instituto Socioambiental – Noroeste do estado do Amazonas: educação ambiental e ações educacionais em comunidades indígenas, estimulando nos jovens projetos de inclusão digital e iniciativas on-line. Contato e mais informações: www.pamaali.wordpress.com.

JUVENTUDE E ESPORTE E LAZER

Desafios do tema:

- Ampliação democrática de oportunidades para a prática de atividade física.
- Do Berimbau ao Pandeiro, da Senzala ao Coletivo: a capoeira como expressão dos Jovens.
- Os Jovens como Agentes Sociais nas discussões de Programas de Esporte e Lazer do Campo e da Cidade.
- Reivindicando espaços públicos de Lazer e Esporte: o que considerar?
- Sistema Nacional de Esporte e Lazer: exercendo a cidadania coletiva.

Experiências Coletivas Exitosas:

1. Projeto Esporte do Mangue – Círculos Populares de Esporte e Lazer – Recife-PE: educação da juventude para o uso do tempo livre por meio de ações esportivas, culturais e políticas, estimulando a auto-organização dos jovens. Praticantes de skate; patins; bikes e surfistas; participantes de movimentos culturais hip-hop; bandas e grupos culturais. Jovens da periferia de Recife. Contato e mais informações: www.recife.pe.gov.br.

2. Projeto Bairro Vitória – Rio Branco-AC: participação de jovens em um processo de gestão conjunta (prefeitura de Rio Branco e jovens, via Associação de Moradores) de um espaço de lazer no bairro. Desenvolvimento de diversas práticas esportivas (futebol de areia, vôlei, ciclismo etc.) e atividades culturais, todas voltadas à comunidade.

3. Projeto Alto da Caieira do Saco do Limão – Florianópolis-SC: experiência de formação de jovens para exercerem a função de educadores populares de esporte e lazer na comunidade. A experiência é desenvolvida com o apoio do Núcleo de Estudos Pedagógicos da Universidade Federal de Santa Catarina (NEPE-UFSC).

4. Mutirões e Círculos Populares de Esporte e Lazer na cidade e no campo – Salvador-BA: experiência de formação de jovens para atuarem como agentes culturais de esporte e lazer em mutirões e círculos

populares no campo e na cidade. Trabalho desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física, Esportes e Lazer da Universidade Federal da Bahia (LEPEL), no Recôncavo Baiano. Contato e mais informações: <http://www.faced.ufba.br/~lepel>.

5. Lazer e promoção da saúde no Bairro Lagoa – Irati-Paraná-PR: projeto de escolinha de futebol desenvolvido com crianças e jovens da cidade de Irati-PR. Trabalho que envolve organização e ação da comunidade para a melhoria das condições de vida no bairro e que parte do esforço da comunidade pela busca de garantia do direito ao lazer em espaços públicos de qualidade.

JUVENTUDE E SAÚDE

Desafios do tema:

- Saúde para quê? Saúde para quem
- Questões de gênero e violência
- Violência sexual contra crianças e adolescentes.
- Gravidez indesejada, interrupção insegura da gravidez e DST/AIDS
- O que fazer ante a mortalidade dos jovens por causas externas?

Experiências Coletivas Exitosas:

1. A visão da nova geração. Petrópolis–RJ: experiência de envolvimento de grupo de jovens com equipes médicas no planejamento e desenvolvimento de ações voltadas à saúde integral e à saúde sexual e reprodutiva dos jovens. Projeto piloto, desenvolvido pela Secretaria de Saúde do município de Petrópolis, região Sudeste do estado do Rio de Janeiro.

2. Rede TXAI Jovem, integrante da Rede TXAI – Pará: em língua indígena TXAI significa “conta comigo”/ “amizade”/ “companheiro”. A rede desenvolve ações de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes e aglutina sete estados: Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará e Tocantins. A TXAI Jovem do estado do Pará é uma parte da rede que envolve jovens que são formados para atuarem diretamente com as crianças, adolescentes no enfrentamento à exploração sexual e à violência.

3. Voz Ativa da CUFA – Central Única de Favelas – Brasília-DF. Grupo de jovens organizados na rede CUFA, desenvolve trabalhos coletivos de apoio a outros jovens que se encontram vivendo em condições de extrema vulnerabilidade/dificuldades, envolvidos com violência, usuários de drogas e sob ameaça iminente de morte. O Voz Ativa atua em cidades do entorno de Brasília e no DF. Contato e mais informações: www.cufadf.com.br; www.cufa.org.br.

4. Programa Adolescente Saudável – Secretaria Municipal de Saúde – Curitiba-PR: um programa de saúde e prevenção desenvolvido junto aos jovens nas escolas e que conta, além das equipes da saúde, com jovens preparados para atuarem como agentes educadores junto a outros jovens.

5. Instituto PAPAÍ – Recife-PE: a experiência foca a formação de jovens (homens entre 15 e 24 anos) para atuarem junto a outros no campo da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos. Além do Instituto Papai, outros parceiros, inclusive a Universidade Federal de Pernambuco(UFPE), contribuem no desenvolvimento do curso: Homens Jovens Promotores de Saúde. Os jovens desenvolvem suas ações na região metropolitana do Recife. Contato e mais informações: www.papai.org.br.



JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE

I – INTRODUÇÃO

Após um ano de intensa discussão sobre Meio Ambiente oferecemos este novo material partindo do seguinte desafio: “*como não chover no molhado?*”. Apesar de o tema ser muito amplo, complexo e bastante presente na agenda atual do planeta, há sempre o risco de se tornar repetitivo e não oferecer novas abordagens e novas provocações para o trabalho dos jovens participantes do Projovem Adolescente.

Sabemos que o enfoque do Ciclo II é voltado à participação cidadã dos jovens, o famoso “por a mão na massa”, e ao oferecimento de oportunidades relativas à formação para o mundo do trabalho, de modo que ambos ajudem no aprofundamento dos temas propostos. No caso do Meio Ambiente não é diferente, e reunimos aqui experiências de jovens que “se mexeram” e ajudaram a fazer a diferença em suas comunidades, melhorando e cuidando do meio ambiente local, mobilizando pessoas e envolvendo a comunidade nestas ações.

Vamos recordar um pouco? Já no final do Ciclo I (Percurso IV), eram oferecidas atividades que estimularam os jovens a perceber que para cuidar do meio ambiente é preciso promover ações coletivas, que vão da esfera política (leis, tratados internacionais, regras etc.) à construção da Agenda 21 na comunidade e no município onde se vive. Vimos que não basta cada um fazer apenas a *sua parte*, pois cuidar do meio ambiente pressupõe um espírito solidário, uma atenção permanente no *local* e no *global* e um engajamento para lutar (de modo pacífico) pela defesa do meio ambiente. Vale lembrar que a “*briga é de cachorro grande*” e que há pessoas e entidades que, como nós, também atuam na proteção do meio ambiente no Brasil e no mundo.

Vimos ainda que estamos falando de um meio ambiente que inclui os seres humanos e suas manifestações, respeita os demais seres vivos, reconhecendo neles a sua importância, e identifica diferentes níveis de responsabilidade entre pessoas, entidades, empresas, governos e países. Todos são responsáveis, mas em graus diferentes.

Portanto, o importante neste Ciclo que se inicia é olharmos mais para o “como fazer”, oferecendo experiências concretas, reais e significativas de jovens que se mobilizaram e puseram a mão na massa para mudar os rumos da sua comunidade no cuidado e na proteção do meio ambiente. Além destas experiências, selecionamos também alguns temas para serem aprofundados, ajudando os jovens a melhor prepararem suas intervenções na comunidade. Afinal, para “por a mão na massa” é preciso planejamento, que nada mais é do que “pensar antes de agir”. E para planejar é preciso conhecer bem onde se quer intervir, como isto será feito e por quem. E finalmente, qualquer atividade envolve conhecimento do assunto, que por sua vez, nos convida a identificar profissionais e áreas do mundo do trabalho que atuam nestes temas.

Desejamos uma boa leitura e que este material contribua para canalizar a energia motivante destes jovens em ações coletivas, participação cidadã e transformação da realidade local. Afinal, quando pensamos no meio ambiente é evidente que há muito para ser feito, pouco tempo e pouca gente engajada. E então, vamos dar as mãos e por a mão na massa?

II – APROFUNDANDO TEMAS

No decorrer do ano passado, o tema “Meio Ambiente” foi discutido ao longo dos quatro percursos socioeducativos do Projovem Adolescente em 11 tópicos, cada qual com um assunto importante. Certamente há vários outros assuntos que não foram abordados e que fazem parte da discussão sobre Meio Ambiente em nosso país. Da mesma forma, os 11 tópicos foram apresentados de forma superficial, e não foram suficientes para esgotar toda a discussão.

Procurando ir além das questões trabalhadas no Ciclo I sobre Meio Ambiente, selecionamos 5 tópicos dentre os 11 já discutidos anteriormente para serem aprofundados e trabalhados com mais densidade neste novo Ciclo do Programa. Estes 5 tópicos foram selecionados por representarem as principais questões no debate atual sobre meio ambiente no Brasil e no mundo. Representam as grandes questões, as principais polêmicas atuais e as principais alternativas de solução para os desafios ambientais e, portanto, merecem serem mais discutidos e abordados com mais profundidade.

São eles:

- 1 – Agenda 21 Local: vamos definir novos rumos para a nossa comunidade?
- 2 – Reciclagem
- 3 – Meio Ambiente é igual a preservação da natureza?
- 4 – Mudanças Climáticas e Aquecimento Global
- 5 – Meio Ambiente e Desenvolvimento: dá pra casar?

Em cada um, retomaremos os principais aspectos trabalhados no Ciclo I e agregaremos novas informações para ampliarmos o debate, lembrando que o foco deste Ciclo II é o da participação cidadã dos jovens do Projovem Adolescente e a visualização de oportunidades de atuação no mundo do trabalho.

1. Agenda 21 Local: vamos definir novos rumos para a nossa comunidade?

Neste tópico veremos de forma mais integrada como a iniciativa de construção da Agenda 21 Local pode ajudar a integrar ações de pessoas, organizações e governos para a proteção do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida de uma comunidade ou município.

No Ciclo I (Percurso IV) pudemos conhecer 2 caminhos para a construção da Agenda 21 Local. Ambos, muito parecidos, remetem a passos essenciais para a realização de um planejamento coletivo. Agora, vamos recordar estes passos procurando perceber como eles são colocados em prática em municípios brasileiros.

Começemos pela pergunta básica: existe Agenda 21 no meu município? Onde obter informação? Por onde começar esta busca?

Vimos que para elaborar uma Agenda 21 num município é essencial o envolvimento dos mais variados setores da comunidade – da prefeitura, às associações comunitárias, passando pelas empresas. Portanto, para saber se em seu município existe Agenda 21, pode-se iniciar a busca pela prefeitura, junto ao setor responsável pelo meio ambiente. Se existir alguma iniciativa de Agenda 21 local, pode-se levantar informações como: contexto de surgimento, criação do Fórum Local, entidades participantes, principais desafios e atividades, objetivos etc. Infelizmente no Brasil ainda é comum conhecermos coisas que foram criadas apenas no papel, e isto não é diferente para algumas iniciativas de Agenda 21. Neste caso, é importante saber o porquê disto e o que pode ser feito para retomar as atividades.

Caso seu município não tenha nada sobre Agenda 21, pode-se buscar informações em municípios vizinhos, em seus órgãos de meio ambiente e junto a entidades de proteção ambiental. A Internet é uma boa aliada nesta busca, e pode aportar valiosas informações. Dicas de sites:

www.mma.gov.br/agenda21

www.redeagenda21local.org.br/

Mas se pensar na elaboração da Agenda 21 do seu município é algo ainda muito distante para o Coletivo de jovens, pode-se pensar em construir outras “Agenda 21”: a do bairro, da escola, da rua, da vila, do coletivo, e até mesmo pessoal. Que tal pensar a respeito? Por exemplo, para um jovem elaborar a Agenda 21 da sua rua, seria importante ele elaborar a sua própria? Uma depende da outra? Para se pensar na Agenda 21 do Coletivo é preciso que cada jovem pense na sua própria Agenda 21?

Estas são apenas questões para reflexão – não oferecemos aqui as suas respostas, pois entendemos que cada situação e contexto devem encontrar seus próprios caminhos.

Mas para quê mesmo serve uma Agenda 21? Qual a sua importância e seu objetivo?

Como vimos, a ideia básica da Agenda 21 remete a duas coisas complementares e importantes: uma tem a ver com uma agenda de compromissos a serem assumidos para o enfrentamento dos problemas socioambientais atuais, e a outra tem a ver com uma metodologia de planejamento de ações que tornarão possíveis enfrentar estes problemas.

Percebe-se que nestas duas coisas a palavra “problemas” se repete. Afinal, o propósito da Agenda 21 é somar esforços para identificá-los e enfrentá-los, o que, como sabemos, não é tarefa fácil. Os problemas socioambientais têm se agravado e aumentado nos últimos tempos. Muitos destes problemas já foram identificados ao longo das atividades de Meio Ambiente do Ciclo I, da mesma forma que se viu também que, para solucioná-los é preciso atuar de forma coletiva.

A Agenda 21 aparece como uma importante aliada neste sentido. Mas, por onde mesmo começar? Propomos alguns passos para orientar esta busca, sabendo que há outros caminhos e maneiras de se fazer uma Agenda 21:

1. Verificar o que há de experiências no seu município sobre Agenda 21: como vimos acima, é importante identificar e conhecer o estado atual e o histórico desta iniciativa no município, levantando informações, materiais, depoimentos etc.
2. Feito isso, é preciso organizar as informações levantadas: o que temos em mãos? Vamos analisar? O que estes dados nos dizem? Em que eles podem nos ajudar?
3. Com estas informações, vamos conversar sobre a nossa participação: há espaço para os jovens participar? Como? De que forma? Se não há, é possível criar espaços para os jovens participarem? Como? Com o apoio de quem?
4. Mas, queremos participar para quê? Quais objetivos o Coletivo quer atingir com esta participação? Quais são nossas propostas? Isto está bem definido no Coletivo? É importante que o coletivo defina quais são seus objetivos e propostas de participação num processo de Agenda 21.
5. Um dos caminhos de participação é partir para a elaboração da Agenda 21 na vila, comunidade ou bairro onde as pessoas do Coletivo moram. Mas, por onde começar? Um bom início é retomar contato com a Associação de moradores e outras entidades que atuam na comunidade. Além disso, conhecer os órgãos da prefeitura que tem sede na comunidade e que tratam do assunto é muito importante. Estas entidades conhecem a Agenda 21? Sabem do que se trata? Em alguns casos o Coletivo vai ter que organizar uma rápida apresentação sobre a ideia da Agenda 21 para convencer estas pessoas e entidades a colaborar. Em outros casos, estas entidades poderão oferecer diversas informações e experiências para o Coletivo. Em seguida, é importante verificar se elas topam ajudar, e de que formas. Se elas já conhecem a proposta da Agenda 21 e já se encontram envolvidas, será mais fácil estabelecer uma parceria com elas.
6. Vale lembrar que um dos passos iniciais num processo de construção da Agenda 21 local (seja na vila, bairro ou município) é a criação de um Fórum da Agenda 21 Local. O Fórum será o “coletivo” responsável por conduzir as atividades da Agenda 21 na comunidade, convocando as reuniões, encaminhando e cobrando o cumprimento das decisões, promovendo ações etc. O Fórum vai fazer tudo sozinho? Certamente não, mas vai cumprir o papel de um grande maestro para orquestrar parceiros na comunidade para colocar em prática a Agenda. E então: já temos um Fórum na nossa comunidade? Ele funciona? Quem participa dele? Vamos procurá-lo? Ainda sobre o Fórum, é importante discutir como os jovens podem participar dele? Há espaço para os jovens? Vimos uma experiência da Agenda 21 de Santos, onde os jovens tiveram que criar um Fórum específico para participaram da Agenda 21.
7. Com o Fórum criado e funcionando, qual o próximo passo? O passo seguinte é a elaboração de um diagnóstico da realidade local, uma espécie de retrato da situação da comunidade. Aqui serão levantados os principais problemas socioambientais enfrentados pela comunidade, sempre de forma participativa e coletiva. Quais são estes problemas? De que forma eles afetam a vida da comunidade? Quem são responsáveis por eles e em que níveis?

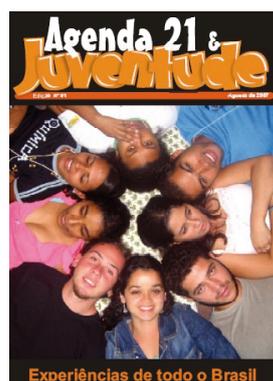
8. Listados os problemas, parte-se para a elaboração das soluções possíveis. O que se pode fazer para resolver ou amenizar os problemas? Quem pode fazer? Com a ajuda de quem? Como? Quando? Estas são perguntas importantes para qualificar o planejamento da ação que será elaborado.

9. Finalmente, com o plano elaborado é hora de partir para a sua execução. Isto certamente não será uma tarefa fácil, pois vai exigir o esforço de muitas pessoas e entidades, e, óbvio, muita persistência. Aqui cabem muitas atividades que podem ser promovidas pelo Coletivo, visando tanto divulgar para a comunidade a existência do plano e da Agenda 21, quanto para convencer outras pessoas e entidades a participar. O diretor daquela escola, o locutor da rádio local, o dono de um comércio, um vereador do bairro etc., todas estas pessoas podem se tornar importantes parceiras da Agenda 21 Local, e precisam ser convencidas a participar.

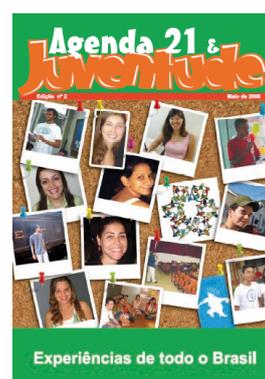
Apresentamos anteriormente, nos relatos de experiências, duas iniciativas de jovens que se envolveram com a construção da Agenda 21 de seus municípios e o quanto isto se revelou um valioso aprendizado. Porque não nos inspirarmos nestas experiências para mudar a realidade da nossa comunidade? Fica aqui o convite sob o nome de Agenda 21.

Uma questão importante de ser observada é com relação às possibilidades de atuação profissional e voluntária nesta atividade. Imagine quantas pessoas são necessárias para executar um projeto como este? Imagine quantos perfis diferentes de profissionais são necessários para implementar uma Agenda 21 num município? Não se trata apenas de “ambientalistas” que terão espaço de trabalho, mas profissionais de diferentes áreas de atuação – comunicação, cultural, social, informática, transporte etc. Pegando a área de informática como exemplo, para criar uma página na Internet da Agenda 21 do município são necessários profissionais com este perfil, que podem atuar de forma voluntária ou não.

Fica aqui o convite para conhecermos outras experiências de jovens que vêm se envolvendo na construção da Agenda 21 em suas comunidades. O Ministério do Meio Ambiente publicou duas edições da Revista Agenda 21 e Juventude, reunindo reflexões, pesquisas, acúmulos teóricos, práticos e políticos que a juventude brasileira vem construindo sobre este tema.



*Capa da Revista – número
1. Fonte: Ministério do Meio
Ambiente*



*Capa da Revista – número
2. Fonte: Ministério do Meio
Ambiente*

2. Lixo e reciclagem:

Discutimos no Ciclo I a questão “*É só jogar o lixo no lixo?*” e pudemos perceber que o assunto é mais complexo do que simplesmente dar um destino correto ao lixo que produzimos. Conhecemos a proposta dos 5 R’s (repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar) e vimos que o Brasil é um exemplo de reciclagem para o mundo, alcançando índices bastante elevados de reciclagem de diversos materiais, especialmente de latas de alumínio (em torno de 95% de reciclagem).

Realizamos também atividades de identificação dos padrões de consumo da nossa casa e comunidade, separando os materiais que iriam para o lixo, e levantamos experiências reais de reciclagem da nossa comunidade. Estas atividades nos mostraram que jogamos fora muitos materiais considerados “lixo” que poderiam ser reaproveitados e reciclados, gerando oportunidades de trabalho e renda para outras pessoas. Identificamos também pessoas e entidades que trabalham com reciclagem de materiais, e a importância social deste trabalho.

Mas é preciso perguntar: o que estas atividades trouxeram de conhecimentos e experiências ao coletivo? Em que elas ajudaram na mudança de percepção e de atitudes sobre lixo e reciclagem? E como podemos ir além dos aprendizados destas atividades?

É partindo desta última questão que vamos adiante neste tema. Sabemos que o assunto talvez seja o mais lembrado quando se pensa em ações de proteção do meio ambiente. É muito comum ver notícias de mutirões de limpeza de rios, córregos, praias, parques, lagos, escolas, praças e tantos outros espaços que se encontrem sujos com restos de lixo, sacos plásticos, entulhos, e tantos outros materiais. Embora atividades como estas sejam muito comuns no Brasil, é preciso perguntar: qual o seu real objetivo e significado?

É importante fazermos esta reflexão para refletirmos acerca do real sentido de atividades como estas, pois há um risco evidente nelas. Risco? Qual?

Em geral, há dois objetivos para este tipo de ação: um relativo à limpeza em si de um local, com a destinação correta dos materiais recolhidos; e outro de caráter pedagógico, tornando esta ação numa oportunidade de aprendizagem sobre o tema.

Sobre estes dois aspectos vamos refletir mais. Quanto à limpeza em si, o que é possível questionar?

Pra começar, podemos perguntar se é papel de um grupo de estudantes de uma escola ou de jovens de uma comunidade realizar a coleta de lixo de uma área. É responsabilidade de quem realizar este serviço? Se o fazemos é porque alguém não o está executando, e este talvez devesse ser o foco da nossa ação. Vamos simplesmente recolher o lixo ou vamos cobrar das autoridades competentes que os responsáveis o façam? Aliás, podemos tornar o mutirão de limpeza um ato cidadão de cobrança ao invés de simplesmente recolhermos o lixo? Podemos, inclusive, repensar o serviço de coleta de lixo? Ele é um serviço de qualidade? Pode ser melhorado? Como? Portanto, é possível ir além numa ação de limpeza de uma área, ampliando seus objetivos e intenções para além de realizar um serviço que alguém não está realizando.

Quanto ao segundo aspecto – o pedagógico – ele nem sempre é explorado da forma mais ampla possível. Vejamos o seguinte: qual o caráter pedagógico de se distribuir sacos de lixo aos alunos de uma escola para saírem recolhendo lixo de um local? Em muitos casos, estas atividades são transformadas em competição de quem consegue recolher a maior quantidade de material. Em outros casos trabalha-se apenas o aspecto “é preciso jogar o lixo no lixo”, o que, como vimos, não é suficiente para enfrentar o problema. Mas então, quais outras abordagens pedagógicas que podem ser dadas à atividade?

Para responder a esta questão é importante relembrar os 5 R's, e a ordem como eles aparecem:

1. Repensar: como um mutirão de limpeza contribui para que os jovens repensem hábitos e valores acerca do consumo? É preciso consumir tanto? Qual o sentido disso? O que está por trás disso? É possível tornar esta atividade uma importante oportunidade de aprendizagem coletiva, onde é mais importante reconstruir conhecimentos, valores e atitudes acerca do tema do que recolher o lixo em si.

2. Recusar: como refletir sobre os diferentes tipos de embalagens dos produtos que consumimos? É possível recusar o consumo de determinados produtos e de embalagens? Como eles são produzidos? Para serem produzidos eles geram muitos resíduos e poluição? Consomem muita água e energia? Geram que tipo de empregos para as pessoas? Geram materiais tóxicos que necessitam de destinação específica?

3. Reduzir: é possível reduzir o consumo de determinados produtos e materiais? Seria possível pensarmos num mundo com menos plástico? É possível trocar o consumo de determinados produtos por outros, mais ecológicos? É possível consumir menos? Serei feliz consumindo menos? Esta última questão parece engraçada, mas ela traz uma discussão importante que remete a padrões de felicidade. Na atualidade tem-se associado o ato de consumir à felicidade, o que é uma armadilha que precisa ser mais discutida. Como promover esta reflexão com o coletivo? Uma pista poderia ser encontrada na resposta da expressão: “Me sinto feliz quando...”, pois ela pode apontar que sensações de felicidade infelizmente são muito associadas a espaços e situações de consumo, como uma ida ao *shopping*, por exemplo.

4. Reutilizar: durante um mutirão muitos materiais são recolhidos – papel, plástico, vidro etc. Para alguns deles a reutilização pode ser um destino adequado e útil a outras pessoas. Por exemplo: embalagens de vidro podem ser doadas a bancos de leite materno; a quem produz mel; a quem faz artesanato com biscoito etc. Revistas usadas podem ser usadas em atividades de educação artística em escolas. Garrafas de plástico podem ser transformadas em inúmeras coisas – brinquedos, pufes etc. A reutilização de materiais pode abrir diversas oportunidades de geração de trabalho e renda a muitas pessoas, e isto pode ser um aspecto abordado durante a atividade.

5. Reciclar: só agora chegamos ao verbo reciclar. Ele é o último da sequência e não o primeiro, como muitos ainda acreditam. Com isto não queremos minimizar a importância da reciclagem, afinal ela é uma atividade importante no Brasil, pois gera oportunidades de trabalho e renda e ajuda a melhorar a qualidade de vida de muitas pessoas e organizações. Mas voltando ao mutirão: percorremos os quatro R's anteriores e finalmente chegamos à Reciclagem e perguntamos “qual o destino correto dos materiais recolhidos”? “Qual a maneira correta de encaminhar estes materiais”? Há algumas questões importantes de serem observadas neste momento:

• **Para onde encaminhar estes materiais:** encaminharemos todos os materiais para um único local ou para vários? Onde eles estão localizados? Se houver mais de uma opção de locais, qual a melhor escolha a ser feita?

- É importante perceber que há locais que apenas recebem alguns materiais e depois encaminham para cooperativas de reciclagem, como por exemplo, redes de supermercados. Entre entregarmos os materiais num supermercado ou diretamente para a cooperativa, qual a melhor opção?

- Há um site na Internet que ajuda as pessoas a encontrar um local mais próximo da sua casa que recebe diferentes tipos de materiais recicláveis: www.rotadareciclagem.com.br

• **Forma adequada de armazenar e entregar os materiais:** como devemos armazenar e entregar os materiais recolhidos? Uma recomendação importante é lavá-los antes de armazená-los, tirando sujeiras e resíduos. Por exemplo: latas de alumínio precisam ser lavadas para retirar a sobra de refrigerante ou cerveja, para evitar que moscas, formigas e outros insetos sejam atraídos. Além da limpeza, alguns materiais podem ser compactados para

serem armazenados, ocupando menos espaço. As latas podem ser amassadas, os papéis empilhados etc. Além disso, é preciso observar algumas dicas de armazenamento de alguns materiais, para não perdê-los. Por exemplo: os papéis não podem ser amassados, pois isso impede a sua reciclagem, e, portanto, devem ser empilhados.

- **Entrega dos materiais:** é preciso levá-los ou há alguma coleta? Em algumas cidades já ocorre a coleta seletiva – com caminhões específicos para recolher materiais recicláveis. Em outras, há catadores com seus carrinhos de mão que passam de casa em casa recolhendo materiais. Há também postos de entrega voluntária, onde cada pessoa pode levar seus materiais, e assim por diante.

- **Comercialização:** todos os materiais podem ser vendidos? Quais deles rendem algum trocado? Qual o preço justo de venda?

- No site www.cempre.org.br é possível informar-se sobre os preços dos materiais, e assim, fazer um bom negócio. Como se sabe, há materiais que ainda não têm um bom valor de venda, e acabam sendo desprezados no negócio da reciclagem, como por exemplo, o vidro.

- **O negócio da reciclagem:**

- é possível identificar uma “cadeia” de pessoas e organizações que vivem do negócio da reciclagem. Por exemplo: as latas de alumínio são recolhidas por catadores na rua, que vendem para ferros-velho, que por sua vez vendem para empresas recicladoras e assim por diante. E qual o final deste ciclo? É evidente que o alumínio será reciclado, sendo novamente transformado em latas. E quem fornece estas novas latas para as fábricas de bebidas? São muitas ou poucas empresas que atuam neste ramo? Se tiver curiosidade, dê uma olhada numa lata de bebida para ver o nome da empresa que fornece as latas recicladas para as empresas que fabricam bebidas.

E voltando ao nosso mutirão, vimos quantas informações e aspectos podem ser trabalhos nesta atividade. Infelizmente estas coisas têm sido pouco discutidas em muitos mutirões por aí, que acabam gerando resultados instantâneos sem enfrentarem as reais causas do problema. Daí tem-se o rio limpo, o material recolhido e levado para um aterro sanitário e uma falsa sensação de dever cumprido. Passa-se o tempo e o rio está novamente sujo, e volta-se tudo como era antes.

Pensando além, seria possível transformar estes mutirões em manifestações para a melhoria dos serviços de coleta de lixo e para a implantação da coleta seletiva em nossa comunidade?

Fique por dentro:

Apenas lembrando que além dos sites já citados neste tópico, vale lembrar que há outras fontes virtuais de consulta:

www.lixo.com.br – portal sobre o lixo e reciclagem, com diversas fontes de informação sobre o tema.

www.recicloteca.org.br – página do Centro de Informações sobre Reciclagem e Meio Ambiente, da ONG Ecomarapendi, que reúne informações diversas sobre o assunto. Passando-se o mouse sobre o item “Coleta Seletiva” e depois clicando em “Experiências no Brasil” é possível conhecer histórias de diferentes municípios do país que vêm enfrentando o desafio do lixo.

www.mncr.org.br – Página do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis apresentando o movimento e suas bandeiras.

www.coletasolidaria.gov.br – Página oficial da Coleta Seletiva Solidária, instituída a partir de Decreto Presidencial de 2006, reúne informações acerca das ações do **Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis**.

3. Meio ambiente é igual à preservação da natureza?

Vimos no Ciclo I no tópico “*Meio ambiente é igual à preservação da natureza?*” que há diferentes visões sobre Meio Ambiente, e que ainda prevalece no Brasil uma visão de que meio ambiente é apenas natureza. Realizamos atividades que nos provocaram a olhar de forma mais ampla para o assunto, afinal, nós seres humanos e nossa cultura também fazem parte deste meio ambiente.

Portanto, retornando à pergunta que dá título a este tópico, podemos afirmar que meio ambiente é também preservação da natureza, mas vai muito além disso. Passa pelas manifestações e construções humanas, e, portanto, suas contradições. De um lado, a necessidade de proteção ambiental, e de outro, a de crescimento econômico e o tão falado “progresso” a toda a população mundial. É possível conciliar este dilema? Como?

Vamos realizar uma atividade que vai nos permitir perceber estas diferentes visões e entendimentos sobre Meio Ambiente, e até que ponto é possível conciliá-las.

Algumas questões importantes antes de propormos a atividade:

- Meio Ambiente é um conceito com muitos sentidos e significados, que variam conforme os diferentes grupos e segmentos sociais. Por exemplo: um mega-empresário certamente enxerga o meio ambiente de forma completamente diferente de um ambientalista.
- o próprio conceito de Meio Ambiente ainda encontra-se em construção, ou seja, não há uma formulação final do mesmo que esgote o seu significado. Portanto, novas ideias vão sendo agregadas ao conceito de meio ambiente, tornando-o mais complexo a cada dia.
- o objetivo deste tópico não é o de esgotar a discussão sobre o tema, mas sim o de revelar estas diferentes percepções sobre o mesmo e suas relações entre si.
- esta diversidade de formas de enxergar o tema torna a ação de proteção ambiental mais difícil. Se todos pensassem igual sobre o tema, seria mais fácil realizar ações de sensibilização e educação ambiental.

Colocadas estas observações, vamos à atividade. Sua proposta é simples e seu propósito é o de revelar as diferentes visões dos vários grupos e segmentos sociais sobre Meio Ambiente, e quais as relações entre elas.

Passo a passo da atividade:

1. Identificar segmentos e grupos sociais da comunidade e vizinhanças para serem entrevistados. Segue uma lista sugerida como ponto de partida, que certamente pode ser modificada em função da realidade de cada comunidade:

a. Empresários locais: quanto mais diversificado os ramos de atividade, melhor. Alguns exemplos possíveis: açougues, farmácias, supermercados, materiais de construção, viveiros de plantas, posto de combustível etc. Note que é importante contemplar empresários cujo ramo se relaciona mais diretamente com o meio ambiente.

Na coluna relativa a cada segmento vai sendo registrada a essência da resposta de cada pergunta. Após o preenchimento completo da tabela, passa-se a sua interpretação.

5. Interpretação e Análise dos dados: momento de olhar criticamente para a tabela e estabelecer as relações entre os segmentos e as conclusões desta análise. Algumas perguntas orientadoras:

- a. Quais segmentos estão mais próximos entre si? Quais estão mais distantes?
- b. Quais segmentos apresentam uma visão mais completa do meio ambiente?
- c. Quais as surpresas?
- d. Quais as conclusões desta atividade? O que ela nos ensinou? O que poderia ser revisto numa própria vez?

4. Mudanças climáticas e aquecimento global

Este tema já foi discutido no ciclo I no tópico “As mudanças climáticas são mesmo uma realidade?”, onde pudemos conhecê-lo com mais profundidade, inclusive, identificando as fontes de emissão de gases em nossa comunidade.

Neste tópico propomos “ir além” na discussão sobre o assunto. Muito se tem falado sobre o tema – na “moda”, atualmente – mas as informações são contraditórias, pontuais e não chegam a todas as pessoas. O que nossa comunidade sabe e pensa sobre o assunto? Vamos pesquisar?

Esta atividade é composta por duas fases, sendo uma de pesquisa da percepção da comunidade sobre “Mudanças Climáticas e Aquecimento Global”, e outra de exposição de ideias e informações sobre o assunto. A proposta é simples: começa com a identificação do que a comunidade sabe e pensa, para depois oferecer informações do que ela não sabe (ou sabe pouco) e de outras formas de se pensar o tema, trazendo novas visões e pontos de vista.

Com isto espera-se não só ampliar o repertório da comunidade sobre o tema, mas também oferecer elementos para que ela construa visões mais críticas a respeito. Afinal, o assunto é atual e será cada vez mais presente no nosso dia a dia, pois figura-se entre os principais problemas socioambientais que o planeta enfrenta na atualidade.

Então vamos planejar a atividade? Pra começar, é importante detalhar os aspectos relacionados à nossa pesquisa:

• **Que questões queremos pesquisar? O que vamos perguntar?**

- Este item é para definir o “recorte” da pesquisa, as perguntas a serem feitas, sempre relacionando-as com o objetivo da pesquisa. Afinal, vamos fazer uma pesquisa para quê mesmo?
- Alguns rumos possíveis que a pesquisa pode tomar: identificar qual o nível de compreensão da comunidade sobre o tema; como ela o percebe no seu dia a dia; quais as causas e consequências do tema; quais os principais responsáveis; etc.

• **Como montar a pesquisa?**

- Uma forma mais conhecida é por meio da aplicação de questionários, mas há outros métodos, como entrevistas, observação etc. Se o método de questionário for o escolhido, deve-se elaborá-lo.

• **Como e quem vai coletar as informações?**

- É importante definir qual será a forma de coleta das informações e quem vai realizá-la. Antes de iniciar, é fundamental testar antes o instrumento da coleta, seja um questionário ou qualquer outro, com pessoas do próprio coletivo, para verificar se há erros ou ajustes a serem feitos.

• **Qual o período de coleta de dados?**

- É preciso definir por quanto tempo a equipe vai atuar na coleta de dados, pois em seguida, eles vão precisar ser tabulados, sistematizados e analisados. Estes passos são essenciais para se obter as informações que a pesquisa se propõe a gerar. Nesta etapa convocar parceiros que entendem do assunto pode ajudar muito o coletivo a lidar com tantas informações.

- **Como reunir e apresentar os resultados?**

- Superada a etapa anterior, é preciso organizar as informações e preparar uma apresentação para divulgá-la à comunidade. Quais os principais resultados que a pesquisa encontrou? Eles nos surpreenderam? Há resultados de outras pesquisas semelhantes que podem ser comparados com a nossa?
- Esta apresentação pode ser feita de diversas formas, e sempre que possível, deve-se lançar mão de visualização (cartazes, projeções, ilustrações, fotografias, vídeos etc.) ajudam a comunicar os resultados obtidos. Além disso, é preciso pensar no evento de apresentação para a comunidade – reunião, seminário, palestra etc. – há muitas maneiras de se fazer isso.

Superada a etapa 1 da atividade – a pesquisa em si – vamos ao passo seguinte. Agora que já sabemos o que a comunidade pensa sobre o assunto e o que ela não sabe bem sobre ele, podemos definir como oferecer novas ideias para que todos melhorem seu nível de compreensão sobre o tema. Para isto podemos pensar em diversas atividades – palestras, oficinas, debates, eventos, teatro, exposição etc. – mas qualquer uma delas precisa ser atrativa para a comunidade. Podemos pensar em trazer convidados externos – especialistas ou pessoas conhecidas que possam falar sobre o assunto – e convidar os parceiros da própria comunidade que já entendem do tema.

O objetivo deste passo é oferecer informações novas e agregar um olhar mais crítico sobre o tema, de modo que a comunidade enxergue além, conhecendo aspectos do assunto que até então não conhecia, e de forma mais crítica e analítica, relacionando-os com suas práticas cotidianas. Já que muitos têm falado sobre *Mudanças Climáticas e Aquecimento Global*, tornou-se essencial termos nossa própria consciência sobre o tema, e, sobretudo, saber como nos relacionamos com ele em nosso dia a dia. Por exemplo: a queima de lixo, de restos de folhas e de terrenos é uma prática comum na comunidade? Ela contribui para amenizar ou complicar o problema? O que é possível fazer para reverter esta realidade?

Questões deste tipo podem (e devem) ser exploradas nesta atividade, tanto na etapa da pesquisa quanto na fase de discussão. Só assim pode-se estabelecer conexão entre um tema tão amplo e aparentemente abstrato à comunidade, e questões práticas cotidianas. Afinal, ainda que os principais estudos não tenham confirmado com 100% de certeza, há fortes indícios que *Mudanças Climáticas e Aquecimento Global* são fenômenos causados pela ação humana, e, portanto, somos seus responsáveis, em maior ou menor grau.

Vale sinalizar ainda que por se tratar de um tema tão importante em todo o mundo, inúmeros profissionais têm se envolvido nesta área. É comum ouvirmos notícias de que cientistas de diversos países vêm se reunindo e estudando o tema e seus diversos impactos. Imagine a quantidade e a diversidade de profissionais envolvidos nestes estudos – físicos, engenheiros, biólogos, estatísticos, geólogos, agrônomos, advogados etc. Além dos cientistas, há diversos outros profissionais que vêm atuando nesta área, seja em governos, ONGs, empresas.

Segue finalmente uma relação de sites na Internet que podem ajudar no planejamento e desenvolvimento desta atividade. Há inúmeras páginas na Internet com informações, vídeos, materiais e dados sobre o tema. Através de uma busca, é possível encontrar muita coisa interessante. Sugerimos os sites seguintes como ponto de partida desta busca:

Fique por dentro!

www.forumclima.org.br – página do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, grupo presidido pelo presidente da república e compostos de diversos órgãos de governo que tem por objetivo conscientizar e mobilizar a sociedade para a discussão e tomada de posição sobre os problemas decorrentes das mudanças climáticas.

www.mct.gov.br/index.php/content/view/3881.html – página do Ministério da Ciência e Tecnologia sobre o tema, com diversos documentos e informações sobre Mudanças Climáticas.

www.cptec.inpe.br/mudancas_climaticas – página do Grupo de Pesquisa em Mudança Climática, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que tem como objetivo o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao tema.

www.ipcc.ch – página do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), órgão ligado à ONU que estuda e regulamenta mundialmente o tema. A página inicial está em inglês, mas há uma opção para outros idiomas, infelizmente não há português, apenas espanhol.

5. Meio Ambiente e Desenvolvimento: dá pra casar?

Vimos no Ciclo I nos tópicos “*Quem cuida do meio ambiente no Brasil?*” e “*O meio ambiente trava o desenvolvimento do país?*” que o Brasil é um dos países mais avançados do mundo no aspecto “legislação ambiental”, e que, no entanto, isto não tem sido suficiente para garantir a proteção ambiental na prática. Além disso, discutimos sobre os conflitos existentes entre grupos que defendem o meio ambiente e grupos que querem o “progresso” de uma área ou região. Estes conflitos de interesses estão muito presentes no Brasil, trazendo consigo visões distintas sobre o chamado “desenvolvimento” de um país. Para muitos, desenvolver significa *fazer o bolo crescer para ser repartido*, independentemente da forma como ele foi feito. Para outros, é preciso que este modelo de desenvolvimento respeite as pessoas e suas culturas, e proteja o meio ambiente, e conseqüentemente gerando riqueza para as pessoas e para o país.

Vivenciamos na atividade de júri simulado, proposta no Ciclo I, os diferentes interesses por trás de uma obra ou empreendimento e as diferentes formas de percebê-los. Se para alguns, uma nova rodovia vai trazer mais facilidades à região, para outros ela vai ampliar os problemas já existentes.

O fato é que este assunto – meio ambiente e desenvolvimento – é polêmico e estratégico para um país como o Brasil, que é considerado uma “potência verde” mundial. De tempos em tempos vem à tona o debate sobre a internacionalização da Amazônia, indicando que a região deve ficar sob controle mundial e não brasileiro. Polêmicas à parte, este debate nos indica algumas reflexões, dentre elas:

- como tem sido o modelo de desenvolvimento para a Amazônia? Ele tem sido adaptado às características sociais e ambientais da região?
- quais as conseqüências que este modelo tem gerado na região? Quem mais tem se beneficiado deste desenvolvimento?

Esta reflexão é válida para qualquer região do Brasil e do mundo, o importante é debater acerca da forma como o tal “desenvolvimento” tem sido alavancado em cada local.

Se olharmos ao longo da história brasileira e mundial, infelizmente encontraremos uma relação direta entre “desenvolvimento” e destruição ambiental. Os países ricos, antigamente chamados como de “primeiro mundo” alcançaram este patamar pautados num modelo de desenvolvimento alicerçado na industrialização, que por sua vez, foi alimentado à custa da destruição do meio ambiente. Áreas foram desmatadas, florestas consumidas, plantas e animais extintos, ar e água poluídos etc., para darem lugar a este modelo de desenvolvimento. Ou seja, guiou-se pela lógica da incompatibilidade entre “desenvolver-se” ou proteger o meio ambiente.

Este tema já foi inclusive pauta da Semana Nacional do Meio Ambiente de 2004, promovida pelo Ministério do Meio Ambiente. A expressão “Meio Ambiente e Desenvolvimento: dá pra casar”, segundo a ex-ministra Marina Silva, foi cunhada pelo desenhista e humorista Ziraldo, sendo ele próprio, autor do desenho que virou a logomarca da Semana.



Fonte: Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Neste tópico oferecemos duas atividades que procuram aproximar os jovens do coletivo de pessoas que dedicam sua vida à proteção do meio ambiente e a questões locais de desenvolvimento e proteção ambiental.

A primeira atividade dialoga com estas pessoas, conhecidas como ambientalistas, comumente vistas com certo desdém no país, sendo consideradas obstáculos ao desenvolvimento brasileiro. Mas, do que vimos e estudamos até agora, será que estas pessoas são apenas “malucas” e fanáticas pelo “verde” ou elas têm propostas para o desenvolvimento do país? E que tal ouvirmos estas ideias e dialogarmos sobre elas?

Este é o principal propósito desta atividade, que pode ser realizada de diversas formas como propomos a seguir. Alguns passos para orientar a preparação e a condução desta atividade.

1. A ideia é realizar uma **Roda de Conversa** entre ambientalistas e os jovens do Coletivo. Quanto mais informal for esta conversa, mais interessante ela será. Portanto, não estamos propondo uma palestra ou aula, mas sim uma conversa mesmo. Nela, os jovens terão a oportunidade de perguntar o que quiserem sobre o tema – Meio Ambiente e Desenvolvimento – e dialogar com as ideias dos convidados.
2. O formato da conversa é livre, mas sugerem-se algumas dicas que podem ajudar a tornar o diálogo mais fluído e interessante. A primeira delas é com relação à disposição das cadeiras no local. O melhor é fazer um círculo onde todos possam se enxergar, inclusive os convidados. Em seguida, é preciso definir um mediador da conversa, que pode ser o Orientador Social, que cumprirá o papel de orientar a ordem das falas, marcar o tempo, manter o foco no tema e evitar conversas paralelas.
3. Além disso, outras decisões prévias vão desde a definição coletiva dos nomes dos convidados (de preferência com pessoas da comunidade ou que a comunidade conheça, e que dominem o tema), até a identificação de perguntas e questões a serem discutidas. Recomenda-se também que entre os convidados possa haver pessoas com diferentes idades – de diferentes gerações – o que certamente trará pontos de vista diferentes e enriquecerá o debate.
4. Algumas dicas de questões que podem orientar o debate são oferecidas:
 - o que é “ser um ambientalista” hoje em dia? Como era no passado? E como será no futuro?
 - como você começou a se considerar um ambientalista? Como e quando você foi motivado para atuar pela defesa ambiental?
 - oportunidades de trabalho na área ambiental: é possível sobreviver como ambientalista? Vive-se bem? Como?

- como a Internet pode ampliar os horizontes do tema? Quais os limites da Internet?
 - como participar de ações coletivas na área?
 - qual a relação entre meio ambiente, cidadania e política?
 - dá pra casar meio ambiente e desenvolvimento? Por quê? Cite exemplos.
 - se você fosse presidente do país, que medidas tomaria no seu primeiro dia de mandato? Por quê?
 - que iniciativas interessantes de proteção ambiental em nosso município podem ser recomendadas? Elas são mérito de quem?
5. Outra dica importante diz respeito ao registro da atividade – fotos, anotações, filmagens, gravações. Ele pode ajudar o Coletivo em atividades futuras.
6. Ao final da Roda de Conversa, reserve um tempo para avaliar a atividade. Ela foi interessante? Em que aspectos? Onde ela não foi legal? O que poderia ser melhorado? Convidamos as pessoas certas? Fizemos as perguntas adequadas? O que poderíamos ter perguntado? Agradecimentos ao convidado.

Esta atividade pode ser realizada diversas vezes, e a partir de diferentes temas e aspectos. Ela contribui para ampliar o horizonte dos jovens sobre o assunto, cria um canal de diálogo *intra* e *entre* as gerações, e oferece situações práticas e reais do dia a dia de uma área. Agregar algumas ferramentas a ela, como depoimentos em vídeo, recortes de jornal, mapas, grupos musicais etc., ajudam a enriquecer o debate e a conversa.

A segunda atividade procura relacionar o debate – meio ambiente e desenvolvimento – à realidade local dos jovens. O foco deve partir do município, podendo abarcar apenas a comunidade. O objetivo é identificar, pelo menos, uma questão real que o município (ou a comunidade) enfrenta acerca do dilema “Meio Ambiente e Desenvolvimento” e discuti-la. Os passos seriam os seguintes:

1. Identificar pelo menos um tema (se houver mais de um, pode-se listá-los).
2. Realizar pesquisa prévia sobre o mesmo. Levantar a situação atual do tema; quais os setores a favor e contra e respectivos argumentos; reunir materiais, reportagens etc.
3. Discutir a questão, apresentando tudo o que a pesquisa prévia ajudou a levantar. Neste momento, pode-se trazer algum convidado para ajudar a animar o debate, de preferência pessoas com visões diferentes sobre o tema.
4. Tirar os encaminhamentos possíveis do debate:
 - a. Como os jovens podem continuar participando desta questão?
 - b. Que entidades podem ajudar neste sentido?

As duas atividades propostas neste tópico certamente não dão conta de enfrentar toda a complexidade e profundidade que o tema “Meio Ambiente e Desenvolvimento” requer. Entretanto, constituem-se como importantes pontos de partida para que os jovens enxerguem com mais profundidade o assunto, e estabeleçam conexões locais com ele.

III – RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

A seguir são relatadas cinco experiências de participação cidadã de jovens, que se sensibilizaram com as questões ambientais da sua comunidade, mobilizaram-se e organizaram ações coletivas. São relatos de situações reais de diferentes regiões do Brasil que ajudam a ilustrar que é possível enfrentar e superar os desafios e agir para cuidar do meio ambiente. Se é verdade que o tema Meio Ambiente é recente na preocupação dos jovens brasileiros, é também verdade que este panorama vem mudando com muita velocidade, possivelmente na mesma que a degradação ambiental.

As cinco experiências estão organizadas da seguinte forma: as quatro iniciais são relatos mais gerais e a 5ª experiência é mais detalhada e reúne informações mais completas sobre o contexto em que foi realizada e a atuação dos jovens, seguindo o roteiro: a. Caracterização do contexto (pano de fundo, por quê e para quê, e quem foi envolvido na ação); b. A atuação dos jovens (foco, ações desenvolvidas, público, método etc.); c. Resultados e impactos da ação.

São experiências que procuram apresentar diferentes ações em diversos contextos, regiões e localidades do Brasil – vão desde escolas, coletivos de jovens, ONGs, redes e iniciativas apoiadas por governos. Todas elas têm como pano de fundo o interesse e o engajamento dos jovens pelo meio ambiente, em especial em “por a mão na massa” e ajudar a transformar realidades de degradação ambiental local e global. Estas experiências nos indicam que os jovens estão sim preocupados com a proteção do meio ambiente e se organizam para agir e enfrentar os problemas que presenciam no seu dia a dia. Como compõem uma geração “Internet”, sua capacidade de perceber o tema e de agir se amplia muito – trocam informações com jovens de outras cidades, estados e países; participam de comunidades e campanhas de proteção ambiental; filiam-se a grupos ecológicos ou fundam suas próprias organizações; mobilizam abaixo-assinados virtuais; ampliam denúncias de destruição ambiental em *blogs*, e-mails e listas de comunicação, se relacionam com profissionais e conhecem as diversas oportunidades do mundo do trabalho do campo ambiental etc. Sem dúvida, a Internet é uma importante aliada destes jovens ambientalistas, mas sua ação não depende essencialmente dela. Promovem suas ações com ou sem ela, afinal os problemas ambientais estão presentes em todos os cantos da sociedade.

Uma rápida apresentação das cinco experiências selecionadas ajuda-nos a perceber diversidade de formas de organização e de atuação.

Nome do Grupo ou Entidade	Onde atua?	O que faz?
Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Pará (CJ – PA)	Escolas, grupos de jovens, redes e coletivos ambientais da Amazônia – especialmente do Pará.	Palestras, Oficinas e atividades de Educação Ambiental
Fórum da Agenda 21 de Paty do Alferes – RJ	Em toda a comunidade de Paty do Alferes – RJ: escolas, grupos, associações, conselhos etc.	Implementa o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 21 Local, por meio de diversos projetos e ações.
Com-Vida de Itanhaém – SP e CJ – Caiçara	Litoral sul de São Paulo – Peruíbe e Itanhaém.	Palestras, Oficinas, manifestações e atividades de Educação Ambiental
Agenda 21 de Santos – SP	Santos – grupos de jovens, comunidades, escolas, universidades.	Mobiliza jovens para participarem do Fórum da Agenda 21 – comprometerem-se com a melhoria da qualidade de vida da cidade.
Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade – REJUMA	Nível nacional – a rede articula jovens que participam ou não de organizações, grupos ou coletivos, interessados na questão ambiental.	Circula informações, divulga atividades e eventos, promove debates e reflexões, participa de encontros, manifestações e integra o Conselho Nacional de Juventude.

Experiência 1: Coletivo Jovem do Meio Ambiente do Pará (CJ – PA)



Logo do CJ – PA. Fonte: *blog* do CJ – PA.

Começamos pela experiência do Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Pará, ou simplesmente CJ – PA, que tem mobilizado outros jovens a lutar pela proteção da Amazônia.

Tema: *Educação e Proteção Ambiental na Amazônia – Jovens em Coletivo participando da sustentabilidade da Amazônia*

Local: *Pará*

Período: *desde 2003*

Jovens envolvidos: *dois públicos principais são envolvidos nas atividades: a. Estudantes de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental (jovens entre 11 a 15 anos) de escolas públicas (municipais e estaduais); jovens com mais de 15 anos que atuam em movimentos, coletivos e entidades de proteção ambiental, ou que tenham interesse em atuar. Prioritariamente as ações têm envolvido jovens que vivem em bairros de periferia de diversos municípios do Pará.*

Parceiros e apoiadores: *Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Educação, Secretaria Estadual de Educação do Pará, Prefeituras, ONGs (Argonautas e Unipop).*

A. Breve caracterização da experiência

O Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Pará (CJ – PA) foi formado em 2003, conjuntamente ao processo de organização da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, realizada pelo Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação. A ideia era simples: para mobilizar escolas (de 5ª a 8ª série) a participar do projeto debatendo ideias e apresentando propostas de melhoria de problemas ambientais era fundamental que houvesse um coletivo de jovens que conseguisse conversar de igual para igual com estes estudantes. A proposta dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente vem daí, a partir do convite a diversas organizações de juventude, com integrantes com idade entre 15 a 29 anos, para comporem um CJ em cada estado que atuasse como co-organizador da Conferência, estimulando estudantes a participarem das discussões. Esta iniciativa deu tão certo que antes mesmo de finalizada a Conferência, integrantes dos CJs criaram a REJUMA – Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade, dando continuidade às suas ações para além da Conferência. Relataremos esta experiência mais à frente.

No caso do CJ do Pará, ele foi formado em 2003 e desde então vem crescendo e realizando diversas ações. Mas o que levou estes jovens a participar do CJ? E o que os mantém até hoje nesta luta?

Há fatores que retomam a situação destes jovens em 2003, quando o projeto foi iniciado:

1. Convite do governo federal para que eles participassem do projeto da Conferência, num contexto de início de governo e de uma política de participação social inovadora. Além disso, as pessoas que estavam à frente desta ação no governo eram jovens e vinham de entidades e movimentos da sociedade civil, o que, de certa forma, as aproximava destes jovens que estavam sendo mobilizados.
2. Contexto de avanço na devastação da Amazônia, especialmente no Pará, dado o modelo de desenvolvimento adotado para a região – exploração madeireira insustentável, grandes projetos de mineração, avanço da fronteira agropecuária. Estes fatores geravam, por sua vez, importantes mobilizações da sociedade civil em Fóruns de defesa e proteção da Amazônia, como por exemplo o FAOR (Fórum da Amazônia Oriental) (www.faor.org.br).
3. Outro fator foi a própria força que ganhou os movimentos de juventude, com a sua articulação e ampliação de contatos e espectro de atuação. Dentro do FAOR, acima mencionado, há um GT de Juventude que promove intercâmbio de informações e de experiências entre jovens que atuam na chamada Amazônia Oriental, à luz da construção de políticas públicas para enfrentar os desafios que este segmento vive no seu cotidiano.

B. Descrição da atuação desenvolvida pelos jovens

O principal objetivo da ação do CJ – PA é a mobilização de jovens em torno da proteção ambiental, por meio de atividades de Educação Ambiental com diferentes técnicas e abordagens: vídeos, cartilhas, fotos, oficinas vivenciais etc. Essas ações educativas, por sua vez, têm como objetivo mobilizar e provocar jovens para agirem em prol da proteção do meio ambiente, desencadeando inúmeras ações – de educação ambiental, e de intervenção direta no meio ambiente, como por exemplo: plantio de árvores, recuperação de áreas degradadas etc.

Além destes recursos, os jovens do CJ têm como importante aliado o fato de serem jovens, isto é, a condição de juventude que confere a eles disposição, mobilidade, energia e fluidez na comunicação e permite que falem a mesma língua dos jovens que mobilizam. Vivenciam na prática um dos princípios que orienta suas ações – o “jovem educa jovem”. Esta é uma importante ferramenta de mobilização dos jovens que atuam na área ambiental – falando-se entre si, sem, no entanto, estarem fechados para o mundo, conseguem trocar informações com mais agilidade, compartilhar experiências e promover ações de transformação socioambiental.

Além disso, seu envolvimento neste processo vai permitindo que estes jovens visualizem diversas oportunidades de inserção no mundo do trabalho dentro do campo ambiental. Trata-se de um campo novo e em franca expansão no Brasil e no mundo, aliado ao fato de o país ser considerado uma “potência” ambiental mundial e um celeiro de ambientalistas, como Chico Mendes, dentre outros.

C. Conta aí

Com o *slogan* “Em Coletivo Vivendo a diversidade da juventude na Amazônia”, o CJ – PA nos conta sobre suas ações mais recentes e convida-nos a acompanhar suas atividades no seu *blog*: www.coletivojovempara.blogspot.com.

Brindam-nos aqui com um breve relato do que vêm realizando:

“Além de estar envolvido com a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente e com a construção de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-vidas) desde 2003, ano de sua criação, o CJ-PA promoveu em 2006 o Programa Interação com o objetivo principal de criar espaços de reflexão dentro das escolas públicas da região metropolitana de Belém. Nesse processo, envolvemos desde 1º de setembro de 2006, 30 escolas, 240 alunos e 60 professores que desenvolveram trabalhos bibliográficos, práticos e artísticos permeando cinco temáticas que, por pesquisa, percebemos a necessidade de trabalhá-las para a formação humana e social dentro das escolas, são elas: Felicidade, O outro, O presente e o futuro, Tecnologia e Educação. Ao final, os trabalhos foram apresentados e selecionados por banca julgadora e os três melhores receberam uma placa, publicações, brindes e bolsas de curso de informática.

No ano de 2007, firmamos parceria com o CODESEI (Consórcio de Desenvolvimento Inter-Municipal do Baixo Tocantins) participando dos momentos de implantação da Agenda 21 Local em 10 municípios paraenses e continuamos com a construção das Com-vidas nestes municípios.

Ainda neste ano, o CJ-PA em parceria com a Secretaria Estadual de Educação promoveu o IEPJMA (I Encontro Paraense da Juventude pelo Meio Ambiente) em setembro, contando com a participação de 200 jovens de 27 municípios do Estado.

Atualmente, estamos trabalhando com um projeto apoiado pelo Ministério da Educação, iniciado em Janeiro de 2008, envolvendo 14 municípios do Estado onde já existiam 10 Com-Vidas e com construção de mais 10 Com-vidas, abrangendo um total de 20 escolas e período de acompanhamento por um ano.

No processo de mobilização e chegada aos municípios, bem como apresentação do projeto às Secretarias Municipais de Educação, a aceitação foi excelente e o projeto aumentou o número de escolas envolvidas para 40, com perspectivas de abranger ainda mais escolas.

A maioria das Com-Vidas relata que a chegada do projeto veio em boa hora, pois estas precisavam fortalecer suas articulações e organização interna, assim como os jovens e o corpo docente ficaram bastante interessados nas oficinas de fortalecimento, que envolvem as temáticas Avaliação e Elaboração de Projetos, Educação Ambiental, Educomunicação, Participação Política, Empreendedorismo e Fortalecimento Organizacional. Para tanto, foi confeccionada uma apostila para dar suporte às oficinas e promovidas oficinas preparatórias aos facilitadores do CJ que conduzirão as mesmas.

*As Com-vidas já apresentaram seus frutos, estão preparando mais ações e as construídas recentemente já estão fazendo acontecer nas escolas, o que nos motiva cada vez mais nesta missão de levar a mensagem da melhoria da qualidade de vida e de **ações reais** começando pelo ambiente escolar, alcançando a comunidade e propagando o protagonismo juvenil.*

Desta forma, o CJ-PA estabelece sua articulação com a juventude dos 14 municípios envolvidos com o projeto, que também participaram do I Encontro Paraense da Juventude pelo Meio Ambiente promovido pelo Coletivo Jovem de Meio Ambiente do Pará em Setembro de 2007, com mais 16 municípios, que não puderam entrar no projeto pelas limitações orçamentárias deste.

Assim, o CJ-PA está antenado com 30 municípios do Estado do Pará, com grandes perspectivas de aumentar este número com o processo de organização da III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Nosso desejo é disseminar núcleos locais de CJ's nos municípios, pois contamos hoje com somente oito núcleos locais além da capital. E já estamos trabalhando para isto em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, Secretarias Municipais de Educação e, principalmente com a juventude, principal ator deste processo.

Além dos projetos e ações, participamos de encontros e conferências relacionadas à temática juventude e a temática meio ambiente, seja como ouvintes ou apresentando nossos trabalhos e experiências. Com destaque para nossas últimas participações no II Encontro de Educação Ambiental de Belém, em abril de 2008, e no Encontro Xingu Vivo Sempre, em Altamira-PA. Estamos no Comitê de Juventude do Fórum Social Mundial, que acontece em Belém em 2009.

Acreditamos que organizar e fortalecer a juventude são o melhor caminho para cuidarmos de nosso estado, mas sabemos o quanto é difícil! O CJ-PA atualmente conta com 10 jovens voluntários. Completou cinco anos no dia 13 de maio de 2008, almejando mobilizar cada vez mais jovens”.

Para conhecer mais sobre a proposta das Com-vidas, acesse o manual “Formando Com-vidas e construindo a Agenda 21 na escola”, produzido pelo Ministério da Educação em parceria com o Ministério do Meio Ambiente. Ele está disponível no *link* a seguir, e apresenta os passos para se criar uma Com-vida na Escola e construir sua Agenda 21. Embora voltado às escolas, este manual pode ser adaptado a outros espaços, como coletivos, vilas, comunidades etc.

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/comvida.pdf>



Capa do Manual. Fonte: site do MEC

Experiência 2: Agenda 21 de Paty do Alferes – RJ



Logo do projeto. Fonte: Instituto Terra.

Damos sequência com a experiência de elaboração da Agenda 21 de Paty do Alferes, interior do Rio de Janeiro, que encontrou nos jovens uma importante força mobilizadora para transformar a realidade local.

Tema: *Elaboração da Agenda 21 de Paty do Alferes – RJ – mobilização e participação dos jovens do município.*

Local: *Paty do Alferes – RJ*

Período: *desde 2004*

Jovens envolvidos: *todas as escolas estaduais e municipais da cidade foram mobilizadas para participar do início da elaboração da Agenda 21. Em seguida, já com o Fórum constituído foi montada uma equipe de jovens para atuar na mobilização da comunidade. Esta equipe acabou formando uma ONG, a primeira organização de jovens do município.*

Parceiros e apoiadores: *Fundo Nacional do Meio Ambiente – Ministério do Meio Ambiente, Prefeitura de Paty do Alferes, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Palmares, COMDEMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente, dentre outros.*

A. Breve caracterização da experiência

Quando um grupo local de pessoas decidiu iniciar o processo de elaboração da Agenda 21 de Paty do Alferes, partiu-se para a mobilização de todos os segmentos da sociedade, dentre eles os jovens. Estes foram mobilizados através das escolas estaduais e municipais da cidade, e diversas lideranças jovens compareceram, representando suas respectivas escolas.

Seguiram-se os passos recomendados para a elaboração de Agenda 21 local, partindo para a constituição de um Fórum Local da Agenda 21.

Já com o Fórum formado e com a aprovação do Projeto de Construção da Agenda 21 Local pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente, partiu-se para a elaboração dos diagnósticos locais e para esta etapa uma equipe de jovens foi composta. Este grupo de jovens acabou criando a primeira ONG local formada por cinco jovens patyenses, frutos da Agenda 21 local e que participam ativamente do Fórum até hoje. Eles também estão presentes no Conselho Gestor da primeira Unidade de Conservação Municipal, a Área de Proteção Ambiental (APA) Palmares e no Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA.

Vale destacar que as iniciativas de elaboração de Agendas 21 locais são importantes espaços de mobilização e participação de diferentes segmentos da comunidade local – lideranças, representantes de entidades etc. Propiciam o encontro e o diálogo de diferentes organizações – governos, empresas e comunidade – mostrando que não se enfrentam os problemas ambientais locais trabalhando de forma isolada. O envolvimento de jovens tem se mostrado uma importante oportunidade de engajamento de novas gerações para o debate ambiental, de oxigenação de métodos mais tradicionais de atuação – rejuvenescendo os Fóruns Locais, com novas ideias e formas de atuação; e canalizando a energia da juventude em ações de transformação ambiental da sua própria comunidade.

No caso desta experiência de Paty do Alferes, vê-se que além da sua valiosa atuação junto ao Fórum Local da Agenda 21, os jovens também criaram uma ONG para prosseguir lutando pela proteção ambiental local. Em pouco tempo, a ONG já conquistou importantes espaços locais e regionais de proteção do meio ambiente – deixando-nos uma pista de que esta é uma forma de ação consideravelmente transformadora.

Além disso, é preciso enxergar nas ONGs uma oportunidade de inserção no mundo do trabalho, considerando o crescimento do chamado “terceiro setor” no oferecimento de vagas de trabalho profissional e voluntário. Inúmeros jovens têm se inserido no mundo profissional por meio do terceiro setor, constituindo-se numa realidade hoje no Brasil.

B. Descrição da atuação desenvolvida pelos jovens

A atuação jovens de Paty do Alferes vai na seguinte direção:

- 1 – Mobilização e levantamento das famílias da Área de Preservação Ambiental (APA) Palmares para Agenda 21 local.
- 2 – Passeios ecológicos educativos com as Escolas Municipais Dr. Álvaro Soares e Nossa Senhora das Graças.
- 3 – Plantio de Mata Ciliar no Rio Tinguá – APA Palmares.
- 4 – Mutirão para plantio de Sistemas Agroflorestais.
- 5 – Elaboração do plano de desenvolvimento turístico da APA Palmares e APA do Rio Santana.
- 6 – Participação no Conselho Gestor da APA Palmares.
- 7 – Participação no Fórum da Agenda 21 Local.
- 8 – Participação no COMDEMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente.

É importante frisar que as ações têm dois focos distintos e complementares – um mais voltado a ações diretas na comunidade (números 1 a 4), envolvendo ações educativas e intervenções diretas no meio ambiente; e outro junto a espaços de participação política e de proteção ambiental (números 5 a 8). Só para se ter uma ideia do que faz um Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA – ele tem o poder de propor novas leis ou alterações em leis locais já existentes relativas ao meio ambiente. E, como sabemos, isto impacta toda a comunidade e desencadeia uma série de ações e desdobramentos, positivos e negativos. Por exemplo: uma lei aprovada que estabelece a coleta seletiva de lixo no município vai gerar uma série de ações e até mesmo multas para o seu descumprimento – caminhões específicos para a coleta, usina de triagem do material, treinamento dos trabalhadores, campanhas para informar a comunidade etc. Além disso, desdobramentos como o surgimento de cooperativas de reciclagem podem ser observados, geração de novos trabalhos, dentre muitos outros.

C. Conta aí

Segue um breve relato das ações dos jovens na Agenda 21 de Paty do Alferes. O relato é de uma representante do Fórum que acompanha este trabalho desde o seu início, e que sempre apostou na parceria com os jovens.

Mais informações podem ser obtidas:

- Representante da Agenda 21 Paty do Alferes ag21paty@yahoo.com.br

Organização Sócio Ambiental Ipê Amarelo (ONG criada pelos jovens)

Presidente da ONG – Vice-Presidente e-mail: csspaty@bol.com.br robsonremy@gmail.com

“A importância dos jovens para a Agenda 21 Local é muito grande, pois eles possuem o vocabulário mais adequado na mobilização de outros jovens, sabem que a força para mudar está nas mãos deles. Além do mais, sempre procuramos integrar os saberes popular e científico, com a participação de diferentes gerações e todos os níveis escolares.

Através da participação de algumas lideranças jovens no Fórum da Agenda 21 Local fomos convidados a participar do Dia Nacional da Juventude no dia 27 de outubro de 2007, com o tema; Os jovens e o Meio Ambiente, com a participação de mais ou menos 500 jovens de toda a região.

A construção da Agenda 21 da Juventude vem colaborar ainda mais para o desenvolvimento das cidades, principalmente aquelas com poucos habitantes, onde faltam oportunidades de trabalho. A organização do meio ambiente através da Agenda 21 é imprescindível para as futuras gerações e se os jovens estiverem inseridos nesse processo os resultados serão maravilhosos.(...)

Em relação à Agenda 21 Local, nós estamos no passo 6 que é a fase de implementação e monitoramento das ações do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 21 Local de Paty do Alferes. As ações estão sendo implementadas pela Prefeitura, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, através do Plano de Gestão Integrada desta secretaria, pelo COMDEMA e pelo próprio Fórum de Agenda 21 Local que possui um GT de Planejamento Estratégico para monitorar as ações e implementá-las.

Os jovens participam ativamente através das reuniões mensais ordinárias e extraordinárias, representando os movimentos a que pertencem. Participam também na elaboração de palestras, trilhas ecológicas e apresentações.

Até o momento temos como resultado uma Usina de Triagem e Compostagem de Resíduos Sólidos funcionando; Uma Central de Recolhimento de Embalagens de Agrotóxicos; Coleta de Resíduos de Saúde, com carro específico; A primeira Unidade de Conservação municipal; Projetos de Educação Ambiental e Cidadania- “A Paz é Verde” –, onde se trabalha com Teatro de Bonecos e realiza o I Eco Festival Estudantil de Teatro de Bonecos, através de oficinas nas sub-bacias do município e o I Eco Festival de Música Estudantil, ambos com a participação de Crianças e Jovens das Escolas municipais. Estamos realizando também a implantação do projeto piloto “Casa de Farinha” dentro da APA Palmares, onde trabalhamos com o beneficiamento da mandioca, na geração de emprego e renda. Finalmente, temos o projeto “VIVEIRO ESCOLAR” realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

Temos também a CASA DA AGENDA 21 Local, onde se reúne o Fórum da Agenda 21, o COMDEMA e onde se aloca a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Esta Casa conta ainda com uma SALA VERDE, espaço para reuniões, debates, pequenas palestras, o Balcão SEBRAE e Associação Comercial de Paty do Alferes e um pólo de Coletivos Educadores Regional.

Antes da criação do Fórum da Agenda 21 Local de Paty do Alferes, as ações ambientais se restringiam às escolas, com ações isoladas, na comemoração do dia Mundial do Meio Ambiente e Dia da Árvore.

É importante ressaltar que todo esse trabalho começou em 2001, com uma Divisão de Meio Ambiente dentro da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento e, só em 2007, conseguimos criar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente que surgiu da demanda do Fórum da Agenda 21 Local”.

Para saber mais sobre as experiências locais de Agenda 21, acesse a página da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais: www.redeagenda21local.org.br/.

Para saber mais sobre a experiência da Agenda 21 de Paty do Alferes, acesse a página www.institutoterra.org.br/site/ambientes_social_projetos_03.php.

Experiência 3: Com-Vida de Itanhaém – SP e CJ – Caiçara



Logo da Com-Vida de Itanhaém.

Fonte: *blog*: www.com-vidaitanhaem.blogspot.com

Reunimos duas experiências que têm estreita relação entre si – surgem a partir dos mesmos contextos regionais – e são protagonizadas pelos menos grupos de jovens. Ambas mostram que oportunidades de formação de jovens na área ambiental são uma das estratégias mais relevantes para o engajamento e a ação de proteção ambiental. Reforçam ainda, que não se trata de uma formação ao estilo “aula teórica”, mas sim de práticas ao estilo “aprender fazendo” e aliadas às ferramentas da Internet, com acompanhamento técnico e pedagógico de profissionais experientes. Além disso, estas oportunidades de formação ampliam o horizonte de atuação profissional na área ambiental.

Tema: *Formação de jovens – participação e luta pela proteção ambiental do Vale do Ribeira.*

Local: *Vale do Ribeira (Litoral Sul de São Paulo) – Itanhaém e Peruíbe.*

Período: *2006/07*

Jovens envolvidos: *cerca de 50 alunos, de 5ª a 8ª séries, da Escola Municipal Maria Aparecida Soares Amêndola, no Bairro Cabuçu, em Itanhaém – atuando na Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-vida); e cerca de 15 jovens entre 15 e 29 anos que compõem o Coletivo Jovem de Meio Ambiente – o CJ Caiçara.*

Parceiros e apoiadores: *Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Educação, Prefeituras locais, REJUMA – Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade, REBEA – Rede Brasileira de Educação Ambiental, REPEA – Rede Paulista de Educação Ambiental, REABS – Rede de Educação Ambiental da Baixada Santista, Rede Paulista de Agendas 21 Locais e Rede de Agendas 21 do Litoral Paulista, ONGs Ecosurfi (Entidade Ecológica dos Surfistas), Camará – Centro de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência e GREG (Grupo Ecológico Guaraú), da empresa Nação Ecológica e do Coletivo Educador Serra do Mar, Carta das Responsabilidades Humanas, Green Map System e GYAN Global Youth Action Network.*

A. Breve caracterização da experiência

O Programa de Educação Ambiental – Projeto Braço de Orion 001 é uma iniciativa do Coletivo Jovem de Meio Ambiente de São Paulo com financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) para a formação de Com-vidas em escolas de 25 municípios do estado. Em Itanhaém a execução do projeto é da Equipe Técnica de Educação Ambiental formada pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, e pelo Departamento de Meio Ambiente e da Secretaria de Agricultura.

Na Baixada Santista, participam também as cidades de Peruíbe, São Vicente e Guarujá. A gestão regional é do CJ Caiçara/REJUMA e o apoio na região é das ONGs Ecosurfi (Entidade Ecológica dos Surfistas), Camará – Centro de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência e GREG (Grupo Ecológico Guaraú), da empresa Nação Ecológica e do Coletivo Educador da Serra do Mar.

A proposta trabalha a formação de agentes socioambientais mirins em cinco pilares metodológicos: reencantamento humano, empreendedorismo, educação ambiental, educomunicação e participação política.

Um técnico da Secretaria de Educação de Itanhaém é um dos facilitadores do projeto. Segundo ele, *“esta é uma proposta piloto que objetiva aprender com as experiências para atender mais escolas no ano que vem. Estamos adaptando a metodologia, estabelecendo diálogo com a grade curricular e a articulação com projetos já desenvolvidos”*.

O Portal Flecha de Luz (www.flechadeluz.org) é a ferramenta educacional do Programa. Além de possibilitar às Com-vidas um canal para a produção e publicação de conteúdos, permite que os jovens compartilhem experiências e conhecimentos localmente construídos, aprendendo também com as práticas alheias. *“As novas condições impostas pelas mudanças ambientais e pela globalização fazem necessário que nós jovens desenvolvamos respeito pela vida e que dominemos as tecnologias de informação e comunicação. Ao mesmo tempo em que precisamos nos reconhecer como sujeitos da história, ter capacidade de concretizar ideias e valorizar a atuação em coletividades”*, explica um dos jovens, da Ecosurfi e do CJ Caiçara/REJUMA. Um dos grandes potenciais da Com-vida é a total possibilidade de interação com projetos já desenvolvidos nas escolas e comunidades. Na Escola Municipal Maria Aparecida Soares Amêndola, o professor de matemática que há um ano coordena o Projeto Semear, trabalha a horta escolar com os fundamentos da agricultura urbana e orgânica. A iniciativa envolve, de forma multidisciplinar, as disciplinas de matemática, ciências, inglês e português.

“Os alunos querem ir pra horta a toda hora. A horta é o centro organizador para as disciplinas, com caráter multidisciplinar. Relacionamos a prática aos conteúdos trabalhados em sala de aula”, fala o professor. A Com-vida é uma parceira do Semear, pois na verdade, ambos são uma coisa só, uma fortalece o outro”, conclui.

Para uma das coordenadoras pedagógicas de ciclo II (5ª à 8ª séries) da Rede Municipal de Ensino de Itanhaém, a Com-vida pode colaborar para atingir metas educacionais. *“Os projetos político-pedagógicos visam melhorar tanto a carga de conteúdo como a aplicação dele no dia a dia, qualificando a formação cidadã dos alunos”*.

Além do suporte ao desenvolvimento desta Com-vida em Itanhaém, o Coletivo Jovem de Meio Ambiente da região – o CJ Caiçara – também realiza outras atividades de mobilização de jovens e de luta pela proteção ambiental.

B. Descrição da atuação desenvolvida pelos jovens

Como vimos, a Com-vida da Escola Municipal Maria Aparecida Soares Amêndola, de Itanhaém, realiza atividades de sensibilização de estudantes, professores e comunidade escolar, procurando mostrar aspectos relevantes da importância da proteção ambiental. Realizam palestras, oficinas e põem a mão na massa nas atividades de cultivo da horta da escola.

Já o CJ Caiçara promove ações de mobilização de jovens para discussão de temas ambientais e defesa do meio ambiente, tendo como instrumento pedagógico a educação ambiental. Realizam campanhas, palestras, oficinas e formações de jovens, a partir de temas locais e globais e de situações práticas, e acumulam conhecimentos e experiências

de atuação profissional e cidadã na área ambiental.

C. Conta aí

Além do portal Flecha de Luz, o blog www.com-vidaitanhaem.blogspot.com é oficial da Com-vida de Itanhaém.

Segue um breve relato de, um jovem, representante do CJ Caiçara. Ele conta como anda o CJ Caiçara e quais os desafios que estão na pauta do grupo.

Mais informações sobre as andanças do CJ Caiçara podem ser encontradas no blog Verde Social – www.verde-social.blogspot.com/.

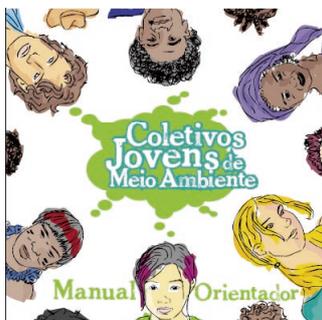
“Por aqui as coisas estão caminhando. O CJ – Caiçara está acompanhando a proposta de construção de um mega complexo portuário aqui em Peruíbe. Falácias inumeráveis e interesses obscuros por parte da empresa responsável, interesses nada públicos da classe política local e o costumeiro “pra mim é vantajoso” do setor privado local. Algo que somou à luta já encampada pelo CJ Caiçara, em Cananéia, em favor do Rio Ribeira de Iguape livre de barragens.

Eles são grandões, mas estamos indo pras cabeças acreditando na mobilização popular. Um processo que tem se mostrado importante e coerente para o fortalecimento de auto-afirmação enquanto movimento social que é o de Juventude e Meio Ambiente.

No que tange ao CJ Caiçara, estas bandeiras têm servido como elos aglutinadores. Nós mesmos, os Caiçaras, que sempre fomos divididos em dois núcleos muito claros de ação autônoma, Baixada Santista e Vale do Ribeira (não por questões de ordem relacional, mas geográficas), também estamos ganhando com tudo isso.

Nesse contexto de militância, acompanhado das mudanças nas vidas da galera, o CJ Caiçara continua na mesma pegada, acreditando que “o processo é lento e o desapego do resultado é importante”. Infelizmente os meios que temos de avaliar os avanços qualitativos, não dão conta de uma evolução orgânica”.

Para saber mais sobre os Coletivos Jovens de Meio Ambiente, CJs, acesse o Manual Orientador no endereço: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/cjs.pdf>



Capa do Manual. Fonte: site do MEC

Experiência 4: Agenda 21 de Santos – SP

Prosseguimos compartilhando o relato da elaboração da Agenda 21 de Santos – SP, onde a participação dos jovens foi tão intensa que tornou necessário criar um Fórum Juvenil na Agenda 21. O Fórum geral da Agenda 21 de Santos chegou a parar suas atividades, mas o Fórum Juvenil seguiu atuante estimulando o voluntariado e a participação juvenil na construção de uma cidade ecologicamente mais equilibrada. A experiência também mostra que a partir de experiências de participação ambiental, muitos jovens encontram seus destinos profissionais – são estimulados a cursar faculdades e colégios técnicos, ampliando sua qualificação e formação técnica e profissional para atuar nesta área. Em quase todas estas experiências, observa-se que estes jovens trazem consigo o “vírus” da participação cidadã, tornando-se profissionais comprometidos com esta dimensão. Isto se traduz em pessoas que não seguem a cartilha “trabalhar para ficar rico”, mas sim a de colocar seu conhecimento profissional em prol da melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida do planeta, conseqüentemente de muitas pessoas, animais e plantas.

Tema: *Agenda 21 de Santos – a experiência dos jovens no Fórum Juvenil Local*

Local: *Santos – SP*

Período: *desde 2000*

Parceiros e apoiadores: *Ministério do Meio Ambiente, Prefeitura de Santos, ONGs locais, Câmara Municipal de Vereadores.*

A. Breve caracterização da experiência

Santos foi escolhida em 1994 pelo Conselho Internacional de Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI) para participar do Programa Comunidades Modelo Agenda 21 Local. O processo de elaboração da agenda do município adotou metodologia similar àquela preconizada no documento da Agenda 21. Para saber mais sobre o ICLEI, acesse a página: www.iclei.org/lacs/portugues.

Inicialmente, o governo local promoveu a realização do Diálogo dos Atores Sociais para discutir as formas de condução do programa e identificar os temas prioritários para elaboração dos projetos, tendo sido selecionados geração de emprego, renda e educação, recursos naturais e saneamento ambiental, transportes e o Plano Diretor do Município.

Desde então, o processo de elaboração da Agenda 21 em Santos vem sendo implemetado, entretanto somente em 2007 é que seu Fórum foi formalmente instalado.

Inicialmente os jovens participavam do Fórum da Agenda 21 de Santos, em 2000, junto com outras entidades, porém não representando especificamente nenhuma escola, clube, associação. Apenas como jovens cidadãos. Depois, o número de jovens superou o dos membros do Fórum da Agenda 21 e decidiu-se criar o Fórum Juvenil da Agenda 21 local, também conhecido como Forja 21. Esse fórum participava das ações da agenda 21 local, envolvendo-se nos projetos, estimulando o voluntariado e o protagonismo juvenil. Quando o processo de Agenda 21 local parou, o Fórum Juvenil continuou pautando a agenda 21 na cidade, estimulando a criação de agendas 21 nas escolas, nas universidades, bairros e assim por diante.

Infelizmente a descontinuidade dos processos locais de Agenda 21 é uma realidade em diversos municípios brasileiros. Mudanças de governo, de pessoas, e de prioridades geram pausas e recomeços em processos participativos. No caso da Agenda 21 de Santos, o relato de, uma jovem atuante do Fórum desde seu início, nos ajuda a perceber melhor a experiência:

“Fomos protagonistas, junto com outras entidades, na retomada do processo de Agenda 21 em Santos. Hoje não queremos mais algo específico para a juventude, como a criação de um espaço dentro da Agenda que seja exclusivo para os jovens, porque já o temos. Queremos garantir que os jovens participem de todas as esferas de decisão e, portanto, temos uma representação jovem em toda a estrutura: Conselho Gestor, Grupo Gestor, Secretaria Executiva e em cada Grupo Temático. Os jovens, participando de todas as esferas, conseguem ter uma visão macro do processo e colaborar para a sua melhoria”.

A passagem acima nos oferece um elemento que diferencia esta experiência das outras reunidas anteriormente neste texto – os jovens de Santos já haviam assegurado seu espaço “oficial”, o Forja, e queriam garantir a participação dos jovens tanto no Forja quanto nos outros espaços já criados no Fórum geral da Agenda 21. Portanto, a luta dos jovens era outra – não mais de criação dos espaços, mas de participar ativamente deles.

Aqui cabe uma breve reflexão acerca dos processos juvenis de luta por espaços de participação. Ao mesmo tempo em que esta luta é legítima e importante, ela deve ser acompanhada de um debate entre os jovens acerca das propostas que se quer levar para estes espaços. Deve-se evitar cair numa armadilha, muito comum em grupos juvenis, de colocar como objetivo final a garantia do espaço e não as propostas que se pretende levar para ele. Afinal, os espaços de participação não são um meio para participar? E participar, pressupõe diálogo, troca de ideias e encaminhamento de propostas, que por sua vez, vão transformar-se em ações e atingir outras pessoas e comunidades.

No caso da experiência de Santos, os jovens já haviam percebido que somente a criação do Forja não bastava para dar vazão às suas propostas, e por isso, concentraram-se em mobilizar jovens para participar.

B. Descrição da atuação desenvolvida pelos jovens

Duas perguntas são importantes pontos de partida para este tópico: Mobilizar para participar para quê? Qual o sentido desta participação?

A ideia da mobilização ser protagonizada pela juventude é aproveitar a união que há entre os jovens, com menos competição e maior abertura para colaboração e união. É por meio da ação coletiva que os jovens podem conhecer novas pessoas, vivenciar novas experiências, enfim, aprender.

No caso da Agenda 21 de Santos é interessante perceber que até mesmo as juventudes partidárias locais vêm trabalhando juntas na Agenda 21 e nenhum problema ou conflito ideológico foi até então registrados. Percebe-se que a questão ambiental tem um grande apelo a todas as gerações, e no caso dos jovens ela se apresenta como uma causa com potencial de agregação e de união de pessoas, independentemente das suas diferenças ideológicas, políticas, sociais, religiosas. Afinal, todos serão afetados pelos impactos ambientais, obviamente de forma diferente, e, sobretudo os jovens sentirão com mais força estes impactos.

A principal atividade do Forja atualmente é a mobilização para a Agenda 21, e isto significa realizar palestras, oficinas, encontros, seminários, debates, e muito corpo a corpo com a comunidade para apresentar o que significa e o que pode significar a Agenda 21 para o município. Estas ações, por sua vez, desencadeiam outras ações por parte das pessoas que foram sensibilizadas por esta mobilização, como mudança de hábitos e de atitudes cotidianas que vão de ações simples de fechar a torneira escovar os dentes, separar o lixo, dar preferência ao transporte coletivo, até engajar-se em lutas mais coletivas da comunidade.

C. Conta aí

Segue um relato de uma jovem representante do Fórum da Agenda 21 de Santos, retratando desde o início do processo até os dias atuais. Mais informações podem ser obtidas nos sites:

<http://www.agenda21santos.org.br/> – Página oficial da Agenda 21 de Santos.

<http://www.forja21.blogspot.com.br/>

Blog do Fórum Juvenil da Agenda 21 de Santos, também conhecido como Forja.

“Eu entrei para a Agenda 21 de Santos no final de 2000 e é a partir daí que eu consigo contar a nossa história. Foi engraçado, porque eu tinha uma amiga que estudou comigo o ensino fundamental quase todo e depois, quando fomos para o colegial, perdemos o contato. Daí, um dia abri o jornal brincando que ia ver alguém conhecido e tava a foto dela lá, com vários outros jovens, que estavam fazendo parte do fórum juvenil da Agenda 21 de Santos.

Conversando com ela, ela me contou que a ideia de participar veio depois que ela assistiu uma palestra do professor Aziz Ab´Saber, foi aí que ela decidiu o que queria seguir como profissão (prestou USP, passou, é geógrafa hoje). Na palestra ele falou a respeito da Agenda 21 e ela resolveu procurar saber e descobriu que em Santos estávamos iniciando este processo. Com ela, foi mais uma menina amiga dela, que foram chamando outros jovens. Depois da matéria, que saiu num caderno que tinha aqui chamado “Tribo”, vários outros jovens, como eu, acabaram procurando a Agenda 21. Foi aí que ganhamos número e fôlego.

Começamos a participar e logo de cara surgiu um evento e todos falavam que era difícil envolver os jovens. Daí nós falamos “é difícil porque vocês não inventam nada que atraia os jovens”. O grupo considerou e pediu que criássemos então uma atividade para os jovens. Inventamos a Ecogincana. Uma gincana cooperativa onde participavam grupos religiosos, partidários, escolas, qualquer tipo de grupo de jovens. O intuito era atrair mais jovens para a Agenda. Foi o que aconteceu.

Os jovens participavam porque todos estavam a fim de fazer alguma coisa para mudar a cidade, mas não sabiam o que e nem onde. Foi aí que começamos com os projetos de voluntariado, mas não “vai e faz qualquer coisa”. Criamos projetos. Nós oferecíamos oficinas de geração de renda e lúdicas, onde trabalhávamos os preceitos da Agenda 21. O espírito era ensinar aquilo que você sabe e capacitar os outros do grupo para poder ajudar.

O objetivo do Forja 21 não é o final, é o meio... isso que eu contei, que, aquela primeira menina que acabou puxando vários outros jovens, definiu o que queria cursar, foi atrás e hoje está aí trabalhando na área, aconteceu com praticamente 100% dos jovens que participaram ativamente do Forja no período de 2000 a 2004.

Eu te explico, essa data surge porque, na época, a média de idade dos jovens era 16 anos. Quando procurei a Agenda 21 estava numa fase onde comecei a frequentar shows de hard core e punk rock, fazia fanzines, participava de debates na escola... queria fazer mais. Estava revoltada com a sujeira da minha cidade, a poluição das praias, das ruas, tudo. E assim como eu, outros jovens estavam nessa mesma pegada, mas não sabíamos por onde caminhar. O legal de tudo é que os jovens que faziam parte eram de todas as classes sociais. Tinham aqueles que ficavam nos bairros mais perto da praia, outros mais pro centro, outros da zona noroeste. Tinha de todo o canto. E nesse período, devido a essa nossa experiência, cada um foi se encontrando. Eu comecei pensando que ia virar bióloga ou assistente social e acabei descobrindo o jornalismo ambiental, onde estou até hoje. Mas como te falei, como eu, 100% dos jovens que ficaram no Forja 21 nesse período fizeram alguma faculdade ou algum curso técnico e se voltaram para a área ambiental. Mesmo tendo feito fisioterapia ou psicologia. E, teve um período, que o Forja 21 ficou meio esvaziado, por conta da faculdade. Uma foi para São Paulo, eu, na época do Trabalho de Conclusão de Curso, também dei uma sumida. “Mas estamos voltando agora, aos poucos e retomando as atividades”.

Experiência 5: Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade – REJUMA



Logo da REJUMA. Fonte: site da Rede.

Tema: Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade – REJUMA

Local: Nacional

Período: desde 2003

Jovens envolvidos: cerca de 500

Parceiros e apoiadores: Ministérios da Educação e do Meio Ambiente, Rede Brasileira de Educação Ambiental, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Carta das Responsabilidades Humanas, Coletivos Jovens de Meio Ambiente e diversas ONGs.

A. Caracterização do contexto

A ideia da REJUMA remete à organização da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, iniciada em meados de 2003. A proposta era simples e coerente: para organizar uma Conferência Infanto-Juvenil era fundamental que jovens participassem desde o início deste processo, atuando tanto na sua organização e implementação, quanto participando das suas etapas. Partindo desta premissa, foram criados os Coletivos Jovens de Meio Ambiente, CJs, em todos os estados brasileiros. Estes CJs atuavam como co-organizadores da Conferência tanto em seus estados como nacionalmente. Seriam os responsáveis por mobilizar as escolas e os estudantes, falando de igual para igual e exercitando o princípio “jovem educa jovem”. Ao mesmo tempo em que os CJs iam se constituindo e iniciando suas atividades relacionadas à Conferência, identificou-se que era importante que este movimento tivesse vida própria, e que seguisse vivo e atuante para além do processo de organização de uma Conferência Nacional. Mas, como colocar isso em prática?

Vem daí a ideia da criação da REJUMA: num primeiro momento articular os jovens integrantes dos CJs, promovendo um amplo diálogo entre si. As bases da rede foram lançadas no I Encontro da Juventude pelo Meio Ambiente, realizado em setembro de 2003 em Luziânia – GO (próximo a Brasília). Nele, representantes de todos os CJs na época se reuniram para discutir assuntos relacionados à organização da Conferência e para pensar na Rede. Surgia aí a REJUMA com muitas dúvidas, incertezas e insegurança, mas também com muita motivação e disposição. A ideia de uma rede e não outra forma de organização (uma associação, um fórum etc.) tem muito a ver com a forma como a área de Educação Ambiental vinha (e vem) se organizando no Brasil, desde a Eco-92. O formato de rede contribui para deixar a organização mais horizontal – sem chefes ou presidentes; compartilha poder e circula livremente a informação; mas exige muito aprendizado e paciência. Seu tempo de funcionamento é outro – seu processo de tomada de decisão demora mais, e às vezes oportunidades são perdidas por conta disso.

E qual era o panorama em 2003? Havia organizações juvenis que atuavam com meio ambiente, mas eram poucas e pouco se conheciam entre si. Não havia um canal nacional de diálogo entre elas, que permitisse que outros jovens as conhecessem e optassem por participar. A ideia da REJUMA vem de encontro a este cenário, procurando integrar estas iniciativas num espaço aberto, democrático e independente do governo federal.

Além disso, o panorama era de início de gestão do governo federal, onde se inaugurava um ciclo de Conferências Nacionais – espaços de participação social voltados ao debate e a elaboração de propostas de políticas públicas. Se por um lado havia um clima de desconfiança e questionamento destes espaços por parte da sociedade, por outro se deparava com uma cultura democrática bastante nova no país. Como participar? Por quê? Qual o resultado que isto poderia trazer?

Este processo de construção dos CJs e de articulação da REJUMA foi deflagrado a partir das seguintes premissas:

- visão plural no mapeamento e articulação de juventudes, buscando relacionar-se com a maior diversidade de organizações, movimentos e coletivos juvenis com ou sem trajetórias na área ambiental;
- respeito às concepções até então construídas por esses segmentos;
- abertura para um processo dialógico e de mediação de interesses e necessidades;
- incentivo à incorporação da dimensão ambiental sobretudo nos movimentos, organizações e coletivos de juventude que até então não tinham essa questão entre suas principais bandeiras de luta;
- metodologia baseada em ações práticas como geradoras de um processo de construção de conhecimentos e reflexão de valores e atitudes;
- estímulo à autonomia desses segmentos, buscando-se ao máximo sua não dependência com o agente indutor da política pública, no caso o governo federal.

B. A atuação dos jovens

Com o entendimento de que uma rede é sempre um meio para se alcançar um determinado objetivo e não um fim em si, a REJUMA foi pensada para constituir-se num espaço de diálogo, troca de informações, intercâmbios de experiências e de ação coletiva de jovens ambientalistas (ou pelo menos interessados no assunto). Embora ela tenha sido criada a partir da área de Educação Ambiental, seu escopo vai além de uma rede de educadores ambientais, abordando temas socioambientais não necessariamente de caráter educativo. A rede, portanto, ajuda a amplificar as ações locais – dão voz e vida às ações de seus integrantes.

Atualmente participam jovens de 16 a 25 anos, que atuam em diversos setores da sociedade (ONGs, Poder Público, Partidos Políticos, Redes de Juventude, Movimentos Juvenis etc.).

Apesar de o conceito de rede não pressupor uma coordenação, ela se organiza por meio de facilitadores, estabelecendo funções internas de interesse do coletivo. No caso da REJUMA sua divisão interna de tarefas foi chamada de “Constelação de Comunicação”, compartilhando responsabilidades de gestão e de comunicação interna e externa da rede. Daí surgiram avanços e conquistas como o seu Portal – www.rejuma.org.br – com diversas ferramentas, atualização de cadastro de participantes, dentre outros avanços. A divisão das tarefas foi compartilhada regionalmente – 1 jovem por região – e segundo as habilidades e perfis destas pessoas. Cada “constelado”, como são denominados estes jovens, assume um papel de porta-voz sendo responsável pela construção de estratégias regionais de disseminação de boas práticas e protestos socioambientais. O desenvolvimento das ações locais possibilitam maiores fluxos de informação e de ação regional, num modo de caminhar espontâneo que dá à Rede a sua feição.

A ideia da rotatividade é uma premissa da rede, e, portanto, estes constelados vão trocando de funções e permitindo que outros participantes possam assumir estas responsabilidades. E o custo disto tudo? Quem paga a conta?

No caso da REJUMA, foi obtido um financiamento para esta ação interna de organização – elaboração do portal

na Internet e implantação da “Constelação de Comunicação”. O apoio foi obtido junto ao CASA – Centro de Apoio Socioambiental, uma organização que financia pequenos projetos nesta área. (www.casa.org.br).

Como a rede não é uma instituição legalmente constituída, ela necessita de uma organização formal para submeter seus projetos para patrocínios. No caso deste projeto, ele foi encaminhado por uma ONG que integra a REJUMA, e esta decisão foi coletivamente tomada na própria rede.

Além desta parceria, a REJUMA segue parceira dos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação, Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA), ONGs, fóruns e coletivos, além de diversos parceiros locais (governos estaduais e municipais).

C. Resultados e impactos da ação

São diversos os resultados e impactos já identificados desde a criação da REJUMA. Como principais resultados podem-se enunciar:

- 1ª Conferência Nacional de Juventude: aprovação da 4ª proposta mais prioritária, com a seguinte redação:

Criar uma política nacional de juventude e meio ambiente que inclua o “Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente”, institucionalizado em PPA (Plano Plurianual), com a participação dos jovens nos processos de construção, execução, avaliação e decisão, bem como da Agenda 21 da Juventude que fortaleça os movimentos juvenis no enfrentamento da grave crise ambiental global e planetária, com a construção de sociedades sustentáveis.

- crescimento da Rede – lançamento e atualização do portal na Internet (www.rejuma.org.br), entrada de novos integrantes, maior articulação com outras redes e coletivos;
- inserção da Rede em Espaços de participação, dentre eles:
 - Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental;
 - Conselho Nacional de Juventude.
- formação de redes locais e estaduais, como por exemplo, a Rede Amazônica de Juventude pelo Meio Ambiente (RAJMA);
- participação da Rede no encaminhamento de manifestos políticos da área ambiental;
- realização de Encontros Estaduais e Locais de Juventude pelo Meio Ambiente, como espaços de formação, intercâmbio e articulação de jovens ambientalistas;
- ampliação da inserção de jovens em instâncias participativas e de gestão ambiental – Agendas 21 Locais; Conselhos de Meio Ambiente; Conselhos de Juventude; etc. O fato de estarem articulados em rede permite que troquem experiências e tracem estratégias coletivas de atuação nestes diversos espaços; e
- Reconhecimento de outros grupos e organizações juvenis e da área ambiental da REJUMA como um espaço legítimo de diálogo e articulação de jovens ambientalistas.

Além destes resultados é importante identificar também os desafios que estão colocados para a rede:

- ampliar e inovar na forma de gestão interna, potencializando métodos de tomada de decisão;
- potencializar ações locais e coletivas;
- aprofundar debate conceitual sobre temas da área ambiental, como por exemplo: transgênicos, energias alternativas, transposição do rio São Francisco, dentre outros; e
- atuar no controle social das proposições já encaminhadas e das conquistas já asseguradas pela Rede.

Há certamente diversos outros desafios pela frente para a REJUMA, e conseqüentemente para seus integrantes. A fluidez e a liberdade que caracterizam a atuação das redes também se apresentam como desafios, na medida em que as tomadas de decisões de grupos ambientalistas exigem cada vez mais rapidez e objetividade, em vista ao pouco tempo de intervenção de que se dispõe e a urgência no enfrentamento dos problemas socioambientais atuais. Por se tratar de uma rede de jovens, a energia e disposição que possuem são importantes aliadas no seu desenvolvimento, mas a imaturidade e o pouco repertório que (muitas vezes) possuem os jovens sobre o tema têm se constituído em desafios à sua constituição.

Por fim, esta experiência procurou ressaltar o quão importante é que os jovens, interessados em atuar pela proteção ambiental, unam esforços entre si, trabalhando de forma coletiva e cooperada. Ficar *cada um na sua* não vai ajudar a enfrentar os graves problemas socioambientais atuais, pelo contrário, esta postura individualista mira a direção contrária àquela que os ambientalistas pregam e praticam. Somar esforços significa aprender a trabalhar no coletivo, o que como já sabemos, não é uma tarefa fácil. Por outro lado, o coletivo tem mais força e mais chances de transformar a realidade.

Finalmente podemos afirmar que para criar uma rede (ou qualquer outra forma de organização coletiva) não é essencial o uso da Internet. Ela pode ajudar neste sentido, mas não deve ser encarada como condição essencial para que isto aconteça. Há muitas iniciativas de grupos, coletivos, cooperativas, associações, redes e tantas outras formas de organização de pessoas pelo país, seja em áreas urbanas ou rurais, e em todas as regiões brasileiras, que se articularam sem adotar a Internet como uma ferramenta de comunicação. O mais importante nelas é perceber que há um objetivo comum que motiva as pessoas a se unirem para atuarem juntas, seja na luta em defesa do meio ambiente, ou qualquer outra bandeira. De que adiantam ferramentas tecnológicas disponíveis se as pessoas não sabem o que as motiva neste coletivo?

Considerações Finais

Este material procurou complementar aspectos importantes relacionados ao tema Meio Ambiente, especialmente quanto às dimensões de participação cidadã e identificação de oportunidades do mundo do trabalho. Estas questões pautaram as experiências aqui reunidas e o aprofundamento dos temas buscaram apresentar novas possibilidades para inspirar e orientar os jovens a “porem a mão na massa”.

Ressaltamos que há ainda uma série de questões e aspectos relacionados a este tema que não puderam ser discutidos neste material. Isto, por um lado, convida-nos a ir além nos estudos e no envolvimento com a área, e por outro, nos mostra que o “buraco é mais embaixo”, ou seja, o tema é complexo e requer profundidade na sua abordagem. Por mais que o debate ecológico esteja na “moda” hoje em dia, ele vai exigir cada vez de nós, cidadãos, olhar crítico e posturas coerentes para enfrentarmos os graves e urgentes problemas socioambientais atuais que o planeta enfrenta. Como vimos, problemas como o lixo, o aquecimento global, desmatamento e tantos outros não são apenas delírios de *eco-chatos*, têm sido cada vez mais confirmados por cientistas e organismos internacionais e vêm demandando cidadãos mais conscientes e profissionais mais atentos e preparados para lidarem com eles. E então, vamos embarcar nesta? A escolha é de cada um, os problemas são de todos nós, talvez mais de uns do que de outros, e o planeta é um só.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Agenda 21 brasileira**: bases para discussão. Brasília : MMA/ PNUD, 2000.

_____. **Construindo a agenda 21 local**. Brasília: MMA, 2003.

_____. **Consumo Sustentável**: manual de educação. Brasília: Consumers International/MMA /MEC /IDEC, 2005.

_____. **Passo a passo para a Conferência do Meio Ambiente na Escola**. Brasília: MEC/ MMA, 2005.

_____. **Juventude, Cidadania e Meio Ambiente**: subsídios para a elaboração de políticas públicas. Brasília: MMA & MEC, 2006.

Porto-Gonçalves, C. W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.



JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS E SOCIOASSISTENCIAIS

I - INTRODUÇÃO

A temática de cidadania, direitos humanos e socioassistenciais do primeiro Ciclo do Projovem Adolescente procurou abordar noções básicas e gerais de cidadania, trabalhando os direitos políticos, civis, sociais e comunitários a que todos deveriam ter acesso. A metodologia sugerida, com suas discussões em grupo, exposições de conteúdo e atividades dinamizadoras, pretendia “abrir o olhar do jovem para dentro e para fora” – propondo e fortalecendo ideias sobre si e sobre o mundo.

No primeiro Ciclo, em conjunto com os jovens participantes, foram estabelecidas regras de convívio para o Coletivo. Logo após, a história do país e a diversidade existente nele foi explorada, abrindo espaço para que cada jovem pudesse entrar em contato mais aprofundado com sua origem e identidade – individual, da família, do grupo étnico e regional, da nação. Em seguida, foram trabalhados os direitos individuais e da coletividade, chamando a discussão para grupos de pessoas que historicamente têm tido seus direitos não assegurados. Após, foram vistas as instâncias de garantia e proteção dos direitos e, por fim, foi lançada a chamada para o protagonismo juvenil, tema que neste segundo Ciclo de trabalho será explorado em mais detalhes.

Cidadania se aprende e experimenta na vida diária, nas práticas sociais concretas, participando da comunidade. Este segundo Ciclo do Projovem Adolescente promove justamente a ação, o fazer prático, a experimentação. Busca contribuir para a transformação da realidade.

Mãos à massa! É preciso quebrar a tendência de ver os jovens como objetos de políticas públicas, muito mais do que sujeitos na sua formulação e execução. Devemos entender, em primeiro lugar, que essa tendência tem uma razão de ser. Se fizermos uma breve caracterização da história social da criança e do adolescente no Brasil, perceberemos a constante combinação de vulnerabilidade e exploração a que sempre estiveram expostos. Violações de todas as formas, em todos os lugares: da negligência e abandono, passando pelo abuso físico e psicológico e chegando ao trabalho infantil, comércio sexual e tantas outras formas brutais de exploração. É compreensível, portanto, que governos, movimentos sociais e organizações políticas e humanitárias tenham se ocupado prioritariamente com a proteção das crianças e adolescentes, obtendo importantes avanços nesta área.

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente⁴ em 1990 foi um marco essencial na proteção dos direitos deste segmento da população. De lá para cá diversos avanços significativos continuam a acontecer. Nestas quase duas décadas pós-ECA o país tem construído uma política redistributiva de renda, aliada a ações de empoderamento das famílias, que vem contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. O país também caminha para a universalização da educação fundamental, embora ainda precise investir na qualidade dos serviços prestados. O esforço em combater o trabalho infantil ainda continua e é um marco de sucesso da área: mais de 5 milhões de crianças e adolescentes foram retiradas do trabalho infantil desde 1992.

Diversas temáticas ganharam destaque ao longo dos anos, várias delas levando à elaboração de estratégias integradas de enfrentamento de graves problemas sociais. Nesta lógica, podemos citar: o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, elaborado no ano 2000; o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, três anos depois em 2003; e, mais recentemente, em 2006, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.

Notas

4. Os jovens do Projovem Adolescente, de 15 a 17 anos, situam-se no âmbito de influência do Estatuto da Criança e do Adolescente, que considera como adolescentes pessoas até 18 anos de idade.

As conquistas não param por aí. Os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente são estruturas que se espalham por 92% dos municípios de todo o país, e os Conselhos Tutelares estão presentes em 88%, ambos estabelecendo-se como referências fundamentais para a promoção e garantia dos direitos de meninas e meninos em todo o Brasil.

Às políticas e avanços em prol das crianças e adolescentes, juntaram-se esforços de promoção dos direitos dos jovens e após um longo caminho, em 2005 foram criados o Conselho Nacional de Juventude e a Secretaria Nacional de Juventude, estabelecendo, pela primeira vez no país, uma política de Estado voltada para os jovens. São vários os programas em desenvolvimento. Dentre os que têm obtido maior destaque na mídia situam-se o ProUni, que concede bolsas de estudos integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas; o Programa Brasil Alfabetizado, voltado para a alfabetização de jovens acima de 15 anos; o Pronaf Jovem, que possibilita linhas de financiamento para filhos jovens de agricultores familiares; e o próprio Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens, lançado em 2005 e ampliado em 2007. O Projovem articula um conjunto de ações das áreas da assistência social, da educação, do trabalho da cultura e da participação social, de forma integrada e transversal, visando a garantia de direitos aos jovens. O Projovem é composto pelo Projovem Urbano, Projovem Campo, Projovem Trabalhador e o Projovem Adolescente, do qual este material faz parte. Outro marco na área dos direitos juvenis foi a realização da 1ª Conferência Nacional de Juventude, em abril de 2008.

A busca de novas conquistas continua, e o país vem, no momento, discutindo a possibilidade de aderir à Organização Ibero-Americana de Juventude e ao seu acordo mais importante: a Convenção Ibero-Americana dos Direitos dos Jovens.

Todo este caminho já percorrido mostra que com empenho a sociedade e o Estado brasileiro conseguem criar e manter políticas públicas que impactam positivamente na vida de milhões de brasileiros, especialmente crianças, adolescentes e jovens.

É claro que ainda restam muitos desafios. Em 2008 o Estatuto da Criança e do Adolescente chegou à “maioridade” e está, assim como as crianças e adolescentes que ele protege, enfrentando diversos desafios como a garantia dos direitos humanos de adolescentes em conflito com a Lei; a situação de abandono e exclusão a que ainda estão submetidos muitas crianças, adolescentes e jovens que vivem afastados da convivência familiar e comunitária; o abuso e exploração sexual comercial; alguns retrocessos como a proposta de redução da maioridade penal para responder à violência urbana; a dificuldade de funcionamento efetivo dos conselhos de direitos e de assegurar orçamento para a área em muitos municípios.

É preciso refletir que 500 anos de práticas opressivas, excludentes e violadoras não se modificam facilmente em poucos anos de Estatuto da Criança e do Adolescente, mas que nestas duas décadas cada vez mais a família, o Estado e a sociedade tem assumido a tarefa de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes. Portanto, avanços obtidos até hoje devem ser celebrados e a proteção continuada, sem dúvida.

As experiências acumuladas na longa busca da garantia dos direitos desta população sinalizaram que a participação do jovem constitui um elemento chave de sucesso para as ações. Já está na hora de reconhecer que o jovem não se constitui somente no amanhã. Ele é agora, no presente, um ser que participa da construção do seu mundo e que influencia como será a história, amanhã.

O potencial do jovem encontra hoje mais condições e melhores instrumentos para sua realização: relações mais horizontais na família e na sociedade abrem espaço para o reconhecimento da capacidade criativa, participativa e transformadora do jovem. Além disso, avanços tecnológicos facilitam ações mais amplas de mobilização social, permitindo ao jovem uma atuação bem além dos limites geográficos de sua realidade local.

Muitos projetos sociais são liderados por jovens em diversos pontos do país. São crianças, adolescentes e jovens que, organizados em grupos – culturais, políticos, econômicos, solidários – percebem o ambiente que os circunda, discutem essa realidade e atuam para transformá-la. Os jovens demonstram ser atores estratégicos no sucesso de diversos movimentos sociais, especialmente em um movimento que propõe substituir a violência (no seu sentido mais amplo), pela paz.

II – APROFUNDANDO TEMAS

Apresentamos a seguir cinco desafios referentes ao temas diretos humanos e socioassistenciais que são sugestões de aprofundamento de questões relacionadas aos direitos humanos e socioassistenciais já abordados no Ciclo I. Os temas são: **cultura de tolerância e de paz, acessibilidade, convivência comunitária, trabalho infantil, e gasto público**. Os temas aparecem aqui como propostas para um fazer prático por parte do Coletivo de jovens e seguem a seguinte estrutura: primeiramente alguns conteúdos específicos são desenvolvidos, em seguida é sugerida a realização de um diagnóstico do (tema) problema tratado e suas condições no território de atuação do Coletivo. Seguem-se a isso várias sugestões de possíveis formas de atuação dos jovens na comunidade. Estas sugestões não pretendem ser exaustivas, mas somente inspiradoras a serem criadas pelos orientadores e os jovens. Em seguida são apresentados *links* para sites na Internet que contenham recursos audiovisuais ou mais informações sobre a temática tratada. Por fim são estabelecidas ligações pontuais com a temática do trabalho e são sugeridos alguns dos possíveis parceiros que podem ser buscados pelo Coletivo para a viabilização de suas propostas.

1. Construção de uma cultura de tolerância e de paz

Todos os dias nos deparamos com notícias e situações que indicam que nossa sociedade está ficando cada vez mais violenta. Não são só nos noticiários da TV que o crime e a violência ocupam cada vez mais uma fatia maior da programação. Não é só na altíssima taxa de mortalidade por causas externas violentas que temos uma dimensão⁵ da gravidade do problema. Também no dia a dia esta tendência é observada. Vemos nas escolas a depredação do patrimônio público e a agressão a pessoas assumirem dimensões muito sérias; vemos bairros inteiros se fecharem em grades, com medo crescente entre os próprios vizinhos; vemos o trânsito cada vez mais irracional e violento; e temos uma crescente desconfiança de quem nos é desconhecido.

Tenta-se, em vão, conter essa violência com mais violência, empregando fortes ações repressoras e correcionais que não surtem um efeito duradouro. Torna-se cada vez mais claro que é urgentemente necessário também focar o outro lado da questão: a construção de uma cultura de tolerância e de paz. O combate da violência não com a força, mas pelo desenvolvimento de práticas como o diálogo, a negociação, a compreensão. A busca de objetivos compartilhados.

Nesta primeira proposta de trabalho abordaremos uma forma muito frequente de violência cotidiana: a discriminação, e o preconceito da onde ela se origina. A discriminação pode se manifestar de diversas formas: desde um tratamento pior ou injusto dado a alguém por causa de seu pertencimento a certos grupos até a agressão verbal e física e práticas segregacionistas institucionalizadas.

Para entender como se dá a discriminação é preciso antes entender um pouco a origem e o funcionamento do preconceito. A partir do conhecimento melhor do fenômeno⁶ é possível pensar em alternativas para sua eliminação.

Preconceito vem de pré-conceito. É quando, antes mesmo de conhecermos uma pessoa, julgamos que ela é de uma forma ou de outra a partir de crenças que temos com relação aos grupos sociais a que ela pertence. Formamos uma opinião a respeito dessa pessoa – um conceito – antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento de características específicas do indivíduo que está a nossa frente.

Da onde surge o preconceito? Pesquisas mostram que existem alguns fatores interdependentes que são os mais importantes na sua formação: conflitos diretos entre grupos sociais, experiências de aprendizado na infância e as formas pelas quais são processadas pelas pessoas informações e conhecimentos. Vamos ver, de forma simplificada, um pouco mais sobre cada um deles.

O conflito entre vários grupos sociais se refere à competição que ocorre para garantir a obtenção de recursos escassos e que são considerados valiosos. Aqui temos que lembrar as disputas de poder entre os diversos grupos ao longo da história, visando controlar recursos financeiros e materiais, dominar a política e controlar as relações de trabalho. Não dá para pensar em preconceito sem lembrar que existe um longo processo de construção histórica do poder na mão de poucos. Para justificar a dominação de um grupo social por outro, aquele que detinha o poder difundia a ideia

Notas

5. Causas externas (principalmente acidentes de trânsito e mortes por armas de fogo) constituem a primeira causa de morte entre jovens de 15 a 24 anos – IBGE, 2000.

6. Os argumentos que se seguem foram elaborados a partir de Baron & Byrne (1987)

de que o grupo dominado era de alguma forma inferior, e por isso merecia ser dominado. O grupo dominado era rotulado com atributos tais preguiçoso, impuro, inábil, menos inteligente, menos bonito etc., passados de pais para filhos, e que acabavam sendo incorporados no modo de pensar e agir das novas gerações.

Aqui fica claro porque as experiências de aprendizagem, principalmente na infância, têm um impacto muito alto na formação do indivíduo. Desde cedo, as crianças são expostas a visões e atitudes negativas com relação a certos grupos de pessoas e também são recompensadas por demonstrar essas visões e atitudes dentro de seu grupo social. Trata-se de um processo de aprendizagem social, onde a criança busca aceitação pelo seu grupo social ao repetir os modelos de pensar e agir a que é exposta, pelos pais e família, pelos professores e amigos e também pela mídia, cuja importância não pode ser subestimada. Assim, formas de agir e pensar são perpetuadas ao longo de gerações, que muitas vezes assumem os preconceitos de seus antecessores sem questioná-los ou, por vezes, até sem percebê-los.

Por último, algumas formas de interpretar e processar informações favorecem a existência e permanência de preconceitos. Entre essas formas, o estereótipo se expressa em padrões fixos e preconcebidos de classificações sobre pessoas e coisas. A categorização é uma necessidade frente ao montante de informações com as quais nos deparamos cotidianamente. Precisamos categorizar para facilitar o entendimento do mundo e isso é uma maneira natural de processar informação. No entanto, este processo favorece distorções na percepção das outras pessoas, principalmente porque ele se torna praticamente automático. Julgamos a partir das nossas memórias, sentimentos, conhecimentos, experiências e cultura compartilhada, que necessariamente são aspectos enviesados pelas nossas interpretações pessoais da realidade, impressões incompletas e generalizações. Muitas vezes, tendemos então a separar as pessoas em categorias simplificadas, exageradas e muito resistentes a mudanças. Também tendemos a dividir o mundo entre “nós” e “os outros”. Passamos a pensar as pessoas como sendo pertencentes a um destes dois grupos. A categoria “nós” é vista em termos favoráveis, detentora de mais complexidade e diferenças individuais entre seus membros. A categoria “os outros” é vista em termos desfavoráveis, como sendo compostas por pessoas similares e mais simples, muito diferentes de “nós”.

E quando é que o preconceito passa a ser discriminação?

No dicionário discriminar significa: discernir, diferenciar, distinguir, separar, tratar de modo que uma das partes é prejudicada. A discriminação acontece se agirmos com base nos nossos preconceitos, violando o direito de pessoas unicamente porque fazem parte de outro grupo social. A discriminação é a materialização destes modos de ver, destas crenças, valores e atitudes em detrimento do direito de outros. Ou seja, é manifestação comportamental do preconceito.

A relação entre preconceito e discriminação não é sempre direta. Existem pessoas que não são preconceituosas e não discriminam e pessoas que são preconceituosas e discriminam. Mas existem também pessoas preconceituosas que não discriminam – porque existe uma pressão social forte e leis contra a discriminação, porque temem retaliações, ou porque existem penalidades rigorosas, por exemplo. E há também pessoas não são preconceituosas, mas que discriminam – ao seguir, sem criticar ou se opor, por exemplo, a práticas e comportamentos discriminatórios que existem em uma dada situação, relação ou contexto de convivência.

Daí decorre que uma das formas de tentar diminuir e eliminar o preconceito e a discriminação é entender o contexto social em que nos situamos, refletindo sobre nossas atitudes e comportamentos em relação às pessoas e às situações e, principalmente, convivendo com o outro e tentando entender a nós e ao outro que nos é diferente.

Os dados da diversidade brasileira

Em 1976 o IBGE realizou uma pesquisa nacional por amostra de domicílio (PNAD) na qual os brasileiros pesquisados se autoidentificavam como sendo pertencentes a um total de 135 cores. Posteriormente a categoria “pardo” englobou a maior parte dessas variações. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a composição do Brasil por cor/raça auto-declarada em 2004 era: 51,4% de brancos; 42,1% de pardos; 5,9% de pretos; 0,4% de amarelos e 0,2% de indígenas.

O Brasil é um país de gente com a cor da pele em vários tons, principalmente de marrom: escuro, claro, mel, castanho e outras variações; mas também em tons de vermelho, em preto, em amarelo, em rosa e em branco.

O Brasil é de fato colorido, fruto da contribuição de diversas pessoas de lugares diferentes que ao longo da nossa história formaram o país. Misturou-se a forma de viver: de constituir família, de trabalhar, de brincar, de cozinhar, de pensar sobre o mundo, de falar, de cantar, de dançar, de exercer a espiritualidade, de se relacionar com os amigos, de amar. As nuances de cores que os brasileiros têm são uma expressão dessa mistura, e essa mistura uma rica herança da nossa história.

O fato de o país ter essa miscigenação não quer dizer que tenha obtido uma democracia racial. É preciso urgentemente reconhecer que existe o racismo. Ocorrem sim no país opressão, discriminação e preconceito contra grupos de pessoas por causa da cor escura de suas peles.

São atitudes, comportamentos e práticas muito danosos, que necessitam ser superados utilizando-se soluções que se adequem às características únicas deste problema aqui no Brasil.

Mas também é preciso reconhecer que não somos uma nação bicolor. Dividir a sociedade entre brancos e negros tem sim uma importância política: permite evidenciar as diferenças claras de renda, escolaridade e acesso aos direitos entre ambos os grupos. Possibilita também ao negro desenvolver um senso de identidade negra grupal. Isso é importante, já que uma população que não se reconhece não pode reivindicar seus direitos. No entanto, é preciso perceber que também existe um problema em simplificar a complexidade racial brasileira, através de uma única divisão entre brancos e negros (sendo negros o resultado da soma dos pretos e pardos). Analisar somente os extremos pode ocultar realidades intermediárias, principalmente em uma sociedade como a nossa, com alto grau de miscigenação⁷.

O Brasil é uma sociedade plural, de identidades múltiplas, uma das quais é a de mestiço. Como sustenta Pedro Abib, professor da Universidade Federal da Bahia⁸:

“Admitirmos a possibilidade da existência da identidade mestiça – com características próprias e com espaço cada vez mais demarcado em nossa sociedade [...] não elimina a possibilidade de afirmação da cultura afro-brasileira e da cultura indígena, ou mesmo a cultura dos imigrantes europeus ou asiáticos, como legítimas também nesse mesmo contexto, embora se tenha claro que os espaços de trânsito entre essas culturas é cada vez mais ampliado, mais passível de intercâmbios e intersecções. Afirmar isso contudo, não significa dizer, em hipótese nenhuma, que essas etnias estejam passando por um processo crescente e inexorável de diluição que acabará por vez em descaracterizá-las completamente. Estamos aqui apenas afirmando o caráter dinâmico que assumem as referências étnicas e culturais que caracterizam um determinado grupo social.”

Notas

7. Vasconcelos, P.A. (2007)

8. Abib, P.R.J (sem data)

Diagnóstico do território

Este bloco do Projovem convida você, Orientador Social, e os jovens que estão sob sua orientação, a focar na construção e no fortalecimento dessa cultura de pluralidade, de convívio, tolerância e mistura da sociedade. Ao promover as trocas, o convívio, e o conhecimento das formas de pensar e agir no mundo, de todos os grupos de pessoas, poderemos reduzir e eliminar a homofobia, ou xenofobia (dizer o conteúdo da(s) palavra(s) – xenofobia, aversão a pessoas ou coisas estrangeiras, aversão ao diferente), a intolerância religiosa, o racismo, a discriminação contra pessoas idosas, pobres, obesos, deficientes físicos, imigrantes, migrantes, enfim: todas as formas de preconceito e discriminação.

O ponto de partida é realizar um diagnóstico da diversidade existente no território em que os jovens vivem. Quem vive no mesmo território que a gente e que não conhecemos ou precisamos conhecer melhor? Qual é a diversidade que existe nesta nossa região? Entre o grupo de jovens do Coletivo, qual é a diversidade que existe? Quais são as principais características, práticas, visões, comportamentos e atitudes diferentes? O que nos dizem os dados secundários (IBGE, DIEESE, IPEA, IBASE⁹, jornais, bibliotecas) a respeito das diferenças de renda, cor, religião, orientação sexual, idade, compleição física, origem étnica e territorial, formas de moradia e trabalho das pessoas que vivem neste território? Existe algum grupo que é discriminado no território em que habito?

O que os jovens podem fazer?

Seguem diversas ações, todas com o objetivo de promover o convívio, a troca de ideias e de experiências. No decorrer do trabalho é importante tentar ver o mundo pelos olhos de quem nos relacionamos e propiciar a possibilidade que o outro nos veja como nós nos vemos.

- **Feira de cultura** – A partir do trabalho já realizado no percurso 1, (de levantamento das origens e a história do grupo e da família), buscar fotos, recortes de jornal, músicas típicas, comidas típicas e objetos para montar uma exposição dos vários tipos de pessoas que existem na comunidade. O produto desta feira poderia ser um livro de receitas da comunidade, que juntasse as receitas de preparo dos alimentos que foram expostos na feira e outras receitas típicas dos grupos de pessoas que compõem o todo da comunidade.
- **Colcha da diversidade** – A partir da pesquisa sobre a diversidade encontrada na região poderiam ser levantados alguns símbolos que representam cada grupo no bairro, na região – na comunidade onde os jovens vivem –, ou sejam os sujeitos da comunidade (as representações étnicas? Culturais? Religiosas?) e confeccionada uma colcha de cama onde cada quadradinho representaria um aspecto da diversidade dos grupos encontrados. Esta colcha, quando pronta, poderia ser exposta na prefeitura ou no CRAS ou ser leiloada e o valor obtido com o leilão poderia ser revertido para uma instituição filantrópica da região, escolhida pelos jovens, ou revertido para o Coletivo de jovens que em conjunto gerenciariam o recurso para viabilizar outra ação. O leilão deve ter um valor mínimo de venda fixado pelos jovens. Lembre-se que existem plataformas na Internet, como o Mercado Livre e o Ebay que permitem fazer leilão, oferecendo a colcha para todo o país.
- **Mini-dicionário de Regionalismos** – podem ser compiladas as expressões típicas da fala da região onde o Coletivo se encontra, explicando sua origem e significado. Os mini-dicionários podem ser trocados entre os Coletivos de diferentes localidades e regiões do país.
- **Caça ao tesouro** – a mesma caça ao tesouro que será trabalhada no tema de Convivência Comunitária também pode ser realizada como ação neste tema, enfocando a diversidade.

- **Ações de troca**

- Troca de línguas. Em regiões com forte presença de imigrantes estrangeiros e em áreas indígenas, duplas podem ser formadas, onde um ensina seu idioma para o outro. Isso pode acontecer de forma lúdica, por exemplo: aprender o nome de frutas e verduras, a partir de uma visita à feira.
- Trocas de carta com escolas distantes.
- Trocas de fés – levar convidados para visitar o seu culto religioso, explicando cada parte dele e estar disposto a frequentar o culto do outro.
- Trocas de feriados – receber um convidado de outra tradição para vivenciar com você, a família e o grupo um feriado típico da região ou do país.
- Comunidade do orkut. O orkut é uma ferramenta moderna que permite focalizar a “conversa” em um tema específico, e ter acesso à opiniões de pessoas de diversas tradições e territórios.

- **Ações reflexivas ou de sensibilização da comunidade**

- Rodas de conversa – temas “quentes”, que gerem multiplicidade (e diversidade) de opiniões podem ser debatidos. Especialistas de visões contrárias podem ser chamados para informar a população, em um debate aberto. Aqui é importante saber respeitar mesmo quando se discorda, ou seja: concordar em discordar.
- Mural da comunidade – espaço (parede, muro, quadro de cortiça) para comentários, sugestões críticas, pensamentos, inspirações. Um espaço para socializar informações e pensamentos.
- Rádios comunitárias ou escolares formadas por equipes diversificadas e com programações valorizando a diversidade local.
- Contra o preconceito e apelação na TV – Grupo que anota, se reúne para discutir e encaminhar posicionamentos e sugestões para a Subcomissão de Rádio e TV do Senado, Departamento de Classificação Indicativa do Ministério da Justiça, Agência de Notícias dos Direitos da Infância (www.andi.org.br) e Observatório TVE. O grupo pode também manter um site com os registros de propagandas, noticiários, cenas de novelas ou partes de programas que retratem de forma degradante e ofensiva segmentos de pessoas. Não se trata de censura, mas sim de expressar uma crítica à banalização da violência e da humilhação promovida, muitas vezes, pela TV. Querendo ou não a TV é uma poderosa formadora de opinião e é possível utilizar sua influência em prol de objetivos mais positivos, em prol da cidadania. É possível divertir e noticiar sem apelar para a degradação da dignidade humana.

- **Grêmios escolares** – os grêmios já foram tratados no relato da experiência do Grêmios em Forma, mas não podemos deixar de pontuar que eles são um poderoso instrumento para atuação a favor de uma cultura de paz.

Possíveis parceiros:

Escolas, igrejas, prefeitura, órgãos de direitos humanos, delegacias especializadas, promotorias, outros.

Possíveis links com o mundo trabalho:

Entender o papel de professores, jornalistas, pacifistas, ecologistas, advogados, assistentes sociais, historiadores, antropólogos, psicólogos e líderes religiosos, líderes comunitários, conselheiros tutelares, dentre outros, tanto na promoção

da convivência entre grupos diferentes, como também no fornecimento de informações para que cada pessoa possa formar opiniões sobre os temas importantes do seu cotidiano, saber seus deveres e responsabilidades e defender seus direitos

Fique por dentro!

- *vídeo da campanha “Abraço Grátis” (Free Hugs) traz uma bonita mensagem de aceitação do outro, como ele é. Pode ser encontrado no Youtube, legendado para o português, no seguinte endereço: <http://www.youtube.com/watch?v=Qk33QQn9ERo>*
- *Campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania!”*
<http://www.eticanatv.org.br>
- *Observatório da Imprensa*
<http://www.tvebrasil.com.br/observatorio/>
- *Departamento de Classificação Indicativa do Ministério da Justiça:*
<http://www.mj.gov.br/classificacao>
- *Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais*
<http://www.abepec.com.br/>
- *Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos*
<http://www.dieese.org.br>
- *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*
<http://www.ibge.gov.br>

2. Por um território acessível

A rua é de todos, mas nem sempre todos conseguem se movimentar por ela com a mesma facilidade. Acessibilidade é uma questão de cidadania, faz parte daquele direito primário de poder ir e vir conforme quisermos, em tempos de paz.

Os caminhos (ruas, avenidas, estradas), os prédios, os parques, todos os equipamentos e serviços públicos (repartições, escolas, centros de saúde, meios de transporte público, espaços de lazer, centros de compras etc.) e empresas privadas (lojas, bancos, cinema, transporte privado) devem garantir a funcionalidade e a acessibilidade a todos, inclusive de pessoas com deficiência) e crianças.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE, no ano 2000 o Brasil tinha 24.600.256 pessoas com deficiência, o que correspondia na época a cerca de 15% da população. Destas pessoas, cerca de 13,5% (ou 3.327.111) tinham até 19 anos de idade, inclusive. As pessoas idosas, que potencialmente também têm maior dificuldade de locomoção, eram cerca de 14,5 milhões, lembrando que cada vez mais a tendência da população total é envelhecer.

Não dá para deixar essas pessoas todas de fora da vida, dependendo de outros para que possam se deslocar, nos espaços abertos e fechados do bairro e da cidade, e para utilizar os serviços que devem servir a toda a população. Devemos seguir as normas técnicas que orientam como os espaços públicos e privados devem se adaptar para permitir a acessibilidade de todos (estas normas podem ser encontradas aqui: <http://www.acessibilidade.org.br/normas.htm>). É preciso que a cidade e as pessoas respeitem o tempo, o ritmo, o espaço, as condições e limitações de cada um e de todos. Então, o que pode ser feito?

Diagnóstico do território

Em primeiro lugar é preciso conhecer a situação atual. Os jovens podem fazer um diagnóstico, um “mapeamento” viário e dos edifícios quanto à acessibilidade. Esse mapeamento terá diversos usos futuros, conforme explicitado mais à frente. O que é preciso caracterizar neste mapeamento inicial?

Em primeiro lugar, quaisquer obstáculos que impeçam, dificultem ou tornem perigosa a passagem e o uso por parte de pessoas, principalmente aquelas que têm dificuldade de locomoção. Sugerimos que o bairro seja dividido em regiões e que o Coletivo se divida em grupos menores, cada um ficando responsável por uma área a qual deverá ser percorrida e ter questões ligadas à acessibilidade observadas e anotadas. É importante anotar não só obstáculos, mas também pontos que apresentem um potencial de uso positivo por pessoas idosas, crianças, pessoas com dificuldade de locomoção, cegos, surdos e mudos, pessoas com deficiência mental e física.

Se possível é interessante que os grupos percorram estes espaços com a participação de pessoas que têm dificuldades de locomoção, porque aí fica claro perceber que mesmo coisas pequenas podem representar grandes obstáculos. Se não for possível contar com essa participação, ao andar pela cidade é preciso sempre pensar: se eu tivesse dificuldades para andar, ou utilizasse uma cadeira de rodas, não ouvisse ou não enxergasse direito, como faria para chegar a tal lugar e para usufruir dos serviços ou do que lá ocorre?

Material necessário:

Caneta ou lápis, bloco ou folhas de papel e se possível um mapa do bairro. Ter o mapa é o ideal, do contrário é necessário ir escrevendo os nomes das ruas, conforme surgirem. Canetinhas ou lápis de diferentes cores facilitam a organização do trabalho, porque cada obstáculo pode ser pintado no mapa ou desenho da rua com uma cor. Se for possível obter uma máquina fotográfica e/ou filmadora, pode ser feito um registro visual dos pontos principais.

Que obstáculos anotar?

- Degraus que não estejam acompanhados de rampas e que sejam de altura ou largura irregular;
- Rampas íngremes demais ou estreitas demais para uma cadeira de rodas passar;
- Buracos e bueiros abertos;
- Desníveis na calçada;
- Postes no meio de calçadas e passagens;
- Lugares escuros ou sem iluminação pública;
- Acúmulo de lixo;
- Travessias de ruas movimentadas e perigosas que não tenham sinal/semáforo, faixa de pedestre, passarela ou quebra-molas;
- Cercas que tenham espinhos ou outros materiais cortantes e que estejam muito próximas ou ocupando um pedaço das calçadas; e
- Falta de orelhões, guichês e caixas automáticos na altura de um cadeirante.

Quais características positivas devemos anotar?

Parques, bosques, área verde, praças, parquinhos de criança e equipamentos de esporte em condições de uso para as pessoas com deficiência, crianças e idosos. Locais que possam ser de interesse e acessíveis para cegos, oferecendo sensações táteis e sons diversos. Anotar também a presença de pisos podotáteis (aqueles cujo material tem relevo, geralmente bolas ou listras, e que permitem a identificação por um deficiente visual) e sinais sonoros nos semáforos.

Não só as ruas, mas os prédios (em especial os públicos) podem ser visitados para conferir se o estacionamento deles reserva vagas prioritárias para as pessoas com deficiência e para as idosas, e se eles dispõem de rampas, elevadores e banheiros adaptados, assim como placas, corrimãos e botões de elevador com indicações em Braille.

Algo mais?

Acessibilidade não tem só a ver com movimentação. Acessibilidade na Internet é uma preocupação cada vez mais importante, já que o acesso à informação é direito de todos. Melhorias visando a acessibilidade muitas vezes resultam em melhorias no uso geral, que beneficiam a todos os usuários potenciais. Ao construir um site é preciso ter em mente que existem pessoas com limitações não só na visão, mas também na destreza, na audição e na cognição.

Soluções podem ser pensadas para cada um dos problemas apresentados. É importante lembrar que muitos usuários utilizam produtos da tecnologia assistiva (como leitores de tela, navegadores textuais, teclados alternativos etc.), então é importante que o portal seja pelo menos compatível com estes produtos. O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) apresenta os principais itens que devem ser evitados na elaboração de um site: <http://www.serpro.gov.br/acessibilidade/acesso.php> Mas, não vamos nos esquecer também da acessibilidade na TV, que é possibilitada pelo uso de intérpretes e tradutores da Língua Brasileira de Sinais (Libras), subtítulos e descrições em áudio.

O que o jovem pode fazer?

A partir das informações coletadas durante o diagnóstico, o jovem pode executar uma série de ações, tanto positivas quanto de reivindicação. Algumas ideias são:

- montar um roteiro turístico para cegos, mapeando no território uma rota de passeio onde fossem identificadas as estruturas, espaços e obras que possuem um potencial para vivência a partir de outros sentidos que não a visão. Entrariam aqui, por exemplo, locais ou rotas que possibilitem sentir texturas diversas no chão (brita, grama, cerâmica, carpete), e nas paredes (tinta lisa ou com textura, metal, vidro), fontes e espelhos de água, esculturas, parques com pássaros ou outros animais que façam barulhos diferentes etc;
- traçar rotas acessíveis na cidade, que garantam a livre movimentação de pessoas com deficiência;
- montar uma cartilha com os locais mais frequentados da cidade (centros comerciais, rodoviária, feiras, bancos, cinemas, shoppings, parques etc.) descrevendo seus aspectos de acessibilidade e indicando, por exemplo com o uso de estrelas, o quanto ele se adapta à população. Por exemplo: um local que seja plenamente acessível para pessoas com dificuldades de locomoção, com deficiência física, cegos, surdos e mudos receberia 5 estrelas; já um lugar que só tenha escadas, corredores estreitos, banheiros apertados, de difícil orientação espacial e nenhuma indicação por escrito não receberia estrela alguma;
- exigir melhorias – coletar abaixo assinados, cartas de reivindicação e denúncias e apresentá-las para os vereadores e também para os conselhos setoriais de políticas públicas, solicitando melhorias e adaptação de espaços (por exemplo: a colocação de sinais sonoros em semáforos, indicações em Braille, rampas etc.);
- mobilizar a comunidade e os gestores públicos em prol da utilização do desenho universal (conjunto de especificações técnicas que garante que uma estrutura vai ser acessível para todos) a partir da sensibilização para o tema – utilizar depoimento de pessoas com deficiência, estatísticas e documentários em filme e fotos, que, por exemplo, mostrem um passeio pelo bairro feito com uma pessoa que usa cadeira de rodas;
- confeccionar e distribuir cartilhas sobre acessibilidade;
- mobilizar a comunidade em prol da acessibilidade na TV e na Internet;
- divulgar a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais; e
- campanhas de paz no trânsito e segurança no trânsito podem andar de mãos dadas com campanhas de acessibilidade das ruas e espaços, pois todos estes temas têm a ver com o trânsito cidadão e harmonioso.

Possíveis parceiros

O Departamento de Trânsito (DETRAN), a Secretaria de Segurança Pública, os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; do Idoso; e da Pessoa com Deficiência; Centros de Saúde, Escolas, instituições não governamentais e empresas privadas.

Possíveis links com o trabalho

Entender o trabalho de professores do ensino especial, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, médicos, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, administradores, profissionais da área de esporte e turismo que trabalham com pessoas com deficiências e pessoas idosas e peritos do INSS. Pesquisar o papel de arquitetos, engenheiros e urbanistas na construção de espaços de circulação, moradia, trabalho, cultura, esporte e lazer das pessoas.

Fique por dentro!

- *Veja o vídeo educativo da campanha a favor da Acessibilidade, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE:*

<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/conade/MIDIA.asp>

- *Aprenda um pouco de LIBRAS no Dicionário da Língua Brasileira de Sinais:*

<http://www.acessobrasil.org.br/libras/>

- *O empresa de energia EDF, um grupo francês, fez um vídeo que nos convida à reflexão: <http://www.youtube.com/watch?v=-F0xVVxJcOQ&NR=1> A mensagem final, em francês, diz: “O mundo é mais difícil quando não é concebido para você. De agora em diante os espaços EDF são acessíveis para todos.”*

- *Veja como a aceitação da família e dos amigos e algumas adaptações no cotidiano podem proporcionar uma vida praticamente normal a uma pessoa que do contrário teria sérias limitações no cotidiano, no documentário “Sem Mãos e Sem pernas” no link:*

<http://www.youtube.com/watch?v=IPA8GDXxCa4&feature=related>

- *Normas técnicas de acessibilidade*

<http://www.acessibilidade.org.br/normas.htm>

3. Promover a convivência comunitária

Família, pra quê família?

A família é “o núcleo básico de criação e manutenção de laços de afeto e autoridade por meio dos quais é que se torna possível proteger, socializar e mediar o pertencimento comunitário e social dos indivíduos (...). A família é um grupo de pessoas com laços de consanguinidade e/ou de aliança e/ou de afinidade cujos vínculos circunscrevem obrigações recíprocas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero”.¹⁰

A família tem um papel fundamental no desenvolvimento da criança e adolescente ao providenciar, idealmente, um ambiente acolhedor e protetor que permita à criança construir sua própria identidade, aprender a se relacionar, desenvolver valores, sonhos e projetos para o futuro. Os vínculos criados entre as pessoas da família e a criança são essenciais, mas não são os únicos necessários durante o desenvolvimento.

A comunidade é importante também!

Ter a oportunidade de se relacionar com pessoas de fora da família, que tenham origens, práticas e visões de mundo diferentes do núcleo familiar é muito importante por possibilitar à criança e ao adolescente o contato com a diversidade humana, a contextualização das suas ideias, opiniões e práticas e a sua inserção como membro participante da comunidade.

Participar da vida da comunidade, ter amigos e conhecidos fora da família, trocar ideias com pessoas diferentes, participar de ações, projetos e esforços de um grupo na obtenção de um objetivo comum, construir e participar de redes de apoio, de trabalho, são aspectos que fazem parte de uma vivência em sociedade. Deste tipo de vivência todos se beneficiam, não só crianças, adolescentes e jovens, mas também adultos, idosos e pessoas com deficiências. O vínculo com a comunidade é um fator importante para a qualidade de vida de cada pessoa, independente das experiências de vida boas ou ruins que cada um teve até o momento, o tipo de trabalho que desenvolve, a renda que obtém no fim do mês, ou outros critérios.

No entanto, diversas pessoas são privadas, por razões diversas, de um contato mais constante e satisfatório com suas comunidades. Quem são? São crianças e adolescentes que vivem em abrigos; idosos que vivem isolados em casas de repouso; pessoas que passam muito tempo na ala de internação de hospitais gerais, hospitais do câncer, hospitais mentais; crianças, adolescentes, jovens e adultos que embora vivam na rua são excluídos do contato social; refugiados que vivem em campos; adultos presos e adolescentes e jovens cumprindo medida de internação, entre outros.

Os dados que se seguem estão aqui para ajudar o orientador a ter uma primeira ideia a respeito da dimensão do contingente de pessoas que por diferentes razões possivelmente não desfrutam de uma vida comunitária plena. Estes dados também servem para despertar o orientador e o Coletivo para a importância de se procurar saber a respeito das pesquisas, levantamentos e estudos realizados por órgãos governamentais e não governamentais a respeito das mais diversas questões sociais no país.

Notas

10. De acordo com o documento: “Subsídios para elaboração do Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária”, de abril de 2005.

Crianças em abrigos

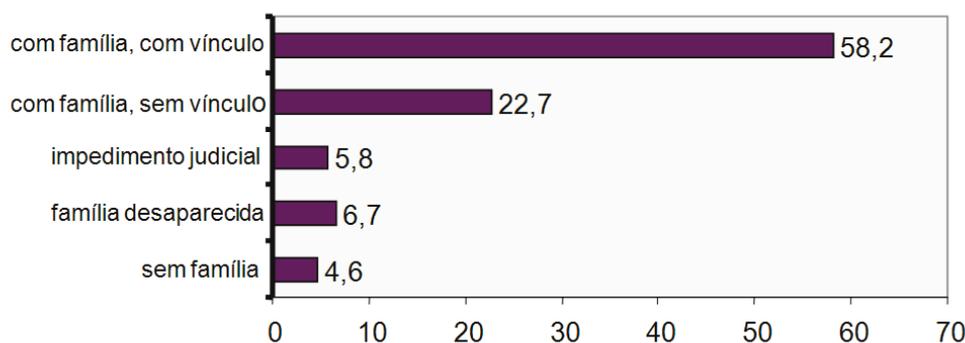
A situação das crianças e adolescentes que vivem em abrigos foi estudada em mais detalhes em 2003, no Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), encomendado pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O que esta pesquisa mostrou?

- Das 589 instituições que ofereciam programa de abrigo para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social 49,1% localizam-se na região Sudeste; 20,7% no Sul; 19% no Nordeste; 7% no Centro-Oeste; e 4,2% no Norte.
- A maioria (62,3%) dos abrigos acolhe meninos e meninas conjuntamente, e mais da metade trabalha com uma ampla faixa etária, a diferença de idade entre a criança menor e a maior sendo superior a 10 anos. A maior parte (66,9%) dos abrigos está dentro do adequado em termos de tamanho, acolhendo até 25 pessoas. Estes são dados positivos, pois possibilitam que as crianças abrigadas cresçam em um grupo o mais semelhante possível a uma família e favorece que grupos de irmãos abrigados não sejam separados. No entanto somente 12,6% dos abrigos pesquisados estão adaptados para receber pessoas com deficiência, uma dificuldade para a população que precisa deste serviço. Além disso, foi constatado que quase a totalidade das crianças e adolescentes entre 7 e 18 anos vai à escola, no entanto entre os adolescentes de 15 a 18 anos 16,8% são analfabetos, um índice muito superior ao índice nacional para esta faixa etária, que se situa em cerca de 3%.
- Cerca de 20 mil crianças e adolescentes são atendidas pelos abrigos pesquisados. A maioria deles são pardos (42%), ou pretos (21%), de idade entre sete e 15 anos (61,3%), do sexo masculino (58,5%). A maior parte das crianças e adolescentes está nos abrigos há um período variando entre sete meses e cinco anos (55,2%). Na maior parte dos abrigos (78,4%) as crianças e adolescentes permanecem durante toda a semana e o fim de semana. Estes dados nos mostram que embora a medida de abrigo devesse ser aplicada de forma excepcional e temporária, para muitas crianças e adolescentes o abrigo é de fato a casa, o local de moradia permanente.

No entanto, contrariando o senso comum, a maior parte das crianças e adolescentes abrigados têm uma família de origem conhecida. O gráfico abaixo, montado a partir de dados da mesma pesquisa, ilustra esta situação:

Brasil – Crianças e Adolescentes, abrigados segundo situação familiar



Isto mostra que é urgente favorecer as ações que permitam às crianças não só manterem seus vínculos com a família enquanto estiverem abrigadas, como também resolver conjuntamente com as famílias os problemas que em primeiro lugar fizeram com que seus filhos tivessem que ser acolhidos por estas instituições, pois somente uma parcela muito pequena destas crianças e adolescentes está em condição judicial de ser adotada (10,7% no Brasil). A maior parte, embora esteja afastada da sua família de origem, está incapacitada para adoção, pois judicialmente ainda está sob responsabilidade dos pais.

Nos abrigos procurou-se medir a convivência comunitária a partir de alguns indicadores. Entre eles: em quantos dos abrigos as crianças faziam utilização de todos os serviços (de saúde, escola etc.) existentes na comunidade e participavam de atividades externas de lazer, esporte, religião, cultura etc.? O percentual foi de 6,6%, um quadro preocupante. A maioria (80,3%) dos abrigos oferece pelo menos um desses serviços de forma exclusiva, ou seja, somente dentro do abrigo. Um outro indicador utilizado foi a presença de voluntários nas atividades da instituição. Neste sentido 64% das instituições declararam ter pelo menos um voluntário.

A íntegra do levantamento aqui relatado pode ser obtida no site do IPEA www.ipea.gov.br pesquisando-se pela palavra chave “abrigo” no campo de busca.

Quantos são os meninos e meninas em situação de rua?

É difícil precisar. Em 2005 a então diretora de Proteção Social Especial, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, explicou: “população de rua, para nós, é um grupo heterogêneo, que vive em situação de pobreza absoluta, que sobrevive de atividades que desenvolve no espaço da rua, mora na rua, tem vínculos familiares ou comunitários fragilizados ou interrompidos e passa a viver um processo de desfiliação social.”¹¹

É uma população móvel, flexível, que sobrevive nas calçadas, praças, ruas, parques, viadutos, túneis, prédios abandonados, postos de gasolina, lixões e outras localidades. Sofrem, não só com a violência da própria precariedade das condições que compõem o estar na rua (a falta de um local acolhedor e seguro onde morar, a exposição ao calor, chuva e frio intensos, a falta de privacidade), mas também, são expostos a diversas outras formas de violência, desde a agressão física, a discriminação, o descaso e desrespeito dos passantes até a banalização e invisibilidade das condições precárias que enfrentam.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) encomendou uma Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, que pesquisou em 71 cidades brasileiras a população de rua com mais de 18 anos. Não foram pesquisadas as cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Recife por terem realizados em anos recentes pesquisas semelhantes e Porto Alegre por estar realizando este tipo de pesquisa na mesma época deste estudo. No entanto, não é possível simplesmente somar os números obtidos por cada uma destas pesquisas, pois foram realizadas em épocas distintas e com metodologias diversas. Somente a título de ilustração, esta pesquisa encomendada pelo MDS, cujo resultado foi publicado no início de 2008, identificou 31.922 adultos em situação de rua (não foram pesquisadas pessoas menores de 18 anos) nos 71 municípios pesquisados. Já o estudo realizado na cidade de São Paulo em 2003 estimou em 10.399 o número de pessoas em situação de rua nos distritos pesquisados. O censo da população de Rua em Belo Horizonte, realizado em 2005, estimou em 1164 pessoas entre adultos e crianças em situação de rua e em Recife uma pesquisa similar, também realizada em 2005, estimou em 1390 pessoas em situação de rua.

O sumário executivo da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua pode ser encontrado no endereço:

<http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-da-informacao-sagi/arquivo-sagi/pesquisas>

Idosos

Também é marcante a situação dos idosos. Beltrão, Camarano e Kanso, no livro “Os novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60”, relatam que no ano 2000 os idosos maiores de 60 anos compunham 8,6% da população brasileira, cerca de 14,5 milhões de pessoas, destas 11,8 milhões vivendo na zona urbana e 2,7 milhões na rural. Este é um contingente muito grande de pessoas e ainda não se sabe ao certo quantas delas vivem em Instituições de Longa Permanência para Idosos e em quais condições. Desde 2006 o IPEA está realizando uma pesquisa nesta área, em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e o Conselho Nacional do Idoso.

As projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que no período de 1980-2050, a população idosa deverá crescer de 6,11% para 21,93%. A transição demográfica no país (seguinte o que já ocorre há anos nos países mais desenvolvidos) fará com que em 2040, os idosos ultrapassem o contingente de crianças e adolescentes de 0 a 15 anos. (IBGE, 2000). <http://www.ibge.gov.br>.

Doentes internados para tratamento

E quantas são as pessoas que estão internadas para tratamento, de câncer, por exemplo? Novamente este é um número difícil de dizer com precisão, para o país inteiro. Sabemos que o câncer está entre as primeiras causas de morte no Brasil. De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (INCA) as estimativas para o ano de 2008 são de 466.730 novos números de casos de câncer no país. São muitas as pessoas, várias delas crianças, que necessitarão de períodos de internação em hospitais para tratar da doença. É possível fazer pesquisas nos bancos de dados do INCA www.inca.gov.br e no portal do Departamento de Informática do SUS no *link* de informações de saúde/ epidemiológicas e morbidade do DATASUS www.datasus.gov.br.

Adolescentes em medidas de privação de liberdade

Quantos são os adolescentes cumprindo medidas de privação de liberdade no Brasil, pela prática de atos infracionais? De acordo com a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da SEDH, no ano de 2006 o número era de 14.074 adolescentes”. É possível obter no seguinte endereço uma apresentação de slides que traz as principais informações: www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/.arquivos/.spdca/sinase_powerpoint.ppt

Diagnóstico no território

O primeiro passo é verificar quem são as pessoas, na sua localidade, que hoje não tem acesso à vida comunitária plena. É importante também analisar quais são as razões para que esta situação aconteça, já que em alguns casos este afastamento decorre de uma decisão judicial, de um comprometimento de saúde extremo ou outras situações limites em que o acesso dos jovens do Coletivo a estas pessoas é muito difícil. Ou seja, aqui é importante decidir com quais pessoas o Coletivo decidirá atuar. É preciso levar em consideração não só a urgência ou gravidade da situação de exclusão encontrada, mas também as possibilidades de acesso ao grupo escolhido e a garantia da segurança dos jovens do Coletivo. Algumas áreas de atuação podem colocar os jovens em situações que apresentem perigos às suas integridades físicas ou psicológicas então é muito importante saber dos nossos limites. Para facilitar esta decisão pode-se pensar nas atividades que poderiam ser realizadas. Seguem algumas sugestões.

- **O que o jovem pode fazer?**
- “**Apadrinhar**” crianças de abrigos ou crianças hospitalizadas – cada jovem ou cada dupla de jovens se propõe a criar um vínculo mais estreito com uma criança, e com ela:

- realizar visitas periódicas;
- realizar trocas de cartas periódicas;
- dar uma atenção especial no aniversário, na época do natal, no dia das crianças e outras datas festivas importantes.
- **Grupos de visitas** a instituições de idosos, crianças e hospitais:
 - organizar, com os pacientes e assistidos, visitas a museus, teatros, feiras etc.
 - contação de histórias da tradição local, do folclore brasileiro ou da literatura mundial;
 - apresentações de música;
 - montar “mini” peças de teatro simples e rápidas que possam ser apresentadas em lugares pequenos e que sejam divertidas e engraçadas ou que tragam uma mensagem de esperança ou união. Se for possível o Coletivo pode assistir ao filme “Patch Adams” que mostra a história do primeiro palhaço que ficou conhecido por visitar hospitais para alegrar as crianças internadas. Esta experiência inspirou outras similares no Brasil, dentre as quais uma das mais conhecidas é a dos “Doutores da Alegria”: www.doutoresdaalegria.org.br.
 - iniciar ou participar de fóruns na Internet para promover a troca de experiências entre coletivos e grupos que realizam ações similares.

Brinquedos de sucata

Coleta de sucata, fabricação dos brinquedos e distribuição nas datas festivas para grupos acima identificados. Se for possível uma maior estrutura, montar oficinas para ensinar às crianças como fazer brinquedos de sucata. Criar um *blog* na Internet para divulgar a confecção destes brinquedos com pessoas do país inteiro. É possível também buscar o contato com grupos e entidades que já exercem esse tipo de trabalho.

Reciclagem de brinquedos

Sensibilizar a comunidade para participar nesta ação. Coletar doações de bonecas, carrinhos, dinossauros, monstros, bola, bonecos de ação, pipas e outros. Lavar, pintar, consertar e remendar os brinquedos (por exemplo: pentear os cabelos, pintar os olhos e arrumar roupinhas para as bonecas), realizar “oficinas de recuperação de brinquedos”, se possível e organizar todos os aspectos relativos à reciclagem e distribuição destes brinquedos em épocas festivas – natal ou dia das crianças, por exemplo.

Caça ao tesouro (voltada para as crianças e adolescentes em abrigos ou situações similares)

Pesquisar pessoas ilustres da comunidade – sambistas, cantores, cordelistas, instrumentistas, artistas, políticos e cientistas que nasceram, morreram ou passaram por lá e identificar em quais casas eles moravam, ou em quais escolas estudaram, parque que gostavam de passear, igreja/templo que frequentaram ou outras localidades significativas; pesquisar pontos históricos da comunidade; templos e igrejas diversos, estilos de arquitetura diferentes que indicam presença de outros povos, e outros lugares que tenham uma importância cultural, científica, econômica ou histórica.

Montar um roteiro de caça ao tesouro na cidade, com desafios, perguntas e dicas que servem como pistas que, ao serem decifradas, direcionam para outro local que tem outra pista, até chegar ao tesouro final – é possível buscar parcerias com empreendimentos da comunidade para deixar dicas ou ganhar brindes (por exemplo: o primeiro a chegar no mercadinho ganha um suco e em retorno o mercadinho é anunciado como um parceiro na caça ao tesouro).

Montar dia do evento – envolver, sensibilizar a comunidade, arranjar parcerias com pessoas físicas e empresas da localidade, planejar questões relativas ao tempo gasto na brincadeira, a segurança dos participantes, o acompanhamento de um adulto ou responsável ao grupo de crianças, e divulgar o evento, entre outras ações.

O grupo ganhador recebe a chave da cidade (confeccionada pelos adolescentes) ou título de personalidade por um dia ou algum outro prêmio semelhante. Seria interessante se todos os participantes pudessem receber um certificado de participação ao fim, por exemplo, e também se todos os grupos participantes pudessem ter um espaço para contar como foi participar da experiência e ainda realizar um lanche em comum ou alguma outra atividade que integre a todos.

Possíveis links com o trabalho

É importante, conhecer o trabalho e o modo de fazer do assistente social, de profissionais da área da saúde, cuidadores de idosos, gestores de abrigos e casas de repouso; arte-educadores; oficinairos, atores, contadores de histórias, atores circenses, de pessoas que trabalham com reciclagem de materiais, artesãos, músicos, artistas plásticos, fotógrafos, videoprodutores e tantos outros.

Possíveis parcerias

Hospitais gerais, do câncer e hospitais ou unidades mentais; centros de saúde; abrigos; casas de repouso; centros de convivência dia e outros.

Para a coleta de doações e participação na caça ao tesouro, sugerem-se – mercadinhos, lojas, igrejas e escolas; para a pesquisa sobre personalidades ilustres – biblioteca, prefeitura, centros culturais, fórum, escolas, câmara municipal, organizações não governamentais e outras de acordo com a realidade local.

Fique por dentro!

- *A brinquedoteca Virtual da Universidade Norte do Paraná é um site super completo que traz cantigas e músicas, histórias e contos, brinquedos artesanais e jogos e brincadeiras e links para vários outros sites. Não deixe de acessar!*
<http://www.brinquedotecavirtual.unopar.br/>
- *No link “matérias”/”como fazer” do site Bugigangue você encontra vários passo-a-passo legais para fazer brinquedos a partir de sucata:*
<http://www.bugigangue.com.br/bugigangue/html/princ.htm>
- *Outras ideias de brinquedo, também com passo a passo no site:*
http://www.clicfilhos.com.br/site/display_materia.jsp?titulo=Lixo+que+vira+brinquedo
- *No site <http://www.artedesucata.com.br/?artxiv=fotos> você também encontra a foto de diversos bonecos de sucata para servir de inspiração.*
- *O site <http://canto-do-conto.blogspot.com> traz algumas ideias de lendas e histórias pra contar.*
- *No link de “pesquisa escola” do site da Fundação Joaquim Nabuco <http://www.fundaj.gov.br> é possível pesquisar o folclore e as lendas do Brasil.*

4. Combate ao trabalho infantil

A infância é o momento de brincar, estudar, formar ideias a respeito do mundo que nos circunda, e também de aprender a se relacionar. Para a criança tudo é novo e a forma pela qual ela principia a vivência de uma situação, pessoa ou objeto influencia muito a ideia que ela vai formar sobre aquilo. Essa ideia tem um peso forte, a carregamos por muito tempo.

Vamos dar um exemplo. Pense na primeira vez que uma criança vai ao dentista. Vamos imaginar duas situações. Em uma primeira a mãe diz: “Meu bem, vamos ao dentista. Sabe o que ele faz? O dentista cuida dos nossos dentes para que eles permaneçam fortes e durem muito tempo, assim você vai poder comer alimentos duros que você gosta, como a carne e a maçã, sem ter problemas até quando for velho. O flúor tem um gostinho meio estranho, mas passa rápido e os dentes ficam protegidos por muito tempo”. Em outra, a mãe diz: “Olha, não fica nervoso, tá, bem? A gente vai ter que te levar no dentista. Ele vai querer colocar flúor. O flúor tem gosto muito ruim, e pode incomodar a língua, mas é só uma vez, aí não precisa voltar mais no dentista por muito tempo”. Concorda que a ideia que as crianças vão formar pode ser bastante diferente em uma situação e na outra?

Uma criança que vivencia violações graves de direitos durante a infância, como aquelas em consequência do trabalho infantil, pode formar ideias muito negativas sobre o mundo, sobre si mesma e sobre as outras pessoas. O trabalho infantil é uma situação que gera um sofrimento físico e psíquico imenso para uma criança, que deixa marcas em seu corpo e na alma, que afeta a família e a comunidade, que altera o futuro de todos os envolvidos e que tira da criança uma das coisas mais preciosas: a possibilidade de ser, de fato, criança, de se desenvolver plenamente.

O trabalho infantil é uma forma de exploração. Uma criança que trabalha sofre sequelas do trabalho precoce. É impedida de se desenvolver física, psíquica e socialmente. Essas crianças são muitas vezes expostas a ambientes perigosos e insalubres e a tarefas penosas. Sofrem lesões físicas e violência psicológica, arcam com responsabilidades muito mais sérias do que suas idades, corpo e mente permitem. Pior, o trabalho infantil perpetua a estrutura de desigualdade do país, pois quem trabalha desde muito cedo entra no mercado de trabalho de forma ríspida, sem qualificação, sem preparo, sem estrutura pra tanto. Ganha pouco e precisa trabalhar cada vez mais para se sustentar, não consegue estudar, não consegue mudar de função e, quando adulto, não consegue oferecer aos seus filhos uma condição melhor de vida. Perpetua a pobreza e a exclusão.

Então está tudo perdido? Não. O trabalho infantil não é sem volta. Estas crianças podem ser resgatadas da exploração. À elas deve se garantir o direito à proteção, deve ser dada a chance de retomar o brincar, transformando a realidade por meio da fantasia e da criatividade; e de estudar, descobrindo que o mundo é vasto e cheio de possibilidades.

Para conseguir atuar na defesa e proteção das crianças contra esta forma de exploração é necessário ter mais informações, conhecer um pouco mais a fundo o problema.

Trabalho infantil: qual a dimensão deste fenômeno?

Dados de 2002, relativos à crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 15 anos, apresentados no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, indicam que:

- são, no país, cerca de 3 milhões de trabalhadores infantis;
- com relação à etnia, um pouco mais da metade dos trabalhadores infantis é parda (53,9%), os brancos compõem 41,7%, os negros 3,8% e os indígenas ou amarelos 0,4%;
- 49,8% dos trabalhadores infantis estão em regiões rurais e 50,2% em regiões urbanas. E mais, de cada 100 crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade na zona rural, 22 estão envolvidos em trabalho. Na zona urbana essa proporção é de 5 para cada grupo de 100;
- a maior parte dos trabalhadores infantis não é remunerada (54,1%). Os empregados são 22,3%. Trabalham para o próprio consumo 9,4%, são trabalhadores domésticos 7,3% e trabalham por conta própria 6,3%;
- a região nordeste apresenta o maior número absoluto de trabalhadores infantis (o Estado com os números maiores é a Bahia e o estado com a maior concentração, proporcional ao número de habitantes, é o Maranhão), em segundo lugar a região Sudeste. Faz-se aqui a ressalva de que a pesquisa utilizada não coletou dados na zona rural nos estados do Norte, com exceção de Tocantins; e
- O trabalho infantil é predominantemente masculino, embora em algumas áreas específicas, como por exemplo, o trabalho infantil doméstico, seja mais frequente a presença de meninas.

No Brasil, entre os 20% mais pobres da população, 10,3% das crianças e adolescentes com idades entre 10 e 15 anos, trabalham. Na região do semi-árido (formada por 1.401 municípios dos estados de MG; ES; BA; SE; AL; PE; PB; RN; CE; PI e MA), o índice sobe para 16%, quer dizer que uma em cada seis crianças tem sua mão-de-obra explorada e seu direito à proteção violado¹².

Dentre as várias questões que circundam o trabalho infantil, uma que ainda permeia o país de norte a sul é a visão que fazemos dele. Muitos acreditam que o trabalho infantil é digno, que ele é disciplinador, que é papel da criança ajudar a família a sustentar seus membros, que brincar é perda de tempo. Uma mentalidade historicamente construída e que, como diz o Plano Nacional, “manteve milhões de crianças e adolescentes ligados a atividades que, além de marginalizá-los de toda possibilidade de desenvolvimento físico, psíquico e espiritual, reproduzia todos os vícios de uma sociedade desigual, excludente, corrupta e antiética” (p. 25). O trabalho, continua o Plano, “só deve ser bom quando exercido na idade certa, de modo protegido e na função adequada à fase da vida em que a pessoa está” (p. 27).

O trabalho infantil não dignifica a pessoa. O trabalho infantil perpetua ciclos de exploração e pobreza. A profissão que se tem é, em grande parte, uma consequência do nível de escolaridade que se alcançou, o que atinge diretamente também o nível de renda que se tem, já que profissões que exigem um grau de qualificação formal menos elevado são remuneradas com valores menores. Crianças que são forçadas a trabalhar têm muita dificuldade de continuar na escola, entram no trabalho de forma precária, são exploradas e mal remuneradas, e por isso mesmo encontram muita dificuldade de sair da situação de pobreza.

É preciso, ainda, realizar uma inversão de pensamento. A criança não deve trabalhar para sustentar a família. É a família que tem o dever de sustentar a criança. E quando a família não consegue, este dever cabe à sociedade e ao Estado. A nossa lei maior, a Constituição de 1988, prega isso. Em seu artigo 227 ela diz: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

A pobreza é um dos fatores mais importantes na origem do trabalho infantil. É por isso que apoiar a família com a transferência de renda (PBF), e encontrar alternativas de geração de renda, acompanham a retirada das crianças das situações de trabalho e o seu encaminhamento para a escola e para serviços socioassistenciais como o PETI – Programa de erradicação do trabalho infantil e o Projovem Adolescente Serviço Socioeducativo.

O resgate das crianças e adolescentes destas situações de violação, aliado à promoção e garantia de seus direitos de assistência social, saúde, educação, justiça, segurança, esporte, lazer e cultura, e ao empoderamento e incentivo à autonomia das famílias é o foco do governo nesta área.

Crianças que trabalham são expostas a longas jornadas de esforço, entram em contato com produtos químicos, lixo e pó tóxicos, utilizam instrumentos cortantes, com poder de esmagamento ou de causar outras lesões, têm um risco maior de acidentes por terem uma estrutura física menor e mais fraca (o que impede o manuseio adequado das ferramentas que utilizam) e ficam muito expostas à outras formas de abuso: físico, sexual, psicológico.

Toda forma de trabalho infantil até os 14 anos é ilegal, inadequada e traz prejuízos para a criança e a sua família. Mas quatro categorias, dentre as que integram as piores formas de trabalho infantil, devem ser urgentemente abolidas por serem absolutamente intoleráveis:

- todas as formas de escravidão ou práticas análogas, tais como venda ou tráfico, cativo ou sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou obrigatório;
- a utilização, demanda, oferta, tráfico ou aliciamento de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial, produção de pornografia ou atuações pornográficas;
- a utilização, recrutamento e oferta de crianças e adolescentes para outras atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas; e
- o recrutamento forçado ou compulsório de crianças e adolescentes para serem utilizados em conflitos armados.

Você conhece o Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008?

Este decreto traz a lista das piores formas de trabalho infantil, além destas quatro citadas. É proibido o trabalho do menor de 18 anos nas atividades listadas, salvo exceções previstas no mesmo decreto. A lista, que aborda os ramos da indústria, comércio e serviços, contém 89 tipos de trabalhos que são prejudiciais à saúde e à segurança e 4 tipos de trabalho prejudiciais à moralidade. Esta lista pode ser obtida por Internet na página da Presidência da República: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6481.htm.

Ainda temos muito a aprender. Várias formas de trabalho infantil são abertamente penosas, perigosas, insalubres ou ilícitas e a maioria absoluta da população as condena. Mas existem outras formas, como por exemplo o trabalho doméstico, que têm agravantes específicos muitas vezes menos conhecidos. O trabalho doméstico é oculto para a sociedade porque ocorre dentro da casa de alguém e muitas vezes é mascarado por relações confusas de cuidado e trabalho (quando por exemplo uma família mais rica pega uma criança mais pobre “para criar”, esta criança muitas vezes serve à família mas não é abertamente considerada como empregada. No entanto, também não é considerada como filha). Este tipo de trabalho é também inacessível, pois o poder do Estado de fiscalizar a casa das pessoas é reduzido.

Devemos procurar, então, saber mais. O Guia de jornalistas da ANDI para o trabalho infantil http://www.oit-brasil.org.br/download/guia_jornalistas.pdf é uma primeira fonte de informação muito rica e de fácil leitura.

Cabe dizer também que, pela legislação, o trabalho adolescente é permitido a partir dos 16 anos de idade (ou na condição de aprendiz a partir de 14 anos), desde que não comprometa seu processo de formação e desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, nem prejudique sua frequência à escola. Para todos os adolescentes que trabalham é necessário garantir condições de trabalho decente.

Mas existem também boas notícias, que devem ser celebradas! Nos últimos anos podemos constatar um quadro de redução constante do trabalho infantil no Brasil, devido, em grande parte, às ações do Estado e da sociedade de combate ao trabalho e de proteção da infância e da família.

Diagnóstico no território

Estamos lidando com um tema extremamente complexo que se apresenta dentro de um contexto de violência e brutalidade extrema. É importante pensar na segurança dos meninos e meninas do Coletivo em todos os momentos e não sugerir atividades que possam colocá-los em situações que atentem contra suas integridades físicas e psicológicas. É perigoso, por exemplo, incriminar abertamente uma pessoa ou grupo ou identificar e publicizar uma empresa, fazenda, ou outra organização que explorem o trabalho infantil. Sim, este trabalho tem que ser feito. Mas, cuidado, esta é tarefa para adultos treinados para tanto e conscientes dos perigos envolvidos. Os dados secundários disponíveis pelas pesquisas e relatórios que você pode encontrar ao longo e no fim deste texto já fornecem uma base para o início dos trabalhos.

O que o jovem pode fazer?

- Trabalhos que contribuam para esclarecer a população em geral a respeito do tema. Conscientização a respeito do tema para a população geral – aqui é possível empregar o uso do teatro, da música, da arte e outros recursos lúdicos.
- Cartilhas contra desaparecimento de crianças (e como mantê-las seguras no dia a dia), já que várias destas crianças acabam em redes de exploração.
- Sensibilização a respeito de consumo cidadão, por exemplo, não comprar de quem sabidamente emprega mão de obra infantil e favorecer empresas cujos produtos apresentem o selo da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ).

Possíveis links com trabalho:

Entender a atuação dos fiscais do trabalho, das polícias (rodoviária federal, civil, federal, militar), dos conselheiros tutelares, do Ministério Público, da Vara da Infância e Juventude, dos profissionais da saúde, das agências internacionais de proteção.

Possíveis parceiros:

Conselho Tutelar, CMDCA, delegacias especializadas (delegacia regional do trabalho, delegacia de proteção à criança e ao adolescente), Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI, diversas ONGS.

Fique por dentro!

- *Sobre trabalho infantil doméstico:*
<http://www.andi.org.br/tid>.
- *<http://www.observatoriodainfancia.com.br>.*
- *Veja a apresentação da Organização Internacional do Trabalho, sobre trabalho infantil:*
<http://www.ilo.org/public/english/bureau/inf/wdacl/portuguese.htm>.
- *Para entender mais a respeito das crianças e adolescentes no narcotráfico e também para aqueles que estão no Rio de Janeiro e imediações (local da pesquisa), sugere-se fortemente a leitura do livro “Diagnóstico Rápido sobre Crianças no Narcotráfico”, que pode ser baixado no site:*
http://www.oitbrasil.org.br/info/download/livro_narcotraf.pdf.
- *Organização internacional de trabalho, OIT:*
www.oitbrasil.org.br.
- *Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, CONAETI:*
http://www.mte.gov.br/trab_infantil/conaeti.asp.

5. Melhoria do gasto público

O que é dinheiro público?

Dinheiro público é o dinheiro utilizado para garantir os direitos e a qualidade de vida da população em diversas áreas: saúde, educação, assistência social, segurança, construções, reformas, limpeza, obras, iluminação etc. Este dinheiro vem dos impostos, contribuições e taxas que as pessoas e empresas pagam. É um dinheiro que é de todos. Esse dinheiro é gerenciado pela administração pública. Para que ele seja utilizado da melhor forma existe todo um processo de planejamento e fiscalização de como o seu gasto pode e deve ser realizado.

Você conhece como este planejamento é feito?

É um processo longo, chamado ciclo orçamentário. O ciclo orçamentário contém as fases de elaboração do orçamento, votação da proposta, execução das ações e prestação de contas. Ou seja: pensar sobre o que vai ser feito, decidir em conjunto se o melhor é aquilo que foi pensado mesmo, levar a termo as ações e depois comprovar o funcionamento de todo o processo. As fases de elaboração e votação são baseadas em três leis: O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O Plano Plurianual vêm em primeiro lugar. Ele prevê as metas, as diretrizes e os objetivos da administração para um período de quatro anos. É um planejamento mais amplo onde o governo decide em quais áreas é mais importante investir. Para garantir a continuidade entre os governos o primeiro ano de uma nova gestão é baseado no PPA da gestão anterior. Ou seja: o novo governante, no seu primeiro ano de mandato, segue o PPA definido anteriormente e planeja o próximo PPA para os 3 anos restantes da sua gestão e para o primeiro ano da gestão seguinte.

A partir do PPA é elaborada anualmente a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que estabelece as metas e prioridades de gastos para o ano seguinte. A LDO também estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (como o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, o BNDES etc.); fixa os limites para os orçamentos dos poderes legislativo, judiciário e o Ministério Público; e dispõe sobre gastos com pessoal. A partir da LDO é elaborada a Lei Orçamentária Anual (LOA), que traz o detalhamento do orçamento público para o ano seguinte. Na LOA são estimadas as receitas que serão arrecadadas durante o ano e definidas as despesas que o governo pretende realizar com estes recursos. A LOA apresenta três orçamentos: o orçamento fiscal (inclui as receitas municipais e as despesas dos órgãos, unidades e fundos da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores, autarquias e fundações), o orçamento da seguridade social (previdência, assistência e saúde) e o orçamento de investimentos das empresas estatais.

Os projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA são elaborados pelos poderes executivos (prefeito ou governador ou presidente). Em seguida o projeto é enviado para o poder legislativo (vereadores da Câmara Municipal, ou deputados estaduais da Assembleia Legislativa, ou deputados federais e senadores do Congresso Nacional) que vota e aprova os documentos. Durante o período de votação os parlamentares podem propor emendas ao projeto de lei. As emendas são alterações no projeto que visam modificar a programação de despesa do orçamento e elas podem ser individuais ou de bancada.

Como é composta a administração do município?

Geralmente a administração municipal dispõe de diversos órgãos internos, as Secretarias. Algumas Secretarias estão envolvidas com as atividades necessárias para o funcionamento da máquina pública e outras são responsáveis pela execução direta das ações e pela prestação de serviços. Os Municípios têm autonomia para estabelecer sua própria

estrutura organizacional, de forma que o nome, a quantidade e as atribuições das Secretarias podem variar de uma localidade para outra, embora a estrutura básica¹³ geralmente seja bastante similar.

Dentre as secretarias responsáveis pelo gerenciamento da área meio geralmente podem ser encontradas: Secretaria de Governo, responsável pela coordenação das ações do governo municipal; Secretaria de Administração, responsável pelo planejamento administrativo e gerenciamento de informações; Secretaria de Planejamento, responsável pelo planejamento e desenvolvimento municipal (aspectos urbanísticos, sociais e econômicos); Secretaria Jurídica, responsável pela orientação jurídica e representação judicial; e a Secretaria de Finanças, que cuida da administração dos tributos, finanças, materiais e licitações, e da política econômico-financeira.

Já as Secretarias responsáveis diretamente pelas ações e serviços geralmente são: Secretaria de Obras (obras viárias, edificações públicas, saneamento básico), Secretaria de Serviços Urbanos (ligados à manutenção da cidade: coleta de lixo, limpeza, ajardinamento etc.); Secretaria de Transportes; Secretaria de Educação e Cultura; Secretaria de Saúde; Secretaria de Habitação (política habitacional do município e também programas e projetos de habitação popular e urbanização de áreas faveladas); Secretaria de Assistência Social (a política pública de assistência social: a proteção social e a defesa de direitos) e a Secretaria do Meio Ambiente.

Como é composto o orçamento municipal?

Em primeiro lugar, existem despesas que são obrigadas a seguir determinações legais: é o caso específico da saúde e da educação, que encontram na Constituição Federal percentuais mínimos de recursos que deverão ser aplicados; e as despesas de caráter obrigatório, como as despesas com pessoal, com os encargos sociais, as despesas previdenciárias, juros da dívida e outras. Seguem-se a estas as despesas com a manutenção da máquina administrativa, com os serviços prestados pela prefeitura e com o prosseguimento das obras já iniciadas. Por fim entram as despesas com a criação de novos serviços e o início de novas obras.

Também é importante saber que durante o decorrer do ano, na medida em que o orçamento vai sendo executado, é possível alterá-lo para atender a situações que não foram previstas durante a sua elaboração. Isto é feito por meio dos créditos adicionais.

E a população, o que ela pode fazer?

Nas fases de elaboração e votação do orçamento a população tem o papel de indicar ao governo as suas prioridades, influenciando no processo de decisão sobre quais áreas receberão quanto recurso para quais ações.

É necessário entender que todas as despesas públicas são feitas com base na LOA. Ou seja: se uma despesa não estiver prevista, a não ser que se enquadre em casos excepcionais, ela não poderá ser realizada. Desta forma, é muito importante que a população expresse as suas necessidades. Existem várias formas de participação neste momento. É possível participar de audiências públicas para debater o conteúdo das leis orçamentárias com os vereadores, deputados estaduais, deputados federais ou senadores; é possível se engajar no orçamento participativo nas localidades onde ele existe (o orçamento participativo será tratado em mais detalhes em seguida); é possível articular com um parlamentar para que ele proponha uma emenda orçamentária; é possível apresentar um projeto de lei de iniciativa popular e realizar atos de mobilização pública e da mídia que sinalizem problemas e prioridades da comunidade. Mas devemos saber também que não basta ter um recurso previsto no orçamento. É preciso que esta verba seja liberada e que ação seja de fato levada a termo.

Depois da elaboração e da votação do orçamento, a próxima etapa é a da execução das ações previstas, estreitamente ligada à prestação de contas dessa execução. Nessa etapa o cidadão tem o papel de fiscalizar as contas públicas para evitar o desvio no gasto do dinheiro público. Estes desvios podem tomar diversas formas. Você já se deparou, na TV, no jornal ou pessoalmente com irregularidades que podem ser encontradas na administração? Algumas das mais comuns são: obras e serviços não realizados; superfaturamento; empresas fantasmas; fraudes em licitações (licitação é, de forma simplificada, quando diferentes fornecedores apresentam suas propostas de produto e/ou serviço e o governo escolhe aquele que tem menor preço e boa qualidade para resolver a sua necessidade); irregularidades na contratação e remuneração de servidores e enriquecimento muito rápido e injustificado de pessoas da administração.

A cartilha “Olho Vivo no Dinheiro Público” produzida pela Controladoria Geral da União traz informações essenciais para o cidadão poder entender e fiscalizar o dinheiro público. Esta cartilha pode ser obtida no seguinte endereço: http://www.cgu.gov.br/olhovivo/Recursos/Publicacoes/arquivos/cartilha_olhoVivo.pdf

Orçamento Participativo, do que se trata?

O orçamento participativo é um processo de efetiva participação popular na definição do orçamento municipal. A comunidade é diretamente consultada e chamada a decidir com ao poder público as prioridades de investimento em serviços e obras no município. A destinação dos recursos públicos é discutida e deliberada conjuntamente e, depois, a execução é acompanhada e monitorada, compartilhando-se responsabilidades pelo que é feito no município.

A participação da população na definição do orçamento público otimiza a aplicação dos recursos públicos e cria um canal direto de diálogo da sociedade local com a gestão pública, que passa a responder as demandas de obras e serviços que são efetivamente de interesse da coletividade e a ter de prestar contas dos investimentos públicos.

O processo do orçamento participativo democratiza e dá transparência à relação com a administração pública ao criar canais de participação tanto para partilhar os desafios e o funcionamento da gestão como para a população apresentar propostas e contribuições, exercendo ativamente a cidadania.

Para que a implantação do orçamento participativo seja bem sucedida é necessário adotar uma metodologia participativa, adequada ao tamanho e complexidade do município. Geralmente envolve reuniões, plenárias ou assembleias nas diferentes regiões administrativas das cidades, onde a população discute os problemas e define as prioridades de cada região e para todo o município; elege delegados que vão representar a região no diálogo com a administração pública, trazendo as principais reivindicações dos moradores população para o planejamento das despesas. Esta metodologia tem que ser flexível, podendo reinventar-se a cada ano para dar conta de melhorias e adaptações necessárias.

Para que o processo funcione é necessário vontade política dos governantes e engajamento da população, além de periodicidade e regularidade de reuniões. As regras de funcionamento do orçamento participativo devem ser claras e conhecidas por todos e também qual é o percentual do orçamento que será discutido e deliberado. É imprescindível o acesso às informações sobre as finanças do município, bem como aos dados estatísticos, indicadores oficiais, aos levantamentos e pesquisas que permitam um melhor conhecimento das características, problemas e carências de cada região da cidade. Essas informações, somadas à experiência cotidiana da população, permitem a escolha mais consciente de prioridades de investimento que possam de fato ser socialmente justas.

As experiências de Orçamento Participativo estão presentes em diversos municípios de todo o país. A experiência mais famosa, devido aos ótimos resultados obtidos e à contínua duração (desde 1989) é a da prefeitura de Porto Alegre, que ganhou projeção nacional e internacional. Para um relato mais detalhado de experiências de orçamento participativo, acesse a Rede Brasileira de Orçamento Participativo <http://www.pbh.gov.br/redebrasileiraoop/>.

É bom lembrar também que os conselhos municipais têm um papel fundamental no monitoramento da política de cada área específica e dos gastos da Prefeitura. Alguns dos conselhos importantes para a vida da comunidade são o Conselho Municipal de Saúde, o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Assistência Social (ações voltadas principalmente para a proteção social e a defesa de direitos de crianças, adolescentes e jovens, idosos, pessoas com deficiências, pessoas em situação de rua e famílias e populações em condições de pobreza e vulnerabilidade social e com baixa renda); o Conselho de Alimentação Escolar (merenda escolar), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho do Idoso e o Conselho de Direitos das Pessoas com Deficiências.

Existe também o orçamento criança. Você já ouviu falar sobre ele?

A Fundação Abrinq nos diz que o Orçamento Criança e Adolescente (OCA) é o conjunto de ações e despesas destinadas às crianças e adolescentes, selecionadas, agrupadas e consolidadas a partir do orçamento público ou de sua execução orçamentária, de acordo com a metodologia desenvolvida. Ao apurar, na sua prefeitura, o OCA, será possível ver o conjunto das ações e das despesas que estão sendo destinadas às crianças e ficará bem mais fácil planejar, avaliar e priorizar as ações públicas que devem ser tomadas para promover os direitos da criança e do adolescente no território. São propostos três focos de análise: a saúde (ações envolvendo a promoção da saúde, o saneamento e a habitação e o combate ao vírus HIV e à AIDS), a educação (incluindo a cultura, o lazer e o esporte), e a proteção social e direitos de cidadania. Não fique de fora! A Fundação Abrinq fornece um manual que traz as etapas necessárias para elaborar o Orçamento Criança e Adolescente, seus objetivos, a duração e os resultados esperados. Acesse:

http://sistemas.fundabrinq.org.br/biblioteca/acervo/2036_oca.pdf

O prefeito do seu município é amigo da criança?

2.263 municípios integram a Rede Prefeito Amigo da Criança, e o Programa, de mesmo nome, já está em sua 3ª versão. Procure saber se a gestão municipal da sua localidade está comprometida na implementação de políticas públicas de proteção integral de crianças e adolescentes. Informe-se! Acesse http://www.fundabrinq.org.br/link/Programas_e_Projetos_Programa_Prefeito_Amigo_da_Crianca.

Podemos saber como o dinheiro público está sendo usado?

Sim! É obrigação do poder executivo disponibilizar as contas para que os cidadãos possam consultá-las. Isto está previsto no artigo 49 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. O artigo diz: “As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos

e instituições da sociedade”. Não adianta só apresentar as contas, é preciso também comprovar que a informação apresentada é verdadeira. São documentos comprovantes de despesas os empenhos, notas fiscais, recibos, processos de licitações e folhas de pagamento, entre outros.

É importante saber que, pela Lei nº 8.429 de 2 de junho de 1992, negar publicidade aos atos oficiais e deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.

Mas não é só isso. Cabe lembrar que a honestidade de um governo começa antes mesmo de sua posse, no processo eleitoral. O IBOPE Opinião realizou uma pesquisa entre os dias 17 a 21 de novembro de 2006, com 2002 eleitores com idade igual ou superior a 16 anos, em 142 municípios do país, incluindo-se regiões metropolitanas e capitais de estados. Esta pesquisa mostrou que nas eleições de 2006, 8% dos eleitores pesquisados disseram ter sido alvo de ofertas de compra do voto, por parte de candidatos e cabos eleitorais.

De acordo com o relatório desta pesquisa, disponível no site: <http://www.transparencia.org.br/docs/compravotos2006.pdf> isso corresponde a cerca de 8,3 milhões de eleitores. Também foi constatado que no país quanto mais jovem o eleitor, mais ele é vulnerável às ofertas de compra de votos. Estes dados salientam a importância de se assegurar que os jovens saibam o papel e o poder que o voto deles tem, para que possam participar da vida política com responsabilidade.

Os desperdícios de recursos que ocorrem nos três poderes (legislativo, executivo, judiciário) e nos três níveis (municipal, estadual, federal) não são só devidos aos escândalos de corrupção. São também desperdícios corriqueiros de tempo, talento humano, energia, água, material de escritório e outros. Além disso, também acontece o descompasso entre os órgãos, resultando na duplicação de ações, na diluição de fundos, no retrabalho. Estes são sintomas da falta do trabalho em rede, que realmente é bastante difícil em uma estrutura tão complexa. Diante de tantos desperdícios é muito importante que o cidadão (coletivamente e nas instâncias próprias, principalmente nos conselhos gestores de políticas públicas, observatórios de cidadania e instâncias de participação cidadã) assumam o papel de monitorar e fiscalizar a política, e também propor soluções. Como nos diz Hermes Zanetti no livro *Juventude e Revolução* (2001) “o Estado sem controle social pode gerar o autoritarismo, totalitarismo e injustiça. A sociedade atuando sem limites leva à violência” (pp.193). Ou seja: o Estado e a sociedade são forças complementares que devem atuar juntas em prol do bem comum.

A participação do jovem é importante e gera resultados!

Em 2003 no Estado do Rio de Janeiro foi dado início às atividades do Parlamento Juvenil, um projeto desenvolvido pela Assembleia Legislativa do RJ, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, a Secretaria de Estado da Infância e Juventude, a Rede FAETEC e o apoio do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do RJ. No Parlamento Juvenil 92 parlamentares jovens eleitos nas escolas públicas de todos os municípios são treinados pela Assembleia Legislativa do Estado e elaboram Projetos de Lei. Os projetos que são aprovados no Parlamento Juvenil são enviados para análise do Poder Executivo e Legislativo do Estado. Achou interessante? Maiores informações podem ser obtidas no site do projeto:

<http://www.parlamento-juvenil.rj.gov.br>

Diagnóstico no território

A partir da definição de quais políticas públicas deseja-se monitorar no território é necessário realizar um diagnóstico que mostre como as coisas funcionam no momento. Saber qual é o orçamento previsto, quais foram os recursos financeiros liberados (as verbas liberadas), o destino destas verbas, se está havendo execução das ações que foram planejadas e quais as instâncias de reivindicação e participação no município.

É importante utilizar como fontes os dados oficiais, prestação de contas, relatórios, levantamentos e pesquisas de: órgãos públicos, conselhos setoriais, Câmara de Vereadores, IBGE (www.ibge.gov.br), IPEA (www.ipea.gov.br), Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br), universidades, ONGs, junta comercial, redes, fóruns e comitês, associações, organizações sociais e comunitárias, organismos internacionais de cooperação e outros.

Além da consulta aos dados é possível realizar uma pesquisa de campo e verificar como diversas ações das políticas públicas essenciais para a vida cotidiana estão chegando ao cidadão no território. É importante saber quem são as pessoas que devem ser atendidas por um serviço ou ação (crianças, gestantes, idosos, pessoas com deficiência etc.); quem são as pessoas que tomam decisões a respeito destes serviços (diretores, secretários, prefeito etc.) e tem a possibilidade de implementar mudanças e quem são as pessoas ou grupos que podem influenciar estas tomadas de decisão (sindicatos, grupos organizados, mídia etc.).

A Rede Sou de Atitude desenvolveu o “Guia de Atitude – Reflexão sobre práticas de Monitoramento e Ação Política” um material de fácil leitura e grande atratividade visual que explica uma das formas de se fazer o passo a passo do monitoramento de uma política no município, partindo do diagnóstico. O guia pode ser encontrado no seguinte endereço:

<http://www.jap.org.br/site/1823/nota/87223> no *link* de “arquivos anexos”.

Não só o dinheiro do município pode ser monitorado, como também qualquer recurso que provém de várias pessoas e serve para o benefício do grupo (de um coletivo de pessoas), mas é gerenciado por uma pessoa só (ou por um grupo de pessoas). Por exemplo: o dinheiro arrecadado para melhorias e serviços por associações de moradores, síndicos, grupos comunitários, cooperativas, grêmios e outras instâncias.

O que o jovem pode fazer?

- Confecção e/ou distribuição de cartilhas já existentes sobre formas de monitoramento do gasto público;
- Pesquisa e divulgação dos mecanismos de monitoramento, órgãos de fiscalização e instâncias de participação no orçamento, no município;
- Participar de audiências públicas, projetos de lei de iniciativa popular, petições ou pedidos de informação, ações populares e, onde houver, orçamento participativo, participar de suas plenárias e reuniões abertas do Conselho de OP; e, em havendo de outros orçamentos participativos (dos jovens, da criança e do adolescente, do idoso etc.);
- Envio de propostas de orçamento a parlamentares;
- Grupo de acompanhamento e vigilância do gasto público para monitorar o volume e destinação dos recursos;
- Formação de redes – redes pela Internet, convite para outras organizações se juntarem para prover uma ação política conjunta, participar de movimentos, associações, conferências. Algumas redes que já existem são: a Rede Sou de Atitude, Rede de Jovens do Nordeste, Rede e Juventudes, e Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade, Rede de Comunicadores pelos Direitos da Criança e do Adolescente;

- Mobilização da comunidade – passeatas, abaixo assinados, manifestações, atos públicos, campanhas, beijaço, buzinaço, panelaço, paralisações, carta manifesto, desfiles, apresentações artísticas, musicais e culturais, oficinas, comemoração de datas significativas;
- Denúncias – ida ao Ministério Público, denúncia aos Tribunais de Conta, às ouvidorias, à Controladoria Geral da União (CGU);
- Participar nos conselhos do município, fóruns e comitês (e conferências); e
- Divulgar achados via programas de rádio, vídeos, fotografias, fanzines, cd-roms, jornais, murais, relatório, dossiê, carta de intenções, cordel, rap, oficinas, debates, seminários, campanhas, produtos, blogs, sites, email, boca a boca. Lembrando que o jeito mais adequado de divulgar a informação depende do público que se quer atingir. Devemos saber também quem são as pessoas e as instituições que ao receber o material mais têm poder de fazer alguma mudança.

Possíveis links com trabalho

Conhecer a função de parlamentares, auditores, gestores públicos, fiscais da receita, conselheiros de OP, conselheiros municipais de políticas públicas.

Possíveis parceiros

Prefeitura, Câmara Legislativa, Conselhos, órgãos públicos de monitoramento (identificados no diagnóstico) e organizações não governamentais que monitoram orçamentos e políticas públicas; escolas; centros de estudo ou universidades; redes de jovens...

Fique por dentro!

- *Aprenda a fazer produtos de comunicação! Manual do Fanzine: <http://www.agenciaugauga.org.br/interna.php?nomeArquivo=manualfanzine>*
- *O site “Leãozinho” da receita federal apresenta uma plataforma interativa que repassa um número grande de informações essenciais sobre orçamento, organização do Estado, participação política e cidadania de forma simples e divertida:
<http://www.leaozinho.receita.fazenda.gov.br>*
- *No site da Controladoria-Geral da União é possível assistir e baixar vídeos sobre Conselhos e Controles Sociais; Licitações; e Orçamento Público: <http://www.cgu.gov.br/olhovivo/Recursos/Videos/index.asp>*
- *O Portal da Transparência <http://www.portaldatransparencia.gov.br> permite o acompanhamento e execução financeira dos programas de governo em âmbito federal, disponibilizando os recursos transferidos para Estados e Municípios, entre outras informações.*
- *É possível enviar elogios, sugestões, solicitações, reclamações e denúncias para todos os senadores e deputados brasileiros a partir do Alô-Senado, central de relacionamento com o cidadão, pelo telefone 0800-612211 ou site: <http://www.senado.gov.br/sf/senado/centralderelacionamento/sepop> Use também o Disque-Câmara, pelo telefone 0800-619619 e a página do Fale com o Deputado, no site: <http://www2.camara.gov.br/canalinteracao/faledeputado> e ainda a Ouvidoria, com link a partir desta página anterior.*

- *O Congresso brasileiro é aberto à visitação pública, a partir do programa Visite o Congresso, que funciona todos os dias (inclusive fins-de-semana e feriados) das 9h30 às 17h. Informações mais detalhadas podem ser obtidas pelo telefone (61) 3216-1771 ou pelo e-mail visitas@camara.gov.br Também é possível realizar uma visita virtual no site: <http://www2.camara.gov.br/conheca/visiteacamara/apresentaAgendamentoVisita.html> Este mesmo site contém discursos, pauta e detalhamentos das sessões realizadas. Também existem a TV e Rádio Câmara e Senado, que transmitem as sessões plenárias e contam com uma programação diferenciada.*
- *O site do Instituto de Estudos Socioeconômicos www.inesc.org.br reúne diversas informações sobre política fiscal e orçamentária, infância e juventude, e direitos humanos, entre outras.*
- *O site da Campanha Quem Não Deve Não Teme, da Bahia, apresenta uma série de informações sobre controle popular e modelos de petições, representações e requerimentos que podem ser utilizados www.controlepopular.org.br*
- *O site do movimento Transparência Brasil <http://www.transparencia.org.br> apresenta uma série de relatórios, monitoramentos e mapeamentos de questões relativas à boa administração.*
- *Fórum Nacional de Participação Popular <http://www.participacaopopular.org.br>*

III – RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

Com o objetivo de subsidiar o Orientador Social no trabalho socioeducativo com os jovens, o material que segue mostra um pequeno apanhado de cinco experiências juvenis, sendo uma delas apresentada em detalhes. É nosso desejo que este material sirva de inspiração e de fonte de consultas. Que sirva de adubo para a semente que existe em cada jovem e só precisa de uma oportunidade para desabrochar para as transformações sociais que se fazem necessárias neste país.

Abaixo, uma rápida apresentação das 5 experiências selecionadas ajuda-nos a perceber a diversidade de formas de organização e de atuação existentes.

Nome do Grupo ou Entidade	Onde atua?	O que faz?
<i>Grupo Cultural Azulim.</i>	<i>Escolas de Sobradinho, Ceilândia e Santa Maria, cidades nos arredores de Brasília – DF.</i>	<i>Oficinas com elementos da cultura hip-hop e cursos profissionalizantes.</i>
<i>Grupo Interagir.</i>	<i>Grupos jovens do Distrito Federal.</i>	<i>Articulação e mobilização de grupos jovens. Portal do protagonismo juvenil, na Internet.</i>
<i>Rede Mocaranga de Comunicação Popular.</i>	<i>Comunidades ribeirinhas do interior do Estado do Pará.</i>	<i>Comunicação comunitária: rádio e jornais feitos por jovens</i>
<i>Agência Uga-Uga de Comunicação.</i>	<i>Escolas e comunidades do Estado do Amazonas.</i>	<i>Núcleos de mobilização social, núcleo de notícias, jornal Uga-Uga e Projeto de Enfrentamento à Violência Sexual Infante Juvenil.</i>
<i>Escola de Mediadores.</i>	<i>Em duas escolas do Rio de Janeiro- zonas norte e sul da cidade.</i>	<i>Capacita alunos para que possam agir como mediadores de situações de conflito no ambiente escolar.</i>

Experiência 1 - Grupo Interagir - DF



Tema: *mobilização juvenil, formação de redes.*

Local: *Brasília, DF.*

Períodos: *2000 – 2008*

Jovens envolvidos: *cerca de 4 mil jovens durante todo o período.*

Parceiros e apoiadores: *Secretaria de Educação do DF, Fundação Odebrecht, Programa Voluntários e Instituto C&A, diversas outras empresas, fundações e institutos.*

No ano de 1999, em Brasília, um garoto de 18 anos viu na TV um programa falando sobre voluntariado e ficou com vontade de participar. Foi ao Centro de Voluntariado do Distrito Federal, começou a trabalhar e viu que gostaria de atuar junto a jovens. Outros também tinham a mesma vontade e assim, com o encontro de seis jovens que tinham em torno de 18 anos de idade, surgiu, no ano 2000, o Grupo Interagir.

Começaram mexendo com comunicação, criando uma página na Internet que democratizava informação e divulgava atuações comunitárias de jovens em todo o país para que servissem de inspiração. Surgiu aí o Portal do Protagonismo Juvenil (Visite o site do grupo: <http://www.interagir.org.br/Interagir/>).

O grupo cresceu rapidamente e em dezembro do mesmo ano já tinha dobrado de tamanho. Os 12 membros, divididos em três equipes, realizavam ações de comunicação, suporte e eventos, desenvolviam o portal e realizavam trabalhos juntos com outros grupos jovens de Brasília, além de capacitações e formação. Com o andamento do projeto eles notaram que muitos jovens faziam vários trabalhos legais em todos os lugares, mas raramente eles se conheciam, eram ações desarticuladas. Daí surgiu a ideia de criar um espaço em que os jovens pudessem se encontrar e partilhar experiências. Foi assim que o Fórum de Jovens Voluntários do Distrito Federal, que depois mudou de nome para Fórum de Protagonismo Juvenil do DF, foi criado. O fórum se reuniu em setembro de 2001, com a participação de mais de 150 jovens, entre 14 e 24 anos, dos quais 42% ainda não exerciam atividades voluntárias e 58% faziam parte de 11 grupos de jovens voluntários do Distrito Federal.

O trabalho do Interagir foi “de vento em popa”. Ainda em 2001, o projeto ganhou o Prêmio Jovens Voluntários, promovido pela Fundação Odebrecht, Programa Voluntários e Instituto C&A. Foram também convidados a participar de eventos no país e fora dele e aproveitaram para investir na formação da equipe. Em maio de 2002 realizaram o 2º Fórum de Protagonismo Juvenil do DF, um evento ainda maior que o anterior, com a participação de mais de 300 jovens (o 3º Fórum foi maior ainda, reunindo mais de 650 jovens, 40 organizações, 20 parceiros e realizando cerca de 70 atividades diferentes). O grupo realizou também parcerias com empresas, fundações e institutos. Era época de eleições, então, aproveitando o contexto, expandiram sua atuação para um projeto na área de formação política chamado “Voto,

logo opino!”. Com o ano de 2002 chegando ao fim, e o trabalho de 2 anos já consolidado, firmaram parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, por meio da qual realizaram oficinas em escolas de todo o DF atingindo 480 jovens. Estas oficinas utilizavam-se do teatro, da música e outros recursos lúdicos para trabalhar, naquela população específica de jovens, os problemas que enfrentavam, e tentar despertá-los e motivá-los para a mobilização social.

No ano de 2008 o Interagir está caminhando para o término de seus trabalhos. Um dos fundadores do grupo explica que organizações juvenis encontram como uma de suas grandes dificuldades a continuidade ao longo dos anos. Faz parte da natureza desses espaços que os seus integrantes cresçam, mudem e se motivem para exercer outras atividades. Isto exige um processo contínuo de renovação de lideranças, o que nem sempre é fácil de se conseguir.

Neste cenário, o Grupo Interagir conseguiu atuar por um período de tempo muito significativo e atingiu seus objetivos iniciais: articular a juventude, dar visibilidade ao tema, mobilizar e desenvolver autonomia em outros grupos e coletivos de jovens. Nestes oito anos de atuação sensibilizaram e mobilizaram mais de quatro mil jovens brasilienses, acreditando no potencial de transformação do jovem na comunidade, a partir de uma atuação criativa, propositiva e integrada.

Um de seus fundadores nos diz também que um objetivo paralelo de toda organização juvenil é criar possibilidades de seus integrantes se formarem. O Interagir também cumpriu esta tarefa, tendo se tornado um marco de transformação na vida de seus membros.

A história do Grupo Interagir, contada pelos seus participantes, pode ser encontrada no livro de Neide Duarte chamado Frutos do Brasil. Histórias de Mobilização Juvenil, publicado pela Aracati – Agência de Mobilização Social, em 2006. O livro também está disponível online, gratuitamente, no site www.aracati.org.br Aliás, esse site é um ponto de encontro de iniciativas juvenis preciosas. Não deixe de visitar!

Experiência 2- Rede Mocaronga de Comunicação Popular – PA

<http://redemocaronga.org.br/>

Tema: *comunicação popular.*

Local: *área rural do Estado do Pará.*

Períodos: *desde 1995.*

Jovens envolvidos: *450 jovens entre 14 e 25 anos, de 31 comunidades ribeirinhas, dos rios Amazonas, Tapajós e Arapiuns.*

Parceiros e apoiadores: *financiamentos pela Terre Des Hommes, BNDES, Fundação Konrad Adenauer, Fundação Ford, Instituto Ayrton Senna, Programa Piloto – PPG7 – PDA e Promanejo, Fundação Kellog, União Européia e Lateinamerika Zentrum. Colaboração da United Nations Association International Service, Interagire – Unité, Avina, Conselho Regional do Lazio, Fundação Greenstar, Ministério das Minas e Energia – PRODEEM – Eletronorte e Ministério das Comunicações.*

Um médico e uma arte-educadora originalmente da prefeitura de Santarém, atuando na área rural, e presenciando as dificuldades nos campos de saúde e educação, criaram o Projeto Saúde e Alegria em 1987. O Saúde e Alegria atua em três municípios: Santarém, Belterra e Aveiro, no oeste do Estado do Pará. O foco principal é a área rural, comunidades pequenas na região dos rios Amazonas, e Arapiuns, onde a população vive da caça, da pesca, da coleta de produtos da floresta e pequenas lavouras.

O Projeto tem um vasto campo de atuação. São muitas ações nas áreas de: organização e gestão comunitária; saúde comunitária; geração de renda; educação; cultura e comunicação. Com a atuação do Saúde e Alegria diminuiu a mortalidade infantil, o rendimento das famílias aumentou e diminuíram as taxas de analfabetismo. As comunidades se mobilizaram e se capacitaram, garantindo a sustentabilidade da iniciativa.

O Projeto ganhou muitos prêmios e teve ao longo dos anos diversos parceiros nacionais e internacionais. Na atual etapa do projeto (a partir de 2002), são recebidos financiamentos da Terre Des Hommes, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Fundação Konrad Adenauer, Fundação Ford, Instituto Ayrton Senna, Programa Piloto – PPG7 – PDA e Promanejo, Fundação Kellog, União Européia e Lateinamerika Zentrum. Colaboram também a United Nations Association International Service, Interagire – Unité, Avina, Conselho Regional do Lazio, Fundação Greenstar, Ministério das Minas e Energia – PRODEEM – Eletronorte e Ministério das Comunicações.

A Rede Mocaronga de Comunicação Popular é um dos braços do Projeto Saúde e Alegria. Surgiu na terceira etapa do Projeto, a partir de 1995, e enfoca a educação e comunicação social. A rede promove, com a atuação dos jovens, a comunicação comunitária. É um espaço de participação da comunidade, de exploração de alternativas culturais, educativas e econômicas. Promove lideranças e trabalha a cidadania da juventude ribeirinha. Valoriza estes jovens da floresta e os instiga a participar para melhorar suas condições de vida, proteger o ambiente que os circunda e fortalecer sua identidade cultural. Participam em torno de 450 jovens entre 14 e 25 anos, em 31 comunidades ribeirinhas: Suruacá, Muratuba, São Domingos, Acaratinga, Maguari, Jamaraquá, Piquiatuba, Pedreira, Jaguarari, Marituba, Tauari, Urucureá, São Francisco, Cachoeira do Aruá, Alto Aruá, Aninduba, Santana do Ituí, Marai, Itapuama, Marai, Capixauá, Vista Alegre, Prainha I & II, São Jorge, Nossa Senhora de Nazaré, Chibé, Paraíso, Santa Clara e Itapaiuna. O trabalho é na área de comunicação.

Os jovens são treinados como repórteres rurais e aprendem a produzir e veicular programas de rádio, vídeo e jornais comunitários com conteúdos gerais e educativos. A programação diária do rádio, por exemplo, contém vinhetas educativas, notícias da região, entrevistas diversas e divulgação dos músicos e artistas locais. Os jovens promovem a comunicação e a troca de informações entre essas comunidades que são, muitas vezes, de difícil acesso.

A Central da Rede fica no escritório do Projeto Saúde e Alegria em Santarém. São 22 as sucursais rurais. Cada uma delas contribui para a produção do Jornal Mocorongo e da Rádio Mocoronga. Os materiais utilizados são um kit de editoração, uma máquina de datilografia e um mimeógrafo (para o jornal) e um amplificador, uma mesa, tape-deck, CD player, microfones e cornetas (para a rádio). Duas comunidades já têm telecentros que possibilitam o uso de computadores e acesso à Internet.

Conecte-se você também: <http://www.saudeealegria.org.br/>.

Em tempo: a história da Rede também está no livro Frutos do Brasil, no site www.aracati.org.br Vale a pena ler e conhecer um pouco da realidade das comunidades ribeirinhas e ler sua história contada por quem é dali.

Experiência 3 – Agência Uga-Uga de Comunicação – AM



Tema: *educação pela comunicação, participação juvenil e a mobilização social.*

Local: *Estado do Amazonas.*

Períodos: *desde 2000 (encontra-se em funcionamento)*

Jovens envolvidos: *jovens estudantes de Manaus e de municípios do interior do Amazonas*

Parceiros e apoiadores: *Secretaria Municipal de Educação de Manaus, Unicef, Rede ANDI, Instituto WCF, Petrobrás, Instituto C&A e Fundação AVINA.*

Em 1997 uma jornalista da Secretaria Municipal de Educação de Manaus e uma oficial do Unicef, com o apoio de ambas as instituições, deram início ao Projeto Jornal na Escola, que tinha por objetivo criar um jornal escolar produzido por e para jovens da faixa etária de 12 a 19 anos. Participaram do início do trabalho 22 jovens, a partir da indicação de duas grandes escolas municipais que enviaram alunos de destaque. Duas edições foram publicadas neste primeiro ano, com tiragem de 3000 exemplares, distribuídos nas duas escolas e em 2004 o jornal já era distribuído para cerca de 14.700 estudantes, de 19 escolas.

Em 1999 a proposta em torno do Jornal, que já se chamava Uga-Uga, cresceu com a criação de Núcleos de Mobilização Social, que englobavam outros mecanismos de sensibilização e mobilização juvenil, entre eles as oficinas de fanzines. Inicialmente os núcleos atenderam 180 adolescentes e jovens, de 18 escolas municipais. Então, no ano 2000, o Unicef teve uma ideia: porque não criar uma agência de comunicação que incentivasse a cidadania de crianças, adolescentes e jovens, especialmente os estudantes da rede pública de ensino? Estava criada a Agência Uga-Uga de Comunicação. Visite o site deles, no endereço: <http://www.agenciaugauga.org.br>.

Os focos da Uga-Uga são a educação pela comunicação, a participação juvenil e a mobilização social. Nos Núcleos de Mobilização, que hoje compõem o Projeto Escola Cidadã, a metodologia de trabalho é a de aprender fazendo. São organizados grupos de estudantes de 12 a 19 anos de idade que seguem uma capacitação composta por oficinas na área de cidadania, participação juvenil e comunicação. Em seguida parte-se para o desenvolvimento de produtos de comunicação, começando com um cartaz, até chegar na publicação de um fanzine. As atividades são feitas nas escolas, no horário inverso às aulas e em geral começam com uma roda onde os jovens apresentam o que fizeram desde o último encontro e então discutem quais são os passos até o próximo encontro, para chegar à confecção deste produto de comunicação. No processo, vão percebendo o peso que a palavra escrita tem e aprendem a ser críticos com relação às informações disponíveis nos meios de comunicação. Nestes Núcleos, os jovens ganham voz e exercem seu direito à opinião, participando de todo o processo de planejamento e contribuindo em todas as fases do trabalho. Aqui é priorizado o processo participativo, a ênfase está nos meios que são utilizados de trabalho em grupo para se alcançar a produção dos materiais desejados.

A Agência tem também outro lado, o Núcleo de Notícias. Este núcleo presta serviços profissionais de comunicação e como atua no mercado, produzindo produtos, eventos e respondendo a prazos, ele tem um caráter de gestão mais profissionalizada, voltado para resultados de confecção de produtos. Este núcleo está ligado à Rede de Comunicadores pelos Direitos da Criança e do Adolescente – Rede ANDI-Agência de Notícias dos Direitos da Infância-, que já atua em sete países da América Latina.

Além do Jornal Uga-Uga, dos Núcleos de Mobilização Social e do Núcleo de Notícias dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Agência também tem um Projeto de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto Juvenil.

O público principal das ações da Uga-Uga é claramente os grupos de jovens. Mas isso não quer dizer que atuam isoladamente. Profissionais e estudantes da comunicação, pais, professores, gestores, promotores, juízes, conselheiros... todos eles são alvo de sensibilização também. Os principais parceiros da agência são: Prefeitura Municipal de Manaus, UNICEF, Rede ANDI, Instituto WCF, Petrobrás, Instituto C&A e Fundação AVINA.

A história da Agência Uga-Uga de Comunicação pode ser lida com mais detalhes no documento “Projetos de Educação, Comunicação & Participação. Perspectivas para Políticas Públicas”, uma parceria entre o UNICEF, a Educarte e a Central de Projetos. Este relatório pode ser baixado na íntegra a partir do site <http://www.direitoacomunicacao.org.br> na segunda página do *link* “biblioteca”, “publicações”.

Experiência 4 – Escola de Mediadores

Assunto: *mediação de conflitos.*

Local: *Rio de Janeiro, RJ*

Período: *2000 a 2001*

Jovens envolvidos: *alunos de duas escolas, uma da zona norte, outra da zona sul da cidade do Rio.*

Parceiros e apoiadores: *Viva Rio, Instituto de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimentos de Redes Sociais – NOOS, Mediare*

No ano 2000 a equipe do Balcão de Direitos do Viva Rio se juntou ao Instituto NOOS e a empresa Mediare para testar uma experiência inovadora: capacitar alunos para que pudessem agir como mediadores de conflitos encontrados no ambiente escolar.

O Viva Rio é uma organização não governamental voltada para a promoção de uma cultura de paz e o desenvolvimento social. É sediada no Rio de Janeiro e surgiu em 1993 em resposta à crescente violência urbana. O Instituto NOOS – Instituto de Pesquisas Sistêmicas e Desenvolvimentos de Redes Sociais – é uma ONG fundada em 1994 e o Mediare é uma empresa fundada em 1997. Ambos são especializados em estudar comportamento, relacionamento humano e resolução e prevenção de conflitos de maneira alternativa.

A ideia do projeto era reunir um grupo de alunos interessados e dar a eles todo o apoio e ferramentas para que pudessem se tornar agentes de promoção de paz na escola, oferecendo a toda comunidade escolar um canal de diálogo e negociação pacífica de desentendimentos e conflitos que pudessem surgir. A função do aluno mediador seria a de promover as condições que facilitassem um acordo e um consenso entre as pessoas em conflito, ajudando na busca de soluções a partir da conversa.

Porque escolher a escola? A escola é um espaço em que a criança e o jovem passam boa parte do seu tempo. Não é só no aprendizado dos conhecimentos científicos e literários que a escola tem sua importância. Ela também é fundamental na formação da cidadania – na aprendizagem de formas de interação entre pessoas, de modelos de convivência, diálogo, resolução de conflitos; nos valores; na compreensão dos direitos e deveres de cada um.

A escola funciona como um miniuniverso. Nela são reproduzidas as relações que existem no mundo mais amplo. A violência escolar aparece em parte como um reflexo do ambiente maior de desigualdade, violência urbana, preconceito, miséria, intolerância, desrespeito, desvalorização e descaso em que a escola está inserida. Dessa forma, promover um ambiente de cooperação e diálogo entre os alunos e valorizar e fortalecer a participação do jovem como agente transformador em prol de uma cultura de paz dentro da escola tem um efeito não só na própria escola, mas também na forma desses alunos encararem a resolução de conflitos em suas famílias e comunidades.

Em julho de 2000 o projeto foi iniciado em duas escolas, uma na zona sul e outra na zona norte do Rio de Janeiro. Na escola da zona norte os alunos da 7ª série foram o foco do projeto de mediação. A 7ª série era composta de 9 turmas com o total de 278 alunos (158 meninos e 120 meninas) com idades entre 12 e 19 anos. Na escola da zona sul os alunos da 6ª e 7ª séries foram o foco do projeto. Eles totalizavam seis turmas com 217 alunos entre 12 e 16 anos, sendo 100 meninos e 117 meninas.

Em julho foi realizado um levantamento de dados das duas escolas através de entrevistas individuais com pessoas de todos os setores: alunos, pais, professores e funcionários. Era preciso conhecer o perfil da escola, saber os principais tipos de conflito, formas de resolução praticadas e atitudes dos grupos. Esta avaliação inicial apontou que, de acordo com os próprios alunos, os principais motivos de conflito encontrados dentro da escola da zona norte eram: disputas esportivas, desrespeito e apelidos entre colegas, falta de maturidade. Na escola da zona sul: problemas familiares, desrespeito e apelidos entre colegas e desrespeito aos professores.

Depois deste mapeamento foram realizadas palestras com participação de toda a comunidade escolar. As palestras tinham por objetivo sensibilizar a escola para o que é mediação, um assunto desconhecido por muitos, e também despertar o interesse dos alunos para se inscreverem no projeto. A divulgação foi feita por meio de cartazes e comunicados em sala e cartas dirigidas aos pais.

Em meados de agosto começaram as aulas de capacitação. No total participaram da capacitação direta para a função de mediador 35 alunos. Primeiramente foram feitas as aulas teóricas, onde era passada a teoria básica da mediação de conflitos. Foram 10 aulas de 2 horas cada, distribuídas em dois encontros semanais, totalizando em média 20 horas de capacitação ao longo de um mês e meio. Nestas aulas eram abordados os temas de: viver em sociedade; diferenciação entre mediação, conciliação e arbitragem; como e onde a mediação poderia ser utilizada; conceito de mediação; papéis do mediador e do co-mediador; as etapas da mediação; a construção do acordo e os objetivos a serem alcançados na mediação.

Depois da parte teórica passava-se para a parte vivencial, onde eram feitas dramatizações e simulações de sessões de mediação com situações parecidas àquelas encontradas na realidade diária dos alunos na escola. Esta fase durou aproximadamente quatro meses, com dois encontros semanais de uma hora cada. Durante esta etapa, que se estendeu até o final de dezembro, se os alunos fossem procurados para realizar mediações reais elas eram feitas com a presença de um dos capacitadores.

Depois da capacitação teórica e vivencial vinha a prática da mediação propriamente dita, que aconteceu com concentração entre os meses de março a junho de 2001. Foi feito um esforço de divulgação deste trabalho de mediação para que todos da escola soubessem desta possibilidade de resolução de conflitos e os alunos mediadores eram claramente identificados para facilitar o reconhecimento. Também era montada uma grade de horários disponíveis para a mediação.

A preocupação com a avaliação do projeto foi constante. A cada 15 dias era feito uma sessão de monitoramento para verificar o andamento dos trabalhos. O questionário – sobre a escola, os conflitos encontrados e as atitudes – foi novamente reaplicado ao fim do projeto. Também foram feitas avaliações com os alunos capacitados (suas opiniões a respeito do conteúdo e formato das atividades realizadas) e foi realizado um Fórum Reflexivo em cada escola, onde, durante um dia inteiro, a escola toda se reunia para analisar os acertos, erros e dificuldades do projeto.

Cerca de 85% das mediações realizadas obtiveram resultados positivos. Além disso, observou-se que os alunos passaram a utilizar o diálogo como forma de resolução de conflitos em outros ambientes e relacionamentos fora da escola. A obtenção de conhecimentos a respeito de cidadania também fortaleceu a postura crítica dos alunos com relação ao mundo e o papel que se desempenha nele e finalmente foi constatado um aumento na auto estima destes alunos.

Alguns dos pontos fundamentais para o sucesso do projeto são: que a comunidade escolar tenha interesse no projeto e que a direção da escola esteja de acordo e dê apoio; que seja montada uma equipe de apoio que cuide da coordenação, ficando responsável pela elaboração e planejamento da implementação do projeto e que seja realizado um monitoramento constante, permitindo ajustes.

Achou a ideia interessante? Em sua escola também há conflitos? Você gostaria de saber mais sobre essa experiência? Gostaria de aprender a respeito de mediação de conflitos? Obtenha mais informações com a “Cartilha de Mediadores. Como montar este projeto na minha escola? Projeto Escola de Mediadores” disponível aqui: http://bvsm.ms.saude.gov.br/bvs/exposicoes/sociedade/publicacoes/noos/proj_esc_azul.pdf.

Já o Manual de Referência do projeto, com um texto teórico básico, pode ser encontrado no *link*: http://bvsm.ms.saude.gov.br/bvs/exposicoes/sociedade/publicacoes/noos/proj_esc_am.pdf.

Experiência 5 – Grupo Cultural Azulim



Tema: *promoção de uma cultura de paz, profissionalização e inclusão social.*

Local: *Sobradinho II- DF.*

Períodos: *1993 até hoje.*

Jovens envolvidos: *centenas de jovens de Sobradinho II, Ceilândia e Santa Maria.*

Parceiros e apoiadores: *atualmente a Caixa Seguros (vinculada ao Banco Caixa Econômica Federal) é uma agência financiadora e são parceiros o Movimento Integrado de Saúde Comunitária do DF e a John Snow Brasil. Também recebem apoio da Administração Regional de Sobradinho II e Ceilândia e da Regional de Ensino de Sobradinho II.*

Em 1993, no Plano Piloto, em Brasília, um estudante foi espancado até a morte por uma gangue de lutadores de artes marciais. Este crime teve repercussão nacional e gerou diversas campanhas contra a violência. Como resultado da pressão popular, além de responsabilizar os culpados, o governo resolveu cadastrar as gangues de todo o DF.

Nesta época havia um grupo de 7 amigos entre 16 e 17 anos de idade, garotos negros de Sobradinho II, que se encontravam com regularidade para dançar *hip-hop* e *break* nas ruas da cidade e saíam juntos para festas, bares e outras atividades de lazer. A comunidade local se referia a eles como Azulins e dentro deste clima de comoção pela morte do estudante este grupo de amigos acabou sendo cadastrado como uma gangue também.

Com o intuito de reverter essa imagem equivocada e retirar o rótulo de gangue, o então comandante do 13º Batalhão da Polícia Militar de Sobradinho chamou estes 7 jovens para desenvolver atividades e projetos voltados à comunidade. Organizaram uma caminhada contra as drogas e violência, torneios de futebol e vôlei e, obtendo o apoio da Associação de Moradores e da Associação do Bem-Estar Social, fizeram uma campanha de arrecadação de alimentos e brinquedos para o Natal, que foi um sucesso e passou a ser realizada anualmente. Em 2000, com a parceria do Comitê-DF de Ação e Cidadania Contra a Fome e a Miséria, a iniciativa ganhou força e passou depois a fazer parte da Campanha Natal Sem Fome.

Provar perante a sociedade que esse grupo de jovens era “do bem” e mudar o rótulo que havia sido adquirido foi o primeiro grande desafio do Grupo Azulim. Isso foi conseguido com muito esforço e os jovens do grupo perceberam que seria importante levar a sua história para as escolas da região, tentando evitar que outros tivessem que passar pelo mesmo constrangimento que eles haviam passado. Nesse contato com os estudantes o grupo percebeu que poderia atuar mais de perto no combate à violência nas escolas e que para isso poderia utilizar o hip-hop como ferramenta de aproximação com os jovens e assim tratar de temas do seu interesse: racismo, discriminação, violência, DST/AIDS, gravidez e outros.

No ano de 2000, o grupo tornou-se uma ONG constituída e, em 2002, firmou um convênio com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos dentro do programa Paz nas Escolas, trabalhando com oficinas de hip-hop dentro das

escolas, voltadas para o combate à violência. As oficinas foram iniciadas pelo grupo antes mesmo do Paz nas Escolas, no ano 2000, com o Projeto Dança pela Paz. O trabalho também continuou após o término do convênio, que durou oito meses, e hoje o Grupo Azulim está inclusive em fase de conversação com a Regional de Ensino, na tentativa de firmar parcerias para que as atividades aconteçam em todas as escolas.

Geralmente funciona assim: as escolas convidam o Grupo, que leva uma proposta de trabalho para a diretoria. Em conjunto com a escola, e de acordo com a demanda apresentada, é definida uma programação de atividades a serem desenvolvidas. Os jovens participam do processo e são orientados pelos professores.

Desta forma podem trabalhar, por exemplo, com um recreio integrado onde diversas atividades culturais podem ser desenvolvidas, além de discussões sobre temas relevantes para os jovens, palestras, shows e oficinas. A escola fornece o material e o Grupo Azulim executa as atividades com a participação total dos jovens. Quando é possível, tenta-se viabilizar um pró-labore ou uma ajuda de custo para o jovem participante, mas o trabalho acontece mesmo quando não existe esta possibilidade de remuneração.

No que consistem as atividades? Basicamente são tratados os quatro elementos principais da cultura do hip-hop: o grafite (desenhos e mensagens feitas principalmente com tinta spray em muros e paredes), o DJ (*disc-joquei* que cuida do som instrumental), o MC (mestre de cerimônia, anima os encontros e em versos rimados fala da experiência das periferias, fazendo mensagens de reivindicação e orientação), e a dança de rua (diversas formas de *break dance* e *street*). Considera-se também a última novidade que tem integrado o movimento hip-hop: o conhecimento.

Com relação aos grafites, é importante dizer que eles ganham a rua: são realizados tanto na escola quanto nos muros das casas e comércios da comunidade, de acordo com a solicitação e expressa autorização dos moradores. Também são feitos em praças, pontos de ônibus e outras áreas públicas em parceria com a Administração Regional.

As atividades visam não só a promoção de uma cultura de paz, mas também têm por objetivo formar os jovens para que eles possam atuar como multiplicadores desta cultura em outros locais. As mídias trabalhadas também possibilitam a geração de renda e alguns dos jovens já atuam como facilitadores de oficinas de capoeira e grafite em escolas particulares. Este é de fato um dos principais objetivos visados: formar multiplicadores que assumam o papel de protagonistas em outros contextos.

Os integrantes do grupo perceberam que esse era um trabalho vocacional, que eles queriam ajudar ao próximo e despertar em outros jovens suas potencialidades. Observaram também que com o trabalho os jovens envolvidos têm uma menor exposição à violência, tanto como autores, quanto como vítimas. Por conta deste comprometimento tocaram o grupo durante todos estes anos: tirando dinheiro do bolso, doando seu tempo, arrecadando recursos com festas, venda de lanches, barraquinhas de São João etc. Tudo isso enquanto estudavam e trabalhavam. É difícil precisar quantas moças e rapazes participaram dos trabalhos do Grupo Cultural Azulim ao longo dos anos, já que ganham adesão de mais pessoas a cada ação desenvolvida. A estimativa é de que aproximadamente três mil jovens tenham se beneficiado dos trabalhos da instituição.

E para o futuro? O grupo inicial do Azulim era autodidata, aprendeu tudo o que sabia fazendo. Agora eles estão na diretoria da organização e têm por objetivo profissionalizar o processo. É aí que surgiu, em outubro de 2007, o Projeto Jovem Expressão, o novo programa de responsabilidade social da Caixa Seguros. A Caixa Seguros firmou parceria com o Grupo Cultural Azulim, o Movimento Integrado de Saúde Comunitária do DF (MISMEC/DF) e a John Snow Brasil para realizar o projeto que visa diminuir a exposição à violência de jovens de 18 a 24 anos por meio da promoção da saúde mental e da participação de jovens em oficinas culturais e profissionalizantes que procuram encontrar formas alternativas de entrada no mercado de trabalho.

Neste projeto a MISMEC/DF será responsável por prestar serviços de terapia comunitária, a John Snow Brasil ficará com a parte de pesquisa, monitoramento e avaliação técnica, e o Grupo Cultural Azulim é o responsável pelas oficinas.

Este projeto está sendo percebido pelo Grupo Azulim como a possibilidade de executar um trabalho piloto que visa dar um formato mais claro para as oficinas – detalhando como se faz, como pode ser sistematizado de forma a ser reaplicado em todo o país. A ideia é permitir que a metodologia possa ser repassada em outras regiões seguindo uma ordem comum, mas ao mesmo tempo dando conta das especificidades de cada localidade.

Estão inseridos no projeto 300 jovens, 150 da Ceilândia e 150 de Sobradinho, regiões periféricas ao Plano Piloto do DF. Em Sobradinho estão sendo oferecidas oficinas de grafite, capoeira e *street dance*, além de cursos profissionalizantes de web design e informática. Na Ceilândia estão sendo oferecidas oficinas de audiovisual e *street dance*. Além disso existe também uma revista bimestral elaborada por um jornalista a partir da contribuição de matérias e falas dos próprios jovens.

O público atendido pelo projeto foi definido após pesquisa realizada pela Caixa Seguros em parceria com a John Snow Brasil. Intitulada “Fatores determinantes da Violência Interpessoal entre jovens do Distrito Federal”. Essa pesquisa indicou que os jovens com idade entre 18 e 24 anos estão mais expostos à violência (como vítima, como algoz e até mesmo como testemunha). Pela identificação que a juventude tem com a cultura *hip hop* e com a capoeira, foram escolhidas estas oficinas culturais que tem forte poder de atração. A adesão dos jovens ao Programa foi feita através de inscrições em eventos de divulgação realizados no primeiro semestre de 2007, eventos que foram chamados de “Workshops de *Hip Hop* do Programa Jovem de Expressão”.

A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) também apóia este projeto. Ela já validou a metodologia de trabalho utilizada, enviou-a para sua oficina de projetos de prevenção à violência, nos Estados Unidos, e está acompanhando o desenrolar do trabalho. Se o modelo for eficiente ele poderá servir de referência para países da América Latina.

Em setembro de 2008 o Grupo Cultural Azulim obteve a certificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público- OSCIP e continua, através do hip-hop, a exercer seu trabalho de promoção de uma cultura de paz e inclusão social dos jovens das periferias.

A história do Grupo Cultural Azulim pode ser encontrada, em versos, no livro Anjos Azulins – Meninos periféricos, disponível na sede do Grupo na Ar 09 conjunto 05 lote 48 (em frente ao Caic), Sobradinho II – DF ou entrando em contato via e-mail no endereço grupoazulim@hotmail.com.

BIBLIOGRAFIA

Além de todos os livros, relatórios e sites já citados ao longo do texto, contribuíram para a produção deste material, e são sugeridas como possibilidades de aprofundamento dos temas, as seguintes fontes de dados, por ordem alfabética:

ABIB, P. R. J. **A mestiçagem como um processo de re-significação de identidades**. Texto do Grupo Mel – Mídia/Memória, Educação e Lazer, da UFBA. Disponível em:

www.faced.ufba.br/mel/textos/download/mesticagem_como_um_processo_de_resignificacao_de_identidades.pdf.

ABRAMOVAY, M. (Coord). **Escolas de paz**. Brasília: UNESCO, Governo do Estado do Rio de Janeiro/Secretaria de Estado de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, 2001.

ARAÚJO, L.A.D. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2003.

BARON, R.A. & BYRNE, D. *Social Psychology – understanding human interaction*. Boston: Allyn and Bacon, Inc, 1987.

BRASIL. **Direitos Humanos no Cotidiano: Manual**. SEDH/MJ, 2001.

_____. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**. Brasília: Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, 2004.

_____. **Subsídios para elaboração do Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: mimeo, 2005.

_____. **I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua: relatório**. Brasília: SAGI, SNAS/MDS, 2006.

CECRIA. **Exploração sexual comercial de meninos, meninas e de adolescentes na América Latina e Caribe: relatório final – Brasil**. Brasília: CECRIA, 2000.

CEPAL. *Protagonismo juvenil en proyectos locales. Lecciones del Cono Sur*. Santiago de Chile: Cepa, 2001.

Confederação Nacional de Municípios. **Finanças: orçamento, planejamento, execução e comprovação**. Brasília: CNM, 2004.

FISHER, R.M. & LOPES, M.R.M.S. (Coord). **Os bons conselhos: pesquisa “Conhecendo a Realidade”**. São Paulo: CEATS – FIA. Disponível em: www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/.arquivos/.spdca/conhecendoarealidade.pdf.

IPPOLITO, R. (Org). **Guia escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e a exploração sexual em crianças e adolescentes**. Brasília: SEDH/PR, 2003.

MUNANGA, K. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil**. Estudos Avançados 18 (50). São Paulo: EDUSP,

2004. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a05v1850.pdf.

MELO NETO, F. P. & FROES, C. **Empreendedorismo social**: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

NAZZARI, R. K. **Juventude Brasileira**. Capital social, cultura e socialização política. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2006.

OLIVEIRA, C. A. S. **A gestão da política de inclusão das pessoas portadoras de deficiência**. Cidadania & Inclusão. Nº 2. Brasília: MJ, 2001.

_____. **Planejamento e acompanhamento das políticas para as pessoas portadoras de deficiência**. Cidadania & Inclusão. Nº 3. Brasília: MJ, 2001.

PENA, S. D. J. **Razões para banir o conceito de raça da medicina brasileira**. História, Ciências, Saúde, p. 321-46, maio-ago, 2005. Disponível em: www.scielo.br/pdf/hcsm/v12n2/05.pdf.

SANSONE, L. **Nem somente preto ou negro**. O sistema de classificação racial no Brasil que muda. Afro-Ásia, 18. pp 165-187, 1996.. Disponível em: www.lpp-uerj.net/olped/documentos/ppcor/0373.pdf.

SILVA, F. L. A. **Cidadania participativa**: o caso do orçamento municipal de Ipatinga – MG. Revista da Faculdade de Direito de Campos, VI (7) (2005). Download em:

www.fdc.br/Arquivos/Mestrado/Revistas/Revista07/Discente/02.pdf.

SILVA, L. M. S. **Orçamento participativo**: nova participação da sociedade na gestão pública municipal. Monografia (especialização em contabilidade pública e auditoria). Centro de Ciências Sociais Aplicadas: Universidade Federal da Paraíba, 2004.

VASCONCELOS, P. A. **Complexidade histórica e questões raciais em Salvador/Brasil**. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales, XII, p.732, 2007. Disponível em: www.ub.es/geocrit/b3w-732.htm.

ZANETI, H. **Juventude e Revolução**. Uma investigação sobre a atitude revolucionária juvenil no Brasil. Brasília: Edunb, 2001.

ZMITROWICZ, W. & BISCARO, C. **A organização administrativa do município e o orçamento municipal**. São Paulo: EPUSP, 1998. Disponível em: publicacoes.pcc.usp.br/PDF/ttcap20.pdf.



JUVENTUDE E CULTURA

I – INTRODUÇÃO

Um novo ciclo – Ciclo II – dos nossos Percursos Socioeducativos do Projovem Adolescente se inicia. Além de novas questões, você Orientador Social poderá perceber que temas e discussões serão retomados sob outros enfoques. Mas o principal persiste: seguimos desenhando “mapas da nossa cultura”, aprendendo com o diferente e buscando meios para os jovens se expressarem melhor no mundo. Além da riqueza da diversidade, buscamos contribuir para que o Coletivo, entenda que o que compartilha é uma identidade comum que encontramos antes de tudo em nós mesmos. Para melhor perceber essa identidade, analisamos os modos de ser, as formas de fazer, de pensar e de sentir próprios do Brasil e do mundo contemporâneo. Mas esses “mapas” ou “guias de viagem” também nos ajudam a gerar saberes práticos, que mostram “saídas” possíveis para as dificuldades que cada um enfrenta e até algumas soluções que podem ser também coletivas e ainda ajudar a comunidade em que os jovens vivem.

Retomamos questões como cultura e cidadania, melhoria da qualidade de vida e participação coletiva, mas sob novas formas de percepção. Veremos o quanto é importante cultivar determinadas posturas e atitudes, como incentivar a curiosidade em saber mais sobre a sua comunidade, questionar os problemas locais que persistem e quais seriam as garantias a serem buscadas pelo Coletivo.

Neste novo ciclo apresentamos experiências de cinco iniciativas fundamentalmente baseadas na participação coletiva de jovens. Estes casos nos ajudarão a pensar alguns desafios que podemos observar no dia a dia das nossas comunidades. Além de pensar em propostas de soluções e encaminhamentos bem objetivos, podemos fazer destes desafios uma fonte para novos conhecimentos.

O que nos orienta nessa retomada de problemas/desafios que são coletivos e na apresentação de alguns casos exemplares é a noção de que o conhecimento humano está sempre em construção, nunca é algo acabado que simplesmente “recebemos” ou “acumulamos”. O conhecimento é ativo: participamos dele de alguma forma. As nossas dúvidas e curiosidades pendentes são as principais motivações para aprendermos sobre o mundo à nossa volta. Assim como também as nossas demandas sociais, os problemas enfrentados por nossas comunidades definem muito do que é o conhecimento pertinente para nós: a solução dos problemas do dia a dia.

Nesse sentido, muitas das iniciativas listadas aqui também são exemplos de trabalhos de contextualização do conhecimento escolar, ao mostrarem o quanto podem ser usados em atividades e soluções coletivas. Muito do conhecimento diz respeito a como perceber, pensar e se comunicar numa linguagem comum. A comunicação e o entendimento, que não é simplesmente concordar com tudo, mas construir coletivamente pontos em comum que fornecem a base para a ação coletiva.

Conhecimento em construção é também aprender fazendo, com erros e acertos, mas nunca deixando de tentar. Este novo Ciclo é também um ciclo de aprofundamento. Todos precisam reconhecer seu potencial: não sabemos tudo, mas já sabemos alguma coisa. Já superamos algumas dificuldades, há outras a superar e novas metas que nos inspiram a continuar aprendendo. A Cultura será o nosso espaço de criação coletiva e o passaporte para essa grande aventura. Vamos lá!

II – APROFUNDANDO TEMAS

No ciclo anterior dialogamos sobre temas da cultura e do mundo do trabalho procurando encontrar relações entre a nossa vida cotidiana e as diversas expressões do conhecimento humano. As atividades tiveram o propósito de criar mais envolvimento entre os participantes e convidá-los a pensar e agir coletivamente. Agora partimos dos problemas cotidianos para pensar os conhecimentos. Os exemplos das experiências mostram um pouco do que é possível fazer. E, como vimos antes, o que importa agora não é tanto as certezas ou as informações “na ponta da língua”, mas o olhar atento, curiosidade, vontade de saber mais e encontrar soluções para os problemas que são colocados no dia a dia das nossas comunidades.

Os quatro desafios colocados (1.cultura: nosso espaço comum; 2.tempo social: diversidade e integração; 3.inclusão social: cidadania e integração e 4.inclusão digital) se desdobram em algumas sugestões de soluções possíveis, mas também ajudam a pensar questões mais amplas, a entender a nossa realidade próxima como parte do Brasil e do mundo. Optamos por algumas “trilhas” que nos conduzem por questões ao mesmo tempo bem práticas e amplas, que nos ajudam a pensar importantes tendências do mundo atual:

1. O espaço comum: a nossa identificação com o lugar em que vivemos faz parte da nossa existência social.
2. O tempo vivenciado o tempo é social, é tempo do trabalho é tempo da família, do lazer, de aprender.
3. Inclusão social: encontramos alternativas e caminhos coletivos para superar dificuldades.
4. Inclusão digital: as tecnologias recentes podem aumentar o alcance da nossa curiosidade e da nossa ação.

Neste caminho vamos procurar como as experiências narradas e desafios e problemas levantados dialogam com o mundo do trabalho, em especial com as tecnologias sociais, o empreendedorismo social e a inclusão digital. E como as percepções espaciais e temporais podem ser enriquecidas com a diversidade cultural das muitas identidades possíveis da Brasilidade.

1. Cultura: nosso espaço comum – construção coletiva da cidadania

Quando nos deslocamos, seja quando vamos para a escola ou voltamos para nossa casa, estamos vivenciando o mundo através do nosso corpo no espaço. Podemos sentir a textura do chão sob nossos pés, se é terra, areia ou asfalto. Podemos sentir o vento no nosso rosto, se é uma brisa suave do litoral ou se o ar abafado de uma grande cidade.

Mas de todos os sentidos, a visão se destaca quando vivenciamos o espaço. E ainda mais quando comunicamos esta vivência, quando compartilhamos o espaço. Quando falamos sobre um lugar, quase sempre falamos descrevendo imagens que vêm a nossa mente. E quando ouvimos um relato ou lemos a respeito de um lugar, raramente pensamos de outra forma que não através de imagens, que vivenciamos ou que associamos em nossa imaginação.

O espaço é intimamente ligado ao que vemos, mas também ao que lembramos e imaginamos. Por isso quando pensamos em nossa comunidade nos vêm imagens de onde vivemos, sejam imagens de boas lembranças ou de situações difíceis.

Você não seria diferente se tivesse vivido em outro lugar? Isso leva a outra questão: quanto do lugar há em você? Andar e percorrer caminhos, vivenciar e reconhecer espaços, conversar sobre o lugar onde vivemos, é dessa forma que construímos a nossa identificação com o lugar: fazemos parte desse espaço e ele está presente em nós.

Muito do que vivenciamos do espaço passa pelas pessoas que convivemos. Muitos dos convívios surgem em função de um espaço inicial (vizinhança, escola), mas continuam em outros lugares (praças, centros comunitários). As pessoas se tornam amigas porque precisam de amigos no lugar onde vivem ou porque gostam realmente de conviver com algumas pessoas em especial. Por que os amigos se encontram para conversar em outros lugares se já se falam na escola? A nossa identidade está profundamente ligada aos lugares que vivenciamos e as pessoas que conhecemos neles nos levam a conhecer novos lugares.

Espaço social e Identidade Cultural

Qual o seu vínculo com o lugar onde você vive? Passa pela sua família, por seus amigos, pela escola? Quais são os vínculos mais importantes, mais duradouros? Seríamos os mesmos se morássemos no mesmo lugar?

Pense nas pessoas que moram perto de você, que estudam com você ou você vê no caminho que faz todo dia. Quantas pessoas diferentes, sim, cada uma com uma história própria, mas com algo em comum que o espaço que vivenciam.

O Brasil é um país de identidades culturais múltiplas e isso não apenas porque pessoas das mais diversas origens convivem nos mesmos espaços. A identidade brasileira é múltipla porque cada brasileiro é múltiplo em influências culturais. Em São Paulo uma moça com antepassados japoneses pode namorar um rapaz de origem italiana, ter amigos cujos avôs são árabes e frequentar aulas de capoeira com um professor que nasceu na Bahia. Ao mesmo tempo, em meio a toda essa diversidade todos falam português, todos torcem pela seleção brasileira, sabem alguma coisa dos mesmos programas de televisão e conhecem muitas músicas em comum.

Podemos ver que a comunicação e suas tecnologias (principalmente o rádio, a televisão e a Internet) ajudam a criar vínculos entre brasileiros das mais variadas origens e regiões. Por outro lado precisamos estar atentos aos riscos dos modismos e da forma por vezes muito caricata como são mostradas as regionalidades nas novelas e séries de televisão. As tecnologias de comunicação podem e devem ser usadas para valorizar as

manifestações das regionalidades, de modo aprofundar os nossos vínculos com a cultura brasileira justamente ao conhecer a sua diversidade e riqueza.

O incentivo à produção cultural descentralizada é um dos passos neste sentido. E pode ser aproveitado pelas comunidades e por aqueles que desejam produzir material audiovisual independente. Além das áreas de comunicação e tecnologia há também projetos de turismo acessível e diferenciado. O intercâmbio entre as regiões também é incentivado através da descentralização da produção e da difusão.

Respeito à diversidade cultural e direitos humanos

A valorização do conhecimento das diversidades é extremamente importante diante das transformações rápidas do mundo globalizado. Por isso, não apenas no Brasil mas, no mundo todo, as instituições culturais estão seguindo a tendência de reconhecer e valorizar a diversidade cultural como parte dos **direitos humanos** fundamentais. O objetivo nesse caso é buscar solidariedade entre os povos, que requer a consciência do que a humanidade tem em comum, capacidade criativa de transformar o mundo através do trabalho e inventar (e reinventar) a si mesmo através da cultura.

Os mesmo perigos que as expressões genuinamente regionais da cultura brasileira correm de ser descaracterizadas ou até em alguns casos desaparecerem por completo, também se dão em escala mundial. Tanto que alguns países optaram por se fecharem às influências estrangeiras. Mas essa é uma opção também muito perigosa, já que a tecnologia, que também é parte do trabalho e da cultura humana, está mudando muito rápido e o isolamento pode levar ao atraso econômico, a mais pobreza e dificuldades de educar toda a população em condições adequadas.

A outra opção é participar desse processo ativamente, mas criando garantias para preservar os direitos culturais, o direito das pessoas cultivarem a sua própria identidade cultural, sem proibições ou constrangimentos. No Brasil algumas associações culturais de descendentes de imigrantes europeus e asiáticos encontraram meios de cultivar sua particularidade. Em outros casos, como nas comunidades indígenas, é necessário algum apoio do poder público em favor da preservação de elementos fundamentais da nossa diversidade.

O papel das políticas públicas na garantia do direito à diversidade de identidade cultural.

No Brasil cada vez mais as políticas públicas de cultura atentam para que a expressão das diversidades seja parte dos direitos fundamentais que precisam ser compreendidos por toda a sociedade para torná-la mais justa. Ainda há muito a ser feito no resgate da cultura de comunidades marginalizadas, como os povos indígenas e afro-descendentes. Outro exemplo é a diversidade das pessoas com necessidades especiais. É uma diversidade que ainda precisa se tornar mais visível em nosso cotidiano.

Muitos países e organizações internacionais hoje defendem que o reconhecimento das diversidades e identidades é inclusive importante para a paz mundial. Neste sentido o Brasil tem muito a ensinar ao mundo com tantas diversidades culturais que aprenderam e continuam aprendendo a conviver. E este é o ponto fundamental: continuar a aprender, pois ainda temos muito que fazer pelo Brasil.

E isso começa pela nossa comunidade. Conviver cotidianamente com a diversidade requer abertura para aprender com o outro, reconhecer o que ele tem de bom, e como lida com as situações. Só aceitamos realmente os outros quando aceitamos aprender algo com eles.

O que os jovens podem fazer?

Muitos tipos de ações na comunidade podem contribuir para explicitar e valorizar a diversidade cultural existente na região, mobilizando o interesse dos jovens. Pesquisas, visitas e outros instrumentos podem ser utilizados para mapear a riqueza cultural local. Alguns exemplos e reflexões são apresentados a seguir para inspirar você, Orientador Social, no processo de planejamento para elaboração do Plano de Ação Comunitária com os jovens, focado no tema cultura.

Turismo Cultural

Além de simplesmente levar ao contato direto com o patrimônio cultural, o turismo cultural requer todo um trabalho prévio de pesquisa de roteiros, de qualificação de guias, criar materiais de divulgação com folders e sites.

O turismo cultural é muito usado para se referir a lugares com um patrimônio bem característico, como Ouro Preto e outras cidades históricas de Minas Gerais ou São Miguel das Missões no Rio Grande do Sul. Ou ainda rotas temáticas, como o Caminho do Imperador do Rio de Janeiro até Minas Gerais. Mas também é possível fazer turismo cultural nas grandes cidades, visitando monumentos, lugares históricos e descobrindo novas formas de se aproveitar melhor os centros culturais públicos (que podem incluir museus, cinemas, teatros, galerias e oficinas de artes). É também um turismo urbano, que busca um conhecimento melhor da própria cidade em que se vive. Mas será que isso serve só para as grandes cidades e lugares que já são reconhecidos como tendo valor cultural?

Fazer turismo cultural muitas vezes pode ser também uma questão de descobrir a importância cultural dos espaços que vivenciamos. Andar, ver, pesquisar, conferir novamente... e dialogar. Se mais pessoas reconhecerem os espaços como importantes de alguma forma para a comunidade e valer a pena divulgar, pode ser o começo de um novo roteiro de turismo cultural.

Turismo social

Turismo social se refere a propostas de turismo diferenciado, com objetivo de atender tanto pessoas que gostariam de viajar, mas encontram dificuldades, como comunidades que gostariam de trabalhar com turismo, mas de modo a ir além do simples retorno financeiro e preservando sua identidade local. Inclui também serviços especializados para atender idosos e pessoas com necessidades especiais. Mas também pode se referir a passeios gratuitos ou de baixo custo para pessoas que gostariam de conhecer outros espaços da sua própria cidade, mas não dispõem de recursos para se deslocarem. Para a comunidade pode contribuir com a geração de emprego e desenvolvimento da localidade, mas sem esquecer-se de avaliar os possíveis impactos ambientais e culturais das formas de turismo e considerar as alternativas para diminuir esses impactos.

Percepção do espaço: uma questão cultural?

Você saberia explicar para “alguém de fora” como chegar ao seu bairro? Essa explicação seria fácil de entender ou a pessoa poderia se confundir e acabar se perdendo? Comunicar e transmitir um espaço que nos é familiar para as outras pessoas nem sempre é fácil. A paisagem, o conjunto das imagens características de um lugar, tende com o tempo a se tornar algo óbvio em nossa mente. Se moramos há muito tempo neste lugar, muitas vezes nos concentramos em alguns detalhes que usamos como referência. Pode ser um ponto de ônibus, uma esquina, a beira de um riacho. Talvez para uma pessoa que vem de fora sejam poucos detalhes em meio a tantos que ela percebe num primeiro momento, ainda sem saber atribuir uma importância maior ou menor para cada um deles que ajude na sua orientação.

Agora imagine se a pessoa não quer necessariamente chegar a um ponto específico, mas conhecer vários pontos que caracterizam a vida da sua localidade. Que pontos vocês iria sugerir? Como guia deste passeio, qual o trajeto que passaria pela maior parte destes pontos para fazer da melhor maneira? Não estranhe se fizer este exercício de pensar o espaço vivido com os jovens e se todos pensarem mais em alguns lugares e outros se lembrarem de pontos completamente esquecidos. Isto mostra o quanto vamos construindo coletivamente alguns pontos de referência nas nossas localidades. Mas mostra também o quanto nos alienamos de tantos outros detalhes que estão tão pertos de nós. Muitas vezes precisamos redescobrir o nosso espaço.

Os jovens do Coletivo podem vir a se dar conta que há lugares que frequentaram mais e outros que conheceram uma vez e nunca mais voltaram nele. Acabamos fazendo quase sempre os mesmo caminhos. Mas que por vezes descobrimos atalhos, muitas vezes até sem querer. Perdemos-nos e encontramos um outro caminho.

Continuando como guia desse nosso visitante, que pode ser real ou imaginário, mas que nos ajuda a pensar como o nosso lugar no mundo físico pode ser expresso. Qual a melhor forma de lhe descrever o nosso espaço? Com imagens, que poderiam ser mostradas em fotografias e/ou descritas numa conversa ou num texto? Talvez sons, quem sabe até a partir da opinião, do depoimento de outras pessoas? Algumas atividades podem ser desenvolvidas com os jovens por você, Orientador Social, para desenvolver essas ideias.

Se tiver a oportunidade de promover com os jovens a produção de fotografias irá se deparar com outra questão: toda imagem é um “recorte” da realidade. Ao se fotografar, escolhe-se o que fica “dentro” e o que fica “de fora”. Imagine um lugar bonito da sua comunidade, mas que bem ao lado há um lixão que estraga a paisagem e pode-se escolher um ângulo para tirar uma fotografia em que ele não apareça. A foto pode só mostrar o lado bom dessa situação ou retratar apenas lixão e só mostrar o lado ruim. Pode-se também tirar duas fotografias, uma em que o lixão não aparece e outra, para mostrar em seguida, onde ele aparece, mas de forma a ficar bem claro que se trata do mesmo lugar. Qual alternativa os jovens optariam para tornar o “relato por imagens” mais interessante e que tivesse mais impacto sobre as pessoas dentro e fora da sua comunidade?

Disso tudo, podemos perceber o quanto o espaço real e o espaço imaginado se relacionam entre si. Mesmo o espaço real registrado em fotografias e desenhado em mapas tem algo de imaginado através das escolhas de quem os faz. Já espaço imaginado, da memória e dos relatos, guarda sempre um tanto de experiência vivida, por isso a lembrança dos lugares vividos é tão importante para a nossa identidade.

Não é a toa que muitas canções populares falam de lugares e elas ganham um significado especial para as pessoas que mudaram de cidade ou mesmo de estado ou região. Não só as paisagens e os hábitos são diferentes, mas a nossa memória parece “estar em outro lugar”. Por isso vamos encontrar pessoas que se emocionam com repentistas que lhes trazem lembranças do sertão do nordeste em meio a cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, ou do pampa gaúcho em meio ao Pantanal ou na Amazônia maranhense. Muitas gostariam de ter permanecido onde viviam, mas foram obrigadas a migrar. Nas décadas de 60 e 70 o Brasil se transformou de um país rural para um país urbano, de modo que quase todas as capitais e grandes cidades que vemos hoje são resultados dessa mistura ainda muito recente.

As migrações mais antigas, de outros países para regiões ainda em grande parte isoladas contribuíram para formar as primeiras regionalidades das quais ainda temos muitos sotaques, gestos, danças e canções. O ambiente de cada região e as possibilidades de trabalho e de vida que eram possíveis em cada clima específico com as tecnologias da época deram origem ao vestuário típico de cada região. Já as migrações internas mais recentes e as tecnologias de comunicação levaram as pessoas a tomarem conhecimento e conviver com as mais diversas regionalidades. O moderno e o tradicional se mesclam. Mesmo nas grandes cidades, onde quase tudo é industrializado, podemos encontrar artesanato típico dos mais distantes pontos desse país de tamanho continental.

Sempre que conversamos com alguém que veio de outro lugar desse nosso Brasil tão grande e variado estamos diante da oportunidade de aprender mais sobre uma realidade nova. E que pode nos surpreender não só pelas diferenças, mas pelas semelhanças às vezes ainda mais inesperadas.

O artesanato, juntamente com a dança, a culinária, a música, são fortes expressões da regionalidade, de seus traços econômicos, sociais e do saber e patrimônio cultural. A produção de artesanato é significativa e tem expressão cultural no território? Como aparece?

O que os jovens podem fazer?

Caracterizar e refazer as rotas do artesanato local e entrar em contato com segmentos sociais diferenciados e representativos da região em que vivem. De que maneira o artesanato pode contar um pouco da história da diversidade cultural local?

Artesanato e matérias-primas locais

O artesanato tradicional de um lugar é caracterizado por materiais acessíveis aos trabalhadores daquela localidade, como madeiras ou pedras que podem ser encontrados em abundância. Assim, o couro é bastante usado em locais com gado (na ilha de Marajó no Pará, ou em regiões do Rio Grande do Sul) ou cabras (no sertão do nordeste). Já os povos indígenas trabalham bastante com penas de aves que caçam ou que caem dos pássaros que mantém como animais domésticos. É parte da identidade e do patrimônio cultural mas é também da identidade ambiental, já que o artesanato muitas vezes reflete a memória de atividades que deram origem àquela comunidade e sua relação original com o meio ambiente. Além de sua importância como patrimônio cultural, também é importante para o turismo, já que é reconhecido como único daquele lugar, se diferenciando de produtos industrializados que podem ser feitos em qualquer parte do mundo.

Assim como o artesanato, como os costumes, atividades ou conhecimentos tradicionais e típicos de grupos sociais que vivem no território podem ser foco de pesquisa e atuação dos jovens na comunidade. O PLA: seja valorizando-as, seja buscando formas de interação com elas e reconhecimento de suas particularidades e demandas específicas.

Já ouviram falar de “Tecnologias Sociais”

Mais que inovações, as tecnologias sociais compreendem produtos e técnicas voltadas à geração de emprego e melhoria da qualidade de vida. Mas não podem ser simplesmente tecnologias introduzidas “de fora”. A comunidade local precisa participar do processo, tanto no sentido de aprender como funcionam as tecnologias em questão, de decidir sobre quais deseja adotar e de sugerir mudanças e participar do seu aperfeiçoamento. Devem considerar um melhor aproveitamento das matérias-primas locais e redução do impacto ambiental. Precisam ser adequadas ao meio ambiente e ao poder aquisitivo das pessoas diretamente envolvidas no processo. Não só devem respeitar as atividades locais, como até podem incorporar alguns saberes tradicionais, extremamente úteis em áreas carentes de recursos. Um exemplo disso é o conhecimento de plantas e o seu rendimento em determinados terrenos, o aproveitamento das suas sobras como adubo e até suas qualidades medicinais.

2. O tempo social: diversidade e integração

Se o tempo do relógio é sempre o mesmo, porque há dias que parece “faltar tempo”? E porque há horas que não passam? O tempo marcado por máquinas, sejam relógios simples ou computadores de última geração, é sempre o mesmo, realmente. E é importante que seja assim para que o mundo não vire uma grande confusão.

Mas o nosso tempo pode variar por muitos motivos. Cada um tem o seu ritmo natural, o tempo do seu próprio corpo, que é marcado pelo que geralmente é chamado de relógio biológico, que pode variar muito de pessoa para pessoa. Algumas acordam já bem dispostas e se sentem melhores pela manhã. Outras rendem mais à tarde e há ainda as que ficam “mais ligados” à noite. Como vivemos em uma sociedade com um tempo padronizado, muitas vezes precisamos da ajudinha de um despertador para não perder a hora ou por vezes temos que segurar a fome para almoçar junto com outras pessoas.

Além do seu ritmo habitual, muitas vezes uma mesma pessoa pode render menos se estiver cansada ou desanimada isso pode influir bastante nas sensações de haver pouco tempo para se fazer tudo ou de que o tempo não passa e o tédio toma conta de tudo.

O jeito de cada um pode ensinar uma nova maneira de lidar com tempo. Ser calmo pode ser bom para pensar bem antes de fazer. Já alguém mais agitado pode ser bom para tomar a iniciativa. Só é preciso cuidar para não ser muito impaciente ou precipitado, nem apático ou passivo diante das situações. Neste sentido o coletivo pode ser bom para buscar o equilíbrio, valorizando as qualidades de cada um que complementam os outros e formam um coletivo melhor.

Também vivenciamos o tempo no nosso próprio corpo. Cada idade é caracterizada por transformações do corpo que nos levam a participar de novas experiências e modificar nossas motivações. O tempo das crianças é de curiosidade e descobertas em meio a brincadeiras, já o tempo do adolescente traz novas questões e uma inquietação que é natural da idade. Mas isso pode variar um pouco de pessoa para pessoa, em função de sua saúde e de sua condição social, já que alguns poderão ter mais tempo para se dedicar aos estudos, enquanto outros terão que trabalhar e assumir responsabilidades mais cedo.

Em função das suas possibilidades e escolhas muitos se alienam/ou são excluídos de viver o que poderiam viver a seu tempo. Muitas pessoas mais velhas têm por hábito falar “no meu tempo”, remetendo à infância ou à juventude onde se imaginam mais felizes do que hoje talvez. Também é comum as pessoas falarem de algumas situações como “algo que passou”, que teve “o seu devido tempo”, ou ainda “tudo a seu tempo” para alertar jovens que consideram apressados.

Como cada um usa o tempo? Além dos ritmos do corpo e da personalidade, as pessoas têm diferentes motivações para lidar com o dia a dia e compromissos que assumem ao longo da vida. Mas também o espaço em que desenvolvem suas atividades influi no seu tempo. Alguns precisam se deslocar mais até a escola ou para o trabalho. Outros se movimentam mais no seu ambiente, o que pode ser cansativo, mas por outro lado pode talvez resultar em menos tédio.

A diversidade de tempos sociais

Vivenciamos o tempo no espaço, que muda nossa relação com o tempo. Se pensarmos o tempo como algo que flui como um rio ou uma estrada, o que pode trancar este caminho? Na estrada, provavelmente o trânsito. No rio, galhos e lixo. O que faz fluir melhor? A ausência de trânsito em um feriado? Vento favorável e ausência de obstáculos? Por isso chamamos tudo o que atrapalha, que nos faz perder mais tempo do que tínhamos imaginado, justamente de contratempos. O tempo flui melhor sem eles.

Percebemos assim que além do espaço, podemos ainda verificar que os tempos diferentes resultam dos recursos disponíveis, como se deslocar de metrô ou de carro numa grande cidade, ou de barco e avião na Amazônia.

O tempo também pode ser simultâneo. O que um jovem parecido com os jovens do Coletivo estaria fazendo agora na África ou na Europa? Talvez pegue um ônibus e talvez use roupas até não tão diferentes, um pouco mais para frio ou para calor. Estamos vivendo um mundo em que os ritmos estão cada vez mais parecidos porque os modos de vida e o trabalho estão cada vez mais parecidos em quase todas as partes do mundo. Recursos, trabalho e produtos se deslocam por distâncias e em tempos nunca antes imaginados. Além disso, há possibilidades de comunicação rápida e até em tempo real que tornam as distâncias em alguns casos pouco importantes.

Se no passado as pessoas morriam mais cedo e hoje se pode viver mais tempo, porque temos a sensação que o tempo fica vez mais curto? No passado o tempo já foi mais marcado pela natureza, pelo tempo da colheita. Houve e ainda há povos, como algumas tribos indígenas que vivem da caça e da colheita para as quais o tempo tem pouca importância. Mas raramente alguma comunidade não tem consciência do tempo, que pode ser marcado também pelas fases da lua e pelas estações. Muitas de nossas festas religiosas e folclóricas que existem até hoje surgiram marcadas por essa relação com o tempo.

Hoje com a “aceleração do tempo” muita coisa acontece de forma demasiadamente rápida e efêmera. Em meio a tanta informação que recebemos e decisões que precisamos tomar, muitos detalhes que poderiam enriquecer a nossa vida perdem a importância. Muitos vivem deliberadamente na cultura do aqui e agora, do consumismo e da superficialidade. Mas mesmo com demandas imediatas temos responsabilidades a longo prazo, com a nossa família e a nossa comunidade. Há ainda outra responsabilidade a longo prazo para com o meio ambiente, cada vez mais agredido e esquecido, mas cujas consequências já se fazem sentir e podem ainda ser agravadas cada vez mais. O fato de não vivermos mais no tempo da natureza, não quer dizer a natureza não tenha o seu próprio tempo e, principalmente, não quer dizer que estamos completamente fora da natureza. O nosso corpo está aí para nos lembrar disso... o tempo todo!

Organizar o tempo pessoal e coletivo

O uso do seu tempo é proveitoso? O seu tempo rende? Como é o seu dia normal? Está sempre atrasado para ir aonde precisa ou se sente sobrecarregado de coisas a fazer?

Já que os tempos das pessoas se combinam e como “o tempo” nunca para, tudo depende de como organizamos o nosso próprio tempo. Cada um precisa conhecer o seu tempo e respeitá-lo, assim como no coletivo é preciso conhecer e respeitar o tempo dos outros para que possa construir uma unidade verdadeira no grupo.

Na escola, o professor para preparar a aula precisa de horas ou até dias. E isso é só o trabalho para uma aula específica. Podemos também pensá-la como parte de anos de estudo e de prática. Além de aproveitar bem o tempo disponível, para muitas coisas precisamos de uma preparação prévia para realizarmos bem uma determinada atividade. É importante avançar por etapas, para não correr o risco de se propor a realizar coisas além das suas capacidades imediatas. É necessário aprender sempre, mas com o cuidado para transformar o conhecimento em ação. Por isso aprender também depende do uso que fazemos do tempo.

O que os jovens podem fazer?

A partir da reflexão sobre qual é o tempo social dos jovens hoje, o uso e as formas de organização do tempo, pessoal e coletivo, o Coletivo pode se organizar para criar formas de expressão das percepções e vivências temporais da juventude e partilhá-las com a comunidade de seu entorno propondo. Ou, ainda, pesquisar grupos musicais, teatrais, artísticos de jovens na região com intuito de reuni-los em um ou mais encontros ou eventos de intercâmbio de produções culturais.

Produção cultural

Para um show ou uma peça de teatro acontecer, é necessário organizar um processo de trabalho, no qual o tempo e recursos (humanos, materiais, financeiros) são fatores fundamentais. São necessários músicos e atores, é claro. Mas também é necessário o trabalho de muitas outras pessoas, como técnicos de som, contra-regras e funcionários do espaço cultural onde o espetáculo vai acontecer. Além desses, transportar cenários e equipamentos com ajuda de motoristas e carregadores, encomendar site e cartazes com artistas gráficos, contatar jornalistas para que assistam e assim darem suas opiniões para que mais pessoas se interessem em assistir. Embora muitas vezes os próprios artistas e seus amigos se dividam nessas tarefas, cada vez mais pensar nisso tudo é o trabalho de profissionais chamados produtores culturais. Além de procurar por melhores preços de serviços e contarem com uma agenda de profissionais de confiança, os produtores culturais visitam empresas para que invistam parte do que gostariam em impostos em projetos culturais.

As infinitas possibilidades de trocas entre os jovens e entre gerações de manifestações e produções culturais e artísticas constituem um campo fértil de possibilidades de os jovens desenvolverem ações na comunidade. Tanto para tornar público e socialmente reconhecidos seus interesses, formas de expressão, posicionamentos; como para intervir em determinadas situações ou problemas sociais em linguagem e contribuições próprias.

Empreendedorismo Cultural

Além das atividades de produção cultural se tornarem cada vez mais profissionalizadas, muitos grupos de artistas desenvolvem produtos e serviços específicos para serem vendidos a grupos ou financiados como projetos de utilidade pública. A título de exemplificação, destacam-se atores que se apresentam para crianças em hospitais, músicos que tocam em asilos de idosos, artistas plásticos que ensinam técnicas para que jovens se transformem de pichadores em grafiteiros. Além de artistas profissionais, muitas iniciativas surgem dentro das comunidades, sob a forma de cooperativas, principalmente quando existem demandas de educação e ocupação para os jovens da localidade. São propostas educacionais que incentivam as pessoas a buscarem soluções criativas, seja fazendo suas expressões culturais serem reconhecidas como arte ou servindo de ponto de partida para pequenos negócios.

A economia da cultura

Cultura dá trabalho, em vários sentidos. As atividades culturais geram diversos empregos diretos e indiretos. Além dos grupos de teatro, dança, companhias de circo, conjuntos de música, exposições de artistas plásticos que empregam muitos artistas e produtores culturais de forma permanente ou quase, geram muitos empregos temporários nos setores de transporte, alimentação, comunicação, turismo, saúde, entre outros. Emprega também funcionários nos espaços culturais e escolas de artes. Portanto, além de ser um investimento na valorização da nossa identidade cultural é também um investimento na nossa economia e um campo em que novas formas de trabalhos podem ser criados.

3. Inclusão social: cidadania e ação coletiva

Hoje praticamente todos nós temos uma vida rica em informações, mas quanto dessa informação é realmente importante? De toda essa informação, o que realmente faz sentido? O que realmente é conhecimento?

Todas as informações que recebe, seja o que você aprende na escola, seja assistindo televisão ou em conversas com os amigos, se forem informações simplesmente acumuladas, na verdade pouco proveito terão. Estamos realmente construindo conhecimentos quando vamos além de só juntar informações e conseguimos ver as relações possíveis entre elas. E o conhecimento é mais presente em nós quando conseguimos transformá-lo em ação, o que pode ser de início saber se comunicar melhor e se fazer entender melhor, qualidades que ajudam na vida social e profissional.

Informação e conhecimento também são importantes para nossas escolhas de vida, como a escolhas profissionais. Sim, vivemos uma época de profissões ricas em informações, tanto pelo preparo em estudo, formação e treinamento (qualificação) como por lidar diariamente com novas informações. Mas, além disso: cada vez mais vivemos num mundo em que há muita diversidade de soluções possíveis. Não há simplesmente o “jeito certo” e o “jeito errado” de se fazer as coisas. Dentre todas as opções que podem ser consideradas acertadas ainda precisamos às vezes escolher a melhor dentro das nossas possibilidades e preferências. E adquirindo mais qualificação as possibilidades aumentam e mesmo as preferências podem mudar.

Os jovens ouvirão muitas opiniões sobre mercado de trabalho e as profissões que “têm futuro”... só que nunca o futuro esteve tão perto! Por isso é importante saber como está o mercado de trabalho hoje e quais suas tendências nos próximos anos. Isto porque pautar as escolhas de vida simplesmente pelo que o mercado de trabalho pede hoje, corre o risco de se guiar por demandas que vão provavelmente mudar em poucos anos.

Ao refletir com os jovens essas questões procure focar a importância em investirem na aquisição de habilidades e conhecimentos, não em máquinas e programas. Eles ainda ouvirão muitas sugestões para aprender a usar esta ou aquela máquina, ou este e aquele programa de computador. Mas será que alguém que executa um trabalho simplesmente opera uma máquina (ou um programa)? O certo não seria dizer que se realiza um trabalho com ajuda de uma máquina (ou programa)?

Na atual sociedade da informação, além dos serviços diretamente baseados em tecnologias da informação, muito outros setores passam por enormes transformações. Serviços de distribuição, transportes e comunicações foram quase que completamente reinventados e persiste uma busca por um constante aperfeiçoamento: mais velocidade e menos gastos.

A ampliação das políticas públicas nos últimos anos, fez surgir um amplo campo de trabalho na área social, formado por um leque de serviços sociais ligados à educação, saúde, assistência social, lazer, esporte, cultura, meio ambiente e outros. Nesse amplo campo, além do Estado, a sociedade, através do “terceiro setor”, vem desenvolvendo também trabalhos públicos importantes com as Organizações Não Governamentais (ONGs); as associações comunitárias; as Fundações e um conjunto de iniciativas profissionais e voluntárias. Ações que não substituem a função do Estado de prover políticas públicas sociais para todos, mas têm contribuído para introduzir novas experiências, semear a solidariedade e ampliar a participação da sociedade nas questões sociais do país.

No cenário de trabalho delineado, tendem a desaparecer as tarefas rotineiras e repetitivas e é sempre colocada a importância de se pensar no tempo envolvido. Nem sempre é apenas uma questão de velocidade, mas de qualidade do tempo envolvido.

Serviços técnicos sob demanda apresentam soluções só quando realmente são necessárias, economizando recursos que talvez antes fossem pouco aproveitados e ao mesmo tempo o prestador de serviços especializados se concentra mais em sua atividade específica, o que pode ajudar na sua qualificação. O trabalho temporário pode representar uma alternativa para lugares onde há demanda sazonal, como o comércio e serviços de turismo nas praias durante o verão. Além de uma oportunidade para jovens em férias escolares e que buscam experiência profissional. A jornada de trabalho flexível e o trabalho em casa já são usuais entre trabalhadores autônomos, como artesãos e tradutores, mas se estendem cada vez mais para pessoas com empregos fixos, como professores e alguns jornalistas.

É preciso estar atento a algumas áreas que na verdade absorvem diretamente poucos trabalhadores e exigem bastante investimento de recursos e estudos, mas apresentam opções de carreira bastante flexíveis e diversificadas. Não é recomendável aos jovens se prender a uma única opção profissional e deixar de considerar alternativas. Hoje, mesmo numa carreira bem sucedida, são comuns as mudanças de rumo e a possibilidade de se trabalhar com coisas que nunca imaginamos antes.

Portanto, o aprendizado não se encerra nas opções disponíveis de cursos técnicos ou em carreiras universitárias. O aprendizado é constante. Obter retorno em conhecimento durante a execução das tarefas representa agregar valor à atividade.

Mais do que nunca, o importante é aprender a aprender. A escolha desse caminho depende bastante de cada um de nós. Aprender a aprender é uma questão cultural que não pode ficar limitada aos resultados finais, seja ele a nota que tiramos em um exame ou um trabalho realizado. É importante descobrir formas de tornar o estudo e o trabalho mais agradáveis, valorizando o processo em si. Procure observar e estimule os jovens a considerar o tempo que costumam levar para fazer algumas coisas, o que ajuda a se concentrar e o que atrapalha. Compreender esse tempo e o jeito que a “cabeça funciona melhor” ajudará muito nas próximas vezes que tiver de realizar tarefas semelhantes.

Trazendo essas questões para o tema **espaço e tempo pela via da cultura**, podemos criar meios de nos tornarmos bons empreendedores sociais. Podemos perceber a partir de tudo que vimos e pelas nossas experiências cotidianas que por mais que as distâncias pareçam desaparecer com o telefone, a televisão e a Internet, as pessoas ainda moram em lugares e fazem as coisas em um determinado tempo e espaço.

Empreendedorismo social

Quase sempre as atividades econômicas são pensadas em função do lucro que podem render. Já o empreendedorismo social se refere às iniciativas que se preocupam também ou principalmente com o resultado social das atividades que colocam em ação. Partam de ONGs ou empresas, o planejamento dessas iniciativas considera questões como geração de emprego, qualificação dos trabalhadores a longo prazo, impacto ambiental e integração das comunidades locais. Geralmente as ONGs darão mais ênfase ao objetivo social, mas sem descuidar da viabilidade econômica. As empresas privadas desenvolvem os seus negócios ainda com objetivo de lucro, mas algumas se preocupam diretamente com o resultado social das suas atividades.

Terceiro setor e inclusão social

Além dos setores público e privado, o chamado terceiro setor compreende iniciativas que respondem a demandas sociais da população. São organizações sem fins lucrativos que contam com voluntários ou contratam profissionais especializados, como advogados e técnicos em produção audiovisual e Internet. É um setor crescente da economia que cada vez mais gera empregos diretos e permanentes, bem como contrata serviços e trabalhadores temporários. O terceiro setor inclui: Organizações Não Governamentais (ONGs), entidades filantrópicas, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), demais formas de associações civis sem fins lucrativos.

São estes espaços em que vivemos e os nossos tempos que ajudam a formar a identidade cultural – o sentimento de pertencer e a vontade de agir. Proponha aos jovens que observem sua comunidade do entorno, se ela está no centro ou fora das transformações tecnológicas. Quais são as vantagens e desvantagens de estar à margem das tecnologias? Atualmente, muitos estudiosos das tecnologias afirmam que a inclusão social passa pela criação de oportunidades para a integração do nosso espaço da comunidade ao espaço virtual.

Tecnologias livres

Quando o assunto é informática e o acesso aos sistemas, softwares ou programas, o debate sobre as tecnologias livres ao acesso de qualquer cidadão se coloca em pauta. O conceito de código aberto vai além da simples gratuidade. Permite que qualquer pessoa, dentro das suas possibilidades técnicas, modifique o programa de acordo com as suas necessidades.

Na prática, o que acontece atualmente é uma pessoa ou um grupo não tanto modificar um programa para criar um outro inteiramente novo, mas sugerir modificações que são expostas à comunidade de desenvolvedores (programadores, tradutores e profissionais da área que o programa atende). Assim os problemas são identificados e resolvidos de forma rápida, muitas vezes graças a contribuições do mundo todo.

Essa tendência permite que novos projetos (sejam de comunidades ou de pequenas empresas) possam começar a um custo bem mais baixo, pois não precisam comprar programas pagos (que em geral são bastante caros) e podem acompanhar os avanços na tecnologia, já que os programas livres também podem ser atualizados sem custo.

Muitos projetos surgiram de uma iniciativa individual, que foi aberta a contribuições e depois suas variantes mais bem sucedidas passaram a contar com apoio de empresas ou até de fundações sem fins lucrativos, universidades e alguns órgãos de governos. Atualmente o governo brasileiro é um dos que mais investe e incentiva o uso de tecnologias livres.

4. Inclusão digital: soluções coletivas para o presente e o futuro

As tecnologias de informação se tornaram cada vez mais presentes em quase todas as formas de trabalho e mesmo no lazer. Como participar dessa transformação?

Talvez antes deva ser feita outra pergunta: por que participar do mundo digital? Porque se mostra uma forma de participar desse nosso mundo mesmo, não um mundo digital à parte da realidade física. Porque pode ser uma forma de trazer o mundo para a comunidade, enquanto conhecimento que pode tomar a forma de recursos para transformação da comunidade. Mais que um fim em si, talvez se deva pensar antes nas tecnologias da informação como um meio de inclusão social, por representar amplas possibilidades de aprendizado e recursos para iniciativas que ajudem a melhorar a comunidade.

E, principalmente, aprender fazendo! Além de vontade de aprender, entusiasmo pelo que se mostra divertido e alguma paciência com certos detalhes mais difíceis, para aprender a se comunicar com ajuda das tecnologias ajuda bastante ter um objetivo inicial. Tentar produzir algo ajuda também a criar soluções próprias.

O que os jovens podem fazer?

Uma sugestão neste sentido pode ser divulgar as iniciativas do Coletivo de jovens, como levar a comunidade para o mundo. A Internet oferece muitos recursos para espalhar informações, organizar e mobilizar lutas comuns contra discriminação e injustiças sociais, pela preservação ambiental e pelos direitos humanos.

Mas antes vamos tentar entender um pouco mais esse impressionante novo mundo, no que ele realmente é novo. Como podemos ver nas mudanças no mundo do trabalho, o (por vezes chamado) mundo virtual não é um mundo assim tão à parte. No que mais o *“mundo virtual” se relaciona com o “mundo real”*? E mais: *no que o virtual ajuda a pensar o real?*

Há bastante espaço para expressão pessoal, sem dúvida. Alguns recursos dão nova forma à escrita, seja de textos de ficção ou de relatos pessoais. Nisso não há tanta novidade, mas há o uso da escrita de forma bastante próxima da linguagem falada, principalmente no programas de conversas instantâneas e até o uso de sinais para contornar a ausência da entonação da voz e da expressão do rosto para passar emoções.

Nas comunidades *online* e nos comentários dos visitantes de *blogs* poderíamos voltar a indagar sobre como as pessoas se comportam quando estão expostas. O que realmente as pessoas expressam de si, dos seus gostos e opiniões? São sinceras?

Muita gente adora expor seus interesses e ao mesmo tempo posar de interessante. A superexposição pode amplificar tendências para o exibicionismo e ao modismo. Por outro lado, permite várias formas “faz de conta”, de se expor de um jeito muito diferente do que se é na realidade ou até se passar por outra pessoa. A ocultação da identidade é mais fácil porque o corpo não está presente de todo, no máximo aparece como imagem e uma imagem pode ser facilmente trocada por outra.

Se houver condições, mostre aos jovens algumas formas de comunicação e de disseminação de informação na Internet que pode ser usadas e desenvolvidas com o propósito de interagir com a comunidade em que os jovens estão inseridos.

Blogs

A palavra blog vem de web log, porque os painéis de entrada dos blogs pedem um login (nome de usuário) e senha que permitem uma pessoa ou mais publicarem textos na web.

Como recurso é um sistema de gerenciamento de conteúdo que geralmente é mais usado para posts, textos datados, listados do mais recente ao mais antigo, também podendo se navegar por assuntos. Também é característico do blog a possibilidade de outras pessoas comentarem.

No início era mais associado aos diários virtuais de adolescentes, mas hoje até jornais conceituados tem blogs para seus colonistas publicarem textos, geralmente mais livres que os usuais de suas edições impressas. Pode ser também uma forma de conteúdo colaborativo, ao permitir que várias pessoas escrevam novos textos e que visitantes façam comentários.

Redes Sociais

A rede social mais popular no Brasil é o Orkut. Baseia-se no conceito de redes de amigos. Nele as pessoas trocam recados, dão testemunhos, colocam fotos e entram em comunidades de interesse.

Há também perfis falsos, de pessoas que querem ficar anônimas por alguma razão e até de animais de estimação criados por seus donos.

Há outros tipos de redes sociais, como a Last. FM, que também tem comunidades, recados, lista de amigos, mas se baseia principalmente no que a pessoa escuta, montando indicadores “de compatibilidade musical” entre as pessoas cadastradas na rádio.

Podcasts

São pequenas gravações, como entrevistas ou conversas sobre um determinado assunto que são publicadas em sites e blogs. Bastante comum em sites de jornais e rádios.

Entre o real e o virtual: espaço vivenciado e imaginado

O mundo virtual também pode ser um espaço imaginado. É comum alguém falar que pretende “entrar na Internet”, quando na verdade ninguém entra nela fisicamente: continuamos na nossa casa ou no laboratório da escola. Mas isto mostra que pensamos muitas coisas em termos de espaço. Criamos analogias e metáforas sugerindo espaços ou ações relacionadas aos espaços do mundo real (entrar no espírito, entrar no clima).

Mesmo expressões mais técnicas têm sentidos que remetem à ideias de espaço, como o “endereço” de email ou de um site, que tal qual um endereço no mundo real, nos ajuda a encontrar o que procuramos. E, tal como na cidade, na Internet muitas vezes procuramos uma coisa e acabamos encontrando outras que concorrem pela nossa atenção.

Nesse território vasto, não só o risco de dispersão está presente o tempo todo como é difícil identificar o que é válido, quais são as fontes confiáveis. Os sites de busca e a Wikipédia¹⁴ podem ser bons pontos de partida, mas é sempre necessário ir além, buscar mais referências.

Notas

14. Wikipédia é uma enciclopédia multilíngue online livre, colaborativa, ou seja, escrita internacionalmente por várias pessoas comuns de diversas regiões do planeta.

Site

Significa lugar em inglês e se refere em Internet a um determinado conteúdo que pode ser encontrado num endereço permanente. Embora alguns países prefiram usar palavras em sua própria língua (em Portugal se usa sítio) o sentido é o mesmo.

Chat

Refere-se a recursos para conversar em tempo real com outras pessoas. No começo funcionavam principalmente dentro de sites, divididos em “salas” de acordo com interesse, faixa etária etc. Cada vez que uma pessoa “entrava” esta escolhia um nome para se identificar, que não necessariamente era seu nome real e nem sempre era o mesmo.

O recurso de chat em sites hoje é mais usual em sites de programas de televisão, nos quais os apresentadores no final convidam os expectadores participarem de um chat, para conversar com um entrevistado ou trocar ideias com a equipe do programa.

Mais recentemente tornaram-se mais populares os programas de conversa instantânea, como o MSN Messenger, em que é mais comum as pessoas se comunicarem com outras que já conhecem, sendo, portanto, uma extensão de relações sociais que já existem fora da Internet.

Vínculos sociais e identidades culturais

Além da ideia de espaço, muito da Internet funciona por vínculos, ligações, como os *links* que associam palavras a outras páginas de um *site* ou de outros *sites*. Geralmente um *site* terá *links* mais recorrentes, como os para a página principal ou outras também importantes, como forma “de dar a volta” sem ter que voltar necessariamente “pelo mesmo caminho”. E sabemos que continuamos no mesmo *site* enquanto o aspecto das páginas for semelhante entre si, o que é chamado de identidade visual.

A Internet também pode ser usada para cultivar vínculos com amigos e parentes que estão distantes. Ou nem tão distantes assim, mas que os recursos de mensagens se somam enquanto formas de comunicação com pessoas às quais estamos ligados de alguma forma. Por que as pessoas “conversam” pela Internet se já se falam normalmente? Conversam com quem está longe porque gostam ou porque precisam? Ou precisam porque gostam de conversar?

Link

Palavra da língua inglesa que significa vínculo. Os links podem ser atribuídos a palavras e imagens, de forma a levar para outras páginas do site ou mesmo de outros sites. O link pode ser também um vínculo de sentido, e geralmente a palavra com o link e a página para qual ela aponta têm alguma relação, até por isso os serviços de busca se baseiam principalmente neles listar as informações que as pessoas procuram.

Tempo e convívio na sociedade da informação

Para mandar um recado para outra pessoa hoje, podemos usar celular para enviar um torpedo, telefonar ou um email – mensagem instantânea pela Internet – e podemos, em geral, saber quando a pessoa o recebeu no mesmo instante: ela responde logo em seguida ou algum programa mostra que ela está acessando a Internet naquele exato momento. Alguns anos atrás algo parecido, mas muito mais limitado, só seria possível por telefone. Antes disso apenas pelo correio. Séculos atrás teria que se deslocar todo o trajeto ou mandar alguém para entregar pessoalmente o recado.

A Internet está se tornando cada vez mais importante, mas nem por isso os outros meios de comunicação e formas de expressão vão acabar. O teatro continuou depois de ter surgido o cinema e o rádio seguiu sendo usado mesmo depois da televisão se tornar acessível a grande parte da população. Na verdade, a tendência que se vê é dos meios e formas de expressão se combinarem, a tão falada convergência de meios de comunicação. É possível organizar uma rádio ou fazer uma foto-novela pela Internet.

Mas o aspecto mais importante é que a Internet oferece mais possibilidades de escolha e, especialmente, participação das pessoas no conteúdo disponível. A tendência das informações públicas, como as leis, e parte das atividades dos governos, ficarem cada vez mais acessíveis via Internet, tornou mais fácil a busca por informações sobre direitos e garantias sociais. Embora o caminho da fantasia possa ser por vezes tentador, a realidade virtual pode ser uma forma de aprender e participar um pouco mais de outras realidades possíveis. A realidade dos outros. As realidades que gostaríamos que fossem as nossas num futuro próximo e as realidades que precisamos mudar.

A Internet é parte de toda uma história da humanidade que busca se comunicar vencendo distâncias em cada vez menos tempo. Traz quase tudo para perto. Mas vai além: torna quase tudo possível ao mesmo tempo. Funcionar em tempo real permite o convívio simultâneo de pessoas com gestos e ações que comunicam de forma instantânea. Mais do que superar distâncias, a Internet ajuda pessoas a compartilharem do mesmo tempo.

Considerações finais

As tecnologias de comunicação permitem que pessoas que moram no meio da Amazônia saibam o que acontece nas grandes cidades do país e vice-versa. Entretanto, ainda muitas vezes pensamos nas pessoas de lugares muito diferentes do nosso como “gente de outro mundo”. Ter curiosidade é também estar aberto ao outro. Portanto, além de conhecimentos e muito mais do que as tecnologias que dispomos, é também uma questão de atitude.

Este material foi em grande parte pensado neste sentido. Não tem a pretensão de fornecer todos os conhecimentos importantes para pensar a cultura de um país tão complexo e nem todas as dicas para lidar com este mundo atual, fascinante, mas por vezes assustador. Nossa intenção é principalmente inspirar novas percepções, olhar o que está por perto à luz do conhecimento humano e das informações que podem ser hoje talvez mais facilmente buscadas e muito bem aproveitadas por quem tiver curiosidade e vontade de fazer. E principalmente aprender fazendo.

III – RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

Os cinco exemplos que se seguem apresentam diferentes formas possíveis de envolvimento dos jovens com a cultura e o conhecimento das comunidades. Trata-se de experiências reais e ainda em atividades que envolvem jovens em ações que visam valorizar a sua identidade cultural e fazer dialogar os seus conhecimentos tradicionais e cotidianos com o conhecimento escolar, científico e artístico brasileiro e até mundial.

Os casos são relatados sob aspectos que permitam compará-los e perceber melhor o que cada um tem de único e onde se assemelham.

As cinco ações são amostras distribuídas por um Brasil rico em diversidades culturais, muitas delas pouco conhecidas fora do seu estado ou região. Mas todas têm a marca do envolvimento dos jovens e foram até em parte redefinidas pela participação jovem. Ainda é muito raro jovens tomarem a iniciativa de começarem propostas culturais para as suas comunidades. Por outro lado, as expressões da “cultura jovem” ainda são pouco reconhecidas. Mas as experiências listadas mostram que, quando as oportunidades e espaços são criados, boas ideias se agregam espontaneamente. E aqui essa espontaneidade com certeza tem muito dos participantes jovens.

Se colocarmos lado a lado as cinco experiências teremos uma ideia da várias alternativas possíveis para se organizar e agir.

Nome do Grupo ou Entidade	Onde atua?	O que faz?
<i>Casa das Artes ONG</i>	<i>Rio de Janeiro, RJ</i>	<i>Desenvolve projetos na área da educação e cultura, capazes de garantir a conclusão do ensino fundamental e médio a crianças e jovens de favelas: oficinas de fotografia, vídeo e criação de texto.</i>
<i>Floresta das crianças – Floc</i>	<i>Assis Brasil, Brasília e Epitaciolândia, AC</i>	<i>As áreas verdes são utilizadas como laboratórios naturais para as atividades de ensino-aprendizagem, contextualizando as ações que contemplem o manejo e conservação dos recursos naturais. São desenvolvidas oficinas de artesanato, artes, plantio de hortas escolares, saúde e cuidados com o corpo, que auxiliam na melhoria da qualidade de vida das comunidades.</i>
<i>Felipe Camarão ONG</i>	<i>Natal, RN</i>	<i>Tem como objetivo o desenvolvimento sócio-cultural e educativo da comunidade e como fundamento básico a cultura local, representada pelo Auto do Boi de Reis. Além de oficinas de capoeira e musicalização (flauta e rabeca), conta com núcleos de eventos, produção de vídeo e inclusão digital.</i>
<i>Atitude Jovem ONG</i>	<i>DF</i>	<i>Fazendo uso de linguagem jovem, como o hip hop, o grupo trabalha com oficinas de leitura, teatro, dança, música para discutir temas como sexo seguro, prevenção às drogas e alternativas à violência.</i>
<i>Escola Pamaali e ISA – Instituto Socioambiental ONG</i>	<i>Noroeste do Amazonas</i>	<i>Educação ambiental e ações educacionais em comunidades indígenas, estimulando projetos de inclusão digital e iniciativas de projetos online de jovens indígenas.</i>

Experiência 1 – Casa das Artes



casadasartes.org.br

Assunto/Tema: *Tem como objetivo desenvolver projetos na área da educação e cultura, capazes de garantir a conclusão do ensino fundamental e médio a crianças e jovens de favelas.*

Local: *Rio de Janeiro, RJ. Bairros Mangueira e Vila Isabel.*

Período: *desde 1999.*

Jovens envolvidos: *crianças e adolescentes de favelas do Rio de Janeiro.*

Parceiros e apoiadores: *Unesco; Xerox; Ministério da Cultura- Secretaria de Educação Continuada e outras parcerias para projetos específicos.*

A. Situação deflagradora:

O objetivo inicial era realizar ações educativas além do horário escolar para 300 crianças e jovens, com a ajuda de moradores e profissionais convidados de diversas áreas de educação e cultura. A continuidade da proposta levou à criação da entidade Casa das Artes.

B. Atuação desenvolvida pelos jovens:

Com o objetivo de desenvolver projetos na área da educação e cultura, capazes de garantir a conclusão do ensino fundamental e médio a crianças e jovens de favelas, a Casa das Artes tem um plano de trabalho baseado em oficinas de fotografia, vídeo e criação de texto. Além do caráter complementar, buscando facilitar a aquisição dos conhecimentos escolares para garantir a conclusão do ensino fundamental e médio das crianças e jovens de favelas, visa também o desenvolvimento humano integral da criança e do jovem para a sua participação ativa na vida em sociedade.

A Casa das Artes dá suporte para desenvolvimento de tecnologias sociais com potencial transformador e em atividades de turismo social e cultural.

A entidade se pauta pela perspectiva do incentivo ao diálogo e às trocas entre grupos culturais distintos, para tanto mantendo núcleos dedicados à memória social pesquisa artística e cultural.

C. Impactos:

Ao longo de sua história, a Casa das Artes abrigou 20 projetos distintos em parceria com doze empresas privadas e três órgãos governamentais, atingindo diretamente 4.000 crianças e, indiretamente, outros 16.000 jovens. Foram lançados quatro livros e oito filmes, inteiramente realizados pelos alunos das oficinas, como resultados dos cinco primeiros anos de trabalhos com a participação de famílias, escolas e lideranças comunitárias.

Experiência 2 – Floresta das Crianças - Floc

Tema: *As áreas verdes do sudoeste do Acre são utilizadas como laboratórios naturais para as atividades de ensino-aprendizagem, contextualizando as ações que contemplem o manejo e conservação dos recursos naturais.*

Local: *Assis Brasil, Brasiléia e Etipaciolândia, AC.*

Período: *desde 2005.*

Jovens envolvidos: *Crianças e adolescentes alunos de escolas públicas dos municípios do sudoeste do Acre.*

Parceiros e apoiadores: *Ministério da Educação (Ações Educacionais Complementares e Educação Ambiental); Secretarias de Educação Estadual e Municipais; Universidade Federal do Acre; Ministério do Desenvolvimento Agrário; ONG Peruana ANIA (Asociación para la Niñez y su ambiente) e Comitês de Gestão das Crianças (GPS).*

A. Situação deflagradora:

Durante várias gerações a extração da borracha e da castanha foram as únicas fontes de renda no sudoeste do Acre, complementadas com atividades artesanais de subsistência, sobretudo a caça e a pesca. Há ainda falta de conhecimentos sobre as possibilidades econômicas não predatórias da floresta e a carência de educação e capacitação das comunidades locais ainda afasta a possibilidade de novas perspectivas de vida.

O contexto de fronteira também exige conhecimentos de línguas, tendo em vista a existência de comunidades de língua espanhola e indígena, além de requerer o conhecimento sobre as especificidades culturais da região, especialmente diante dos preconceitos raciais.

Esse quadro traz a necessidade de projetos de educação abrangentes e multidisciplinares para contornar as deficiências atuais de falta de escolas, de assistência médica, de tecnologias de acesso a informações.

B. Atuação desenvolvida pelos jovens:

São desenvolvidas oficinas de artesanato, artes, plantio de hortas escolares, saúde e cuidados com o corpo, que auxiliam na melhoria da qualidade de vida das comunidades através da geração de renda, da prevenção de doenças, da conscientização sobre importância da saúde, da alimentação, dentre outros temas transversais agregados ao currículo escolar.

C. Impactos:

O Projeto FLOC viabilizou através do Programa de Ações de Educação Complementares um novo modelo pedagógico para as escolas da região. Respeitando o contexto sócio-histórico específico, de forma interdisciplinar e abrangente, adotou estratégias metodológicas pertinentes à vida cotidiana e aos reais interesses das comunidades locais.

A proposta de inclusão social foi pautada pela valorização dos saberes tradicionais e a inserção de novas tecnologias capazes de dar melhores condições de vida às comunidades locais. O objetivo das ações pedagógicas é despertar

em crianças e jovens o interesse para a valorização da cultura regional de modo abrangente; através da educação formal, da prática de pesquisa, o educando entende a ligação entre conhecimento e aplicabilidade prática do conhecimento para a superação das dificuldades. A partir do momento em que sua realidade cotidiana é integrada àquilo que a escola pode ensinar, o aluno percebe que sua história, seus valores, seu entorno físico, possuem importância cultural, recursos que podem trazer melhores condições de vida e se motiva para o aprendizado. A escola é um espaço de aprendizado em relação com outros, possui função social e é uma realização também dos alunos e da comunidade, se constrói e se concretiza graças a sua presença e a sua participação.

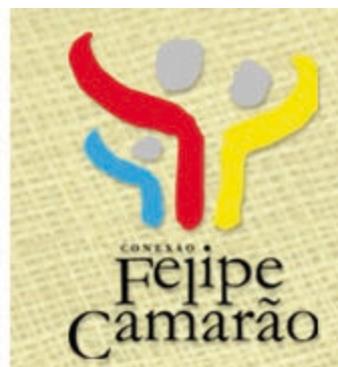
Para que as atividades fossem viáveis, foi desenvolvido um trabalho prévio de capacitação de professores rurais e de representantes comunitários através de oficinas de planejamento. Foram capacitados 179 coordenadores e supervisores rurais em educação no campo e desenvolvimento comunitário em todas as áreas rurais dos municípios envolvidos.

Cada comunidade doou uma área de floresta para a criação dos laboratórios naturais e as mesmas foram preparadas para a utilização didático-pedagógicas. Foram realizados levantamentos sobre as potencialidades e limites de cada área florestal, através de mapas e imagens de satélite, contando com a participação de gestores rurais, professores, alunos e familiares nos trabalhos de campo. Foi realizada a primeira oficina de artesanato com sementes, bordados, crochê etc. com duração de 8 horas, fazendo uso de recursos naturais da floresta. A oficina envolveu desde a coleta de materiais, sua preparação e a confecção das peças e contou com pais e alunos entre os participantes.

D. Conta aí

“Os estudantes estão despertando para a consciência, expressam suas observações acerca das questões ambientais. As crianças estão se engajando cada vez mais nos projetos da escola, demonstrando interesse nas atividades relativas ao meio ambiente e sentindo-se valorizadas ao participarem do projeto”, Informa a Vice-dirigente da escola Municipal Paulo VI.

Experiência 3 – Felipe Camarão



www.conexaofelipecamarao.org.br

Tema: *Tem como objetivo o desenvolvimento sócio-cultural e educativo da comunidade e como fundamento básico a cultura local. Além de oficinas de capoeira e musicalização (flauta e rabeca), conta com núcleos de eventos, produção de vídeo e inclusão digital.*

Local: *Natal, RN.*

Período: *desde 2000.*

Jovens envolvidos: *moradores do bairro de Felipe Camarão, região Oeste de Natal.*

Parceiros e apoiadores: *Associação Companhia TerrAmar; Escola Estadual Clara Camarão e MinC – Ministério da Cultura.*

A. Situação deflagradora:

Natal é marcada por contrastes sociais e Felipe Camarão é um dos bairros que apresentam maior índice de violência, com sérias consequências no ambiente escolar. A maioria das crianças e jovens do bairro faz parte de famílias que sobrevivem com menos de meio salário mínimo mensal.

O Projeto Conexão Felipe Camarão surgiu diante da carência de programas específicos voltados aos jovens e adolescentes, ao mesmo tempo em que buscava o resgate da rica tradição cultural do bairro, que se expressa através de grupos tradicionais de tocadores de rabeca, grupos de quadrilhas juninas e de capoeira.

A valorização das tradições culturais e artísticas da comunidade se mostrou uma forma de reverter a ideia de violência associada ao bairro, dando visibilidade a sua expressão criativa, afirmando sua identidade e contribuindo para o resgate da autoestima dos moradores.

B. Atuação desenvolvida pelos jovens:

O método da entidade é fundamentado na combinação do tradicional e do moderno, de valores e conhecimentos que buscam vincular as atividades escolares à realidade social. Dá ênfase nas tradições musicais que refletem a diversidade cultural, estética e artística do nordeste brasileiro, especialmente nas oficinas de flauta, rabeca, percussão, capoeira e Boi de Reis.

As produções audiovisuais feitas com os jovens servem de base para a proposta de inclusão digital também pensada como possível alternativa de inclusão social. A arrecadação obtida, como a comercialização de produtos como CDS, DVDs e trabalhos gráficos, também colabora para a manutenção e ampliação do Projeto Conexão e para a geração de renda para a comunidade.

C. Impactos:

O Projeto Conexão Felipe Camarão é caracterizado como Ponto de Cultura desde 2003. Além das diversas equipes de atuação no campo, a Conexão Felipe Camarão abriga em suas dependências espaços de articulação e reuniões da comunidade. Por sua vez, a Escola Estadual Clara Camarão, parceira do projeto desde o seu início, oferece espaço para as oficinas de capoeira e musicalização. Os educadores da Escola e do Conexão Felipe Camarão passaram a compartilhar uma pedagogia baseada na inserção da cultura brasileira e da identidade local no processo educativo.

Experiência 4 – Atitude Jovem

grupoatitude.org.br

Tema: *Fazendo uso de linguagem jovem, como o hip hop, o grupo trabalha com oficinas de leitura, teatro, dança, música para discutir temas como sexo seguro, prevenção às drogas e alternativas à violência.*

Local: *Distrito Federal.*

Período: *desde 1997.*

Jovens envolvidos: *grupo de jovens de Ceilândia, periferia de Brasília.*

Parceiros e apoiadores: *Ministério da Cultura, Unesco, Secretaria de Saúde, Rede Globo, Instituto Promundo, Confederação Brasileira de Vôlei, Embaixadas dos EUA, da Austrália, da Finlândia e Canadá, Child Hope e Usaid.*

A. Situação deflagradora:

Um grupo de jovens de Ceilândia, cidade-satélite de Brasília, começou a discutir modos de prevenção da AIDS e DSTs, e suas reuniões serviram de ponto de partida para promover atividades culturais. As iniciativas se mostraram uma nova possibilidade de inclusão social e de se contrapor à discriminação social e racial.

B. Atuação desenvolvida pelos jovens:

O grupo Atitude Jovem valoriza as expressões da cultura jovem da periferia, como o *hip hop*, as danças urbanas, o grafite e o interesse por computadores e Internet. A proposta é criar elos de motivação entre as formas de auto-expressão dos jovens e as oficinas que discutem as dificuldades enfrentadas por eles.

As atividades do grupo se organizam em oficinas sobre sexo seguro, oficinas de prevenção ao uso de drogas, com ênfase nos problemas sociais relacionados, e oficinas de prevenção à violência. As oficinas ainda podem incluir produção audiovisual, debates, dinâmicas e depoimentos.

C. Impactos:

O grupo Atitude é hoje um dos 16 pontos de cultura do Distrito Federal e conta com apoiadores nacionais e internacionais, como embaixadas e entidades com proposta humanitária. Mas o grupo não perde seu foco em Ceilândia e pensa suas atividades artísticas e culturais como uma perspectiva de futuro para a comunidade que lhe deu origem. As produções em artes plásticas, *hip hop*, dança e música são colocadas como possibilidade também de geração de renda à medida que são geradas novas demandas culturais.

D. Conta aí

“Se a gente hoje está lutando para ter geração de renda, é porque a gente não tem emprego para todo mundo. Se a gente está lutando para trabalhar com artes plásticas, hip hop, dança e música, é para que futuramente a gente tenha um teatro, que a gente ainda não tem, um cinema, que a gente ainda não tem – ou seja, é essa geração lutando para que a próxima geração tenha uma vida melhor nessa cidade de Ceilândia”.
Depoimento de um dos coordenadores do Atitude.

Experiência 5 - Escola Pamáli

pamaali.wordpress.com

Tema: *Oficina de inclusão digital em aldeia indígena abre espaço para iniciativas jovens como blogs e pesquisas com ênfase na preservação da identidade cultural da comunidade, tecnologias para desenvolvimento auto-sustentado e conhecimento da diversidade cultural brasileira e mundial.*

Local: *A experiência está localizada a Noroeste do Amazonas, no Médio Rio Cana, próxima da foz do igarapé Pamáli, considerado lugar sagrado para os povos locais.*

Período: *Desde 2004.*

Jovens envolvidos: *Jovens da aldeia em idade escolar, mas também adultos de diversas localidades do Içana e afluentes.*

Parceiros e apoiadores: *ISA – Instituto Socioambiental, através de convênio com o programa Gesac, do Ministério das Comunicações (MC), Federação das*

Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), Inpa (Instituto Nacional de pesquisas da Amazônia), Fundação Oswaldo Cruz e Fundação Gaia (Colômbia).

A. Situação deflagradora:

A escola Pamáli foi criada no ano 2000, resultado de uma grande assembleia dos povos baniwa e coripaco na qual decidiram organizar uma escola de acordo com a vivência nas suas comunidades, que valorizasse a sua língua e cultura.

Adotando o conceito de telecentro, a escola Pamáli possibilitou suporte técnico e intelectual para que alunos e professores realizassem suas pesquisas, orientando a consulta de sites de busca, bibliotecas virtuais, e sites especializados, especialmente de instituições de pesquisa parceiras.

Assessoria do ISA contribuiu com treinamento e atualização de professores e colaboradores de ensino, que participaram ativamente na tradução do conteúdo para a língua baniwa, inclusive conceitos de informática, para que os alunos pudessem compreender melhor os temas em discussão.

B. Atuação desenvolvida pelos jovens:

Seguindo uma proposta de ensino através da pesquisa e participação ativa na produção de conhecimento e aperfeiçoamento das tecnologias sociais, cada aluno desenvolve um trabalho relacionado com os projetos da escola, tais como: piscicultura, recursos hídricos, manejo agroflorestal, avicultura e artesanato.

Além de serem usados para digitação de trabalhos e documentos relacionados à atividade da escola, os computadores também são usados para iniciativas individuais e conjuntas de criação de *blogs* e sites com proposta de valorização da identidade indígena. Alunos e professores fazem uso de e-mail e programas de comunicação instantânea, em especial para se comunicarem com outras comunidades indígenas. Duas preocupações orientam as ações: manter o foco do telecentro numa proposta educacional e cultural e administrar bem o tempo de uso do telecentro, que é limitado em função da energia necessária ser provida exclusivamente por geradores.

C. Impactos:

Aliar as tecnologias sociais (voltadas à geração de emprego e melhoria da qualidade de vida) aos recursos digitais possibilitou tanto a escola Pamáali atender o currículo escolar quanto contextualizá-lo com conhecimentos pertinentes à comunidade.

As atividades específicas com suporte do Instituto Socioambiental incluem oficina de Economia para Ensino Médio e o Encontro de formação de Professores e alunos em Matemática para pesquisas. Este Encontro se destaca tanto pelo papel de integração com as comunidades próximas como pelo desafio pedagógico de relacionar áreas distintas como a estatística e a geometria, de modo a contribuir para o aperfeiçoamento técnico e científico dos participantes nas pesquisas desenvolvidas.

Além do apoio de entidades consolidadas, a Escola Indígena Baniwa e Coripaco Pamáali também foi reconhecida como *Destaque Cultura Viva*, distinção do Ministério da Cultura.

D. Conta aí :

“Nós aqui conseguimos promover a inclusão digital dentro do tempo que temos, tanto os alunos como professores conseguem fazer seus trabalhos, suas pesquisas, enviar e-mails etc. Aqui temos um objetivo bem definido do porquê queremos estar no mundo digital e assim aprendemos a nos adaptar ao tempo que nos é possível.” Depoimento do coordenador Pamáali.

“Descobri que a cultura do povo brasileiro na verdade são vários pedacinhos de outras culturas de povos, como portugueses, espanhóis, negros, árabes, italianos, japoneses e nós indígenas também!”. Depoimento de um aluno.

“(…) aprendi muita coisa sobre nossos direitos. Além de aprender coisas novas, mantive contato com outros povos do Brasil que participam desses cursos, conversávamos via fórum e trocávamos experiências a respeito dos acontecimentos nas nossas comunidades e organizações.” Depoimento de um aluno.

Fique por dentro!

Notícias Socioambientais: Oficina na Escola Pamáali treina alunos no uso do computador e da Internet

<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2448>

Etnias do Rio Içana :: Enciclopédia :: Povos Indígenas no Brasil :: ISA

<http://www.socioambiental.org/pib/epi/baniwa/baniwa.shtm>

Arte Baniwa

<http://www.artebaniwa.org.br>

Blog de Rai Benjamim em A Teia – IdBrasil

<http://www.idbrasil.org.br/drupal/?q=blog/9093>

ANEXOS

Anexo I - Sugestão de atividade com os jovens: informação aplicada a uma realização

A tarefa é começar um projeto na Internet para divulgar as atividades do Coletivo.

Para fazer o site existem vários programas que ajudam muito, assim como vários serviços gratuitos para publicar textos, fotografias, fazer mapas e comunidades para discussão. Mas aqui vamos começar pensando antes de tudo nos diversos assuntos que fazem parte das atividades do Coletivo e como eles se relacionam.

Qual a relação entre o seu lugar e o site que pretendem criar?

Como o seu lugar no mundo físico pode ser expresso na Internet? Com imagens, com sons, depoimentos?

Com algum equipamento básico e vontade de aprender já é possível começar um projeto simples, que não precisa ser perfeito e livre de erros. O importante é que seja um começo.

Primeiro vamos escrever e planejar:

1. Forme um círculo com seus colegas. Cada um deve dizer uma palavra que lhe vem à mente quando pensa no projeto que estão se propondo e cada palavra ou frase deve ser anotada numa folha em separado;
2. Distribuam as folhas no chão e vejam como poderiam agrupá-las conforme o sentido de cada uma, por exemplo, a folha com o nome da cidade perto do nome do bairro;
3. Depois de pensarem numa distribuição que a maioria concorde, colemb fitas adesivas no verso de cada folha e colemb as folhas em um quadro negro. Com um giz façam setas cada folha a pelo menos uma outra, que será a navegação pelo site. Algumas terão mais setas, conforme as relações que encontrarem entre os assuntos;
4. Agora é hora de planejar o texto do site. As páginas devem ser, sempre que possível, curtas e com assuntos pontuais, como uma página sobre o bairro, outra sobre uma atividade desenvolvida. Anotem nas folhas, um título e algumas palavras que descrevem o que não pode faltar no texto de cada uma. Procurem usar palavras que descrevam o projeto, principalmente a sua localização (bairro, cidade, estado) e o tipo de atuação (se é um evento, se são oficinas, se é um mutirão). As palavras que ligam às outras páginas (os *links*) devem ser sublinhadas;
5. De olho nas folhas expostas no quadro negro, cada um ficará responsável por escrever pelo menos uma página. No final, cada um lerá a sua e os demais podem sugerir outras palavras que poderiam ser usadas no texto. As novas palavras serão anotadas junto às folhas coladas no quadro;
6. Troquem os textos entre si. Cada um tentará escrever um novo texto a partir do que o colega começou, usando as novas palavras que o grupo indicou para cada página; e
7. Leiam os novos textos e decidam pelo texto de cada página através do consenso, quais estão prontos e quais precisam ser revistos. É importante que o ponto de vista de cada um seja respeitado, ao mesmo tempo, que todos precisam ter em mente que o seu texto faz parte de um grande texto comum.

De acordo com o que vocês pensaram, agora é hora de montar o site. Os recursos dependem do que vocês querem trabalhar e da vontade de aprender e procurar soluções. Há programas para escrever o texto e organizar os arquivos do site e outros para fazer as imagens de arte gráfica e tratar fotografias. Mas para começar ideal seria usar um serviço gratuito de *blogs*, que além de ajudar na organização dos textos, permite que mediante cadastro de email mais de uma pessoa publique textos no site e outras ajudem na revisão e manutenção. Um sistema de conteúdo tipo *blog* ainda pode servir para criar notícias sobre projeto, fazer diários das atividades e acompanhar comentários de visitantes.

Outros serviços podem ser combinados ao *blog*, como galerias de imagens, agendas, comunidades e fóruns de discussão. Alguns serviços são bastante amplos e oferecem quase tudo isso junto. Mas todos têm suas vantagens, dificuldades de uso e detalhes que nos agradam mais ou menos. Para não dispersar, o interessante é o grupo avaliar cada recurso em conjunto, visitando o site de cada um e decidir o que é mais interessante num primeiro momento. O importante não é tanto acertar logo de cara, mas se familiarizar com os recursos e aprender fazendo.

Anexo II - Guia de recursos para projetos na internet

Alguns serviços gratuitos e programas livres sugeridos e que podem ser encontrados facilmente através de buscas:

Atividade do grupo	Serviço gratuitos	Programas Livres
Mensagens	MSN Gmail	Pidgin
Email	Gmail, Yahoo!	Thunderbird
Agenda e tarefas	Google Calendar	Thunderbird e extensão Lightning (permite integrar com Google Calendar).
Textos e planilhas	Google Docs	OpenOffice
Mapeamento	Google Maps	Google Earth Firefox e extensão Minimap
Imagens	Flirck , Picasa , Fotologs	Picasa , Gimp
Vídeo	YouTube	VirtualDub
Gravar CD e DVD	-	InfraRecorder
Sites	Drupal Joomla Plone	CompoZer br.wordpress.org
Blogs, notícias	br.wordpress.org Blogger.com	Firefox (há diversas extensões para blogs)
Wikis (Páginas de edição coletiva)	Wikipedia	MediaWiki (permite criar páginas wiki próprias para grupos específicos)
Grupos, listas de discussão	Yahoo Grupos Google Grupos Orkut (Comunidades) Last.FM (Comunidades)	

Anexo III - Guia de cultura brasileira na internet: incentivos, projetos e ações de suporte

Overmundo

www.overmundo.com.br

Portal participativo de cultura brasileira. Aberto a todos que desejam se cadastrar, o Overmundo relaciona sugestões e comentários sobre novos artistas e tendências culturais.

Pontos de cultura

www.culturaviva.utopia.com.br

Mapas com a distribuição dos pontos de cultura pelo Brasil, com resumos, endereços de cada iniciativa apoiada pelo MinC e *links* para os sites relacionados.

Políticas culturais

www.cultura.gov.br/politicas

www.cultura.gov.br/politicas/identidade_e_diversidade/

Páginas do site do Ministério da Cultura com referências oficiais das orientações e sugestões para projetos que possam ser inseridos dentro da política cultural.

Blogs da Cultura

www.cultura.gov.br/site/blogs-do-minc

Seguindo a tendência do formato *blog*, o Ministério da Cultura criou diversos *blogs* com temas específicos e textos pontuais. Dentre os *blogs* do Minc, os que são especialmente importantes para os nossos temas são:

Diversidade Cultural

www.cultura.gov.br/blogs/diversidade_cultural/

Rede Olhar Brasil

www.cultura.gov.br/blogs/rede_olhar_brasil/

Bandalargar o Brasil

www.cultura.gov.br/blogs/banda_larga/

Estúdio livre

www.estudiolivre.org

Site de referência sobre recursos abertos, formatos, programas livres e tutoriais para criação multimídia, em especial para projetos independentes com proposta educacional e cultural.

Portal do Protagonismo Juvenil

www.protagonismojuvenil.org.br

Portal de informações úteis para projetos com voluntariado jovem.

Rits – rede de informações para o terceiro setor

www.rits.org.br

Serviço de suporte que funciona através do compartilhamento de informações, conhecimentos e recursos técnicos entre organizações da sociedade civil e os movimentos sociais.

Coletivo Digital

www.coletivodigital.org.br

Presta serviços de suporte para inclusão digital, orientando a montagem de telecentros e pontos de acesso comunitário à Internet.

Telecentros e inclusão digital

www.inclusaodigital.gov.br

www.onid.org.br/mapas

Os Telecentros são espaços públicos ou comunitários com redes de computadores conectados à Internet em banda larga e equipe de acompanhamento para atividades de inclusão digital e social com foco na comunidade atendida. Os endereços web do Portal Inclusão Digital e do ONID, Observatório Nacional de Inclusão Digital, oferecem orientações para montagem de um novo telecentro e informações sobre a distribuição de iniciativas pelo Brasil.

ISA – Instituto Socioambiental

www.socioambiental.org

Considerando ambiente, sociedade e cultura como parte de um todo, o ISA desenvolve e apóia ações em todo Brasil. Dos povos indígenas da Amazônia às comunidades urbanas de São Paulo que enfrentam problemas com a poluição. Além de notícias relacionadas, o site do ISA mantém uma ampla base de conhecimentos que inclui até uma enciclopédia dos povos indígenas brasileiros.



JUVENTUDE E ESPORTE E LAZER

I - INTRODUÇÃO

É chegado mais um ciclo do Projovem Adolescente. Com ele, novos e velhos desafios aparecem para que os jovens possam desenvolver práticas conjuntas e compromissadas com a melhoria de suas vidas.

Se a tarefa do Ciclo I era construir com o Coletivo de Jovens um espaço agradável de convivência e, ao mesmo tempo, um espaço propositivo e crítico, agora é o momento de aprofundarmos algumas questões, de maneira tal a apresentar elementos necessários à construção de projetos que partam dos jovens e que tenham sentido na comunidade. Para isso, relembremos alguns momentos fundamentais do primeiro ciclo que nos guiarão frente às questões deste caderno.

Iniciamos o Ciclo I do programa firmando a importância de compreendermos o trabalho com Esporte e Lazer a partir da Cultura Corporal (esta concepção orientou todos os trabalhos). Dela partimos para discussões envolvendo cada uma de suas manifestações, especialmente o esporte e o lazer. Realizamos reflexões com os jovens sobre o papel do Esporte e do Lazer em sua formação, os limites e as possibilidades na experimentação de uma prática fundamentada na Cultura Corporal. Dialogamos, ainda, sobre os cuidados ao pensarmos a saúde, especialmente a concepção de aptidão física, vista como sinônimo de saúde, capaz de promover, por ela mesma, qualidade de vida adequada aos padrões estabelecidos. Vimos, também, a importância do lazer na vida dos jovens: tempo livre, tempo de não trabalho, equipamentos e espaços para fruição do lazer. Realmente buscamos, no passado recente, experiências enriquecedoras, mobilizadoras e autodeterminantes.

E agora você, Orientador Social, deve estar se perguntando, o que fazer no segundo ano do programa. Certamente não vamos apresentar listas de tarefas, como não fizemos no primeiro ano. No entanto, temos intenção de apresentar um panorama de experiências e questões desafiadoras relacionados à Cultura Corporal, ao Esporte e ao Lazer, para subsidiá-lo no processo de elaboração do PLA – Plano de Atuação Social que será desenvolvido e executado pelos jovens. Na sequência, apresentamos experiências e reflexões cujo foco está na participação dos jovens em diferentes regiões do país, sem perder de vista nosso compromisso firmado desde o primeiro Ciclo: agir, atuar e propor tendo em mente a Cultura Corporal expressa especialmente no Esporte e no Lazer.

II – APROFUNDANDO TEMAS

No Ciclo I, os jovens são orientados a participar de diferentes atividades corporais que propiciam vivências de ações coletivas e que contribuem à auto-organização, ao fortalecimento do sentido de pertencimento e a ampliação da percepção sobre a realidade local.

As atividades em esporte e lazer e as discussões propostas buscam imprimir uma perspectiva crítica, fundamentada na cultura corporal. Busca-se refletir sobre saúde, esporte, mídia, exacerbação da competição, dentre tantos outros assuntos que evidenciem as individualidades, o respeito às diversidades de gênero e que vinculem atividades desenvolvidas no tempo e espaço de lazer à experimentação e proposição de práticas corporais em esporte e lazer. O momento é de análise e de proposições para a resolução de problemas presentes na realidade vivida pelos jovens.

No Ciclo II são apresentados cinco desafios a fim de ajudá-lo, Orientador Social, a encaminhar os trabalhos junto aos jovens. Diante da infinitude de questões ou problemas concretos que provavelmente surgirão em cada Coletivo, os que seguem são apenas sugestões para organizar a reflexão com os jovens e inspirar a elaboração do Plano de Ação Comunitária- PLA.

1. “Cantinho Jovem” e a ampliação democrática de oportunidades para a prática de atividade física.
2. Do Berimbau ao Pandeiro, da Senzala ao Coletivo: a capoeira como expressão dos Jovens.
3. Os Jovens como Agentes Sociais nas discussões de Programas de Esporte e Lazer do Campo e da Cidade.
4. Reivindicando espaços públicos de Lazer e Esporte: o que considerar?
5. Sistema Nacional de Esporte e Lazer: exercendo a cidadania coletiva.

1. “Cantinho Jovem” e a ampliação democrática de oportunidades para a prática de atividade física

Saúde é uma questão social, econômica, política e, acima de tudo, um direito humano fundamental. Desigualdades, pobreza, exploração, violência e injustiça encontram-se entre as causas das doenças e morte dos pobres e marginalizados. Proporcionar condições de saúde para todos implica desafiar interesses poderosos, resistir à globalização e mudar drasticamente as prioridades políticas e econômicas. (Carta dos Povos pela Saúde, 2000)

No Ciclo I, no tópico “*Cultura Corporal e saúde*”, analisamos a importância de não confundir-se promoção de saúde com aptidão física, confusão frequente entre leigos e estudiosos do assunto. Refletimos a importância de abordarmos as atividades físicas com cautela, considerando fatores sociais e econômicos, para além dos fatores unicamente biológicos.

É necessário agora, aprofundar a compreensão histórica que permita entender o sentido da atividade física em nossa sociedade. Pretendemos, ainda, oferecer condições para que se construa com os jovens, uma visão da relação atividade física e promoção de saúde, diferente daquela expressa em programas ou projetos que não tomam estas práticas como direito social de todos. Nesse sentido, o intuito aqui é abrir canais e oportunidades de diálogo entre os jovens e os gestores sociais, aproximando-os das esferas de serviço público, ampliando sua participação e exercício em assuntos, temas e problemas que dizem respeito aos interesses juvenis e de cidadania.

Pra começar a conversa...

A atividade física tem sido prescrita como forma preventiva de doenças há muito tempo. Existem registros na antiguidade, principalmente entre os gregos, de que a exercitação corporal contribuiria para uma vida mais saudável. Parece não ser ponto de discussão que existem inúmeros benefícios com a prática de atividade física. Mas será que esta prática tem sido garantida a todos que dela queiram se aproximar? Será que em sua comunidade, em seu Coletivo de jovens, é comum a prática de atividade física?

A prática da atividade física continua a ganhar contornos distintos. Um dos mais importantes para a atual sociedade é sua utilidade na prevenção de lesões no trabalho. As atividades de ginástica laboral, por exemplo, estão preocupadas com a qualidade de vida das pessoas, ou estão preocupadas em evitar lesões que atrapalham o desenvolvimento produtivo? Com isso, não estamos retirando a importância destas práticas, mas questionando seus objetivos. Quem sabe este possa ser uma primeira discussão a ser desenvolvida no canto jovem!

Outro momento histórico fundamental para a aplicação de atividades físicas é mais contemporâneo. Trata-se do movimento higienista, responsável pela “purificação” da população que responsabilizava principalmente a cada pessoa por hábitos pessoais de higiene, como se as condições para tanto dependessem somente estritamente dela, excluindo os governos de criar as condições públicas e coletivas para tanto. Escovar os dentes todos os dias, banhar-se, adotar sistema de água tratada e esgoto são questões culturais de nossa época. Além dos cuidados pessoais, o movimento higienista, preocupado com o avanço das cidades, na década de 50, instala medidas preventivas junto à população, dentre as quais está a prática de atividade física.

Evidente que os traços históricos aqui relatados não compreendem toda a riqueza de acontecimentos e fatos ocorridos sobre a temática. Servem, tão somente, para ilustrar ao jovem que a atividade física não é um campo sem conflitos e disputas de interesses que ganham novos contornos na atualidade.

O que os jovens podem fazer?

Organizar o “cantinho jovem”: um espaço de discussões, formação e informação sobre as formas com que hoje são oferecidas as possibilidades de atividade física no bairro e na região e as políticas públicas de esporte e lazer existentes. Para tanto, conta-se com a participação de profissionais em diversas áreas, tais como educação, meio-ambiente, saúde, qualidade de vida, esporte e lazer, cultura, cidadania e etc. Considere, orientador Social, os seguintes encaminhamentos:

- organizar o “cantinho jovem”. Este será um espaço de discussões, formação e informação sobre as formas com que hoje são oferecidas as possibilidades de atividade física a comunidade;
- convite a profissionais de diversas áreas que de algum modo se relacionam com a temática da democratização da atividade física;
- participação em organizações do bairro, da comunidade, ou da região a que pertence o jovem.

Conversas para o cantinho jovem

Como espaço de trocas, relatos de experiências, formação e informação, o “canto jovem” é um local idealizado para discutir questões fundamentais na elaboração de posicionamentos e possíveis ações sobre a possibilidade ou não de praticar-se atividade física na comunidade ou território a que pertence o Coletivo de jovens. Para isso, alguns temas serão aqui expostos com única finalidade de ajudá-lo, Orientador Social, na condução das atividades.

Vamos conversar?

a) Desresponsabilizar o Estado e responsabilizar a sociedade...

O Estado é o principal responsável por organizar, propor e aplicar as políticas públicas nas mais diversas áreas. Para o esporte e o lazer não é diferente, cumprindo papel fundamental quando pensamos em manifestações como a atividade física para a promoção da saúde. Porém, esta responsabilidade tem passado para as mãos da sociedade, o que causa impactos sensíveis nas possibilidades de organização de políticas que democratizem a atividade física. Para esta conversa, que tal convidar alguém responsável do poder público municipal, estadual ou federal para dialogar sobre o papel do Estado no atendimento das necessidades do Coletivo, sua comunidade e território? É interessante ainda, convidar organismos não governamentais, institutos que se preocupam com esta temática e verificar qual a visão desta parcela da sociedade, responsabilizada, muitas vezes em elaborar alternativas à falta de políticas públicas que ofereçam serviços para a prática de atividade física, esporte e lazer.

Como sugestão a atividade poderia ser co-coordenada por você e os jovens, mas orientada através de questões previamente definidas pelos jovens do Coletivo.

b) A política do medo e da culpa...

Com a redução das ações do Estado no campo das políticas públicas, a promoção da atividade física fica sob responsabilidade de atores sociais nem sempre ligados ao Estado. Como tentativa de criar o hábito da prática de ativi-

dade física, instaura-se “a política do medo e da culpa”. Criam-se necessidades e formas de suprir a falta de incentivo e elaboração de políticas sociais de democratização da prática da atividade física, responsabilizando o indivíduo por adotar uma vida regrada e ativa, por meio da prática de atividades físicas regulares, acompanhadas por profissionais adequados e qualificados na área competente de formação em Educação Física.

Mas onde entra a política do medo e da culpa nessa história? Entra no momento em que o discurso defendido passa a ser aquele que torna o sujeito culpado por problemas relacionados à falta de atividade física. Sim, pois se a culpa de doenças é também individual, o que precisa ser feito é exercitar o corpo todos os dias, ou o maior número de vezes possível a cada semana. As condições estariam dadas para a exercitação corporal, caberia ao indivíduo adotá-las em seu cotidiano, sem outra necessidade do que seu desejo e vontade, ou a existência de praças, parques, quadras esportivas, transporte público adequados, acesso a serviços de saúde, qualidade de habitação e infraestrutura sanitária, condições de trabalho e renda, alimentação etc., ou seja, sem a necessidade de apoio das políticas e serviços públicos.

Culpado ou não, era preciso apelar para o medo, para os perigos da falta de exercícios periódicos. Se o sujeito não praticasse atividade regular, além de ser o responsável direto por esta falta, era acuado pelo medo, pela autoridade que aparentemente dava rigor científico as prescrições indicadas.

Para o cantinho jovem deste momento, que tal convidar um profissional de Educação Física e discutir os benefícios da prática da atividade física viável e sadia? Nesta conversa, poderiam ser levantadas questões sobre as possibilidades dessas práticas e a periodicidade necessária para que a atividade física realmente promova a saúde.

Acertos e erros dessa iniciativa...

Será que o incentivo a estas formas de exercícios individualizadas tem surtido os efeitos desejados? Quer dizer, será que as pessoas passaram a adotar a cultura de praticar uma atividade corporal? O número de praticantes de atividade física tem apresentado resultados esperados de adesão? Ou fracassam por não entenderem que o conjunto de fatores responsáveis pela adoção, ou não, da prática de atividade física regular vai além de promessas de longevidade, cura de doenças, culpabilização e imposição do medo. Passa pela democratização das condições de qualidade de vida nas quais se inclui a prática de atividade física e políticas sociais de saneamento, alimentação, trabalho, lazer, acesso a terra, esporte, enfim uma série de condições que levam as pessoas a terem condições favoráveis de vida.

Neste momento, ao cantinho do jovem poderia se convidar alguém que estivesse diretamente ligado à organização de atividades de esporte e lazer do município. Poderiam ser convidados representantes do/a secretário ou secretária de esporte do município, ou representações de grupos da sociedade, principalmente grupos organizados por jovens.

2. Do berimbau ao pandeiro, da senzala ao coletivo: a capoeira como expressão dos jovens

*“Sou livre como o vento
Tenho minha linguagem nobre
Nasci dentro da pobreza
Não nasci na raça pobre”
(cantiga de capoeira)*

Pra começar a conversa...

A Capoeira como manifestação da cultura corporal

Antes mesmo de iniciarmos esse diálogo sobre a capoeira, precisamos deixar claro que os fatos, ainda que tratados de forma rápida e aparentemente lineares, não podem deixar de ser refletidos em suas relações com a realidade e com o contexto histórico.

Os Berimbaus, pandeiros, agogôs, reco-recos, caxixis, atabaques, começaram a soar. No momento em que se dá início à roda de capoeira, fazem-se presentes, não só o orientador social e os jovens, mas também, representativa e culturalmente, a comunidade. A capoeira é um bem cultural transmitido e praticado historicamente. Apesar de não existir uma data estabelecida e um local específico para sua criação, podemos afirmar que se trata de uma prática corporal surgida no Brasil em um período da história muito triste, onde os negros africanos eram retirados de forma violenta de suas terras, trazidos para nosso país em navios negreiros de forma desumana e sendo vendidos como mercadoria. Estamos nos referindo ao tempo da escravidão, quando os negros em condições de escravos que realizavam trabalhos forçados em extenuantes jornadas sob o olhar atento dos chamados “senhores de escravos”.

Apesar disso, essas pessoas escravas não aceitaram passivamente as condições e a partir de sua organização coletiva se rebelavam, fugiam para lugares considerados seguros e, ao encontrar outros “fugitivos”, acabavam formando comunidades denominadas quilombos, cuja principal característica era a resistência às condições de trabalho impostas. De acordo com Pereira Netto (2007), compondo a organização dos negros para suas fugas e posterior resistência nos quilombos, a capoeira se caracterizava como importante elemento para a reconstituição da identidade do negro, frente à sua nova realidade. Não era uma tarefa fácil enfrentar a opressão dos chicotes, das mutilações e dos castigos públicos usando unicamente seus próprios corpos como forma de defesa. Os escravos utilizavam movimentos rápidos e inesperados para atacar e se defender, e pareciam “brotar” da capoeira, cujo significado para o português é mato ralo.

Assim, a capoeira, manifestação cultural afrobrasileira, foi criada pelos escravos (os negros capoeiras) como forma de luta contra a opressão que sofriam. Esta atividade constitui-se a partir da junção do jogo, da luta e da dança. Para Falcão (2005) ela é, ao mesmo tempo, luta, dança e jogo, apesar de seus praticantes serem definidos como jogadores e não dançarinos ou lutadores.

Desde o seu surgimento até a atualidade, a capoeira passou por diversos momentos, dentre os quais se destacam: sua criminalização e consequente proibição e, posteriormente, sua legalização acompanhada de uma nova roupagem, acadêmica e esportivizada.

Mas o que significa dizer que a capoeira passou a ser esportivizada? Hoje, a capoeira é considerada um esporte? Mas não foi relatado anteriormente que se tratava de uma luta para fugir dos “senhores de escravo”?

Relembrando as discussões realizadas no Ciclo I (percurso 2) mais especificamente no tópico “*Organização do Esporte e do Jogo*”, poderíamos levantar alguns questionamentos em relação a capoeira: ela é considerada esporte, jogo ou existe outra denominação? Se ela é um esporte, significa que sua organização está baseada em federações, confederações e ligas? Será que ela está presente nas academias, onde é preciso pagar caso queira-se praticar, ou está nas ruas como manifestação da cultura popular, sendo democraticamente oferecida e praticada?

Essas são algumas questões para reflexão, não oferecemos aqui as suas respostas, mas sugerimos alguns sites de pesquisa para que você, Orientador Social, junto com os jovens possam chegar a algumas conclusões e a levantar outras questões:

www.abadacapoeira.com.br

www.agcapoeira.org

www.berimbrasil.com.br

www.capoeiradobrasil.com.br

www.muzenza.com.br

Procurando valorizar o referencial afro-brasileiro nas discussões com os jovens, sugerimos que no “cantinho jovem” você, Orientador Social, em conjunto com os jovens convidem pessoas e capoeiristas para tratar dessa temática.

O jogo na capoeira: uma constante negociação

O jogo na capoeira deve incorporar acontecimentos como a surpresa, o lúdico, a intensidade, o acaso, a instabilidade, requer também uma constante negociação gestual entre os contendores pela ampliação de espaço para a sua movimentação corporal na roda¹⁵ na qual cada jogador é desafiado pela imprevisibilidade dos golpes mediados pela ginga.

Além do jogo, a dança se faz presente, ela aparece no movimentar do corpo, no gingado centrado nos quadris ao som dos instrumentos. Na configuração rítmica, os capoeiristas acabam por imprimir coreografias espontâneas, fazendo com que o corpo lute dançando e dance lutando, num local imaginário situado entre o lúdico e o combativo.

Já o componente luta, na capoeira, remonta as origens dessa manifestação. Observa-se ainda, que o jogo e a dança contribuem para uma dissimulação do componente luta na prática da capoeira, à medida que não se efetiva um confronto direto, mas uma constante simulação de ataques e defesas, mediada pela ginga, numa ambiguidade onde o jogo, a dança e luta se interpenetram. “Por meio do jogo de capoeira, os corpos negociam, e a ginga significa possibilidade de barganha, atuando no sentido de impedir o conflito” (FALCÃO, 2005, p. 19). A malícia e a mandinga são importantes nessa luta disfarçada, pois o capoeirista que melhor se utilizar desses recursos táticos tem condições de mostrar que poderia acertar o golpe no outro jogador, mas não o faz, possibilitando assim a continuidade da própria luta-jogo-dança.

Os elementos que compõem o jogo de capoeira

A capoeira, como nos referimos anteriormente, é uma manifestação, construída historicamente, desenvolvida ao longo dos tempos por meio de alguns elementos: a ginga, os golpes, a musicalidade e a roda.

Notas

15. O jogo de capoeira acontece dentro de um círculo de 2,5 metros de raio circundado por outro. Entre ambos há uma distância 0,10 centímetros de largura. Os dois círculos concêntricos são chamados pelos capoeiristas de “roda”.

Dentre estes elementos, destaca-se a ginga, por caracterizar-se na movimentação “básica” da capoeira. É a partir dela que partem outros movimentos e golpes. Gingar nada mais é que a oposição entre braços e pernas, sendo que os pés deslocam-se para trás, em busca de um equilíbrio dinâmico.

A seguir apresentamos um tutorial de como a ginga pode ser realizada (www.commons.wikimedia.org).



Figura. 1

Figura. 2

Figura. 3

Essa movimentação não precisa ser aprendida de forma mecânica, ou seja, levando-se em conta simplesmente a supervalorização da técnica essencialmente performática. É necessário que o capoeirista em seu jogo tenha condições de aprender um determinado “molejo”, a “mandinga” e a “malícia”.

Para dinamizar a reflexão com os jovens:

*Pensando no aprendizado da ginga de forma mais espontânea, podemos sugerir a atividade denominada **presa e predador**.*

A atividade inicia com os jovens divididos em duplas, cada um deve decidir por uma presa ou por outro animal predador correspondente. Depois de decidido, aquele que for a presa, deverá fazer gestos que o identifique, para daí então o predador tentar tocar a mão nas costas do outro “animal”. O jogo tem a seguinte regra: tanto a presa quanto o predador poderão mover-se dando um passo para trás ou para frente, 1 passo para o lado direito ou esquerdo. O objetivo é fazer com que os jovens “ginguem” sem se preocuparem com a perfeição técnica.

Além da ginga, há diferentes golpes que são as ações de luta, de ataque e defesa, ou ainda movimentos acrobáticos desenvolvidos pelos capoeiristas.

Sabemos da dificuldade que alguns Coletivos podem encontrar para aprenderem os golpes e as acrobacias da capoeira. No entanto, uma das possibilidades de organização dos jovens pode partir desse desafio, caso não tenha, em seu Coletivo, algum(a) jovem que conheça os diferentes golpes de capoeira. Aqui, reafirmamos a importância dos jovens mapearem no território ou nas comunidades vizinhas a existência de rodas de capoeira, que poderá auxiliá-los na construção de um ambiente propício para a criação de um grupo de capoeira no Coletivo ou no território em que vivem.

Além de procurar no território ou fora dele pessoas que possam contribuir, sugerimos que os jovens acessem a Internet aumentando o alcance de suas curiosidades e possam ampliar suas ações. Dessa forma sugerimos alguns sites que apresentam animações e figuras, além de descrever tecnicamente cada um dos golpes e esquivas, oportunizando aos jovens o acesso e o usufruto dessa manifestação da cultura corporal:

www.geocities.com/Arte_Marcial_Brasileira;

www.guetocapoeira.com.br

Ao pensarmos na musicalidade que reúne os cânticos, as palmas e os instrumentos, podemos trabalhar com diferentes momentos criativos em relação à construção e reconstrução musical. De acordo com Pereira Netto (2007), “a capoeira é a única luta em que lutadores praticam ao som de cânticos executados pelos demais componentes. O canto da capoeira fornece o ritual, a história, o ritmo e a animação para o jogo da capoeira”. As palmas acompanham o canto do coral, marcando o ritmo e da mesma forma, animando as práticas, elas ativam a participação contínua dos integrantes da roda.

Por falar em roda, ela é o espaço em que os capoeiristas se encontram para colocar em ação todos os elementos que discutimos, ou seja, é nesse momento que eles jogam, cantam, tocam e assistem, revezando permanentemente essas ocupações. Na roda, a oralidade e a corporeidade interagem constantemente numa rica relação.

Para Falcão (2005) a roda de capoeira é um fato social objetivo e singular que apresenta alguns ritos como o local de entrada do jogo, a importância das palmas e do canto. Ela nunca volta a se repetir da mesma forma, pois sofre a ação das subjetividades humanas, das emoções e dos sentimentos momentâneos e circunstanciais. É como se a roda de capoeira fosse produzida e consumida simultaneamente, por isso cada roda tem sua história que se consolida no presencial, no atual, pois ela tem sua base real no “aqui e agora”.

O que os jovens podem fazer?

A importância da capoeira para a formação humana reside na compreensão de que a capoeira é um meio de educação não formal, uma arte de infinitas possibilidades, uma filosofia de vida. Um jeito de se viver que, no transcorrer do tempo, se torna para muitos, tanto um meio de subsistência, como também um instrumento de luta por dignidade e cidadania, contra injustiças sociais e contradições presentes na sociedade em que vivemos.

A partir da capoeira como manifestação da cultura corporal, os jovens podem organizar atividades que tenham como objetivo contribuir para sua formação humana, dentro e fora do território em que vivem. Para isso, é preciso:

- mapear a existência de rodas de capoeira no território ou nas comunidades vizinhas;
- ampliar ou criar um ambiente propício ao desenvolvimento da prática da capoeira;
- compreender a capoeira enquanto manifestação cultural afro-brasileira, criada pelos escravos como forma de luta contra a opressão que sofriam;
- propor a organização de rodas de capoeira com a participação da comunidade.

Nesse momento do trabalho com os jovens, você, Orientador Social, pode retomar os encaminhamentos iniciais, orientando-os a que participem das redes comunitárias de capoeira existentes que proporcionam interações e vivências com diferentes grupos sociais e intergeracionais, que busquem por intermédio da capoeira, formar em seu território rodas que não tenham o fim em si mesmo, mas que contribuam essas organizações para a compreensão dos problemas da comunidade e que os jovens procurem participar na busca de soluções destes. Nessa perspectiva, a participação cidadã é construída na convivência entre os jovens e na relação dos jovens com grupos, organizações e instituições sociais e públicas, essa participação, também, tem como intencionalidade a intervenção na realidade social, em busca de maior equidade, igualdade e justiça social.

3. Os jovens como agentes sociais nas discussões de programas de esporte e lazer do campo e da cidade

Pra começar a conversa...

De onde falamos?

No Ciclo I os jovens fizeram o reconhecimento dos locais e poderes públicos municipais e estaduais envolvidos na realização das políticas públicas de esporte e lazer. Neste início do Ciclo II, é preciso conversar com os jovens sobre o local onde vivem, produzem e reproduzem o cotidiano. Vamos apresentar duas realidades – a do campo e a da cidade – que em determinado momento da história vieram a se constituir opostos, apresentando projetos e políticas públicas por muito tempo diferenciados, e que ao cabo disso apresentam diferenças na esfera cultural e de produção da vida. Ao nos referirmos aos povos do campo, temos em mente as comunidades indígenas, os ribeirinhos, os quilombolas, além do camponês, agricultor. Esse processo de distinção é deflagrado já no início dos anos 20, com o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. Com influência de uma sociedade marcada pelo amplo e cada vez mais crescente desenvolvimento das cidades, instalam-se um número cada vez maior de unidades fabris de grande porte, concretizando um projeto de industrialização pretendido à época.

Em decorrência da expansão industrial do país, marcadamente no período 1960-1980, o campo passa a ter um papel secundário para a economia do país e, conseqüentemente há um declínio na produção agrícola.

Neste processo de desvalorização do campo como espaço produtivo importante para a economia, ressoaram conseqüências significativas, principalmente na organização da vida das pessoas. Políticas voltadas às cidades as tornaram, no imaginário social, espaços desenvolvidos capazes de absorver a pobreza e o subdesenvolvimento do campo. Tanto para o jovem que vive no campo, como aquele que vive na cidade é de fundamental importância reconhecer as diferenças culturais entre campo e cidade.

Diante do exposto, você, Orientador Social, pode destacar a importância do território a que pertence o jovem, detalhando-o, revelando a importância de se conhecer a fundo a cultura, o desenvolvimento econômico e a forma de organização da região. Isso implicará na valorização de atividades para o esporte e lazer que também estejam vinculadas as particularidades do coletivo e da comunidade como um todo.

O que os jovens podem fazer?

Organizar um mapeamento no bairro e na região de programas destinados à prática de Esporte e Lazer do campo e da cidade e, a partir deste mapeamento, montar uma agenda de visitas, contatos e levantamento de informações para os jovens identificarem possibilidades e limitações da atuação como agentes sociais nas discussões com a comunidade sobre esporte e lazer, incorporando as especificidades culturais do território (campo ou cidade). Para isso é preciso:

- fazer reuniões e contatos com jovens e moradores do bairro para saber como eles percebem as questões do esporte e do lazer no bairro, buscando diagnosticar interesses e necessidades que haja no bairro e planejar uma possível intervenção dos jovens;

- realizar encontros ou assembleias destinadas à eleição de atividades que a comunidade julgar necessárias para que o projeto ou programa adquira “sua cara”. Estas atividades podem estar em constante transformação. Os encontros podem ser mensais, bimestrais, ou como a comunidade preferir;
- organizar atividades pilotos para aprimorar a metodologia empregada, procurando ampliar a participação e construção coletiva;
- fórum de discussão virtual para troca de experiências, organização e proposição de ações conjuntas entre os Coletivos da região e, até mesmo, de outro estado da federação.

Para começar que tal realizar uma atividade que permita ao jovem mapear e identificar em projetos de esporte e lazer a existência de especificidades culturais do campo e da cidade?

a) Mapear os programas existentes no bairro/na comunidade para a prática de esporte e lazer dos moradores.

Será que existem programas que incentivem a prática de esporte e lazer na comunidade, bairro ou região? Estes programas são mantidos por organismos públicos governamentais ou por empresas privadas? São mantidos por ONG's?

A partir destas primeiras indagações, devem-se considerar alguns itens, tendo em vista ações que os jovens possam vir a realizar:

- Refletir e analisar a relação das práticas esportivas e de lazer propostas com as especificidades e necessidades das pessoas que vivem na comunidade de que faz parte o Coletivo de jovens;
- Analisar a relação entre essas práticas e aquelas desenvolvidas pelo Coletivo de jovens;
- Refletir sobre o entendimento do espaço para prática do esporte e/ou do lazer como lugar de convívio social, de participação ativa nas criações e recriação de atividades “lúdicas-competitivas.

b) Atividades que apresentem alternativas:

Uma vez mapeados os programas, seus limites e possibilidades na proposição de ações que reconheçam o território em que os jovens vivem, seja no campo ou na cidade, que tal ajudá-los a pensar atividades mobilizadoras, capazes de auxiliar no enfrentamento das negatividades existentes ou destaque das positivities? Orientador, considere os seguintes passos para mobilizar a ação crítica e consciente do Coletivo de jovens:

Primeiro passo: *conhecimento da ideia, do processo e das propostas; (primeiras informações):* É fundamental ter clareza de questões como: qual a prática corporal mais desenvolvida no território? Por que estas e não outras práticas? Que meios poderíamos adotar para a organização do projeto de maneira tal que tivesse relação com nossa realidade? O que queremos com a prática de esporte e lazer? Quais os principais desafios que os jovens do campo e da cidade enfrentam, e como as políticas podem auxiliar na solução destes desafios?

Segundo passo: *envolvimento e compromisso com o processo; (participação e elaboração de uma agenda):* Que tal estabelecer uma agenda apontando quais serão as mobilizações adotadas daqui para frente? É o momento dos jovens planejarem suas ações este problema. Quais as dificuldades que poderão ser encontradas? Quais os limites que serão impostos? A quem recorrer para que as ações sejam garantidas?

Estas questões, bem como a agenda de ações, são fundamentais, pois com elas os jovens poderão identificar até onde podem ir, o que, e como podem fazer, e principalmente quais as especificidades de sua comunidade. Detectar estas especificidades garantirá ao Coletivo, clareza sobre os programas destinados as práticas corporais de esporte e lazer em sua comunidade. Como sugestão indicamos a realização de encontros ou assembleias comunitárias, cujo objetivo seja a participação democrática de todos no estabelecimento de quais práticas são necessárias.

Terceiro passo: *desenvolvimento de ações efetivas que contribuam à participação (mobilização):* aqui as atividades são colocadas em ação, procurando estabelecer relação com as problematizações organizadas por você, Orientador Social, as levantadas pela realidade social dos jovens.

No momento da mobilização devem-se considerar dois aspectos fundamentais: i) econômicos: determinantes no modo como a população organiza sua existência, e; ii) culturais: base de convivência, trocas intergeracionais tão fundamentais para o aprimoramento e desenvolvimento da cultura corporal.

Como sugestão, é possível organizar fóruns virtuais de participação coletiva, para trocas de experiências entre Coletivos da região ou outro estado se for o caso.

A experiência do Programa Segundo Tempo

Apenas como exemplo, podemos tomar aqui o programa Segundo Tempo, para demarcarmos como seria a ação dos jovens, caso este seja um projeto escolhido no Coletivo.

A escolha do programa “Segundo Tempo” seria a etapa de mapeamento sugerida no item 1. O programa é mantido pelo Governo Federal, sendo que atualmente seu desenvolvimento prevê ações tanto na cidade como no campo.

Com essa iniciativa, coloca-se em pauta o debate sobre a necessidade de pensarmos políticas com as populações do campo, populações indígenas, quilombolas, dentre tantas parcelas de nossa população que sofrem com a homogeneização da cultura e dos espaços destinados a sua fruição.

Primeiro Passo: O Programa Segundo Tempo apresenta proposições de atividades vinculadas a realidade do coletivo de jovens? Que outras práticas poderiam ser oferecidas para garantir práticas corporais e culturais próprias da região?

Segundo Passo: O que fazer para que as atividades não contempladas no projeto sejam oferecidas? Em que local estas atividades ocorreriam? Quem poderia responsabilizar-se por buscar como funcionam as atividades e em que elas contribuem para a identificação dos jovens do campo ou da cidade? Será que há condições de enfrentar este desafio?

Temos em mente que não se trata de realizar nova política pública, mas de orientá-la de acordo com nossas especificidades? Será que junto ao restante da comunidade, encontraremos apoio para essa atividade? É possível, por exemplo, conseguir um local apropriado para a prática da atividade escolhida?

Vale destacar que este momento é destinado a enfrentar problemas, a (re)conduzir as ações. Não se trata de elaborar um novo programa, até porque os limites para tal atividade são enormes, e a defesa é que o Estado garanta esses programas.

Terceiro passo: desenvolvimento das ações anteriormente traçadas. Por exemplo: a construção de um espaço adequado para a prática; a busca das origens desta atividade e em que ela estabelece relações específicas com a cultura da comunidade e conseqüentemente do Coletivo de jovens etc. Na elaboração do fórum virtual, é possível colher informações de ações desenvolvidas em outras regiões, sejam elas exitosas ou não. Ainda com o fórum, pode-se observar quais os pontos negativos do programa para determinada região, garantindo maior agilidade ao processo.

4. Reivindicando espaços públicos de lazer e esporte: o que considerar?

Pra começar a conversa...

A relevância da segurança para a apropriação dos espaços e equipamentos

Após discutirmos no Ciclo I no tópico “*Coletivo Pesquisador*” a importância da existência de espaços e equipamentos nos bairros como condição necessária para experiências significativas no tempo livre, trazemos para o Ciclo II questões relevantes para a organização dos jovens: quais as dificuldades encontradas pelos jovens para terem acesso, usufruto e co-gestão dos espaços e equipamentos de lazer? O que é necessário considerar quando se organiza ou reivindica espaços públicos de lazer e esporte?

Tal questionamento se torna importante, pois a apropriação para se efetivar depende de alguns fatores, podemos elencar no mínimo três dimensões, que já foram apresentadas e discutidas no Ciclo I e que devem ser retomadas nesse momento, pois são de grande relevância no que se refere ao acesso aos espaços e equipamentos: o aspecto físico (se realmente há equipamentos); o aspecto financeiro (se há cobrança de taxas) e o aspecto relacionado à formação/predisposição (há intervenção pedagógica, mediação, que possibilite re-significar as diferentes manifestações corporais?). Não basta a cidade e o campo possuírem uma infinidade de equipamentos públicos se as pessoas não são estimuladas e orientadas a frequentá-los e a utilizá-los. Além dessas três dimensões e da existência do tempo livre, outro ponto que deve ser levado em consideração e que se torna fundamental para que a juventude se aproprie dos diferentes espaços existentes, diz respeito à segurança.

Quando falamos em segurança não nos referimos simplesmente à existência de guardas municipais ou policiais militares. Essa questão é permeada por outros elementos, tais como: a manutenção dos espaços e dos equipamentos principalmente com relação à manutenção de seus componentes quando estes são metálicos, por exemplo, quando sua proteção é de ferro ou alambrados, como cercas ao redor das quadras de futebol, de vôlei e *playgrounds*¹⁶; a manutenção da arquitetura do local; a garantia de existirem no local de monitores, professores e orientadores de esporte e lazer e principalmente o cuidado com os espaços, com os equipamentos e com o outro por parte de toda a comunidade que pertence ao território.

O que os jovens podem fazer?

Desenvolver debates que possibilitem a organização dos jovens no que concerne às possibilidades de acesso e usufruto coletivo dos espaços e equipamentos de esporte e lazer – o “Cantinho Jovem” – articulando ações dentro e fora do território, com os próprios jovens, com seus familiares e com o restante da comunidade. Para isso, é preciso:

- compreender quais são os fatores que dificultam o acesso, usufruto e apropriação dos espaços e equipamentos de esporte e lazer por parte da comunidade;
- reivindicar junto aos órgãos competentes a realização da manutenção dos espaços e equipamentos;
- propor em conjunto com o poder público local e a comunidade a realização de mutirões para revitalizar os espaços e equipamentos degradados; e
- manter um grupo – poder público e comunidade – permanente de discussão com o intuito de propor ações e alternativas de cuidado com a segurança e manutenção dos espaços e equipamentos.

Notas

16. Optamos em manter a palavra da língua inglesa *playground* para designar os espaços direcionados às crianças, por não termos encontrado na literatura existente um termo adequado para tal.

Para conversar no cantinho jovem:

Quem é o responsável pela manutenção dos espaços e equipamentos de esporte e lazer presentes nos diferentes territórios? Você poderá instigá-los a pensar: a obrigação é exclusiva do poder público? Qual é a função da comunidade com respeito à manutenção dos espaços e equipamentos?

Ao observarmos a falta de manutenção dos espaços e equipamentos nos diferentes territórios, podemos propor aos jovens que reivindiquem junto às prefeituras ou órgãos competentes, soluções para os problemas encontrados. Para além das reivindicações, os jovens podem propor ao restante da comunidade a realização de um mutirão com o intuito de preservar os espaços e equipamentos. Lembre-se, orientador social, que as ações dos jovens devem ser pensadas em conjunto com o poder público, sendo que cada um tem o seu papel, conjugando esforços para conquistar as reivindicações.

Mas o que fazer?

Os jovens já possuem uma espécie de relatório sobre como se encontram os espaços e equipamentos de lazer e esporte no território. No Ciclo I, os jovens realizaram uma pesquisa de campo observando no território/bairro quais são os espaços existentes, os equipamentos, os materiais e as condições em que se encontram, além de analisar as condições de acessibilidade dos espaços físicos, quem são os responsáveis por sua manutenção: qual é o número de pessoas que atendem, quais são os projetos e serviços existentes, a qual faixa etária se destinam e, sem dúvida, chegaram a algumas conclusões.

Com o relatório em mãos, você, Orientador Social, pode propor aos jovens que se organizem para levar o resultado dessa pesquisa ao poder público com o objetivo de apresentar as condições dos espaços e equipamentos, reivindicando melhorias, quando for o caso, ou apresentando pontos positivos sobre a existência e manutenção dos mesmos.

O que considerar ao organizar e reivindicar espaços públicos de lazer e esporte?

Uma das principais questões é a segurança. Esta compreendida pela existência de cercas ou alambrados ao redor das quadras de futebol, de vôlei, do *playground*, da pista de skate ou de uma praça, o que favorece a utilização de crianças. Por exemplo, uma mãe não vai deixar a criança sozinha na praça se não houver certo nível de segurança, como uma cerca ou alambrado, principalmente se esses locais estiverem situados próximos às ruas movimentadas, podemos afirmar que com a existência desse equipamento as crianças podem conquistar mais liberdade para brincar. O alambrado serve também como proteção para as bolas de futebol e vôlei, evitando que sejam mandadas para longe – indo para a rua – e com isso coloque em risco a segurança das pessoas que estão se apropriando desses lugares.

A arquitetura do local também pode colocar em risco a segurança das pessoas. Imaginemos que ao redor de uma praça ou de uma quadra poliesportiva tem um espaço específico para realizar caminhadas. Por exemplo, esse espaço é muito estreito e irregular, tal irregularidade deve-se ao fato do material utilizado ser de má qualidade e pelo fato das raízes das árvores elevarem a pista de caminhada, colocando em risco a integridade física das pessoas que se utilizam/usam apropriam desse local. Nesse caso, estamos falando da falta de segurança física, pois as pessoas podem sofrer acidentes e em consequência lesões como entorses de tornozelo ou joelho no momento em que estão aproveitando o tempo livre para realizar uma determinada prática corporal.

O cuidado com o outro reforça a segurança dentro da comunidade. De acordo com Jacobs (2003) a existência de algumas características favorece a segurança, dentre elas, a de que “devem existir olhos para as ruas, os olhos da-

queles que podemos chamar de proprietários naturais da rua” (p.36). A segurança da rua ou da praça torna-se mais eficaz quando ocorre de maneira informal, ou seja, no momento em que as pessoas usufruem espontaneamente desses espaços e estão menos conscientes, de que estão efetivando um “policimento”.

Dessa forma, a ordem pública (a paz nas calçadas e ruas) não é mantida exclusivamente pela polícia, sem negar com isso sua necessidade, a ordem pública é mantida, principalmente, pela rede quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes nas pessoas e na própria comunidade e por ela aplicadas.

Levando-se esses elementos em consideração podemos afirmar que os jovens têm condições reais de efetivar a apropriação dos diferentes espaços e equipamentos. Além disso, há a necessidade de pensarmos em políticas públicas para as diferentes comunidades e suas diferentes necessidades. No que se refere à segurança, é preciso pensar em projetos e programas diferenciados para que principalmente os jovens possam ter ampliadas as oportunidades e alternativas que não seja exclusivamente a rua.

Além das ações do poder público, a comunidade precisa ter um maior envolvimento com as diferentes associações de moradores para discutir em conjunto com os diferentes agentes políticos ações que possam modificar essa realidade. Não basta ressaltarmos os problemas e as dificuldades é preciso que a comunidade se envolva nas soluções.

A partir desses encaminhamentos, você, Orientador Social, tem como responsabilidade:

- propor que os jovens realizem entrevistas com os moradores da comunidade, com objetivo de evidenciar quais são os principais problemas e dificuldades encontradas para que o esporte e lazer se tornem realidade naquele território;
- sugerir que os jovens proponham formas de organização da comunidade na perspectiva do desenvolvimento de ações coletivas contando com o poder público para a realização de mutirões visando recuperar espaços e equipamentos degradados; e
- aproveitar o “cantinho jovem”, no qual a comunidade possa se reunir para decidir coletivamente quais ações e encaminhamentos tomar em relação às dificuldades encontradas para a apropriação dos espaços e equipamentos. Esse cantinho também pode possibilitar oportunidades múltiplas de diversão e convívio social.

5. O Sistema Nacional de Esporte e Lazer: exercendo a cidadania

Pra começar a conversa...

No Ciclo I, Percurso socioeducativo I, tópico 2 “*O Esporte na sociedade moderna*” e no percurso II, tópico 2 “*Organização do Esporte e do Jogo*” foi possível refletir um pouco sobre a configuração do que atualmente conhecemos por esporte. Foi possível entender que esta manifestação da cultura corporal é recheada de contradições, mas, vimos que o esporte é educativo em qualquer uma de suas dimensões.

A proposta agora é envolver os jovens em reflexões que estão sendo feitas no país sobre o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, Política Pública a ser implementada, para garantir acesso e democratização do Esporte e do Lazer para todas as pessoas, no território nacional.

O que os jovens podem fazer?

Apresentar o Sistema Nacional de Esporte e Lazer e aproximar os jovens da discussão que vêm sendo feitas em todo o país e que visam estruturar um novo sistema que contribua para democratizar o esporte e o lazer; aprofundando a discussão nas Políticas Setoriais, para então, propor que os jovens se organizem coletivamente para (refletir pensar uma nova subdivisão para o esporte de alto rendimento, esporte educacional e esporte recreativo e lazer).

Para isso, propõe-se uma atividade composta por três partes: a primeira relacionada à informação a respeito do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, afinal, do quê se trata? O que isso tem a ver com os jovens? Qual a relação disto com as escolas? Esporte se pratica e desenvolve nas escolas? E o lazer, o que tem a ver com o esporte? Esporte não é só rendimento? Mas não deveria também haver esporte e lazer nos bairros, acessíveis a todas as pessoas? E o que podemos nós jovens fazer nessas questões? Como podemos influir nessas discussões e na formatação de outra Legislação Esportiva? A segunda parte está relacionada à organização de um fórum virtual criado por todos os Coletivos de jovens e, finalmente, a exposição das proposições apontadas pelos jovens aos órgãos públicos responsáveis pela gestão do Esporte e Lazer da região. Os jovens também poderão levar estas propostas aos espaços de debate regional e nacional, às conferências responsáveis por estabelecer elementos para a criação e avaliação do Sistema de maneira continuada.

A atividade será aqui dividida simplesmente por motivos didáticos e expositivos, mas caso o grupo queira desenvolver mais de uma atividade ao mesmo tempo, não implicará em prejuízos, como veremos na explicação mais detalhada a seguir.

Antes deste detalhamento, algumas considerações bem gerais que o ajudarão a realizar a primeira etapa da atividade com os jovens:

Sistema Nacional de Esportes

A construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer pressupõe a responsabilidade de fomentar e qualificar, de forma integrada, sistemática e articulada as diferentes práticas sociais de esporte e lazer, considerando as contradições advindas de sua origem numa sociedade de classes. Portanto, é necessário reconhecer e resgatar as reivindicações já formuladas pela população, não captadas pelos mecanismos oficiais e formais do Sistema de Esporte atual, ou na proposta do Legislativo, para estabelecer políticas públicas assentadas nas possibilidades da realidade e nos interesses e necessidades da população.

O sistema esportivo deve ser compreendido como um todo que articula uma variedade de partes que se integram mantendo cada uma, simultaneamente, as características da função do que lhe é inerente como formação particular e as características próprias desse todo em que se insere e que se configura sistema porque se organiza sob diretrizes e bases comuns e com propósitos comuns, produzindo resultados que não se obtém com a ação de cada uma das partes isoladamente. Assim sendo, um sistema novo não pode funcionar montado na estrutura do velho. É fundamental que as funções se refaçam para que a estrutura tome uma nova forma e caracterize um novo sistema.

O atual sistema esportivo se ergue numa estrutura piramidal cuja forma e função é dada pela sua finalidade de produzir atletas de alto rendimento, pelo qual é composta por outras entidades responsáveis pela formação, treinamento e atividade competitiva desses atletas. A estrutura piramidal sustenta a possibilidade de uma larga base de sujeitos praticando na perspectiva da competição, do rendimento físico-técnico, do treinamento exaustivo e do recorde.

Contraditoriamente ao esperado, as duras exigências do esporte de alto rendimento, que provocam a eliminação dos mais fracos, ou menos habilidosos, fazendo chegar ao cume da pirâmide uma elite, não dotaram o país de uma representação significativa de atletas, porém eliminaram, antes mesmo de terem tido a chance de conhecer o esporte, uma imensa faixa da população que fica sem oportunidade de usufruir os benefícios da cultura esportiva.

À pirâmide, subjazem princípios, valores e interesses de classe que se opõem a um projeto político democrático e popular, por essa razão, esse sistema, não pode atender à formação esportiva da população em geral, à participação dos excluídos por preconceitos de gênero, raça e classe social predominantes nas sociedades machistas, nem atender à prática da população que busca no esporte o preenchimento do tempo livre e a atenção aos seus sentidos pessoais. Para alterar as relações com o esporte, principalmente na perspectiva da superação da condição de meros consumidores da indústria cultural esportiva de massa, o Sistema Esportivo Nacional precisa oferecer à população espaços apropriados, livres, cada vez mais amplos, para a prática criativa do esporte, para que surja uma cultura corporal multifacetada e comunicativa e uma solidariedade libertada das relações acomodadas de compra e venda.

Diante desta explicação sobre os objetivos gerais da criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, vamos ao detalhamento da atividade:

A primeira etapa corresponde ao levantamento de informações sobre o Sistema: as pessoas sabem o que é Sistema Nacional de Esporte e Lazer? E o que nele está sendo repensado? E sobre os mecanismos de participação da sociedade nisso, o que sabem?. Este primeiro contato com o tema pode ser feito à luz de algumas questões: como é o atual Sistema esportivo? A quem ou que prática corporal ele privilegia? Sua atual estrutura permite a democratização

das práticas corporais de esporte e de lazer? Por exemplo, há esportes nas escolas suficientes para atender aos interesses e necessidades dos jovens? São oferecidos esporte e lazer nos bairros e nas comunidades em equipamentos públicos e privados, suficientes para atender interesses e necessidades dos moradores? Quais são os mecanismos de participação social que o Sistema Nacional de Esporte e Lazer está disponibilizando a sociedade? Quais são? Alguém do Coletivo já havia escutado algo sobre um destes mecanismos?

Para finalizar esta primeira etapa, pode-se propor aos jovens mais um momento de reflexão e formação no cantinho jovem. Desta vez quem conduzirá as reflexões não serão especialistas, como em outras oportunidades, mas os próprios jovens. Estes apresentarão o resultado da pesquisa à comunidade, para que todos tenham melhor clareza da importância da participação cidadã no processo de realização de uma política que implicará melhorias na qualidade e quantidade de atividades esportivas e culturais para todos. A pesquisa poderá ser realizada no site do Ministério do Esporte, onde existem diversos documentos e textos explicativos sobre a criação e processos de implementação do Sistema: www.esporte.gov.br

A segunda etapa da atividade consiste em ampliar resultados colhidos na primeira etapa, já incorporadas as sugestões da comunidade a que pertence o Coletivo. Por meio da criação de um fórum regional virtual entre Coletivos, a intenção é afinar proposições sobre a participação dos Coletivos na elaboração de elementos, cuja finalidade é garantir que cada jovem integrante do Projovem Adolescente possa participar de forma ampla e democrática da construção do Sistema, considerando as características de sua comunidade.

Vale destacar que a sugestão de organizar o fórum por regiões é com vistas a facilitar sua organização. Para tanto, deverá ser destacada uma comissão cuja função é marcar reunião com os demais representantes de outros Coletivos a fim de criar o fórum (com as regras e forma de participação dos demais integrantes dos Coletivos).

A terceira etapa da atividade é uma espécie de síntese propositiva das duas anteriores. Tendo em vista a gestão democrática das ações públicas, envolvendo a co-participação da sociedade e do Estado, esta parece ser um importante espaço onde os jovens exercitarão seus direitos de cidadãos, através de sugestões que considerem as mais diversas e específicas culturas esportivas que compõem o país. São realizadas a cada dois anos Conferências Regionais e Nacionais de Esporte, cujo objetivo é solidificar elementos que farão parte do Sistema, além de servir como instrumento avaliativo para quando o mesmo estiver consolidado. Logo, a tarefa dos jovens é levar aos representantes do território a que pertencem, as sínteses das discussões realizadas tanto na comunidade como na região (através da pesquisa e da participação do fórum).

III – RELATO DE EXPERIÊNCIAS

Em seguida, são apresentadas cinco experiências focadas na participação cidadã de jovens na elaboração e execução de ações coletivas junto as suas comunidades. Essencialmente, as experiências retratam a organização e auto-gestão dos jovens perante as adversidades impostas pela realidade. São experiências de diversas regiões do país, confrontando interesses, apontando sonhos e realizações das mais diversas instituições responsáveis, bem como dos jovens que de uma forma ou outra são os principais sujeitos envolvidos. Vale lembrar, que são experiências reais, demarcadas historicamente, apontando possibilidades de intervenção aos Coletivos do Projovem Adolescente.

As quatro primeiras experiências são apresentadas de maneira mais geral, apontando “pistas” por onde o Coletivo de Jovens pode caminhar para a elaboração do PLA- Plano de Ação Comunitária. Já a quinta, apresenta roteiro mais detalhado contendo informações mais elaboradas para mostrar o passo a passo de uma ação cuja atuação dos jovens foi decisiva.

A seguir, apresentamos um quadro demonstrativo das principais informações de cada uma das experiências:

Nome do Grupo ou Entidade	Onde atua	O que faz
1. Projeto Esporte do Mangue – <i>Círculos Populares de Esporte e Lazer – Prefeitura do Recife/PE</i>	<i>Comunidades do Alto José do Pinho; Alto Santa Terezinha; Macaxeira; Morro da Conceição e Ibura; Brasília Teimosa; Areias, Arraial Novo do bom Jesus e Rodão do Pina – grupos de jovens, comunidades associações.</i>	<i>Busca educar a juventude do Recife para o tempo livre, por meio de ações esportivas, culturais e políticas estimulando sua auto-organização. Foca o trabalho com jovens praticantes de skate, patins, bikes e surfistas, movimentos culturais hip hop, bandas e grupos culturais, assim como demais jovens, que utilizam diferentes linguagens esportivas.</i>
2. Projeto Bairro Vitória – <i>Associação de moradores do próprio bairro</i>	<i>Bairro Vitória – Rio Branco – AC</i>	<i>Por meio da participação ativa, os jovens exercitam o processo de gestão de um espaço destinado ao lazer do Bairro Vitória. Com o planejamento e execução de diversas práticas corporais, enfatiza-se a auto-organização (princípio com o qual o projeto sustenta todas as ações desenvolvidas).</i>
3. Projeto Alto da Caieira do Saco do Limão- <i>Universidade Federal de Santa Catarina</i>	<i>Florianópolis – SC</i>	<i>Busca-se qualificar o espaço público de Esporte e Lazer de uma comunidade urbana de Florianópolis, possibilitando a formação de jovens, para que exerçam a função de educadores populares da comunidade atendida.</i>

4. Mutirões e Círculos Populares de Esporte e Lazer na Cidade e no Campo. <i>Universidade Federal da Bahia (UFBA)</i>	<i>Salvador – BA</i>	<i>Desenvolvido em áreas de reforma agrária e em espaços públicos, como escolas e centros esportivos, busca desenvolver jovens como agentes culturais de esporte e lazer no campo e na cidade e para que organizem, de maneira permanente e contínua, mutirões e círculos populares para o desenvolvimento de atividades referentes às diversas manifestações da cultura corporal.</i>
5. Lazer e promoção da saúde no Bairro Lagoa <i>Prefeitura de Irati e Universidade Estadual do Centro-Oeste</i>	<i>Bairro Lagoa, Irati – PR</i>	<i>Projeto de escolinha de futebol desenvolvido com crianças e jovens. Busca-se mobilizar e capacitar a comunidade para reivindicar melhores condições de vida no bairro, iniciando pela garantia do direito ao lazer em espaços públicos de qualidade.</i>

Experiência 1 – Esporte do Mangue

www.recife.pe.gov.br

Tema: *Educação da juventude do Recife para o tempo livre, por meio de ações esportivas, culturais e políticas estimulando sua auto-organização.*

Local: *Recife, PE.*

Período: *desde 2003.*

Jovens envolvidos: *Juventude da cidade de Recife, mobilizados pela Prefeitura e pela Secretaria Municipal de Turismo e Esportes.*

Parceiros e apoiadores: *Prefeitura Municipal de Recife, através da Diretoria Geral de Esporte da Secretaria de Turismo e Esportes.*

A. Situação deflagradora:

O objetivo inicial foi estimular a participação dos jovens, em diferentes canais, lúdicos e políticos, por meio da criação de espaços de discussão (Fórum do Esporte do Mangue; Encontro da Juventude Radical; Encontro Municipal do Esporte do Mangue; Festivais das Juventudes; Plenárias do Orçamento Participativo, Plenária Temática da Juventude do Orçamento Participativo; Audiências Públicas de Juventude, em âmbito municipal e estadual; Conferências e reuniões na comunidade), possibilitando um exercício de cidadania coerente com o entendimento do jovem como sujeito de direito.

B. Atuação desenvolvida pelos jovens:

A auto-organização é o princípio que tem norteado as ações do poder público com os jovens no projeto Esporte no Mangue. Mas o que seria essa auto-organização? Trata-se de uma ação desenvolvida pelos jovens a partir de reuniões locais nas comunidades, buscando descentralizar e contemplar seus interesses nos diferentes bairros. Um exemplo destas ações desenvolvidas foi a organização de B. Boys e B. Girls (nome dado às pessoas que dançam *break*) para reivindicar, junto a Diretoria Geral de Esporte da Prefeitura do Recife, a revitalização de espaços já existentes e a criação de novos espaços sociais para o desenvolvimento das rodas onde se dança o *break*.

Outras ações desenvolvidas a partir da organização dos jovens referem-se à criação de campeonatos populares de esportes radicais, desenvolvimento de batalhas de B. Boys/B. Girls (as batalhas são as danças realizadas entre os B.Boys ou B.Girls. Trata-se de uma disputa na qual o objetivo é um grupo vencer o outro a partir do grau de dificuldade, da originalidade e criatividade dos movimentos), ou a criação de associações de skatistas que mobilizaram a comunidade local em busca apoio às suas prioridades. Esse grupo de jovens que criou a ASI (Associação de Skatistas da Iputinga), ao mobilizar a comunidade, conseguiu eleger a temática de Esporte e Lazer no Orçamento Participativo¹⁷ e esta temática foi a segunda mais votada na região e, como prioridade, venceu a revitalização do Parque do Caiara, que se encontrava completamente abandonado.

Notas

17. Trata-se de um importante espaço de debate e definição de prioridades para a cidade. Nele, a população decide as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano, com os recursos do Orçamento da Prefeitura.

C. Impactos:

Já no seu quinto ano, o Projeto Esporte do Mangue, com objetivo de formular, permanentemente diretrizes da política de proteção e desenvolvimento das manifestações esportivas e culturais juvenis, vem reunindo, a cada ciclo, cerca de 12.000 jovens praticantes e simpatizantes de atividades esportivas e culturais. O projeto aponta para um novo formato, consolidando e ampliando os segmentos juvenis identificados em torno de novas linguagens culturais e esportivas. São jovens ligados ao futebol, *basquete street* – basquete de rua que apresenta algumas distinções em relação às suas regras que podem ser convenionadas no início de cada jogo – e grupos ligados à dança popular que envolve jovens organizados a partir de diferentes gêneros musicais.

Surgem novas demandas que reivindicam espaços a partir dos Festivais das Juventudes, e dos Círculos de Convivência de Juventude, em diversas linguagens (skate, patins, *break* e bmx – esta última, mais conhecida como bicicross, diz respeito à realização de manobras feitas com bicicletas em pistas de terra ou na rua) – para desenvolverem as Oficinas Sistemáticas de Juventude, nas comunidades do Recife. O VI Fórum do Esporte do Mangue (maio/2006) contou com a participação de cerca de 600 Jovens, com o propósito de deflagrar as ações do projeto, por segmento, incorporando novos critérios além da construção da Carta do Esporte do Mangue. Foi um momento de encontro das manifestações esportivas e culturais das diferentes juventudes da cidade, no intuito de estimular, debater e propor Políticas Públicas aos Jovens.

Os Festivais, que até o presente momento já envolveram cerca de 32.000 pessoas, vem a atender às novas demandas dos jovens que se reúnem em tribos, para a criação de um novo espaço de interlocução entre as diferentes juventudes do Recife. O processo de construção busca envolver os jovens, a partir de ações esportivas e culturais, com objetivo de estimular a auto-organização e participação dos vários segmentos de jovens. Os festivais potencializaram uma grande participação de jovens identificados com a prática do futebol, com segmentos da infância (jogos e brincadeiras) e com diversos grupos culturais. Com isso, este festival ganhou um caráter intergeracional, com uma pluralidade dos participantes, que os demais eventos não haviam alcançado.

Experiência 2 – Projeto Bairro Vitória

Tema: *A auto-organização e co-participação dos jovens, através do planejamento e desenvolvimento de práticas corporais (como futebol de areia, masculino e feminino, voleibol e ciclismo nas ruas, além de atividades culturais como grafite) que envolvem a comunidade.*

Local: *Bairro Vitória, Rio Branco, AC.*

Período: *desde 1994.*

Jovens envolvidos: *Jovens do Bairro Vitória.*

Parceiros e apoiadores: *Prefeitura de Rio Branco – AC e Associação de Moradores do Bairro Vitória.*

A. Situação deflagradora:

Há quinze anos a única opção de lazer no bairro Vitória era um campo de futebol improvisado no meio do mato. Recentemente, foi construída, nesse terreno, uma quadra de areia (conquistada através da mobilização dos jovens) que serve de ponto de encontro para os jovens do bairro, que organizam o espaço por meio da auto-gestão.

No desenvolvimento das atividades, os jovens aprendem a se auto-organizarem e exercitam a co-gestão de um espaço público governamental destinado ao lazer coletivo dos moradores do bairro. Trata-se, portanto, de um projeto que busca proporcionar a organização de diferentes práticas corporais no tempo livre.

B. Atuação desenvolvida pelos jovens:

O campo de futebol, que está sempre cheio, é o local de encontro dos jovens, seja para jogos femininos ou masculinos. Os jovens, por sua vez, têm papel central nas discussões sobre o processo como um todo, principalmente no planejamento e na gestão democrática do espaço. Em conjunto com a associação de moradores do bairro, os jovens, seus pais ou responsáveis, irmãos e outros familiares participam das reuniões/assembleias em que se definem as diferentes atividades e como serão organizadas no tempo e no espaço de Lazer.

Como qualquer projeto que busque a participação e auto-organização social de um grupo, enfrenta problemas no decorrer de seu desenvolvimento. A falta de incentivo público foi fator impeditivo de diversas atividades, pois sem material os jovens não conseguiam por em ação o que haviam planejado.

Outra dificuldade foi a inexperiência dos jovens para organizar e desenvolver ações de divulgação das atividades realizadas, fator este que contribuiu para a diminuição gradual dos participantes da comunidade.

C. Impactos:

Destaca-se que as atividades esportivas desenvolvidas agregam, por final de semana, aproximadamente 500 participantes de forma direta, seja na prática de esporte, seja na participação de atividades de labor, como a pintura de

muros, criação de faixas e divulgação. Constitui-se, assim, num espaço de convivência social, onde a troca de experiências tem se mostrado como um dos pontos altos das ações.

Foi possível observar que grande parte dos jovens envolvidos nas ações, passou a ter uma postura firmada pelo compromisso com o espaço público, tendo consciência de seu papel na ampliação e democratização do acesso e usufruto de espaços como estes.

Como já foi referido anteriormente, um dos mais importantes resultados desde a criação deste espaço de convivência social e de práticas corporais, foi a construção da quadra de areia. Essa construção foi possível, somente a partir da ação realizada pelos jovens que, ao se depararem com as péssimas condições do único espaço de lazer existente, organizaram uma mobilização reivindicando, junto ao poder público, um novo espaço de lazer para a comunidade do Bairro Vitória.



Foto da quadra de futebol de areia do bairro Vitória.

Experiência 3 – Projeto Alto da Caieira do Saco dos Limões

Tema: *Formação de jovens educadores populares de esporte e lazer na comunidade do Alto da Caieira do Saco dos Limões.*

Local: *Bairro do Alto da Caieira do Saco dos Limões, Florianópolis – SC.*

Período: *maio a dezembro de 2007.*

Jovens envolvidos: *Jovens e adultos moradores no bairro.*

Parceiros e apoiadores: *Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física (NEPEF/UFSC); Central Catarinense de Capoeira Angola; Centro de Evangelização Popular CEDEP; Centro Cultural Escrava Anastácia; REDE CEDES (Ministério dos Esportes) e FINEP.*

A. Situação deflagradora:

Nesta comunidade, as atividades esportivas e brincadeiras eram, geralmente, realizadas no interior das residências, nas ruas estreitas e precárias e no campo de futebol de terra. Sobre este último espaço mencionado, sua construção se deu há cerca de vinte anos pelos moradores, através do uso de ferramentas rudimentares, tais como foices, enxadas e picaretas. A manutenção do campo vem sendo feita através de mutirões dos moradores, sem muitos recursos materiais ou apoios da prefeitura. O terreno, que é cedido por proprietário (privado), não tem condições técnicas que possam, por exemplo, evitar os constantes alagamentos, o contato de bolas com o telhado da vizinhança ou abrasões nos corpos das crianças, em virtude do atrito com o terreno de chão batido. Apesar de bastante utilizado, o campo era um espaço sem atrativos e mantido em condições de improviso permanente.

B. Atuação desenvolvida pelos /para os jovens:

Com o projeto, a UFSC/NEPEF, buscou compreender a dinâmica organizativa das comunidades periféricas do entorno do Maciço Central de Florianópolis. A partir dessa compreensão parcial, buscou articular as demandas de esportes e lazer, bem como o processo de ressignificação das práticas corporais populares do futebol e capoeira desenvolvidas com jovens da comunidade. Além disso, identificou jovens que pudessem ser desenvolvidos como educadores populares e agentes culturais, que viessem a atuar no Núcleo de Cultura Popular e de Movimento a ser instalado no local.

C. Impactos

Objetivamente, algumas conquistas importantes do projeto podem ser apontadas da seguinte forma:

a) contribuiu para mobilização e esclarecimento de aproximadamente duzentos jovens da comunidade do Alto da Caieira quanto às contradições das políticas públicas de Esporte e Lazer de cunho assistencialista. O projeto apontou a perspectiva de repensar estas políticas a partir do campo dos direitos e da cidadania, apoiando iniciativas de auto-organização comunitária para exigirem o que lhes é garantido legalmente frente às esferas municipais, estaduais e federal, do poder público (a exemplo do que fizeram para conquistar a água nas torneiras, quando com a mobilização de moradores foi ocupada a companhia responsável pelo abastecimento de água no município, para forçar negociação

para regularizar o abastecimento, que era interrompido por períodos de até um mês. A comunidade exigia água para as pequenas tarefas domésticas: banho, lavagem de roupa e fazer a comida);

b) possibilitou de forma direta o acesso a práticas orientadas de capoeira e futebol à aproximadamente 200 jovens e crianças da comunidade, ou seja, a quase totalidade dos que residem no bairro;

c) sensibilizou a comunidade para reivindicar alterações substanciais na proposta original de equipamento público de Esporte e Lazer apresentada pelo Executivo Municipal, com vistas a adequá-lo às suas necessidades, realidade e expectativas;

d) atraiu diferentes olhares de profissionais e pesquisadores para o bairro que desenvolveram projetos alternativos.

Apesar de considerarmos a importância do Esporte e Lazer para a vida humana e, sobretudo para a vida existente naquela comunidade empobrecida, deve-se considerar que a principal conquista do projeto foi sua contribuição para a melhoria da convivência social, a construção de relações de confiança entre os moradores e a ampliação do lazer da população.

Experiência 4 – Formação Continuada de Agentes Culturais de Esporte e Lazer no Campo e na Cidade Círculos Populares de Esporte e Lazer

LEPEL

Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação
Física, Esportes e Lazer da Universidade Federal da Bahia
(LEPEL), no Recôncavo Baiano

<http://www.faced.ufba.br/~lepel>

Tema: *Formação de jovens que atuam como agentes culturais em mutirões e círculos populares envolvendo diversas manifestações da cultura corporal.*

Local: *Região do Recôncavo Baiano, Bahia – BA.*

Período: *desde 2005.*

Jovens envolvidos: *Jovens pertencentes a organizações sociais de bairros, jovens do ensino médio das escolas públicas da Bahia, além de jovens do campo.*

Parceiros e apoiadores: *Escolas Públicas da Rede Estadual da Bahia; Associação de Bairros; Movimentos Sociais; Centro de Educação Física e Esporte da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Assentamento no Recôncavo Baiano; Faculdade de Educação da UFBA.*

A. Situação deflagradora:

O desenvolvimento do projeto e sua contribuição na formação de agentes culturais e círculos populares foi resultante das discussões do Grupo LEPEL, bem como os demais grupos que compõem a rede de intercâmbio de pesquisadores, LEPEL/UFBA, os quais lidam com as políticas públicas e especificamente com a Educação Física, Esporte e Lazer enquanto Política Cultural.

As principais questões que nortearam o trabalho foram:

- como é desenvolvido o esporte e o lazer na cidade e no campo, em escolas públicas, comunidades e em áreas de reforma agrária?
- quais as contradições aí presentes e quais as possibilidades de desenvolvimento do esporte e do lazer no campo?
- como pode ser desenvolvido o trabalho pedagógico para a instalação de círculos populares de esporte e lazer, na perspectiva da autodeterminação dos sujeitos nas escolas e nos movimentos sociais no campo?
- quais as possibilidades de planejamento, implementação e avaliação de ações no esporte e no lazer nas escolas públicas, nas comunidades e em áreas de reforma agrária que incentivem a autodeterminação e auto-gestão dos jovens na realização dos mutirões e círculos?

B. Atuação desenvolvida pelos jovens:

A realização das atividades divide-se em duas fases. Na primeira há a realização de mutirões de planejamento, estudos temáticos, orientações e constituição de bancos de dados sobre o esporte e lazer no campo e na cidade (Região do Recôncavo Baiano) e; na segunda fase, são empregados esforços na continuidade da implementação de círculos de Esportes e Lazer no campo e na cidade.

Fotos de parte dos jovens envolvidos:



Fonte: (NONATO, 2008)



Fonte: (NONATO, 2008)

Fotos das atividades desenvolvidas

Fonte: (NONATO, 2008)



Fonte: (NONATO, 2008)



Fonte: (NONATO, 2008)

C. Impactos

Nos assentamentos foram construídos parques de Lazer e realizada pela UFBA a formação de jovens e professores do campo, incluindo assentados, acampados e integrantes de movimentos sociais. A partir de todo o trabalho realizado nos assentamentos, foi apontada a necessidade de trabalho com a juventude do campo para a formação de um círculo de esportes e lazer. No entanto, a falta de materiais e espaços físicos se mostrou como um dos grandes problemas enfrentados também no campo.

Uma das ações efetivadas neste trabalho com a juventude é a organização de um festival cultural e esportivo que envolve diferentes localidades, assentamentos, acampamentos a partir de um círculo de jovens, organizados por assentamentos.

Experiência 5 – Lazer e promoção da saúde no Bairro Lagoa, em Irati/PR

Tema: *Desenvolvimento de uma escolinha de futebol, para articular discussões sobre o Lazer e Saúde, mobilizando e capacitando os jovens e sua comunidade para reivindicarem melhores condições dos espaços destinados ao Esporte e ao Lazer.*

Local: *Bairro Lagoa, Irati – PR.*

Período: *maio/2006 a dezembro/2007.*

Jovens envolvidos: *Jovens moradores do Bairro Lagoa, Irati – PR.*

Parceiros e apoiadores: *Prefeitura Municipal de Irati; Universidade Estadual do Centro-Oeste – PR (UNICENTRO).*

A. Caracterização do contexto

Frente à precariedade das políticas públicas municipais de lazer, os iratienses se viam obrigados a empregar sua capacidade de improvisação para vivenciarem o tempo livre para o lazer. É assim que no bairro Lagoa os moradores demarcaram terrenos baldios para a prática do futebol, nos quais podem usufruir o lazer. Aliás, é também nestes campos que centenas de crianças alimentam o sonho de melhorar suas condições de vida por meio de uma “promissora carreira de jogador de futebol”.

O único espaço público de lazer ali existente é uma quadra poliesportiva, que antes das intervenções deste projeto encontrava-se em péssimas condições: (a) o mato tomava conta das laterais da quadra; (b) havia insegurança em relação às tabelas de basquetebol (uma havia caído e a outra estava seguindo o mesmo caminho); (c) faltava uma trave na quadra. Essa fora improvisada com pedaços de madeira, mas dificilmente ficava firme no lugar; (d) o alambrado estava muito deteriorado. Era comum que as bolas chutadas alcançassem as residências próximas, gerando mal-estar entre os usuários da quadra e os vizinhos; (e) havia buracos no piso, que também era muito áspero. Os participantes preferiam jogar sem calçado para não gastá-los. No entanto, expunham-se aos perigos de se machucarem com os buracos. As bolas utilizadas na quadra também não duravam muito; (f) as linhas demarcatórias foram improvisadas por uma professora de uma escola local, que comprou as tintas e, com a ajuda dos alunos em mutirão as pintaram; (g) não havia sistema de água encanada, por isso nem sempre era possível beber água.



Fotos da quadra poliesportiva depredada.

Foi partindo desse quadro, e em consideração ao interesse dos moradores do bairro Lagoa pelo futebol, em especial o demonstrado pelas crianças e jovens (que alimentam o sonho de melhorar suas condições de vida através de um possível – ainda que difícil – sucesso numa carreira no futebol), que se propôs e se desenvolveu a escolinha de futebol.

B. A atuação dos jovens

Mais do que tornar os jovens atletas, mais do que tornar o espaço do lazer um local que privilegiasse o rendimento e a exacerbação da competição, buscou-se dar novo sentido e significado ao tempo livre dos jovens, através da educação para e pelo lazer. Os jovens atuaram pela via democrática de reivindicar melhores condições de vida e saúde, começando pela garantia do direito ao lazer em espaços públicos de qualidade.

O futebol, como atividade predominante até o início das atividades do projeto, serviu como meio de articulação e mudança do contexto acima exposto. Os jovens atuaram em diferentes ações, sempre com objetivo de melhorar as condições de segurança e viabilidade dos espaços e equipamentos existentes em uma quadra pertencente ao bairro Lagoa. Para tanto, alguns elementos serviram como balizadores às ações:

Alimentando o sonho de ser um jogador profissional: embora houvesse a pretensão de superar o pensamento dominante acerca do ensino do futebol, foi considerado o objetivo com que os jovens frequentavam a escolinha: *aprender a jogar futebol*, para, quem sabe, um dia tornarem-se *jogadores profissionais*.

- **O equilíbrio entre autoridade e liberdade:** foi necessária uma intervenção para estabelecer o equilíbrio entre a autoridade do professor e a liberdade dos jovens, já que por compreenderem o lazer como a “liberdade para brincar”, eles imaginavam que podiam fazer o que bem quisessem no projeto.
- **Assumindo compromissos com o projeto:** a partir do fato da inexistência de água na quadra, desde os primeiros dias os jovens foram estimulados a se responsabilizarem por levar uma garrafa com água para o próximo encontro (era utilizada uma garrafa térmica de 5 litros, comprada pelo professor). Caso o responsável esquecesse a garrafa, não havia atividade, ao menos que todos juntos fossem à sua residência para buscá-la. Também foi estabelecido que se o responsável num determinado dia não pudesse comparecer, ele teria que procurar outra pessoa (da escolinha) e pedir sua colaboração para a tarefa. E foi nessa lógica que eles assumiram um importante compromisso com a escolinha, não deixando que a falta de água atrapalhasse a frequência de todos e o desenvolvimento das atividades.
- **O compromisso com a vida:** quando se fala ou pensa em esporte, logo se associam discursos como *Esporte é Saúde* ou *Esporte é Vida*. Frases que expressam falsas verdades, já que, o esporte, como vimos no Ciclo I, apresenta contradições. Mesmo que a prática regular traga melhoras na aptidão física, é fato que as exaustivas repetições de exercícios sem reflexão sobre o que se está fazendo, podem deteriorar a saúde dos praticantes. Observa-se que, atualmente, as lesões desportivas são cada vez mais frequentes. Diante dos limites do discurso dominante e do esclarecimento de que aquecimento e alongamento não garantiriam a prevenção da ocorrência de lesões desportivas, estas atividades foram empregadas – não como um simples preparativo para o jogo (aspectos fisiológicos) – mas, como uma estratégia para aproximar os envolvidos uns dos outros, favorecendo o resgate das relações pessoais, bem como um importante momento educativo para o lazer. Instigando reflexões acerca das lesões, pela problematização da postura das pessoas frente ao sofrimento humano, se procurou despertar o sentimento de humanidade entre os jovens, em especial, porque na sequência estava prevista (e assim ocorreu) a realização de uma atividade de

primeiros socorros ministrada por dois integrantes do Corpo de Bombeiros de Irati (conforme solicitação feita e atendida pela referida Corporação). Dessa forma, partiu-se do entendimento de que antes de capacitar os jovens a agirem (com grandes limitações) em situações de emergência, eles deveriam estar sensibilizados de que todas as pessoas têm direito ao atendimento e, portanto, a viver, independente de quem elas sejam.

- **Táticas para a superação de limites:** no esporte geralmente se fala da superação dos limites. Trabalhando com essa noção, enfatizou-se não a superação dos limites biológicos, mas a superação dos limites geográficos do bairro e do município. Assim, como os jovens sentiam-se limitados a apenas vivenciarem atividades no bairro, foram criadas possibilidades de participação em atividades realizadas em outros locais do bairro, e até mesmo em outros municípios, como por ocasião de uma viagem à Curitiba, na qual as crianças e os jovens conheceram um estádio de futebol (o Estádio Joaquim Américo).
- **O jogador de futebol como um trabalhador do esporte:** propiciaram-se elementos (conversas, debates, vídeos, músicas etc.) para a compreensão de que o jogador de futebol é um trabalhador do esporte e, por isso, detentor de uma série de direitos, os quais muitas vezes para serem garantidos dependem da sua reivindicação, como, por exemplo, por espaços de lazer de qualidade.
- **Marcar gols pelo acesso aos poderes instituídos:** como faltava uma trave na quadra, a partir dessa necessidade deu-se início a um processo de capacitação para o exercício da cidadania, no qual se incluem: (a) elaboração de ofício reivindicando um par de traves solicitadas ao Departamento Municipal de Esporte e Lazer; (b) visitas ao referido Departamento para acompanhar o atendimento da reivindicação; (c) mobilização dos moradores do bairro para conquistar outras melhorias para a quadra, por meio da elaboração de abaixo-assinado que foi entregue pessoalmente ao Prefeito Municipal, em evento público realizado no bairro, e no qual estavam presentes diferentes meios de comunicação do município (rádios e jornais locais).
- **O jogo só acaba quando o juiz apita:** mesmo que as reivindicações não fossem ou estivessem demorando para serem atendidas, sempre que possível procurava-se demonstrar a necessidade de acreditar na força da reivindicação coletiva. Assim, diferentes momentos e estratégias eram empregadas para demonstrar ao Poder Público municipal que não haveria desistência até que a reivindicação fosse atendida, ou, na pior das hipóteses, até que um comunicado oficial demonstrasse não ser possível o atendimento da solicitação.

C. Resultados e impactos da ação desenvolvida

Tendo em vista o objetivo principal do projeto, a saber: mobilizar os moradores para a conquista de melhores condições estruturais para a quadra esportiva, os resultados e impactos obtidos foram: (a) o mato não toma mais conta da mesma; (b) as tabelas de basquetebol foram retiradas, no entanto, há a promessa de que serão instaladas duas novas; (c) as traves, que eram improvisadas, agora são fixas e de boa qualidade; (d) o alambrado que apresentava muitos e grandes buracos foi todo substituído e em alguns pontos (atrás das traves) foi elevado; (e) os buracos do piso foram tampados, porém o piso continua áspero, e isso continua deteriorando os materiais esportivos; e (f) as linhas demarcatórias que foram improvisadas por uma professora, e que eram tortas e sem as devidas metragens, agora são retilíneas e bem visíveis.



Fotos da quadra poliesportiva revitalizada.

Ainda há promessa, por parte do poder público, de que no terreno baldio ao lado da quadra, será construído um parquinho de diversões para as crianças. Assim, enquanto os jovens e os adultos estiverem utilizando a quadra, as crianças poderão ficar no espaço ao lado, brincando nos equipamentos de lazer. Apesar destas conquistas, convém dizer que o problema da falta de água na quadra ainda persiste impossibilitando que os jovens a bebam quando estiverem com sede.

Mas se as melhorias na quadra representam conquistas materiais advindas das atividades da escolinha, também é importante ressaltar a contribuição para o fortalecimento de uma ação coletiva e solidária voltada à superação da dificuldade de organização da comunidade, representando forma importante de superação do individualismo tão presente nas lutas diárias da população em nossa sociedade.

O futebol apresentou-se como um valioso instrumento para trabalhar pedagógica e politicamente com as pessoas envolvidas. Demonstrou e reafirmou que é pelo resgate do trabalho coletivo que se pode chegar a uma organização solidária da comunidade.

BIBLIOGRAFIA

REIS, L. V. S. **O mundo de pernas para o ar:** a capoeira no Brasil. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.



JUVENTUDE E SAÚDE

I – INTRODUÇÃO

Relembrando o caminho percorrido

No desenrolar do Ciclo I, primeiro ano do Projovem Adolescente, você Orientador Social trabalhou com os jovens vários conceitos e temas relacionados à Saúde que agora serão úteis como ferramentas e subsídios para a participação cidadã dos jovens em ações sociais em seus territórios.

Logo no início dos Encontros, no Ciclo I, você esteve preocupado em conhecer junto com os Coletivos como era o território em que vivem os jovens, levantando e localizando os fatores e condições ligadas ao perigo ou à proteção para as pessoas que nele habitam e transitam. A partir disso e, refletindo as condições dos jovens, foi confeccionado um mapa que foi sendo atualizado a cada Percurso Socioeducativo, à medida que as ações e informações trabalhadas com os jovens iam alterando a sua realidade ou a percepção deles sobre ela...

O primeiro e principal conceito trabalhado foi o referente à própria saúde. Por meio de debates, reflexões e vivências, as definições trabalhadas deram base para se conceituar e pensar a **saúde como bem-estar físico, mental e social**. Viu-se também que vale à pena colocarmos os nossos melhores esforços para alcançar esta saúde.

A partir desse entendimento de saúde, diferentes atividades e informações permitiram que os jovens fossem refletindo sobre o seu desenvolvimento corporal e amadurecimento e, dessa forma, fossem se conhecendo melhor, individualmente e no Coletivo, assim como no território em que habitam.

No Ciclo I, a intenção é que os jovens compreendam que, no processo de desenvolvimento corporal e de amadurecimento em que se encontram, há diferenças de momentos e ritmos para os rapazes e as moças. É marcante nesse processo, para as moças e para os rapazes, a descoberta da sexualidade, das sensações, dos desejos, das possibilidades, das fragilidades, das limitações e, juntamente, a consciência da responsabilidade de se cuidar e cuidar do outro, uma vez que para um amadurecimento e uma convivência saudável é preciso que conheçam seu corpo, protegendo-se e protegendo o outro das doenças sexualmente transmissíveis, em especial do HIV/AIDS (Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), ainda sem cura definitiva. Viu-se também a necessidade de evitar a gravidez indesejada, o que acabaria ajudando a diminuir a alta mortalidade associada à interrupção insegura da gravidez.

É preciso que os jovens tenham acesso a todas as informações, direitos e serviços para a vivência saudável e segura de sua adolescência, protegendo-se e sendo protegidos de violências, entre as quais destacam-se a violência sexual e de gênero, fortalecendo-se e sendo fortalecidos para quebrar os “muros de silêncio” que servem para bloquear a denúncia desses crimes. A saúde como bem-estar físico, mental e social está ligada a vários fatores, entre os quais destaca-se a autoestima, fundamental para um crescimento saudável e feliz, e que é estimulada nos jovens, ao longo deste Serviço Socioeducativo, desde o Primeiro Ciclo, por meio de atividades que os levam a valorizar sua aparência, e a importância de cuidar tanto do seu sorriso (saúde bucal) e de sua disposição física como do seu bem estar no mundo (ambiente, alimentação, atividade física saudável entre vários outros fatores). Tais atividades levaram os jovens a problematizar a violência com a qual convivemos e que, os atinge, principalmente através de homicídios e acidentes de transporte. Questionou-se também o uso e consumo das drogas em geral, incluindo o uso de anabolizantes. Pôde-se conversar com os jovens sobre a estreita relação entre as mortes por causas externas (como os acidentes de transporte e homicídios) e o uso de drogas, incluindo-se as legalizadas, como o álcool, compreendendo-se que a chamada lei seca (restrições ao consumo de bebidas alcoólicas) tem ajudado a demonstrar essa ligação.

Como forma de contribuir para que ocorram mudanças nessa realidade juvenil, marcada pelo alto índice de mortalidade no país, você, Orientador Social, estimulou a reflexão nos jovens levando-os a se apropriarem de algumas ferramentas e métodos de pesquisa.

O trabalho e as atividades desenvolvidas pelo tema Juventude e Saúde no Ciclo I e suas relações com os demais temas transversais – pesquisa, informação, reflexão, vivência e exercício de responsabilidade, prevenção, conhecimento e usufruto de direitos e de serviços – contribuíram para a tarefa coletiva de montar um mapeamento dinâmico do território, identificando nele pontos protetores e vulnerabilidades e fazendo isto de forma a envolver os jovens, como sujeitos no processo. Resumindo: viu-se que não fazia bem à saúde ficar apenas como receptor não crítico dos serviços vindos das esferas públicas governamentais e da própria comunidade. Era importante avaliar o que se recebia (ou o que não se recebia) e pensar ações que contribuíssem para a mudança da realidade, sempre que ela fosse percebida como aviltante e que fere os direitos, a dignidade do jovem e dos demais indivíduos.

Agora que estamos iniciando o Ciclo II, o mapa retratando o território é o ponto de partida para que os jovens, orientados e apoiados por você, Orientador Social, possam refletir, interpretar a sua realidade, e perceber possibilidades de atuar nela para contribuir para criar condições de mudanças, no plano da saúde, em seus territórios.

Desenvolvimento Local, saúde e protagonismo

Iniciando o Ciclo II, sugere-se uma atividade que possibilitará a retomada do que provavelmente ficou de mais importante do tema Juventude e Saúde no Ciclo I, incluindo uma revisita aos fatores condicionantes da saúde no território em que vivem os jovens.

Esta revisita é importante, pois é a partir dela que os jovens terão mais recursos para problematizarem sua realidade e escolherem como querem agir no seu território em busca de uma vida comunitária mais saudável. As experiências e sugestões de ações comunitárias, adiante relatadas, servirão para ajudar a dar o formato e as ferramentas de que os jovens precisarão para partir para a ação.

Retomamos a seguir a orientação dada no Percurso IV do Ciclo I, para a elaboração do mapa com os fatores condicionantes de saúde:

é este o importante e difícil passo que a área de saúde propõe a dar, ultrapassando seus limites enquanto setor ou disciplina, uma vez que é sabido que o processo de saúde-doença está ligado também às condições gerais de vida dos sujeitos nos territórios – às condições de trabalho, de transporte, de qualidade do ar, de saneamento de alimentação, de lazer – que condicionam e explicam a saúde. A promoção da saúde envolve, portanto, desenvolver a integralidade, equidade, responsabilidade sanitária, intersetorialidade, informação, educação, comunicação e sustentabilidade.¹⁸

O que tem sido denominado como fatores condicionantes e determinantes de saúde, diz respeito às condições sociais e econômicas que acabam influenciando na qualidade, maior ou menor, da saúde em determinado local/território. Entre estes fatores e condições, os sociais e econômicos são de grande importância. São inúmeras as ações em políticas públicas na área da saúde que confirmam este entendimento, como, por exemplo, a pesquisa realizada, em 1994, pela FIOCRUZ, junto ao conjunto de favelas de Manguinhos, no Rio de Janeiro, cujos moradores apontaram como os maiores problemas daquele complexo território a baixa renda e o desemprego.

O entendimento sobre fatores condicionantes nos leva a buscar o conceito de **Desenvolvimento Local**, entendido como:

*... processo que move energias, recursos e talentos de pessoas e organizações para favorecer a cidadania e melhorar as condições de vida da população de determinado espaço geográfico socialmente definido.*¹⁹

Este conceito, muito importante e caro para as ações de política pública em saúde, favorecerá uma abordagem da realidade local de maneira organizada e orientada para as ações implicadas no tema saúde e nos demais temas transversais, que vierem a ser delineadas, sendo, pois, muito oportuno para este Ciclo II do Projovem Adolescente, que tem nos eixos participação cidadã e formação para o mundo do trabalho as referências para as ações sociais a serem realizadas pelos Coletivos.

A compreensão sobre o que significa Desenvolvimento Local constitui-se num caminho para a orientação da percepção dos jovens sobre a realidade, a sociedade e o próprio Coletivo.

Ao propor-se a você, Orientador Social, que trabalhe com os conceitos de **Desenvolvimento Local** e de **Saúde**, aponte-se para a relação e interdependência entre boa saúde e trabalho sustentável, entre inclusão social e uma busca participativa da população local para manter e aumentar os fatores condicionantes positivos e identificar e diminuir os condicionantes negativos que colocam em risco, ou mesmo impedem, a manutenção de uma vida saudável. Reforça-se também a interdependência entre equidade e os serviços de saúde oferecidos na comunidade, aspectos que são imprescindíveis para uma vida cidadã.

A ideia é que neste Ciclo II os jovens do Coletivo caminhem, cada vez mais, através da integração, da grupalidade, da pró-atividade para a realização de ações que contribuam para a superação de uma possível (ou provável) invisibilidade juvenil. Deseja-se que e os subsídios apresentados neste contribuam para a criação de situações de grativo **protagonismo dos jovens e novas** oportunidades de experimentarem-se como atores sociais que podem fazer diferença em questões importantes e relevantes ao território onde habitam.

Protagonismo é a atuação de adolescentes e jovens, através de uma participação construtiva, no envolvimento com as questões da própria adolescência/juventude, assim como, com as questões sociais do mundo, da comunidade.

O protagonismo integra a concepção de **empoderamento**, que, por sua vez, diz respeito a um processo não apenas de emancipação individual, mas da aquisição de uma consciência coletiva da dependência social e da dominação política. Na verdade, este conceito possibilita traçar uma ponte entre o local e o global, ampliando o contexto de inserção do indivíduo para além de suas famílias e comunidades, articulando-os a noções mais amplas.

Empoderamento significa em geral a ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação de uma situação particular (realidade) em que se encontra, até atingir a compreensão de teias complexas de relações sociais que informam contextos econômicos e políticos mais abrangentes.²⁰

Notas

19. Calame, 2004; Jesus, 2003 apud Akerman, 2007, p. 39.

20. **O que é empoderamento (Empowerment) de Ferdiand Cavalcante Pereira**, Pesquisador do Núcleo de Estudos da Contemporaneidade: ferdi.pereira@ibest.com.br

Na medida do possível para cada Coletivo, estimula-se que as experiências devem ser não apenas locais, mas também intercomunitárias, horizontais, buscando melhorar a qualidade de vida dos grupos humanos. As populações envolvidas devem ter voz e participação ativa tanto no planejamento como na implementação das ações. Ou seja, é aí, no dia a dia, que a ideia de Desenvolvimento Local vinculado à saúde tem muito a oferecer e um grande potencial de gerar mudanças duradouras, tanto na vida da comunidade, como na forma de pensar e na atitude dos jovens e das famílias.

Retomando o Mapa do território – fatores protetores e de risco à saúde

Logo no início do trabalho no Ciclo I, foi proposta aos jovens a confecção de um mapa territorial, em que fossem marcados basicamente os locais onde se podem observar fatores de proteção e de risco e vulnerabilidades para a juventude local. Sugeriu-se que fosse elaborado um mapa mesmo, com partes desenhadas ou sobre um mapa geográfico e que este ficasse fixo à parede em um local de uso do Coletivo com a marcação dos pontos favoráveis e desfavoráveis aos jovens com as cores verde e vermelha, respectivamente. Previu-se, quando a atividade do mapa foi apresentada, que ele seria muito útil e muito usado no Ciclo II. Bom, chegou a hora então!

Assim como foi feito um importante diagnóstico no conjunto de favelas de Manguinhos, no Rio de Janeiro, em relação aos principais problemas da comunidade, o mapa do território confeccionado pelos jovens, com os fatores protetores e os que representam risco, é também um instrumento de diagnóstico, com maior ou menor precisão de acordo com o nível de detalhamento e de pesquisas feitas para construí-lo: se o Coletivo tiver se empenhado bastante em sua construção chegando a um alto grau de detalhamento das situações, provavelmente contam com um mapa mais preciso e confiável.

Sugere-se, ainda, que esse mapa seja trabalhado também pelo método da fotografia. Basta guardar os mapas em seus diferentes estágios e ir comparando-os, ao longo do tempo, com os mapas modificados ou pela ação do Coletivo ou por outros fatores que estão sempre em atividade, tais como, fatores econômicos, sociais, políticos, ligados ao poder, territoriais, entre outros.

Desse modo é possível medir também, até certo ponto, a eficácia das ações do Coletivo, isto é, o quanto as iniciativas estão tendo sucesso em modificar, mesmo que em pequena escala, a realidade do território enfocado.

Como foi dito anteriormente, trabalhar a saúde na perspectiva de desenvolvimento local abrange também os habitantes do território e os participantes das ações que nele se desenvolvem. O método da fotografia é um bom método também para ser usado com o grupo de jovens: uma fotografia do grupo no início deste Ciclo II a ser comparada com uma do Coletivo ao fim do Ciclo. O método da fotografia favorece também uma autoavaliação dos jovens e uma avaliação do Coletivo feita pelos jovens, considerando seu desenvolvimento pessoal, amadurecimento, aprendizagens e aquisições ao longo do Projovem Adolescente. O quanto cada jovem no grupo modificou-se? O quanto o grupo como um todo também se modificou em função do trabalho desenvolvido no Coletivo?

Compartilhando percepções a partir do Mapa do Território: Cartas entre os Coletivos

A proposta é de que o Coletivo se comunique com outros Coletivos do Projovem Adolescente, como meio de socializar suas experiências, estimular a criação de uma rede entre os Coletivos e objetivar sua percepção do território com base no último mapa elaborado, a fim de reconhecer nas experiências que serão relatadas neste texto aquelas que se aproximam de possibilidades de atuação em seu território.

Os jovens devem ser orientados a redigirem em conjunto duas cartas: uma para um Coletivo próximo com o qual você Orientador Social esteja trabalhando e com o qual possa fazer parceria ou trocar ideias sobre algum problema ou aspecto positivo que tenham em comum, ou mesmo fazer algum evento juntos, uma festa, um jogo...; a outra carta deverá ser enviada para algum Coletivo de outra região, de preferência bastante diverso e distante geograficamente dos que estão aos seus cuidados.

Sugere-se que a carta seja estruturada em pelo menos seis partes;

1- uma parte livre (após uma introdução constando local, data, o adequado “car@s colegas, identificando-se enquanto Coletivo que escreve etc.);

2- uma parte em que os jovens contem de forma resumida como está sendo para eles participar do Projovem, de preferência incluindo algo concreto por que tenham passado, e o que mais chamou a atenção deles de tudo o que foi vivenciado ao longo do primeiro ano;

3- uma parte que relate alguma característica bem específica de seu território; pode ser um aspecto cultural, econômico, esportivo, enfim, algo que seja próprio deste território e que queiram compartilhar com outros jovens, de longe, para fazer uma troca mesmo, tipo: ‘aqui gostamos de fazer isso assim e assim...’;

4- uma parte que trate de um ponto de dificuldade que enfrentam em seu território, enumerando as maneiras através das quais pensam em superar tais dificuldades e perguntando se o Coletivo destinatário tem problemas semelhantes e se os jovens têm sugestões para ajudá-los a resolver tais dificuldades;

5- uma parte que trate de um ponto positivo em seu município, algo que realmente dá certo e que é bom para os jovens. Pode ser algo que era antes um problema e que foi superado e que agora funciona bem, originado a partir do Mapa do Território dentre daqueles pontos que são fatores protetores para os jovens; e

6- uma parte de despedida livre, em que se manifeste claramente a grande expectativa de uma resposta para a carta que se está enviando.

Acredita-se que esta atividade, que deverá ser realizada por vários Coletivos, ajudará o grupo a fazer uma reflexão, trabalhando sobre as aprendizagens geradas no Ciclo I, especialmente sobre o Mapa do Território. Espera-se que induza também reflexão sobre o processo grupal e pessoal, sendo mais um estímulo, agora de ordem prática, para pensar de forma bastante qualificada e analítica o território de moradia. A continuidade desta atividade ocorre quando chegar a primeira resposta à carta, sendo então escrita outra carta e ficando estabelecida a comunicação entre os Coletivos que deverá ser mantida, cuidada até o fim do Ciclo II e, quem sabe, continue depois por iniciativa dos próprios jovens...

Agora, visto o conceito de desenvolvimento local articulado à saúde e revistos os mapas territoriais, retomaremos cinco (5) temas tratados no Ciclo I e que, por sua importância, merecem ser aprofundados, indo além dos aspectos já trabalhados. Os temas que focaremos são os seguintes:

1. Saúde para quê? Saúde para quem?
2. Questões de gênero;
3. Violência sexual contra crianças e adolescentes;

4. Gravidez (adolescente) indesejada, interrupção insegura da gravidez e DST/AIDS;
5. O que fazer diante da mortalidade de jovens por causas externas?

Em cada um desses temas serão retomados alguns dos aspectos tratados no Ciclo I, e agregados outros, para com isso, ampliar o debate e a reflexão dos jovens, recordando que os focos do Ciclo II são a participação cidadã dos jovens e a sua aproximação com o mundo do trabalho.

II – APROFUNDANDO TEMAS

Na primeira atividade desta parte do Ciclo II, retomamos o mapeamento real do território onde os jovens habitam, procurando apontar o mais claramente possível tanto os pontos que oferecem de algum modo proteção ao jovem, como aqueles que, pelo contrário, são motivos de risco e de vulnerabilidade.

Agora, é hora de arregaçar as mangas e enfrentar com mais intensidade e de modo mais organizado as ações a serem realizadas no próprio território, de intervenção na realidade, para modificar o que estiver ao alcance e para construir ferramentas, a fim de atingir aquilo que possa, no momento, parecer inalcançável. Lembramos que plantar sementes de questionamento, de ideias, de outros pontos de vista e atitude reflexiva é também intervir na realidade.

Teremos dois caminhos norteadores para as ações: 1º, o mapeamento no território dos pontos de proteção e pontos de risco, e 2º, a noção de saúde aliada à ideia de desenvolvimento local e à de protagonismo.

Em relação ao trabalho de mapeamento dos pontos protetores e de vulnerabilidades, é importante ver novamente ou retomar a análise feita recentemente, caso haja pouca diferença de tempo. Ver se houve piora no cenário, se houve melhora, verificando, especialmente, o conjunto de fatores que leva os pontos de risco presentes no cenário a serem pontos de risco e vulnerabilidade. Levantar se existem possibilidades de intervenção, quais seriam, e, em que localidades os jovens podem atuar. Para buscar concretizar essas possibilidades serão apresentadas, a seguir, algumas sugestões de intervenção em situações que envolvem conceitos e conhecimentos na área da saúde, já trabalhados ao longo do Ciclo I.

1. Saúde para quê? Saúde para quem?

Entre as diversas definições sobre saúde trabalhadas no Ciclo I, chegou-se a definição de saúde como um recurso, uma ferramenta para nosso dia a dia e não apenas como um objetivo em si mesmo, isto é, ser saudável. Ter *saúde é o básico para perseguir e obter muitas outras coisas boas para nós, para os outros e para a sociedade em geral.*

Mas, afinal, saúde para quê? Como tem sido o dia a dia dos jovens? O quanto são felizes no cotidiano? O quanto é possível perceberem as ações e situações que dão prazer a eles? O quanto é possível perceber que se está caminhando na direção desejada? Que o que está sendo construído é algo bom para os jovens e suas comunidades? É isso aí! Deve-se sim buscar saúde para a gente, buscar um corpo saudável, mas para alcançar harmonia, com uma mente e um espírito saudável. Se a boa saúde deve emanar das condições do cotidiano, como se viu a partir da necessária articulação entre *desenvolvimento local e saúde*, como seria possível estar saudável se as condições do cotidiano não forem boas?

O desafio é levantar as condições de existência cotidiana em que os jovens vivem, para avaliar se está sendo possível levar uma vida saudável. A partir deste diagnóstico, devem-se traçar passos e metas para caminhar em direção à busca da saúde integral.

O que os jovens podem fazer?

Trata-se de um problema/desafio complexo que a solução é complexa também: sugere-se que você, Orientador Social, organize com os jovens dos grupos reflexivos sobre como veem sua saúde, tomando como referência as condições do cotidiano e o que cada jovem trazer sobre a sua realidade e o que significa um processo de mudanças em direção a uma saúde integral.

Os questionamentos podem ser matéria-prima para a discussão de os outros grupos reflexivos que se formarão: saúde para quem? Para que se viva bem, ou para corresponder a algum padrão pré-estabelecido por situações de trabalho ou por outras, como padrões de beleza, por exemplo, a fim de ser mais uma peça explorada em uma situação precarizada (indigna, insustentável) de trabalho? Saúde para quê? Saúde para quem? Como é possível lidar de modo crítico com os condicionantes (elementos, fatores e condições) sociais da saúde, e com as imposições raramente equitativas e justas com que todos acabam tendo que lidar? O conceito de desenvolvimento local é uma importante referência aqui para ajudá-los a pensarem juntos como é um trabalho que não seja ou esteja precarizado, que não seja indigno.

2. Questões de gênero

Foi possível levantar no Ciclo I (*Caderno do Orientador Social, Percurso Socioeducativo II*, p. 42-44), as seguintes questões/problemas a esse respeito:

A questão do machismo

Como o machismo está em cada um de nós? Este levantamento foi resultado da dinâmica proposta na p.44 do Caderno citado: os jovens se dividiram em dois grupos por gênero, descreveram o que é ser um adolescente do sexo oposto, podendo descobrir, tanto um grande desencontro de expectativas entre os gêneros, como até certa sintonia ditada por uma cultura machista, de uma sociedade ainda machista, e que influencia adolescentes de ambos os sexos. Pôde-se, naquele momento, perceber como muitas coisas tendem a continuar sempre as mesmas, ainda que diante de um mundo em transformação em que as mulheres têm assumido lugares cada vez mais destacados na sociedade. É possível perceber que alguns homens tendem a reagir às mudanças na sociedade com violência, procurando subjugar (submeter, manter sob controle) as mulheres.

Acredita-se que as informações contidas no *Percurso Socioeducativo II*, a dinâmica realizada e o debate proposto devem ter contribuído para arejar e desconstruir, em grande medida, os estereótipos (visões fixas, fechadas) de gênero. Devem ter ajudado a superar a ideia de que o homem tem que ser sempre o machão, dominador, enquanto a adolescente mulher deve ser submissa, mais quieta, aceitando as “ordens” do homem.

O que os jovens podem fazer?

É possível avançar em uma compreensão mais moderna e democrática sobre as diferenças e a convivência entre os gêneros. Entende-se (fazendo um diagnóstico a partir da experiência vivenciada no Ciclo I) que as questões de gênero em geral estão pouco trabalhadas, podendo – ainda com frequência – dar espaço para a *violência de gênero*.

A sugestão agora para trabalhar a reflexão e a re-elaboração das atitudes entre os gêneros (o gênero feminino e o gênero masculino) é levar a mesma dinâmica de trabalho para outros jovens. Onde encontrar os jovens? Os jovens frequentam muitos espaços comuns aos participantes dos Coletivos, e, entre eles, o espaço da escola é um dos que com certeza se encontram rapazes e moças em quantidade.

A partir de tudo que foi exposto, propõe-se fazer uma rodada de “tempestade de ideias” (lembrando: papel e lápis na mão, eles anotam tudo que vier à cabeça, sem refletir, a partir de determinada pergunta ou tema, durante no máximo 60 segundos) com os jovens do Coletivo para ver que ideias surgem sobre possibilidades de atuação diante deste problema.

Orientador, debata com o Coletivo as possíveis formas de trabalhar este tema com um número maior de jovens. A proposta é que se busque fazer parcerias com escolas locais e com entidades com o intuito de fazer visitas às escolas para aplicar a dinâmica desenvolvida no Ciclo I, da qual todos participaram.

Pode ser necessário e enriquecedor, antes do contato dos membros do Coletivo (inclui o Orientador Social) com as escolas, organizar um debate com a participação de algum profissional que esteja trabalhando as questões de gênero, para ajudar a fazer circular reflexões, dar exemplos e esclarecimentos sobre as dúvidas dos jovens.

Violência de gênero

A reflexão sobre este tema pode ser aprofundado em atividade desenvolvidas com e pelos próprios jovens.

O que os jovens podem fazer?

Os jovens do Coletivo podem aplicar a dinâmica da Oficina de Gênero, em locais com grande número de jovens, em escolas, por exemplo. Cabe a você, Orientador Social, o papel de facilitador, e supervisor, acompanhando os jovens nos vários momentos e etapas da dinâmica, sempre os orientando a fazer cada vez um maior número de tarefas de complexidade e responsabilidade crescentes. No início, sugere-se que você os acompanhe nos contatos com os responsáveis pelos estabelecimentos (diretores de escolas, por exemplo), No caso de haver demanda de informações, entende-se o trabalho de vocês, Orientadores, muito mais, em um primeiro momento, de perguntar, do que de dar respostas (isso deve ficar claro também para a pessoa convidada, que ela não está indo dar uma palestra, mas ajudar a provocar e facilitar o debate) e, em um segundo momento, dar o seu testemunho, citando exemplos que possam ser interessantes.

Aos poucos até as tarefas mais complexas devem começar a ser feitas de forma livre, para que os jovens vão aumentando sua autonomia e capacidade. O objetivo é que os jovens sejam os facilitadores (em duplas ou trios) das oficinas que podem sim ser chamadas de Oficinas de Gênero.

Quem? O Coletivo deve fazer um trabalho de escolha dos jovens para a atividade, em especial no segundo momento, os jovens irão aos locais sem a sua presença, Orientador Social. Podem ser formadas duplas ou trios, juntando, por exemplo, um jovem mais extrovertido com outro nem tanto. Essas visitas devem ser precedidas de simulações, dramatizações e jogos que permitam vivenciar as situações como se fossem de verdade, dentro do espaço do Coletivo. Como é este treinamento? É basicamente convocando cada vez mais o jovem menos falante a participar, a facilitar as discussões, para que possa abandonar aos poucos o lugar, por vezes bastante cômodo, do que fica quieto, esperando os outros fazerem. Todos devem protagonizar esta atividade.

Registro e avaliação: um ou mais jovens devem ficar responsáveis por anotar os eventos de cada sensibilização nas escolas, para ver pontos fortes da facilitação, e os pontos de melhoria (o que pode e deve ser melhorado), colher histórias interessantes que podem ser citadas em outras atividades, ou para uma pequena publicação “caseira” sobre o assunto. Sugere-se que ao fim de cada Oficina seja feita uma avaliação com os alunos da escola, perguntando-lhes o que acharam da atividade, como se sentiram. Deve haver uma rápida avaliação informal entre você, Orientador, e os jovens que tiverem facilitado o grupo com você, também indagando do sentimento de cada um, o que aprenderam; o que acrescentariam à atividade, o que fariam diferente etc.

Depois deve haver uma avaliação aberta a todo o grupo no espaço do próprio Coletivo, para que sejam verificados vários pontos, entre os quais e mais importante, se a atividade está de fato cumprindo seu papel e, caso não esteja, o que podem fazer diferente para acertar mais. Seria muito produtivo e importante que participassem desta avaliação pessoas-chave na instituição em que ocorreram as atividades, como, por exemplo, o profissional que trabalha com gênero, o diretor da escola, algum professor, alunos representantes de turma, entre outros que o Coletivo perceba como podendo contribuir. Estas pessoas seriam então convidadas para a reunião de avaliação. Para a verificação de resultados, a avaliação realizada ao fim de cada atividade será de grande importância e deve também ser registrada.

Duração, escala e resultados: a duração da atividade, bem como a abrangência que o Coletivo desejará atingir deve ser decidida pelo próprio Coletivo de acordo com o tempo que decidirem dispensar para esta. Um possível resultado interessante seria colher depoimentos que os jovens considerem inusitados, bem como aquilo que sempre se

repete para fazer um pequeno “caderno de gênero” que, de acordo com as possibilidades de articulação do Coletivo, poderia até vir a ser publicado, para ser utilizado como material para a multiplicação da dinâmica em outros espaços. Nesse momento, conseguir parcerias torna-se muito importante: o comércio local, as instituições bancárias; empresas e outras organizações podem ser atraídos a serem parceiros de uma ação tão importante e inovadora.

Acompanhamento: algo que pode ser bastante produtivo é propor que os jovens da escola ou da instituição onde tiver ocorrido a Oficina procurem multiplicar a atividade em suas outras redes, com familiares, com amigos, ou com a turma da rua. Seria interessante, se vocês, neste momento considerarem produtivo, marcar um retorno de representantes do Coletivo aos núcleos escolares onde se realizaram as Oficinas, propondo uma conversa que procure saber se a atividade teve desdobramentos, outras discussões posteriores ou se a discussão gerou alguma alteração de comportamento ou novos questionamentos naqueles jovens ou em algum grupo em que tenham discutido o tema, como, por exemplo, no grupo familiar.

Pode-se debater com o grupo de jovens do Coletivo se não seria interessante a aproximação destes com instituições que já desenvolvam algum trabalho na área de gênero e violência para que elas possam somar forças com o Coletivo no desenho geral da atividade.

Se tiverem acesso à Internet acessem a busca por assunto – gênero, violência de gênero – em algum motor de busca como o Google, e você, Orientador Social, deve ajudar os jovens a verificar a seriedade dos sites consultados. Esta pesquisa ajudará a saberem um pouco mais sobre como outras organizações governamentais ou não trabalham o tema de gênero e violência de gênero.

3. Violência sexual contra crianças e adolescentes

Uma pessoa que se desenvolve e amadurece tem o direito de exercer a sexualidade saudavelmente. No Ciclo I²¹ tratou-se da sexualidade e dos direitos sexuais e reprodutivos. Viu-se que cada um tem como direito inviolável (legalmente protegido contra qualquer violência) respeitar o seu próprio tempo, seu próprio ritmo. Neste sentido, quem optar por crescer e amadurecer mais para viver as primeiras relações sexuais tem o pleno direito de assim agir, não podendo ser por isso desrespeitado ou contra isso pressionado. Desrespeitar esses limites implica vários tipos de punições a quem desrespeita, inclusive na esfera criminal. Exercer o direito é observar os limites que ajudam a delimitá-lo. E denunciar sempre que estes limites sejam ultrapassados. Quando mais rápida é a denúncia (pode ser uma suspeita), menor é o dano, e menor é a dificuldade de interromper uma situação que pode complicar-se e virar uma triste rotina de abuso.

Infelizmente o desrespeito à integridade de crianças e adolescentes no Brasil tem sido uma infeliz constante, com números que indicam uma alta incidência de crianças e adolescentes abusados e maltratados, como também denuncia, como veremos mais adiante, a experiência da Rede TXAI. Este problema está colocado logo após o da violência de gênero, porque ele, em grande parte, decorre da violência de gênero, do patriarcado (todo o poder nas mãos do pai), do abuso de poder e do possível abuso de poder intergeracional.

O que os jovens podem fazer?

Propõe-se que o Coletivo crie formas de comunicação com a sociedade local, utilizando, por exemplo, uma campanha de esclarecimento sobre os maus tratos e abuso sexual contra crianças e adolescentes. Sugere-se recorrer ao método usado pelo instituto PAPAI (descrito abaixo) e por outras experiências citadas neste documento ou já conhecidas dos jovens, como o TXAI Jovem e a experiência de Petrópolis, e, em especial àquelas em que se percebe uma maior interatividade e efetividade na comunicação, do tipo *jovem fala para jovem*.

Para o sucesso da intervenção é fundamental os jovens acreditarem que o que estão fazendo tem sentido e é importante socialmente – isso faz com que se sintam autores da iniciativa e fiquem mais comprometidos com a tarefa. Após debater as primeiras ideias de ação, convidem representantes de alguma instituição que atue e tenha experiência com este tema Violência sexual contra crianças e adolescentes (pode ser alguém do antigo Programa Sentinela, por exemplo) e que possa contribuir com informações e exemplos. Não devem deixar de tentar algo novo, pode funcionar melhor que aquilo que já é conhecido. Sugere-se a criação e confecção pelos jovens de um material bem básico: utilizando uma folha de papel, onde os jovens do Coletivo escrevam os tipos de violência intrafamiliar que ocorrem contra crianças e adolescentes, com destaque para a violência sexual, criando um texto resumido com base nos conteúdos trabalhados no Ciclo I²². É importante que este material contenha o **telefone 100**, indicando que é o telefone nacional para receber denúncias contra abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, deixando claro que basta ligar estes três números de qualquer lugar do Brasil e destacar que a ligação é sempre gratuita. Esse material pode ser distribuído ao final da atividade sobre gênero (Oficina) para todos os participantes de cada reunião, a outros jovens, tanto da escola como para outros jovens, bem como para os colaboradores da escola (desde os do nível de diretoria até os encarregados da limpeza).

Sempre que houver condições, sugere-se que haja um momento para discussão do material com as pessoas que o estão recebendo para que possíveis dúvidas sejam respondidas e o debate aprofundado.

Notas

21. Caderno do Percurso Socioeducativo II: p. 35-36, 38-39.

22. Caderno do Percurso Socioeducativo II: p. 42-43.

Material necessário: *O Livro das Famílias*, produzido pelo CLAVES (Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli), e que está disponível no site da Sociedade Brasileira de Pediatria: http://www.sbp.com.br/img/livro_familia.pdf. Ele pode ser obtido em arquivo digital tipo “pdf” e impresso. Caso não seja conseguido fisicamente, o Coletivo poderá tentar uma parceria com alguma instituição que possa fazer a impressão de pelo menos cinco exemplares para cada intervenção que o coletivo for fazer. O que pode ajudar a tornar esta parceria realidade seria o Coletivo oferecer como contrapartida, que o parceiro coloque sua marca no material ou em algum outro de sua visualização institucional, como apoiador especificamente desta atividade.

Oficinas com jovens nas escolas

A atividade que sugerimos é a seguinte: iniciar com algum tipo de disparador (que é algo que sirva para aquecer para dar partida na discussão, no debate, em uma conversa), que pode ser, por exemplo, um dos jovens contar/relatar um fato ou uma situação (de modo resumido) que conheceu, ou o Coletivo faz uma pequena cena de uma situação que possa sensibilizar os jovens participantes, ou algum outro recurso que atraia a atenção dos jovens. A seguir, de acordo com o número de participantes, atribui-se a cada jovem um número de um a cinco, de acordo com o número de participantes, de tal modo a formar grupos. Um dos facilitadores da atividade pede então para que jovens com cada número encontrem seus pares e que se reúnam em grupos separados por número (grupo dos de número 1, grupo dos de número 2, e por aí vai), para lerem juntos e debaterem sobre um dos temas, correlacionando o número do tema com o número do grupo (1- *a dificuldade de ser mãe e pai* (fica com os jovens com o número 1, no grupo que os reúne), 2- *superando a violência física*, 3- *lidando com a violência psicológica*, 4- *enfrentando a negligência*, 5- *lidando com a violência sexual*, 6- *violência no dia a dia de crianças com deficiência*), com destaque na discussão para os temas 2 a 5. Devem combinar um tempo de trabalho que seja confortável para eles discutirem o tema que receberam e um tempo posterior suficiente para que escrevam um pequeno texto sobre o que concluíram e, no final cada subgrupo apresentará o seu debate e o texto que produziram para o grupo grande. Sugere-se conversar antes com os jovens do Coletivo sobre a possibilidade de haver relatos impactantes, de histórias difíceis, que às vezes surgem nesta atividade. Ao fim, vocês devem acolher todas as contribuições e facilitar um debate entre todos, sempre que possível desenvolvido com os jovens sentados em círculo. Finalizando a atividade, vocês devem agradecer a todos e podem oferecer-se para voltar, se vocês estiverem disponíveis e se eles assim demandarem. Recolher ou não o material? O ideal é que o possam deixar com eles e pedir que o façam circular na instituição (escola ou outra), sempre sob supervisão de algum responsável da mesma. A decisão de deixar o material ou não vai depender do número de exemplares do livro a que o Coletivo terá acesso, seja o fornecido pelo Ministério da Saúde, seja aquele reproduzido a partir do arquivo digital e em parceria com aquela papelaria, outro comércio ou empresa da região.

4. Gravidez (adolescente) indesejada, interrupção insegura da gravidez e DST/AIDS

No Ciclo I foram trabalhadas as consequências de um filho não previsto para um casal que ainda está vivendo sua própria adolescência e não tem condições financeiras de se sustentar, bem como as dificuldades que normalmente um filho traz para os adolescentes, quando eles mesmos ainda estão em pleno processo de desenvolvimento. Estimule os jovens a refletirem sobre a ideia de que a concepção e a gravidez devem resultar de opções conscientes, dos jovens, de reflexões profundas e decisões intencionais e afirmativas para que os pequenos brasileiros – os bebês – tenham mais condições de terem um desenvolvimento sadio, livre de consequências de contratemplos, instabilidades e rebeldias que muitas vezes caracterizam o período da adolescência dos pais.

Para o caso de práticas sexuais inseguras e gravidez indesejada, deve-se lembrar que o aborto ainda é proibido no Brasil e, ainda que fosse permitido, não deve ser usado como método anticoncepcional ou em lugar dele.

Para lembrar-se como este assunto é sério, sugere-se retomar a estatística segundo a qual 16% das mortes maternas de mulheres entre 15 e 24 anos são devidas a complicações provocadas por aborto inseguro. Com base no ano de 2001, como exemplo, vê-se que a principal causa de morbidade entre adolescentes mulheres estava relacionada à gravidez, parto e puerpério (período imediatamente após o parto). Essa triste realidade é muitas vezes consequência do uso do aborto escondido, ilegal, totalmente inseguro como tentativa de evitar uma gravidez indesejada, configurando-se, pois, em uma importante causa de mortalidade de mulheres adultas e jovens.

Deve-se reforçar também o fato de que contar com toda a informação necessária neste campo, da sexualidade e prevenção, é um direito dos adolescentes, bem como de contarem com serviços públicos de saúde próximos a suas casas. Em relação ao material informativo sobre estes assuntos – prevenção de DSTs e AIDS, contracepção, entre outros – sugeriu-se a realização no Ciclo I de uma experiência em que o Coletivo deveria produzir o próprio material, como uma forma de compreender melhor e tentar solucionar o fato de muitas vezes o adolescente não se sentir atraído pelos materiais informativos produzidos pelos técnicos dos órgãos públicos, o que acaba resultando na sua não utilização, não cumprindo sua função.

O que os jovens podem fazer?

Abre-se agora a oportunidade de se preparar uma ação mais concreta e mais abrangente em relação ao tema acima. Esta ação é também um grande desafio: a partir da compreensão da experiência de Petrópolis²³ – com potencial de mobilizar mudanças nos jovens e nos contextos em que estes interagem – propõe-se retomar a atividade realizada no Percurso II do Ciclo I (p.38), revendo o folder produzido naquela oportunidade. Atenção: se não o houverem feito ainda, a hora agora é de fazê-lo.

O folder está realmente bom? Deve ser melhorado? Ficou original? Então é melhor não mexer? Não pôde ser feito na época? Foi feito, mas foi perdido? Qualquer que seja a situação o Coletivo deve providenciar para ter em mãos um folder ou outro tipo de material informativo que eles legitimem como importante para o trabalho.

Dicas para a ação

Sugerem-se três etapas para o desenvolvimento da ação:

1- Planejar um teste para o material informativo, combinando uma ida a uma UBS (Unidade Básicas de Saúde) que seja frequentada por adolescentes. O Coletivo, mais uma vez, deve destacar um ou mais jovens que assumam (com o orientador) o contato com os responsáveis pela Unidade, informando-os sobre o trabalho que se pretende desenvolver, solicitando autorização para fazê-lo e convidando-os a atuarem com os jovens em parceria. Na oportunidade, pode ser lembrada a experiência exitosa de Petrópolis, mostrar o material produzido pelo Coletivo do Projovem e propor a realização de um teste com o material junto aos adolescentes que circulam por lá. A ideia é entregar o *folder*, puxar uma conversa, ver o que eles acham, e se houver um fluxo e uma presença grande de adolescentes tentarem formar grupos e conversar com eles em grupo tanto sobre o material, quanto contando um pouco sobre o que é o Coletivo do Projovem, sobre o que vocês estão fazendo lá, e sobre os temas trabalhados. Alguém do Coletivo deve ir tomando nota das partes mais importantes da conversa para elaborar um relatório do teste do material, que deve ser repetido algumas vezes. É uma oportunidade para convidar outros jovens a visitarem o Coletivo e uma oportunidade para fazer pequenos ensaios de Oficinas a serem desenvolvidas quando se conseguir reunir um número razoável de jovens e o material estiver testado estiver concluído.

2- A segunda parte da atividade já é mais ousada e mais desafiadora: os jovens devem desenvolver, preferencialmente, novos contatos, diferentes daqueles que já tiverem sido feitos com instituições que trabalham com jovens no território (escolas e afins) e, com elas articular uma parceria mais forte para que possam tentar reaplicar (repetir) a experiência realizada em Petrópolis e ensaiada no ano passado entre vocês (Orientador + jovens dos Coletivos). Para isso bastará voltar à experiência de Petrópolis e à página 38 do Caderno do Percorso Socioeducativo II e seguir o passo a passo da Atividade 4 – “Produzindo material informativo sobre a saúde” e às duas Oficinas (Etapa 1 – “Sendo fisgado pelo material informativo” e Etapa 2 – “Criando e produzindo material informativo”), ou seja, produzindo o material e decidindo a forma de distribuí-lo. Pode-se também consultar diretamente a experiência de nº 01 citada aqui neste cadernos do Ciclo II e obter mais referências.

Para a efetivação dessa ação, será necessário que o Coletivo busque parcerias onde houver escuta para desenvolver as Oficinas e para apoiar a reprodução do material, para esta última, pode ser, como foi sugerido antes, junto à iniciativa privada (papelarias, fábricas de papel, laboratórios farmacêuticos etc.), em troca de divulgação da marca/ do patrocinador/parceiro no folder, com organizações da sociedade civil (ONGs, fundações, associações etc.) ou com organizações do governo local ou estadual ou federal na área da saúde, da educação, ou outra área social.

3- Por fim, a terceira parte desta ação é colocar em prática a distribuição, na maior escala possível, do material produzido. Este material pode ser aquele que satisfaça os vários grupos. Lembre-se como foi conduzido em Petrópolis, o processo para se chegar a um material único, e procure reunir todos para ajudar na tarefa, o Coletivo, o Orientador Social, os jovens do posto de saúde e os jovens da instituição que tiver sido parceira, além de outras pessoas cujas relações podem ser frutos de parcerias que surgidas no processo, como com a Unidade Básica de Saúde, com a escola etc.

Caso se consiga ter um êxito significativo neste processo todo, os jovens do Coletivo podem experimentar desenvolver outros papéis no processo, como o de ser o supervisor ou o articulador logístico (cuidar dos aspectos objetivos, fazer com que não falem recursos materiais ou humanos, conseguir transporte sempre que for necessário, e por aí vai).

Todo o trabalho deve ser registrado. O registro pode ser muito útil para que outras experiências desse tipo possam ser repetidas, assim como, para que se faça uma avaliação das ações, de como se saíram individual e coletivamente os jovens e para que o Orientador Social e o Coletivo possam dar um retorno construtivo em relação à atuação de cada um. Com esses procedimentos os jovens estarão fazendo também uma aproximação ao mundo do trabalho. Poderão ver como há aspectos complexos na organização e no desenvolvimento das ações, observar a necessidade dos membros do grupo assumir diversos papéis e cumprir determinadas tarefas, ver a necessidade de articulação e fluidez entre a equipe e a necessidade de fazer coisas que, por achamos que não somos tão bons, entre vários outros aspectos.

5. Mortalidade de Jovens por Causas Externas

No Percurso III do Ciclo I, viu-se, com base em dados do DATASUS, que boa parte de nossos jovens (especialmente do sexo masculino, pobres e negros,) perdem a vida em uma espécie de guerra, na qual jovens muito parecidos uns com os outros se agredem, mutilam e matam, quando não são mortos pela polícia. Isto reforça a tese da matança entre irmãos ou entre pessoas muito parecidas (uma espécie de guerra fratricida – quando irmão mata irmão), já que os policiais em sua grande maioria têm origens sociais e mesmo geográficas muito parecidas com a dos jovens com quem muitas vezes trocam tiros. No centro desta tragédia diária e anunciada, está o tráfico de drogas ajudando a engrossar um caldo de cultura (um modo de ser, uma atmosfera social) que afeta um número incalculável de brasileiros – é a “cultura de comando”, com a subversão dos valores em que normalmente acreditam os ditos “cidadãos de bem”.

No outro polo desta carnificina estão os acidentes envolvendo veículos de transporte cuja letalidade (capacidade de matar) pode também ser acompanhada através do mesmo banco de dados do DATASUS: são motociclistas, motoristas de automóveis, pedestres e ciclistas, envolvendo-se em um número muito grande de acidentes (colisões e atropelamentos) com vítimas fatais, grande parte deles associada à ingestão de bebidas alcoólicas. A partir desses exercícios de pesquisa pôde-se ver/entender e também usar o DATASUS para fazer importantes levantamentos sobre diversos aspectos ligados à saúde nos territórios e nas regiões em que moram e transitam os jovens dos Coletivos.

O que os jovens podem fazer?

Se na etapa 3 da pesquisa realizada no Ciclo I quando foram levantados os dados sobre os acidentes de transporte, recomendou-se que os jovens criassem algum tipo de comunicação de caráter preventivo, endereçada aos próprios jovens, agora é a hora de se produzir um material, em maior escala, procurando-se parcerias, e é hora de se criar um modo para distribuir estes materiais informativos a outros jovens da comunidade, para que o esforço possa produzir cada vez mais efeitos concretos na vida da cidade. A sugestão é que os próprios jovens do Coletivo façam a divulgação do material, fazendo pessoalmente a entrega a outros jovens, em locais onde estes podem ser encontrados em grupos, escolas, clubes, praças e campos onde se pratiquem esporte e lazer e em postos de saúde onde haja serviços de atenção ao adolescente. Ao entregar o material se entrega também a proposta e o convite para a participação de uma dinâmica com os destinatários do material.

A etapa seguinte é a organização da dinâmica pelo Coletivo Os jovens do Coletivo e os convidados quando da divulgação do material, formam um grande grupo (20 a 25 jovens) no local onde funciona o Coletivo (pode também ser em outro local cedido por alguma instituição parceira, que seja mais apropriado para ter a presença de mais jovens e com acesso fácil a transporte) Um ou mais jovens do Coletivo, coordenam a dinâmica e após a tradicional apresentação de todos, propõe a divisão dos jovens em grupos pequenos (entre 4 e 6 participantes) e mistos (jovens do Coletivo com jovens convidados). A tarefa de cada grupo será ouvir o que cada um tem a dizer sobre a violência desde três diferentes pontos de vista: como testemunha, como autor, e como vítima. Um dos jovens do grupo, que pode/ou não ser alguém do Coletivo do Projovem Adolescente deve fazer um resumo para ser apresentado no grupo grande sem identificar ninguém. Após a apresentação, propõe-se um debate com o grupo grande, para o qual algumas perguntas norteadoras são sugeridas, que serão colocadas progressivamente pelos jovens coordenadores:

- Por que tanta violência?
- É possível destacar-se sem ser violento?
- O que cada um pode mudar no seu dia a dia para contribuir para a diminuição da violência?

- Que outras formas, diferentes do modo violento, existem para a resolução de conflitos?

Feito o debate e registradas as respostas consensuais (ou não!) às questões orientadoras, deve-se abrir espaço para possíveis, e desejáveis outras perguntas formuladas pelos próprios jovens. E por fim o Coletivo, com a participação dos convidados que quiserem, discute possibilidades de multiplicação dessa ação em outros espaços institucionais como escolas e clubes, por exemplo. Esta tarefa seria objeto de posterior organização e desenvolvimento com o grupo de jovens comprometidos com ela.

III – RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

São apresentadas a seguir cinco experiências com diferentes ações em diferentes contextos, regiões e localidades do Brasil, nas quais se observa o protagonismo dos jovens. As experiências vão desde escolas, coletivos de jovens, ONGs (Organizações não governamentais), redes e iniciativas apoiadas por governos.

Pretende-se que com o relato destas experiências vocês Orientadores Sociais possam apreender elementos, refletir e problematizar com os jovens e, o que é mais importante, que possam todos inspirarem-se com as ousadias, as atitudes, com seus erros e acertos, e o modo pelo qual puderam ir superando os desafios, transformando-os em crescimento e aprendizagem.

A primeira experiência será mais bem detalhada, com informações mais aprofundadas sobre o contexto, a atuação dos jovens e sobre os resultados e impactos da ação e as outras quatro são apresentadas em relatos mais gerais.

Nome do Grupo ou Entidade	Onde atua?	O que faz?
A visão da nova geração – <i>Secretaria de Saúde de Petrópolis: Projeto piloto em saúde sexual e saúde reprodutiva do adolescente.</i>	<i>Região Sudeste –Petrópolis – Rio de Janeiro</i>	<i>Adolescentes envolvidos em estratégias de planejamento na atenção integral à saúde sexual e saúde</i>
<i>Rede TXAI²³</i>	<i>Região Norte – Pará</i>	Ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes
Voz Ativa da CUFA <i>(Central Única de Favelas)</i>	<i>Região Centro- Oeste – DF</i>	<i>Busca de alternativas e diálogo com adolescentes em iminência de ameaça de morte</i>
Adolescente Saudável – Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba.	<i>Região Sul –Curitiba, Paraná</i>	<i>Ações de protagonismo juvenil em escolas e outras instituições; Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE).</i>
Instituto Papi²⁴	<i>Região Nordeste –Pernambuco</i>	<i>Trabalham com homens jovens no campo da saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos.</i>

Notas

24. Entidades não governamentais dos sete estados da Região Norte articuladas, desde 1997, em rede, denominada Rede TXAI, congregando pessoas e coletivos em torno de um modo de pensar, com o objetivo de impulsionar mobilização e intervenções de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Existe a Rede TXAI que é mais geral, a Rede TXAI Jovem, que como o nome diz é uma parte mais jovem da Rede TXAI, entre outras.

25. Fundado em 1997, o Instituto PAPI é uma ONG feminista, sediada em Recife que desenvolve ações educativas, informativas e políticas junto a homens e jovens em situação de pobreza, bem como estudos e pesquisas sobre gênero e masculinidades.

Experiência 1 – A visão da nova geração: projeto piloto em saúde sexual e saúde reprodutiva do adolescente

Local: *Município de Petrópolis no Rio de Janeiro.*

Período: *Dezembro de 2005 e ainda em andamento, com destaque para as oficinas realizadas com os jovens no mês de outubro de 2007.*

Jovens envolvidos: *Diretamente, 60 adolescentes de colégios públicos de Petrópolis, cinco em área urbana e um em área rural. Indiretamente, pela ação multiplicadora desses jovens, é difícil precisar o número dos jovens e adolescentes envolvidos.*

Parceiros e apoiadores: *Ministério da Saúde e UNFPA (Fundo das Nações Unidas para as Populações).*

A. Breve caracterização da experiência

Muito se pode aprender com a experiência ora descrita, por isso foi escolhida para ser apresentada com maior detalhamento.

Trata-se de um projeto piloto em saúde sexual e saúde reprodutiva do adolescente, realizado no Município de Petrópolis, no Rio de Janeiro (2005-2007), tendo à frente do processo a Secretaria Municipal de Saúde, mas em interação tanto com a Secretaria Estadual, como com o Ministério da Saúde, dando um exemplo da importância da gestão integrada (que aqui reúne as três esferas – municipal, estadual e federal). Para compreender-se bem esta experiência, é necessário situar alguns fatos que antecederam e permitiram a ocorrência das oficinas com os jovens em outubro de 2007.

Em dezembro de 2005, alguns profissionais da rede básica fizeram um curso de capacitação em saúde do adolescente, oferecido pela Coordenação da Saúde do Adolescente da Secretaria Estadual de Saúde – RJ. A partir de então, vários profissionais da saúde passaram a reunir-se semanalmente para discutir com suas equipes sobre as questões mais urgentes ligadas aos adolescentes do município de Petrópolis. Um dos objetivos de tais reuniões foi buscar um modo de capacitar toda a rede, com um treinamento mais prático e adaptado à realidade local. Durante essas discussões surgiu a proposta de fazer uma capacitação para toda a rede básica de saúde, o que de fato ocorreu em 2006.

O projeto foi desenvolvido em seis Unidades Básicas de Saúde (UBS) que vinham trabalhando com adolescentes de escolas municipais da localidade. Os profissionais dessas UBS, médicos, enfermeiros, auxiliares e/ou técnicos de enfermagem, odontologistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e psicólogos foram contemplados com a capacitação que durou quatro meses e começaram a ficar sensibilizados para a possibilidade de uma experiência diferenciada e muito mais produtiva na interação com os adolescentes da região. Ficou claro, por exemplo, que o atendimento ao adolescente devia ir além de uma simples consulta individual e técnica. Impôs-se deste modo a necessidade da criação de uma rede diferenciada e integrada de cuidados ao adolescente.

Em relação às oficinas com os jovens realizadas nos dias 24 e 25 de outubro de 2007, participaram como atores importantes os profissionais da saúde, profissionais da educação e os próprios adolescentes, claro. Participaram das atividades com os jovens 12 profissionais das escolas e das UBS (existe uma relação de proximidade entre cada unidade básica de saúde e cada escola, com agentes da saúde atuando dentro das escolas) e 60 adolescentes dessas escolas. Entre os demais participantes havia: médicos, dentista, enfermeiros, fonoaudióloga, professores e diretores das escolas. Houve também a participação de representantes da saúde e da educação das esferas municipal, estadual e federal, além

de representantes de outras secretarias municipais. A médica pediatra que estava à frente da organização ressaltou que a iniciativa conseguiu não só reunir diversos segmentos da saúde que nem sempre conversavam entre si, mas também colocar na pauta alguns dos temas mais diretamente relacionados aos jovens e adolescentes:

Ações desenvolvidas nas oficinas

Criação e elaboração de material informativo (folder). Material original, diferenciado, feito pelos jovens para os jovens, para serem trabalhados por eles em suas comunidades; elaboração de um planejamento buscando-se as melhores formas de fazer a distribuição deste material informativo, o que inclui onde entregar, como, em que horários, e até o que falar no ato da entrega.

Os próprios sessenta (60) adolescentes são o público-alvo direto, no sentido do empoderamento para atuarem com outros jovens, sendo o público-alvo final, a juventude de Petrópolis. Se a proposta transcorrer tal como foi pensada pelo Ministério da Saúde e o Município de Petrópolis, a replicação (repetição) da prática e do folder (criação e distribuição) em todo o território nacional, outros jovens do Brasil serão também beneficiários da iniciativa. Indiretamente (ou às vezes até diretamente) as famílias dos jovens que tiverem benefícios com estas ações são também afetadas.

Recursos humanos e materiais utilizados

Especificamente voltados para as atividades com os jovens, no evento de 24 e 25 de outubro participaram coordenadores, doze facilitadores (profissionais da saúde e educação), um consultor avaliador contratado pelo MS e os jovens. Foram utilizados materiais informativos e didáticos sobre saúde sexual e reprodutiva, DST – AIDS, e sobre outros assuntos ligados à saúde do adolescente, além de material de escritório (tesoura, cola, cartolina, lápis etc.). Os recursos financeiros vieram do Ministério da Saúde e da UNFPA (Fundo das Nações Unidas para as Populações), cobrindo transporte e alimentação para os jovens e aluguel de dependências confortáveis e adequadas para a realização do evento (um lugar assim ajuda a fazer com que os jovens sintam-se prestigiados).

Articulações, apoios e parcerias

O Ministério da Saúde (MS) e o Fundo das Nações Unidas para as Populações (UNFPA) são os principais apoiadores. Paralelamente houve, e continuam a haver, parcerias com outras Secretarias do Município e do Estado do Rio de Janeiro, como a Secretaria Municipal de Educação.

B. Descrição da atuação dos jovens:

Os jovens foram protagonistas diretamente no evento (de 24 e 25 de outubro de 2007). Eles construíram o material e o apresentaram depois para a platéia presente no evento. No dia seguinte cumpriram a tarefa de novamente, divididos em grupos de 10 jovens, criarem as estratégias para a utilização do material que tinham desenvolvido no dia anterior: como falar com os jovens? Onde entregar? Entregar junto com uma camisinha ou não? Enfim, foi um intenso debate, com resultados bem interessantes, que também foram passados pelos próprios jovens para o público de técnicos presentes no auditório. Na plenária houve também apresentação de dança e música desenvolvidas por grupos de adolescentes de uma UBS/Escola rural. Antes do evento, os jovens vinham sendo sensibilizados para a tarefa e, após o evento, houve aumento do seu grau de compromisso com a tarefa, bastante motivados diante da responsabilidade de multiplicar aquilo que estavam vivenciando.

No período anterior às oficinas de outubro de 2007, quando estavam ocorrendo as reuniões semanais entre os profissionais, muitos destes sentiram-se tão comprometidos que, paralelamente a sua própria capacitação, começaram a desenvolver diferentes atividades com a participação de jovens e adolescentes de alguns postos de saúde de Petrópolis: teatro, dança, entre outras. Essas atividades estavam sempre ligadas aos temas da saúde que dispararam todo o movimento (prevenção de DST – AIDS e da gravidez indesejada). Deste período de aquecimento e ensaio – pode-se chamá-lo assim – resultou, ainda em 2006, um encontro no Palácio Quitandinha, num evento aberto ao público, com apresentações destes adolescentes como atores nas peças teatrais que eles criaram. Para finalizar a capacitação de 2006, foi realizado um evento no Teatro Municipal, no Rio de Janeiro em que novamente os próprios adolescentes se apresentaram, desta vez para um público maior. As apresentações dos jovens giram em torno de esquetes teatrais, música, dança, entre outras atividades culturais.

Este evento contou com a participação de autoridades da saúde, tanto municipais, como estaduais e representantes de outras secretarias do município, marcando o entrelaçamento intersetorial.

As inscrições de jovens para se apresentarem foram tantas que não haveria tempo suficiente para todos. Isso tudo serviu como uma preparação para os jovens para as oficinas de outubro e para o seu posterior trabalho como multiplicadores, já interagindo com outros jovens sobre os assuntos da saúde, mais especificamente estes ligados às DST e contracepção.

Nas oficinas, os jovens são os autores do material informativo sobre saúde sexual e saúde reprodutiva e enfrentam o desafio de tornar o material interessante para outros jovens. São eles que assinam os *folders*, assim como os seus destinatários diretos são outros jovens das diferentes escolas envolvidas no projeto e dos territórios abrangidos pelas instituições (Escolas e UBS).

O processo criativo deste material acabou provocando nos jovens, senão exigindo, o recurso a capacidades individuais, além da capacidade de trabalhar em grupo de modo integrado, sinérgico, em um tempo pré-determinado limitado. Havia uma missão a cumprir e um tempo para que isso fosse feito a contento. Isso é um mecanismo de certa forma simples e ao mesmo tempo bastante produtivo para contribuir ao processo de *empoderamento dos jovens*. O que contribui bastante para que o processo de empoderamento não seja apenas uma palavra, uma ideia bonita, mas sem maiores consequências, são dois pontos: 1 – o processo grupal, procurando-se dar sempre autonomia aos jovens em sua forma de organização de trabalho e 2 – o produto concreto e a autoria do mesmo, já que o que ele – jovem – propuser e o que fizerem grupo resultará em processos reais, ações reais, materiais concretos, ajuda e interação reais com outros jovens, e uma contribuição muito importante para a saúde das pessoas e das comunidades²⁶ locais.

Foram estimulados os talentos individuais dos jovens, contribuindo o processo desenvolvido para que alguns possam tornar-se agentes multiplicadores do assunto de que o grupo trata, bem como de outros assuntos. Essa dinâmica adotada, além de propiciar o protagonismo dos jovens, promove o aumento, de autoestima criatividade em grupo, da solidariedade e da cooperação entre os jovens.

O trabalho dos jovens deu um novo impulso e um nome ao projeto piloto: *A Visão da Nova Geração*. O projeto está voltado à atenção integral à saúde sexual e à saúde reprodutiva de adolescentes; à promoção da saúde; à prevenção de agravos e à atenção primária e secundária exercida pela rede pública de Petrópolis-RJ.

C. Resultados e impactos alcançados

a) relacionados mais diretamente aos jovens:

1. Criação de oportunidade de escuta diferenciada dos adolescentes, sobre suas questões, anseios, dúvidas, desejos, não apenas no momento do evento (oficinas), mas também fora dele, criando a possibilidade de uma transformação cultural nos serviços de saúde de Petrópolis em direção a um perfil muito mais sensível às características e ao “jeitão” (modo de ser) de cada adolescente.
2. Fortalecimento dos adolescentes para discutir o referido tema e outros temas de seu interesse; com o aumento de suas capacidades comunicativas, capacidade de expressar-se, de vencer a timidez, de sustentar argumentação e responder a questionamentos, de dirigir-se a público numeroso etc..
3. Fortalecimento dos adolescentes ao perceberem-se e sentirem-se autores de um produto concreto que está tendo e terá cada vez mais, se for usado em nível nacional, ampla divulgação e visibilidade – junto com o produto os jovens também ganham visibilidade – o nome escolhido pelos jovens para o folder: *A Visão da Nova Geração* passou a ser o nome dessa experiência piloto.
4. Aumento da autoestima dos jovens, também pelo fato de aumentarem sua rede de relações sociais e de amizade pelo contato com muitos outros jovens que não conheciam antes, e pelo enfrentamento dos desafios impostos pelas próprias tarefas que tomaram para si.
5. Aumento da tolerância dos jovens, ao saírem de seus grupos de pares, indo ao encontro de jovens diferentes de si mesmos e diferentes dos pares e pelo exercício de aprender a ouvir e ver que podem aprender com opiniões diferentes da sua, bem como pelo exercício de ter de defender suas próprias opiniões com argumentos consistentes.
6. Empoderamento dos adolescentes ao verem-se receptores de grandes expectativas, com setores importantes e comprometidos do *governo local*²⁷ acreditando na sua capacidade reflexiva e produtiva, passando eles mesmos, em claro exemplo de participação cidadã a fazer parte deste *governo local*, tal qual o apresentamos acima no seu desenho mais saudável que é quando parte da população passa a ter voz, voto e autoria em suas ações.
7. Produção de material para promoção de saúde nas escolas com conteúdo apropriado para a adolescência (de adolescente para adolescente, ou de jovem para jovem) com características socioculturais locais, despertando maior interesse de seus pares. Trata-se do material informativo intitulado: “A Visão da Nova Geração”, com produção prevista de 10.000 *folders* em um primeiro momento, 5.000 sobre DST, gravidez, contracepção, crescimento e desenvolvimento, direitos e deveres e outro modelo com 5.000 exemplares enfocando mais o comportamento dos adolescentes, incluindo aspectos como auto-afirmação, grupos, revoltas, drogas, entre outros.
8. Registro do evento através de fotos e vídeo, importantes ferramentas que permitem aprofundar análises e potencializar o próprio evento.

D. Dificuldades/desafios encontrados

A principal dificuldade encontrada foi responder ao desafio de criação pelos jovens de material educativo que contivesse as informações importantes, do ponto de vista dos adolescentes, de uma forma tão abrangente quanto simples, num espaço pequeno de papel, e numa linguagem atraente para a parcela da população a que se destina.

Notas

27. Compreendido aqui como “materialização criativa da interação entre os valores, princípios e mecanismos da democracia representativa e da democracia direta para a qualidade de vida e o desenvolvimento humano.” (Akerman, 2007, p. 59). É parte muito importante para dar as condições necessárias para a conquista de Desenvolvimento Local com saúde.

O desafio para os facilitadores foi o de atuarem efetivamente como facilitadores, isto é, tendo uma atitude apenas organizativa no desenho geral da atividade, permitindo que os jovens descobrissem e pudessem vivenciar um pouco a ideia de autogestão, devendo ficar clara a autoria dos jovens o que em si é também uma forma de estimular a sua convicção e comprometimento com o processo desde o início.

Para os jovens, a dificuldade era a de apropriarem-se de todas as informações sobre as DST e a sexualidade reprodutiva, debatê-las e internalizá-las de um modo amadurecido e criar materiais informativos dirigidos a outros jovens semelhantes a eles. Daí a importância de facilitadores, como vocês, os Orientadores Sociais, confiarem na capacidade dos jovens.

Desafios e resultados esperados para o futuro

Dar sequência ao trabalho da forma indicada pelos adolescentes e, a partir daí, envolver ainda mais as comunidades, as UBS, as escolas e as instituições públicas e privadas das localidades, para que as mudanças subjetivas, de atitude e mesmo de cultura observadas, possam traduzir-se de modo mais objetivo em mudanças na diminuição do número de casos de ocorrência das DST e gravidez indesejada. Contribuir para que os adolescentes vivam sua adolescência com mais saúde e proteção, comprometidos também com o bem-estar da sociedade. Os resultados esperados para o futuro são os seguintes:

- entrega do material informativo produzido para as escolas que participaram do evento e nova conversa com os adolescentes para iniciar as atividades de distribuição dos *folders*, em conjunto com as UBS participantes.
- possibilidade de distribuição dos *folders* em um ônibus da Secretaria Municipal de Educação pelos adolescentes, em evento a ser organizado até Dezembro de 2008.

E. Conta aí

A seguir, o relato de uma das principais articuladoras da experiência:

“Lidar com esta situação complexa (da adolescência) exige uma abordagem integral com equipes multidisciplinares [que envolvem mais de uma profissão, como, por exemplo, técnicos da saúde e da educação], resgatando os valores positivos da nossa sociedade: os símbolos, os comportamentos, os costumes.

Nesse exercício de ser cidadão, criar uma cultura da cidadania torna-se tão importante quanto as ações concretas. Daí a necessidade de se inserirem, principalmente nas escolas, ações preventivas e de discutir com os jovens os cuidados com a saúde reprodutiva e desenvolvimento de atitudes saudáveis em relação à sexualidade. Educar na área da sexualidade é educar para a cidadania, para a formação de sujeitos autônomos, solidários e competentes (...) a efetividade dessa ação não está na dependência exclusiva da tecnologia. Depende, essencialmente, da relação entre os sujeitos do ato educativo.

A dinâmica realizada pelo projeto permitiu transmitir algumas informações e construir outras, a partir da vivência da própria população alvo. Ou seja, o material foi produzido pelos adolescentes, para ser utilizado por eles mesmos, da forma como eles acham ideal. Urge ser praticado este exercício de estimular a reflexão e gerar maior consciência entre os jovens, criando uma cultura de cidadania.

Os facilitadores participaram apenas, como o próprio nome diz, facilitando o processo. Durante a capacitação dos mesmos, eles foram instruídos e orientados sobre como deveria ser sua atuação, minimizando ao máximo sua interferência. E o resultado revelou seis folders completamente diferentes entre si e com abordagens também diferentes do mesmo tema.

(...) não se consegue mais pensar em saúde sem imaginar um espaço na educação. Nem, tampouco, pensar em educação sem estabelecer uma conexão com a saúde.

Os adolescentes têm direito a receber uma educação sexual e reprodutiva que os auxilie a lidar com a sexualidade de forma positiva e responsável e os incentive a adotar comportamentos de prevenção e de cuidado pessoal

*O projeto evidenciou que não há é nada mais adequado para se aproximar da resolução de qualquer problema do que chamar os envolvidos diretamente com ele para construir, juntos, um caminho.*²⁸

Fique por dentro!

- Reprolatina: www.reprolatina.org.br (sugere-se que você visite o site junto com os jovens).

- Site da Fundação EMpower:

<http://www.adolescencia.org.br/empower/website/parceiros/Empower.htm>

Experiência 2 – Rede TXAI

TXAI significa conta comigo, amigo, amizade e companheiro.

Palavra oriunda de uma tribo indígena do Estado do Acre.

Tema: *Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.*

Local: *Nos sete estados da Região Norte (Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará e Tocantins) em locais como: Vila da Barca, Belém, Santa Bárbara e Moqueio Tupinambá de Mosqueiro.*

Período: *Criada em abril de 1997, encontra-se em andamento (informação atualizada em 08/2008)*

Jovens envolvidos: *A Rede TXAI Jovem do Estado do Pará integra a Rede TXAI e é composta por mais de 100 jovens, entre 16 e 25 anos.*

Parceiros e apoiadores: *UNICEF (Fundo das Nações Unidas para as Crianças); SEDUC (Secretaria de Estado de Educação do Pará); TDH (Terra dos Homens); WCF (World Childhood Foundation); SESPA (Secretaria de Estado de Saúde do Pará); CEDECA (Centro de Defesa dos Direitos da Criança) junto com o MRE (Movimento República de Emaús); Instituto Aliança; Comitê Nacional de enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.*

A. Breve caracterização da experiência

A rede TXAI foi criada em 1997 para apoiar a luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes no estado do Pará e tem como missão a garantia e a defesa dos direitos sexuais da criança e do adolescente com ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. A sua atuação e criação é baseada no sexto eixo (Protagonismo²⁹ Juvenil) do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes.

Baseia-se na articulação de grupos de jovens ligados a ONGs e trabalha a formação juvenil, principalmente, a partir do (re)conhecimento dos direitos sexuais que perpassa uma nova leitura sobre o que é sexualidade no contexto atual e apoiando o próprio jovem em direção à reflexão sobre como está exercitando este seu direito.

Os jovens participam de grupos os mais diversos como a Pastoral da Juventude, ABC (Adolescente em Busca de Cidadania), Núcleo de Defesa da Vila da Barca e da Terra Firme de Belém, JGC (Jovens Guardiões de Cidadania) de Santa Bárbara e Moqueio Tupinambá de Mosqueiro, entre outros. Cada grupo tem sua representação no núcleo TXAI, que conta ao todo com 15 representantes. O público-alvo inclui adolescentes e jovens.

Uma das formas de ação é justamente através da criação de redes, incluindo redes virtuais por e-mail e fóruns. Além disso, atua através da participação em eventos, organização de manifestações e eventos, conscientização dos jovens e da sociedade em geral, elaboração de materiais, diagnósticos sociais e busca contínua de parcerias. O modo de ação inclui de forma privilegiada jovens conduzindo atividades, como se poderá ver no item seguinte com a atuação de coordenadores jovens à frente da aplicação de uma ferramenta de avaliação.

Notas

29. Relembrando a definição de protagonismo: vem de protagonista, que é aquele que é figura central em algum acontecimento.

A partir das informações colhidas, percebe-se que a forma básica de atuação dá-se por meio de sensibilização, conscientização e trabalho com os jovens através de oficinas temáticas, que abordam temas voltados à problemática de interesse da Rede TXAI, qual seja, temas correlatos à defesa contra abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, que inclui os direitos sexuais e o esforço por apoiar o protagonismo dos jovens, conforme será retomado logo abaixo.

Essas oficinas são conduzidas com o uso de dinâmicas, sempre procurando trabalhar e acolher os sentimentos dos participantes, sendo estimulado que os participantes se soltem, participem, deem suas opiniões, possam falar sobre suas histórias, seus problemas e dificuldades, contando com o apoio do grupo para isso. Ao mesmo tempo, estão fazendo os primeiros ensaios para lançar-se mais ao mundo, vencendo a timidez, como é o caso quando assumem maiores responsabilidades dentro da própria Rede TXAI, ocupando, por exemplo, a coordenação de uma atividade ou de um núcleo ou setor. Esta é uma forma de estimular o protagonismo juvenil³⁰.

B. Descrição da atuação dos jovens

Os jovens trabalham com uma série de ações que podem levar a seu fortalecimento, aqui entendido no seu sentido subjetivo, das ideias, dos seus sentimentos, e de sua capacidade de refletir e organizar-se mentalmente e com a promoção de ações junto à comunidade de que fazem parte. Assim, os jovens dialogam com a sociedade e a sensibilizam para a importância da participação do jovem como ator de transformação social na promoção do direito a um desenvolvimento sexual saudável livre de violações. Salientam que esta é uma participação que vai além de mobilizações em torno do dia 18 de maio (Dia Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes).

A Rede TXAI desenvolve oficinas que são realizadas de forma dinâmica, a partir de temas, com carga horária de 4 horas. Os temas são relacionados ao protagonismo juvenil e aos direitos sexuais. Na interação com os jovens, que são o público-alvo, procuram ajudá-los a entrar em contato com seus potenciais e a descobrir o caminho para a autonomia. As vivências geralmente são no Cedeca-Emaús³¹ e, às vezes, em algum sítio da região. A última vivência, realizada em agosto de 2008, foi em forma de passeio pelos pontos turísticos de Belém. São muitos os objetivos: fortalecer as relações interpessoais, levantar a autoestima, possibilitar e estimular a troca de experiências, só para citar alguns. Os responsáveis pelo TXAI relatam a importância de reservar um dia para curtir e trocar com cada uma e cada um: “É muito bom porque saímos renovados de cada vivência”. Ou seja, na prática experimentar o prazer e a importância do lazer, como uma parte indispensável da vida e momento privilegiado para conhecer melhor o outro, que, às vezes, está sempre próximo fisicamente, mas que não se conhece de fato.

Uma ferramenta recém incluída no repertório de ações da Rede TXAI é o Projeto Piloto Juventude Ação, que foi finalizado em agosto do ano passado (2007). Atualmente estão trabalhando na reformulação do projeto e articulando parceiros para viabilizá-lo financeiramente e ampliá-lo para todo o país. A ferramenta foi usada como um instrumento de diagnóstico sobre a participação juvenil no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, visando fortalecer o Sexto Eixo do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (eixo do Protagonismo Juvenil). Sua aplicação divide-se em etapas: na 1ª fase, a aplicação de questionários para jovens e profissionais de entidades governamentais e não governamentais que possuem trabalhos na garantia, defesa e promoção dos direitos da criança e de adolescentes; na 2ª fase são realizadas 3 oficinas temáticas (sobre protagonismo juvenil, direitos sexuais e violência sexual), ministradas para jovens e profissionais de forma separada; por fim, na 3ª fase realiza-se a sistematização e apresentação dos dados coletados quantitativamente e qualitativamente.

Notas

30. Que é o Sexto Eixo do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

31. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente mantém atividades na Região Metropolitana de Belém e Ilha do Marajó.

Sete estados participaram do diagnóstico, cada um com um coordenador jovem que implementa o projeto piloto, com uma coordenação executiva (coordenação juvenil do Comitê Nacional). Os estados do norte, Pará e Amazonas, foram coordenados pela representante juvenil da região norte na coordenação colegiada.

C. Resultados e impactos alcançados

a) relacionados mais diretamente aos jovens.

O grupo articulado em torno da atual representante juvenil da região norte na coordenação colegiada foi o primeiro grupo de juventude a realizar, no ano de 2003, um Ato Cultural-Político no Complexo Ver-o-Rio em Belém, discutindo-se então o abuso e a exploração de crianças e adolescentes.

No ano de 2004, realizaram o I Seminário juvenil de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no auditório da Unama, onde reuniram representantes de vários segmentos juvenis e de outros municípios do Pará como Cametá, Paragominas e Abaetetuba.

No período de 2005, trabalharam em parceria com a Rádio Margarida através do Projeto Informarte, elaborando jornais, CD de rádio novela e um vídeo relacionado ao tema do abuso e exploração sexual. Nesse mesmo ano, iniciaram a elaboração de uma cartilha direcionada à juventude sobre os direitos sexuais.

Em 2006 iniciaram a implementação do projeto Juventude Ação. Continuaram a trabalhar com oficinas em associações, comunidades, escolas, entidades. Finalizaram a cartilha sobre direitos sexuais e realizaram vivências internas para o fortalecimento do próprio grupo de trabalho.

Por fim, este grupo da Rede TXAI esteve trabalhando na organização do Encontro regional sobre o mesmo tema realizado em Belém nos dias 28, 29 e 30 de agosto de 2008.

b) relacionados ao envolvimento ou mobilização da comunidade/outras jovens ou segmentos sociais.

Na rede TXAI,³² não há coordenadores, e sim pessoas de referência, como a que está no Núcleo de defesa da Vila da Barca, ou o coordenador local do Núcleo Juventude Ação, e ambos participam de uma nova parceria com a Rádio Margarida na elaboração do CD de rádio novela baseado na temática de enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes. Está em andamento também a participação³³ do Comitê Gestor junto a SEDUC (Secretaria Estadual de Educação – Pará) na execução do SPE (Projeto de Saúde e Prevenção nas Escolas). A Rede TXAI também está à frente do *Juventude Ação* na Região Norte, e das articulações e oficinas realizadas no interior junto à Juventude do campo.

D. Momento atual e ações futuras

Atualmente há uma representante da Rede TXAI Jovem do Pará no Comitê Gestor do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas do Pará. A rede TXAI coordena o projeto Nacional, chamado Juventude Ação, com o objetivo de diagnosticar e fortalecer o 6º eixo, que enfoca o protagonismo juvenil. Essa experiência piloto já aconteceu em dois estados do nordeste, um do sul, um do sudeste, um do centro-oeste e na região norte aconteceu em Belém e Manaus.

Em continuidade, estão finalizando o planejamento das ações, propondo oficinas formativas de capacitação de alunos protagonistas multiplicadores, o que deve culminar numa grande gincana, e na *formação de um Fórum juvenil*

Notas

32. Nossa maior colaboradora nas informações sobre a Rede TXAI foi a representante juvenil da região norte na coordenação colegiada. Ao fim desta experiência segue seu contato para maiores informações.

33. Representado por Eva Costa, outra pessoa de referência citada.

de combate à violação dos direitos sexuais de crianças e adolescentes. Percebe-se aqui como a intersetorialidade é importante e produtiva, uma vez que o PSPE (Programa de Saúde e Prevenção nas escolas) aparece com destaque nas duas experiências até agora citadas. Ou seja, é uma ligação entre os setores Saúde e Educação que é fundamental que seja feita, e que *dá samba*, isto é, produz logo resultados significativos, quando bem conduzida. Destaca-se também a ideia do fórum juvenil, como um espaço privilegiado para a multiplicação e troca das ações e experiências dos jovens.

O papel importante das parcerias

As articulações políticas e estratégicas com diferentes parceiros, além de somarem esforços na ampliação da consciência sobre a importância de se fazer valer o protagonismo juvenil e seus direitos a uma adolescência saudável e segura, apoiaram na superação das dificuldades financeiras as seguintes instituições parceiras: UNICEF, SEDUC, TDH, WCF, SESPA, CEDECA/ MRE e Instituto Aliança, com o apoio do Comitê Nacional de enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

E. Conta aí:

A seguir, alguns depoimentos de educadores e de jovens participantes da Rede TXAI Jovem:

“O legal dos resultados é o reconhecimento dos adolescentes e jovens, a expansão da ação junto à juventude em outros municípios, a contratação profissional de jovens em vários espaços, a coordenação junto ao adulto da rede estadual, análise sobre o protagonismo juvenil no estado, plano de vida, inserção do tema em vários projetos e a gente participando da elaboração, entre outros...”

“O interessante que antes do projeto nós especulávamos, com base na vivência, a situação do protagonismo juvenil como moeda para muitas instituições. Hoje nós temos provas, através de dados, que muitos discursos não passam de blá, blá, blá. Pois muitos trabalham com a gente sem acreditar no nosso potencial. Por isso não têm tempo para dialogar e deliberar juntos; querem nos tutelar[aos jovens], pois não sabemos de nada, e nos tratam como meros personagens de peças teatrais. Muitos têm a leitura de que protagonismo juvenil é uma apresentação teatral e não algo que vai além de ‘caras pintadas e sorrisos satisfeitos’.

“Quando apresentamos os dados nos encontros regionais do Comitê foi um murmúrio e cochichos de vozes que concordavam e discordavam e em alguns momentos o silêncio ao reconhecer uma ação que não produzia cidadãos. Isso nos deu mais autonomia, reconhecimento e conquistas profissionais. O melhor foi ver muitos revendo suas ações como o jeito de nos tratar como ‘coisas’. Não sou coisa sou sujeito de direitos e não de análise eterna.”

“Mas o fundamental para sobrevivermos até aqui e hoje sermos reconhecidos na rede estadual, na região e no Brasil, foram o apoio de cúmplices (pessoas e entidades) e espírito de luta juvenil por uma sociedade de direitos em que a criança, o adolescente e o jovem são sujeitos de direitos, cidadãos. Aqueles que nos disseram não verbal ou sim em forma de não, nos motivaram na caminhada.”

Experiência 3 – Projeto Voz Ativa



Tema: *Mortalidade juvenil por agressões – trabalho com jovens em vulnerabilidade extrema ou sob ameaça de morte.*

Local: *Região Centro-Oeste – DF. Funciona também em outras cidades de Brasília, através de encontros pela Internet, totalizando dez cidades: Ceilândia, Varjão, Itapuã, Estrutural, Santa Maria, Recanto das Emas, Sobradinho II, São Sebastião, Planaltina.*

Período: *começou em janeiro de 2008 com término previsto para novembro de 2008.*

Jovens envolvidos: *cerca de 20 jovens entre 14 e 24 anos, em vulnerabilidade extrema ou sob ameaça de morte, quase todos negros, moradores da periferia de Brasília, envolvidos em grupos de rap, alguns usuários de drogas. A maioria com baixa escolaridade tendo que trabalhar (na economia informal) para reforçar o orçamento familiar. Alguns jovens que tinham envolvimento com tráfico de drogas participaram do projeto, mas não conseguiram fixar-se nesta experiência-piloto, voltando às suas atividades anteriores.*

Parceiros e apoiadores: *Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) (apoiador institucional da experiência) – www.presidencia.gov.br/sedh*

A. Breve caracterização da experiência

O projeto Voz Ativa é desenvolvido pela Central Única das Favelas – CUFA que surgiu como resultado de reuniões de jovens de várias favelas do Rio de Janeiro, em sua maioria negros e envolvidos no movimento *hip hop*, que buscavam espaço na cidade “para expressar suas atitudes, questionamentos ou simplesmente sua vontade de viver³⁴”.

A CUFA é hoje um referencial para os jovens das comunidades que sonham e querem “transformar as favelas, seus talentos e potenciais diante de uma sociedade onde os preconceitos de cor, de classe social e de origem ainda não foram superados³⁵”. Atualmente com bases de trabalho em 20 estados do Brasil, os jovens, a partir de uma linguagem própria, buscam ampliar e atingir outras formas de expressão num movimento constante de conscientização e elevação da autoestima de outros jovens em suas comunidades.

A CUFA Distrito Federal teve início no segundo semestre de 2006, com o propósito de somar com as bases dos outros estados, traçando as mesmas metas, de acordo com as necessidades específicas da cidade. (www.cufadf.com.br).

Notas

34. Extraído do site da CUFA Brasil: www.cufa.org.br.

35. Extraído do site da CUFA-DF: www.cufadf.com.br.

B. Descrição da atuação dos jovens:

Jovens do Distrito Federal sintonizados na rede da CUFA constataram a existência de vários grupos de rap isolados em várias cidades, muitos deles com integrantes passando por sérias dificuldades. A partir daí perceberam que seria muito positivo se esses grupos pudessem integrar-se, trocar experiências entre si e criar uma rede de interação e realizações, a fim de serem reconhecidos na sociedade e melhor articulados entre eles. Ficariam assim mais fortalecidos do que se estivessem isolados, cada um em seu canto.

A situação de vários jovens em iminência de morte e, por vezes, a percepção de que nada poderia ser feito em relação a isso, conduziu à ideia de promover um trabalho conjunto que motivasse e reunisse outros jovens que estivessem em situação semelhante, de extrema vulnerabilidade.

Com o objetivo de reverter essa situação, os jovens criaram um espaço de debate, reflexões e troca de ideias. Um canal em que os jovens e adolescentes pudessem reforçar-se uns aos outros, diminuindo o isolamento em que os grupos de rap se encontravam e possibilitando seu protagonismo através das produções culturais a serem desenvolvidas, tanto no território de cada grupo, como a partir de um, um CD produzido de forma coletiva, ao final do projeto.

Ocorrem encontros presenciais entre os jovens, e quando isso não é possível, a comunicação se dá de forma virtual, pela Internet, utilizando-se *blogs*, mensagens eletrônicas (e-mail), orkut, entre outras possibilidades. Tudo isso converge para o objetivo maior de que estes jovens tenham mais opções, mais alternativas e apoio para poderem escolher alternativas de afastar-se de um caminho que os expõe a situações de grande vulnerabilidade.

Deste modo, recorrendo às palavras dos próprios coordenadores do projeto *Voz Ativa*, trata-se de iniciativa de jovens de diferentes cidades no Distrito Federal “com o objetivo de oferecer aos adolescentes em iminência de morte um espaço de discussões e reflexões que possibilite o protagonismo juvenil através de produções culturais.” (www.cufadf.com.br).

Outros objetivos do Projeto Voz Ativa são a criação de uma rede de autogestão dos direitos dos jovens, através da qual possam entender melhor todas as situações em que estiverem tendo seus direitos desrespeitados e trocar ideias sobre como agir nestes momentos, aproximando estes jovens brasileiros das discussões sobre os compromissos social e político, mostrando a importância da voz que vem das periferias através da exposição da cultura deles. Como produto, finalizando esse processo, houve a gravação de uma coletânea de rap com 10 músicas ligadas às experiências vividas por essa juventude das periferias.

As ações realizadas pelos jovens

Os jovens neste projeto devem percorrer as três fases:

1. Formação e troca de experiências.
2. Produção musical (gravação das músicas), sendo que paralelamente a estas duas fases os grupos organizam atividades culturais de forma descentralizada nas cidades.
3. Prensagem do CD e publicação de revista do projeto, com o lançamento do CD.

Quando as informações foram colhidas (08/2008) o projeto estava na fase de gravação de músicas: letra, instru-

mental e gravação final do CD; além de estarem iniciando a articulação para realizar as atividades culturais em suas comunidades, divulgando seu trabalho e ao mesmo tempo atuando como multiplicadores, despertando interesse em outros jovens e em outros grupos de RAP. Em relação às atividades culturais, cada grupo em sua cidade define o que vai propor e executar, com auxílio da CUFA-DF. Esta fase abre aos jovens a oportunidade de dialogar diretamente com representantes legais, o que os leva a compreenderem a importância de sistematizarem suas ideias e saberem expressar-se de maneira organizada e estimulante para “vendê-las” com maiores chances de sucesso.

Cada cidade tem um grupo de RAP. Alguns reúnem jovens do sexo masculino e outros são compostos por jovens do sexo feminino. Os jovens que fazem parte dos grupos discutem temas relacionados ao seu dia a dia, quase sempre dentro da pauta dos direitos humanos. Os encontros são aos sábados, havendo também, durante a semana discussões em grupo via Internet, onde os jovens, junto com os responsáveis pelo *Voz Ativa*, propiciam a troca de experiências entre os diferentes grupos. Para facilitar as discussões, foi montado um *blog* para o projeto: www.vozativa-cufa.blogspot.com. Este *blog* cumpre também outras funções, como a de contribuir para dar alguma visibilidade aos jovens e à sua produção musical e ideias.

O projeto é desenvolvido em 3 fases, como foi visto acima:

1. A formação dos jovens e a troca de experiências – neste momento ganham importância as oficinas que visam o empoderamento do jovem, o aumento da autoestima, o resgate da identidade cultural local, sendo trabalhado com eles a possibilidade de serem protagonistas através da expressão cultural.
2. Produção Musical (gravação das músicas dos grupos de rap), ocasião em que contam com apoio técnico e moral de pessoas de reconhecida competência no mundo da música, aliado ao próprio percurso musical anterior e ao que aprenderam nas oficinas de formação. Durante estas duas primeiras fases devem desenvolver as atividades culturais pré-definidas por eles, nas diferentes cidades, dando dinamismo à ação e ajudando, mesmo que em pequena escala, a descentralizar o mapa da cultura (que normalmente privilegia as metrópoles).
3. Prensagem e o lançamento do CD, junto à publicação de uma revista do projeto – neste momento a revista, o CD e o lançamento são as ferramentas para dar visibilidade e voz aos jovens através de sua produção e de sua capacidade comunicativa – é um momento de realização, gratificação e reconhecimento entre eles mesmos, e pela sociedade. É um momento, por que não dizer, de comemoração também: e neste momento eles são as figuras principais.

Entre as várias estratégias utilizadas destacam-se a realização de oficinas sobre temas pré-definidos como autogestão, produção musical, e direitos humanos, com enfoque nas questões de gênero, étnica e racial seguindo a perspectiva das políticas afirmativas.

C. Resultados e impactos alcançados

Os dez grupos que passaram pelo projeto já estiveram em estúdio gravando suas produções, visando a produção de um total de três mil cópias, das quais mil divididas entre os grupos (100 pra cada) e as outras para entidades, empresas, governo etc.. Os jovens criaram uma rede através do orkut, uma comunidade do *Voz Ativa*, para manter a articulação após o término da experiência-piloto e dar continuidade à integração e à articulação conquistadas.

Os eventos que envolveram a comunidade têm despertado em muitos a percepção da importância de atuarem na busca de soluções dos problemas locais, estimulando a participação juvenil cidadã. Do projeto decorrem mobilização e valorização das expressões culturais nos territórios em que os jovens moram, podendo dar visibilidade

de também às coisas positivas que lá existem e que muitas vezes são associados apenas a aspectos negativos, como à violência urbana. O Protagonismo, o sucesso e a visibilidade alcançada por estes jovens despertam em muitos outros jovens da comunidade o desejo de também fazerem a diferença por um caminho criativo e construtivo.

D. Dificuldades encontradas:

A maior parte das dificuldades encontradas até o momento esteve ligada à falta de recursos financeiros dos jovens e a dificuldade de acesso à Internet, pois a maioria dos jovens não tem acesso próprio e tem poucos recursos tanto para pagar uma *lan house*, como para sua locomoção até um local onde consiga conectar-se de forma gratuita. Mas o maior desafio é fazer com que os jovens compreendam a importância do projeto e cooperar para o fortalecimento da rede.

E. Conta aí

A seguir, dois depoimentos de jovens participantes do projeto Voz Ativa:

“...Então parceiro na vida da gente a cada passo que damos descobrimos coisas boas e também as coisas ruins, mis temos que separar o que é bom para nós, e o que é ruim. Tenho uma satisfação imensa em ter entrado nesse projeto, dentro dele consegui visualizar coisas que não conseguia ver ou talvez não queria enxergar mais vocês fizeram com que dentro do projeto nós nos interessássemos um pouco mais sobre a filosofia do RAP, como nós devemos nos comportar diante de problemas e até mesmo de pessoas importantes...”

Só tenho a agradecer por tudo, firmeza fica na paz de Deus!!!!!! Integrante do Grupo Diário da Vida – Cidade: Planaltina

Estamos felizes mesmo com as dificuldades!!!!!!!!!!

por que mesmo sem querer elas veem.....bom no meu caso eu mudei totalmente graças a vocês e Deus, tenho fé que vai dar tudo certo..... já esta dando que Deus ilumine o caminho de todos vocês membros da CUFA para que tudo o que vocês estão fazendo pela gente vocês possam fazer para outros jovens tambem.....estou muito feliz e já estou pronta para o studio hoje pode crer!!!!!!!!!!é nós.

Estou muito feliz por estar participando de um projeto desse!!!!!!!!!!

Tá sendo muito importante p/ meu crescimento obrigado vcs estão de parabéns é nós da CUFA da familia voz ativa sempre juntos...valew mc' tata com todo respeito

VOZ ATIVA NA CABEÇA UM ABRAÇO BEM FORTE P/ TODOS FUI!!!!!!!!!!Integrante do Grupo Face da Realidade Cidade: Santa Maria

Maiores informações podem ser obtidas: no site www.cufadf.com.br.

Experiência 4: Programa Adolescente Saudável – Curitiba-PR



Tema: *Promoção da Saúde / Prevenção de Agravos – Ações de protagonismo juvenil em /com escolas e outras instituições; Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), Ônibus Adolescente Saudável.³⁶*

Local: *Região Sul – Curitiba, Paraná.*

Período: *desde 2002.*

Jovens envolvidos: *jovens do antigo Programa Agente Jovem; estudantes do PROJOVEM; adolescentes e jovens de todas as instituições parceiras (ver a lista abaixo).*

Parceiros e apoiadores: *a Secretaria Municipal da Saúde organiza e coordena os encontros contando com as seguintes parcerias: Secretaria Municipal da Educação, Fundação de Ação Social, ONGs (organizações não governamentais) – Centro de Convivência Menina Mulher; Adolescentes de todas estas instituições – ou seja, os adolescentes são considerados também parceiros – incluindo os adolescentes do antigo Programa Agente Jovem da Fundação de Ação Social, e em 2006 professores e alunos do Projovem da rede de educação municipal, adolescentes das unidades de saúde e outros jovens.*

A. Breve caracterização da experiência

A escolha desta experiência foi feita basicamente para mostrar que é possível fazer um trabalho de qualidade em escala significativa, isto é, atingindo com a mesma qualidade um grande número de adolescentes, como é o caso do trabalho desenvolvido a partir do projeto *Adolescente Saudável*. Há muitas experiências de ótima qualidade, sem dúvida, mas a grande maioria delas está em pequena escala.

O trabalho desenvolvido no Adolescente Saudável foi sendo consolidado, sempre a partir de uma percepção muito motivadora: os altos índices de mortalidade e morbidade de adolescentes jovens por causas externas, grande parte das situações evitáveis ao se fazer um consistente trabalho de sensibilização, conscientização, melhora da autoestima e chamando o jovem para agir junto. A mortalidade proporcional de jovens por causas externas em Curitiba chega a ser mais alta que no resto do Brasil.

Notas

36. O veículo leva informações a escolas, bairros, igrejas e comunidades, que ligam para a Secretaria Municipal de Saúde e escolhem os temas que querem abordar. Dentro do ônibus, uma equipe do programa Saúde da Família utiliza recursos como televisão, DVD, CD, e até um palco com luzes teatrais, para passar informações ao público-alvo do projeto, jovens na faixa etária de 10 a 20 anos (fonte: Agência Brasil – www.agenciabrasil.gov.br).

B. Descrição da atuação dos jovens

Busca-se a saúde integral do adolescente. Para isso a ferramenta básica utilizada são as Oficinas para os jovens e, muitas vezes, as Oficinas “de jovem para jovem”, ou seja, desenvolvidas por eles. Um dos recursos para fazer a passagem do adolescente que está recebendo treinamento para capacitador é justamente acompanhar os capacitadores, de modo que, nas oficinas, sempre tem os capacitadores com dois ou três adolescentes que estão ensaiando no próprio campo de trabalho a função de capacitar, podendo ousar de forma gradativa e com uma supervisão atenta.

As oficinas tratam dos seguintes temas: protagonismo juvenil, prevenção às drogas, gravidez na adolescência, prevenção às drogas e à violência, sexualidade, empreendedorismo, entre outros. As atividades são realizadas em escolas (sendo as oficinas desenvolvidas com outros adolescentes), ou em creches ou em asilos de idosos. Há também trabalhos voluntários de arrecadação de alimentos para instituições, organização de mural temático, desenvolvimento de teatro, danças, entre outras atividades.

C. Resultados e impactos alcançados

Os jovens que são capacitados, e em especial aqueles que começam a exercer o papel de capacitadores e a ter uma postura diferente no seu dia a dia, contribuem para mudanças também em suas diversas redes sociais, incluindo a familiar. Tornam-se mais sensíveis à questão de gênero, menos propensos a resolverem conflitos de modo violento, mais atentos à importância da saúde para a qualidade de vida, cientes da responsabilidade que todos devem ter consigo e com os outros em assuntos de saúde sexual, enfim, é possível enumerar aqui um conjunto de mudanças que se operam ou iniciam nestes jovens.

Através do trabalho que os jovens desenvolvem junto aos conselhos tutelares, por exemplo, estes são capacitados e as comunidades que são atendidas são beneficiadas.. Como exemplo da capacitação aos conselheiros, foi realizada palestra para os novos 45 conselheiros tutelares, com foco no atendimento municipal de adolescentes usuários de drogas. O que demonstra a preocupação de levar um atendimento de qualidade aos adolescentes por toda a rede, num exemplo de intersetorialidade e busca de sinergia entre as instituições.

C. Conta aí

Seguem-se o testemunho qualitativo de uma adolescente, relatando exemplos e resultados de algumas das ações:

A estudante que nos fornece o seu depoimento tem 15 anos e concluiu o Ensino Fundamental na escola da Prefeitura onde se desenvolveu o trabalho de educação em saúde. Atualmente ela pretende implantar a experiência em um colégio estadual com diversos objetivos, entre eles o de conscientizar e sensibilizar sobre a gravidez indesejada. Esta adolescente faz parte dos cerca de 5 mil adolescentes capacitados no município desde 2001. Segundo a estudante, até 2004 eram registrados na escola cerca de seis casos de gravidez não planejada por ano. Em 2005 não houve casos e em 2006 apenas uma jovem de 17 anos – casada e que desejava ser mãe – engravidou

“Fizemos muitas palestras no laboratório de ciências, rodas de conversa e divulgação nos corredores da escola sobre a importância de conhecer o funcionamento do próprio corpo e prevenir gravidez, AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis e da relação que a saúde do homem tem com a saúde do meio ambiente”, contou.

A experiência relatada é um exemplo das dezenas de projetos em prática a partir de escolas públicas municipais em funcionamento em Curitiba, para promover a saúde integral e a cidadania dos jovens cidadãos curitibanos e se desenvolvem com o apoio da Prefeitura. Para a estudante que relatou sua experiência – que pretende estudar Psicologia e desenvolver projetos na área de saúde reprodutiva do adolescente – oportunidades como estas fazem toda a diferença para os jovens que, por alguma razão, não podem discutir estes assuntos em família: “O simples ato de tomar conhecimento do próprio corpo favorece a autoestima e leva o jovem a compartilhar esse benefício, fazendo dele um protagonista em potencial”, resume a jovem.

Experiência 5: Instituto PAPAÍ – Recife-PE



Tema: *trabalham com homens jovens no campo da saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos. Curso – Homens Jovens Promotores de Saúde.*

Local: *Região metropolitana do Recife, maior parte nos bairros da Várzea e Cidade universitária.*

Período: *o curso teve início em março 2006, com finalização prevista para junho de 2007. Porém, com o aporte de outros financiadores puderam estender a formação dos jovens e ampliar as suas atividades na perspectiva de educação de pares. Finalizarão esta frente de trabalho no final deste ano (2008).*

Jovens envolvidos: *17 jovens começaram a participar do curso Homens Jovens Promotores de Saúdes, na condição de alunos, em março de 2006, e em julho de 2008 10 continuavam o curso. Todos têm entre 15 a 24 anos de idade e são alunos ou ex-alunos de escolas públicas, moradores de bairros ou regiões pobres.*

Apoiadores: *PAM (Plano de Ações e Metas) do governo federal; Save The Children (Reino Unido); CIDA/Canadá (Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional) do Canadá; WCF – Brasil (World Childhood Foundation); ChildHope. O corpo pedagógico e técnico era composto pelos profissionais e colaboradores do Instituto PAPAÍ. Parceiros: Programa “Homens e Saúde” (do próprio Instituto Papai); Núcleo de Saúde Pública da UFPE – NUSP (no Festival de Teatro Popular em Saúde dos Homens).*

A. Breve caracterização da experiência

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é entre os jovens que se concentra metade das infecções por HIV em todo mundo, revelando o aspecto da juvenilização da epidemia (ou seja, cada vez pessoas mais jovens são atingidas pela doença).

Em vista do quadro apresentado acima e das dificuldades – pouco ou nenhum interesse – por parte da população de homens jovens em relação à adoção de práticas preventivas e cuidados no âmbito da saúde, o Instituto Papai iniciou este novo modelo metodológico no trabalho. Tomando como base a formação de homens jovens, o Instituto se posicionou em relação à grande vulnerabilidade deles frente à infecção por DST/HIV/AIDS.

No período de março a abril de 2006, o Instituto Papai organizou uma equipe de educadores(as) que seria responsável pelo curso de formação para homens jovens. Três pessoas assumiram a responsabilidade de gerir o curso, porém o curso contou com a assessoria de oito educadores(as). Os temas foram definidos e as aulas planejadas. Também

nesse período foi organizado o edital de seleção de jovens entre 15 e 24 anos para o curso intitulado *Homens Jovens Promotores de Saúde*. Em abril de 2006 foi divulgado o edital, abrindo-se em seguida as inscrições. A seleção deste grupo foi cuidadosamente planejada e realizada, envolvendo vários educadores(as) da instituição. O Instituto PAPAI recebeu 156 inscrições de jovens de várias comunidades da região metropolitana do Recife.

O processo seletivo procurou identificar nos jovens o interesse em relação às temáticas e ações que seriam abordadas no curso. Houve conversas em grupo e entrevistas individuais com os jovens pré-selecionados. Os 17 homens jovens então selecionados para integrar o projeto eram das comunidades da Várzea: Chão de Estrelas, Casa Amarela, Nova Descoberta, Mustardinha e de outros bairros circunvizinhos.

O principal objetivo era que este grupo de homens jovens pudesse conscientizar-se da importância de ações e percepções que são tradicionalmente pensadas como ligadas mais às mulheres do que aos homens e para que pudessem reconhecer como suas atitudes (e as dos homens em geral) fazem grande diferença em inúmeros aspectos, dentre eles, no enfrentamento a AIDS.

Eles tiveram acesso também a informações sobre formas apropriadas de prevenção às DST em geral, dando um novo sentido às relações de gênero, rompendo com aquilo que é normalmente tomado como verdade absoluta. Depois tiveram acesso ao método de atuação com homens jovens – como se fossem os capacitadores – e foram incentivados a atuarem como educadores jovens “educando” outros homens jovens, naquela linha que já vimos em outra experiência: *de jovem para jovem*.

O primeiro eixo da formação: “direitos sexuais e reprodutivos” desenvolveu-se a partir das discussões de gênero, socialização masculina e masculinidades³⁷, que foram temas necessários para ter a possibilidade de chegar na construção de outros conhecimentos com um ponto de vista diferente do ponto de vista machista: sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos, prevenção, violência, paternidade, cuidados e saúde.

No segundo eixo: “participação e ativismo juvenil”, os jovens foram sensibilizados para a importância de temas cruciais como; políticas públicas, controle social, *advocacy* e monitoramento de políticas em saúde. Abordou-se ainda o papel do pensamento crítico e a conscientização acerca do poder relacionado à participação e ao engajamento político.

No último eixo: “metodologias para o trabalho de ação comunitária”, trabalhou-se com os jovens arte, educação, destacando-se aí o teatro. Construção de oficinas, rodas de diálogo e palestras foram também temas abordados como possíveis caminhos para o desenvolvimento de ações de intervenção comunitária.

Durante todo o curso incentivou-se que os homens jovens participassem de ações sociopolíticas, como as vigílias pelo fim da violência contra as mulheres (organizadas pelo Fórum de Mulheres de Pernambuco) e de campanhas e seminários relacionados à temática dos direitos humanos, direitos sexuais e direitos reprodutivos.

A partir destas participações e dos conteúdos apresentados e trabalhados no curso, estes homens jovens começaram a sentir o gosto de envolverem-se em ações reais e terem um posicionamento crítico sobre diversos assuntos. Depois do período de formação os jovens foram “promovidos” à condição de capacitadores e passaram a desenvolver oficinas dirigidas a outros adolescentes de várias comunidades. Eram realizadas, ao mesmo tempo, oficinas semanais de supervisão que reuniam os jovens que fizeram o curso com membros do Instituto PAPAI para acompanhar a evolução dos trabalhos, conversar sobre as dificuldades e debater novos caminhos para superar os desafios que iam surgindo.

Notas

37. De modo resumido, podemos dizer que socialização masculina tem a ver com as formas de interação dos homens com outros homens, ao modo como se relacionam, às amizades, às brincadeiras, relações de companheirismos etc etc. Masculinidades já está mais ligado à forma de ser homem no mundo de hoje. Como é ser homem hoje?

B. Descrição da atuação dos jovens:

Já como multiplicadores no campo da saúde e direitos sexuais e reprodutivos, os jovens começaram a trabalhar com outros jovens homens, em sua sensibilização e conscientização em relação a estes temas, falando *de jovem para jovem* e também de homem para homem (numa versão não machista desta expressão). Atuaram, por exemplo, em oficinas de sensibilização de outros homens jovens, e sensibilizações através de esquetes teatrais.

Voltando à primeira fase da experiência (fase de capacitação de homens jovens pelo corpo técnico do Instituto PAPAÍ): em maio de 2006, houve o primeiro encontro, de integração. De maio a dezembro de 2006, com três a cinco encontros semanais de três horas cada, desenvolveram a formação teórica dentro dos três eixos temáticos: direitos sexuais e reprodutivos; formação política e metodologias em arte educação. A partir daí já se tornaram possíveis alguns resultados, como podemos ver abaixo:

C. Resultados e impactos alcançados

No período mencionado acima aconteceram 123 encontros, 400 horas de capacitação, articulação em ações políticas e participação de mobilizações sociais como a vigília para o fim da violência contra as mulheres, citada no início e a campanha do Laço Branco. Os homens jovens eram capacitados sobre a história destas campanhas, podendo identificar-se (ou não) com as causas e estar ali de modo consciente e político. Foi dentro deste contexto que em novembro de 2006, os homens jovens capacitados protagonizaram uma ação educativa com os homens daquela área, buscando sensibilizá-los contra a violência à mulher. Cerca de 200 pessoas participaram desta ação.

O grupo envolveu-se também na divulgação e fortalecimento do projeto de Lei nº 11.108/05, que prevê a participação do pai, na maternidade junto com a mulher, no pré-natal, parto e puerpério. Para isso foi montada uma pequena cena teatral: “*Pai Não É Visita*”, realizando 22 apresentações em unidades de saúde e comunidades, atingindo cerca de 300 pessoas.

Houve a elaboração de um “plano de ação educativa”, iniciado junto ao grupo de homens jovens em novembro de 2006 e logo a seguir começaram as ações em outras organizações como o *Athos de Cidadania*, na cidade de São Lourenço da Mata, onde realizaram uma oficina informativa.

No dia mundial da luta contra a AIDS (1º de dezembro) participaram e protagonizaram uma série de eventos: no Ministério Público, em unidades de saúde como em Passarinho Baixo do Distrito Sanitário III de Recife.

Um dos integrantes participou em Brasília do I Encontro Nacional de Educação de Pares, promovido pelo UNICEF e IIDAC (Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania). Ajudaram a reativar em Camaragibe nove pontos de distribuição de preservativos, fazendo uma sondagem com os nove representantes destes, identificando, assim o perfil dos usuários. Estiveram à frente de palestras em escola da região.

Capacitados em arte-educação, os homens jovens montaram uma peça que apresenta um programa de televisão, com vários quadros e propagandas onde a discussão sobre as DST e AIDS é o eixo central: a peça “*Não é mais um Blá, Blá, Blá*” foi apresentada em final de março de 2007 para todos os educadores do Instituto PAPAÍ.

A partir daí iniciou-se uma série de dez apresentações, até junho de 2007 em ONGs, creches-escolas, escolas municipais, assentamento de trabalhadores/as rurais na Zona da Mata. A peça foi vista por cerca de 600 pessoas, entre adolescentes, jovens, adultos de ambos os sexos.

A peça funcionava também como um disparador para a conversa que se seguia sobre prevenção das DST/HIV/AIDS. Surgiram várias dúvidas entre as diversas audiências, dentre as quais destacamos: *Por que a camisinha feminina é mais difícil de conseguir que a masculina? Onde podemos pegar a camisinha feminina? O que faz uma camisinha estourar? Sendo a primeira relação sexual de ambos os parceiros, é necessário usar a camisinha? Se em uma transa a camisinha sair do pênis e ficar dentro da vagina, o que deve ser feito? Por que se diz DST e AIDS e não apenas DST, já que a AIDS também é uma DST? Por que a escolha de trabalhar com o tema DST/AIDS? Quais os sintomas da AIDS? Se uma mulher tem o vírus da AIDS e fica grávida, existe tratamento para a criança não ser contaminada?*

Em janeiro de 2007 o grupo de homens jovens educadores integrou-se ao Projeto Serviços Amigáveis, que tem o objetivo de aproximar e favorecer uma relação amigável entre as unidades de saúde e os adolescentes das comunidades. Foi desenvolvido inicialmente em uma comunidade pobre da região metropolitana do Recife (Passarinho Baixo). Nessa comunidade os homens jovens realizaram uma pesquisa-ação com 220 adolescentes que permitiu levantar os interesses e as necessidades dos jovens acerca de temas na área dos direitos sexuais e reprodutivos.

Os jovens então assumiram a responsabilidade por novas oficinas sobre prevenção de DSTs/AIDS, sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos com dois grupos de crianças, adolescentes e jovens em faixas etárias de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos, chegando a desenvolver um total de 25 oficinas com estes grupos. Em dezembro de 2007, realizaram na comunidade de Passarinho Alto, uma gincana com mais de 100 crianças, adolescentes, profissionais de saúde da comunidade e os próprios homens jovens promotores de saúde.

Atualmente o grupo de homens jovens promotores de saúde realiza ações educativas em outros espaços geográficos e estão protagonizando outro espetáculo teatral: **“O nem tão fabuloso destino de João”**, onde abordam temas ligados ao universo dos jovens (principalmente dos homens) como gênero, violência, masculinidades, sexualidade e prevenção. Atuam também como jovens educadores de apoio aos profissionais de saúde do Distrito Sanitário III, nas comunidades do Córrego do Jenipapo e Macaxeira.

Nas comunidades onde moram, alguns dos homens jovens passaram a ser referência sendo, por vezes, convidados para realizarem oficinas em escolas da comunidade ou outros espaços. Porém, ainda pode ser identificada a dificuldade em relação aos familiares destes jovens multiplicadores: eles parecem não entender a importância do trabalho que os jovens estão desenvolvendo.

Os profissionais do instituto PAPAÍ relataram perceber que a abordagem vivencial (e não meramente informativa) feita com os homens jovens, contribuiu para que eles ficassem mais abertos à aprendizagem e ao diálogo, sem ter medo de expor e admitir fragilidades, num ambiente de convívio com outros pares. Mostraram-se também dispostos a refletir sobre suas identidades como homens, suas relações com as mulheres e com outros homens, seus posicionamentos no mundo e a relação com o outro.

Considerações finais

Através das ações aqui apresentadas é possível enfrentar o fantasma da invisibilidade social que às vezes aflige jovens que têm acesso restrito a bens financeiros e a oportunidades em uma sociedade que cada vez mais valoriza os que têm bens materiais e portam determinadas marcas (*grifes*). Vocês estão lembrados que fizemos um exercício no Ciclo I, a partir de situações reais para debater sobre a invisibilidade social. Ou seja, os jovens do Coletivo estão diante da oportunidade de, ao invés de quererem mostrar-se à sociedade através da força e da violência, apresentarem-se através de ações em que participam e intervêm de modo positivo na comunidade, através de um protagonismo positivo, útil e, sempre que possível, com um caráter multiplicador.

Destaca-se também nos relatos das experiências a percepção de que muitas pessoas e instituições, além de desqualificarem outras pessoas e movimentos, acabam reduzindo a iniciativa dos jovens ao cumprimento de tarefas pré-determinadas. Como pôde ser visto, por exemplo, no relato da nossa interlocutora da Rede TXAI. Quanto a isso que, infelizmente, realmente ocorre, vocês, Orientadores Sociais, devem ter um olhar analítico e crítico e um diálogo constante, franco e aberto com os jovens para que as iniciativas, a energia e a disposição deles para o trabalho, para a criatividade e para construir coisas novas não sejam desperdiçadas em ações que não respeitem ou não entendam a verdadeira dinâmica da participação cidadã e do protagonismo dos jovens. Acreditamos que vocês, Orientadores Sociais, terão um papel relevante nesta avaliação e acompanhamento aos jovens em campo.

Este Ciclo II trata disso mesmo, de fomentar estas ações e de pensarmos juntos vários modos de contribuir para o desenvolvimento local e o desenvolvimento pessoal dos jovens.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, S. **Saúde Coletiva e Promoção da Saúde**: sujeito e mudança. São Paulo: Hucitec, 2005.

AKERMAN, M. **Saúde e Desenvolvimento Local**: princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

CENTRO DE TECNOLOGIA, TRABALHO E CIDADANIA – OFICINA SOCIAL. **Desenvolvimento Local**. Cadernos da Oficina Social nº 3. Rio de Janeiro: CTTC e CT – COPPE/UFRJ, 2000.

Bibliografia Recomendada para uso nas atividades:

CLAVES. **O Livro das Famílias**. Disponível em: http://www.sbp.com.br/img/livro_familia.pdf.

Textos consultados em sites:

www.cufa.org.br

www.cufadf.com.br

ANEXO

Carta ao Pai / Carta ao Filho

Adolescência e paternidade responsável (Tema 4)

Desenvolver a responsabilidade dos rapazes na saúde sexual e questões reprodutivas, em especial na prevenção e na participação como pais em caso de se tornarem pais, significa contribuir com um conjunto de reflexões.

Desde aquelas sobre a decisão de iniciarem ou não uma vida sexual; o planejamento das formas de prevenção de doenças e de gravidez; participar, ter a disciplina e desenvolver os cuidados necessários para realmente seguir os métodos escolhidos e, em caso de gravidez não planejada, dar seu apoio e participação, que serão fundamentais, para a futura mãe e para a nova vida que surgirá. A autovalorização, o aumento da autoestima e do crescimento pessoal, ganharão com tudo isso, caso o jovem consiga viver a situação com dedicação e alegria.

É cada vez mais comum nos relatos de adolescentes que se envolveram em atos infracionais a informação de não terem tido pleno convívio com os seus pais (aqui como plural de pai). Muitos sequer chegando a conhecê-los.

Devem todos, dos Coletivos, construir-se como atores, contribuindo para a criação de uma cultura em que os jovens do sexo masculino fiquem sensibilizados para o exercício responsável da sexualidade e para a responsabilidade também na paternidade, em caso de falhas na prevenção ou de escolha consciente de terem um filho.

As dificuldades acima estão mais concentradas no exercício da paternidade, mas as recomendações servem também para as possíveis mães adolescentes, já que há um grande número de bebês de casais ou de mães adolescentes (ainda que muitas vezes o pai não seja adolescente) que acabam não podendo ser criados, de fato, pelas mães.

O objetivo é que os jovens do Projovem Adolescente fiquem não apenas sensibilizados para estas questões, mas que possam atuar como multiplicadores desta postura nos territórios em que moram e transitam.

O que os jovens podem fazer?

Neste tema, o trabalho será mais silencioso e introspectivo. Pressupomos que haverá, dentro do Coletivo, jovens que estão atualmente afastados de seus pais, por motivos os mais diversos, mas que devem incluir o aspecto cultural da paternidade, no qual se inclui o entendimento de que a paternidade não é tão valorizada como é a maternidade.

A proposta aqui é uma troca de cartas, começando com uma **carta ao pai**, em que cada jovem do Coletivo escreverá uma carta com cerca de três parágrafos falando de seus sentimentos em relação aos próprios pais. Estas cartas serão ou guardadas pelo jovem que a escreveu ou, se o jovem concordar, serão embaralhadas, já que serão cartas sem assinatura ou identificação, e lidas, uma a uma por jovens que não as escreveram. O jovem que a escreveu não deve ler sua própria carta a menos que ele o deseje muito.

Depois deste momento inicial, haverá uma conversa sobre os sentimentos de cada um, sobre o que cada um está sentindo naquele momento, como está sendo a relação de cada um com os próprios pais (o foco aqui é sempre o pai, gênero masculino), ou sobre a quem eles tem afeto como pais (se biológico ou não) e o que pensam os jovens que é ser pai.

A segunda etapa desta atividade é a **carta ao filho**. Os jovens escreverão uma carta que eles acham que seus pais escreveriam para eles, pode ser o que eles acham que o pai escreveria de fato, ou pode ser uma carta ficcional, sobre como seria a carta que gostariam de receber de seus pais – isso deve ficar registrado no início da carta (carta que eu gostaria de receber em oposição à carta que meu pai escreveria para mim). Quem já for pai deve escrever duas cartas, a carta que seu pai escreveria para ele e a carta que ele escreveria de fato para o seu filho. Depois fazemos o mesmo procedimento que foi realizado com a **carta ao pai**, com uma conversa entre todos.

Uma terceira etapa desta atividade é ver quem quer de fato enviar a carta para seu pai ou para aquele que considera como pai, bem como quem quer ler a carta para o próprio filho. O Coletivo analisará todas as situações de dificuldade que houver para serem feitos estes contatos, com o importante auxílio seu, Orientador Social, e apoiará para que cada um consiga fazer sua mensagem chegar ao outro. Esta atividade deve ser bastante discutida e avaliada internamente no próprio Coletivo, sobre o que causou, quais foram as reações, se foi bom, se foi doloroso; se os jovens receberam respostas a estas cartas que foram de fato enviadas e como foi recebê-las. Tudo feito com muito cuidado para que a atividade possa então ser aplicada pelos jovens do Coletivo em outras instituições, privilegiando aquelas em que existirem maior chance de os filhos estarem afastados de seus pais.

Quando os jovens do Projovem forem fazer esta sensibilização em outras instituições é importante que o Orientador Social esteja junto e como é uma ferramenta que julgamos forte e mobilizadora (que pode trazer à tona emoções fortes) sugerimos que sejam feitas ao menos duas atividades com o objetivo de criar confiança entre os jovens (tanto entre os jovens da instituição, como entre os jovens do Projovem e os da instituição).

A primeira atividade consiste em uma apresentação de forma diferente, mais divertida: cada jovem deve falar seu nome, uma característica sua e fazer um gesto que tenha a ver com tal característica. Depois, sugerimos dividir os jovens em grupos de seis, usando o método do número do grupo para que estes pequenos grupos não reproduzam os grupos que havia antes. Nestes grupos de seis jovens deve ser solicitado que alguém se apresente como voluntário. Este deve ficar no centro da roda, que deve ficar bem fechada. O jovem fechará os olhos e deixará o peso de seu corpo pender (desequilibrar) para alguma direção. A missão de cada grupo é não deixar, em hipótese alguma, que o jovem caia no chão – deve sempre ampará-lo e gentilmente empurrá-lo em outra direção durante cerca de dois minutos, trocando a seguir o jovem. A atividade toda pode durar de dez a quinze minutos.

O Coletivo do Projovem procurará funcionar como um promovedor de encontros e reencontros atuando em todos os aspectos, mesmo no que for bem objetivo, de conseguir dinheiro para selos ou para transporte para entregas em mãos, procurando, de algum modo, manter contato com os jovens que tenham sido sensibilizados. Caso não consiga sucesso no intento da comunicação objetiva, pelo menos estará dando a partida ou contribuindo para esta importante reflexão sobre a paternidade e filiação.

Sugerimos que, sempre que o coletivo do Projovem chegar a alguma instituição em que não conhece as pessoas e os jovens, proponha esta dinâmica de apresentação, pois ela funciona bem para quebrar o gelo e propiciar um pouco de relaxamento e conhecimento entre os jovens.

Todos os conteúdos apresentados nas publicações do Projovem Adolescente foram construídos em parceria com os Ministérios da Cultura, do Esporte, da Saúde, do Meio Ambiente, do Trabalho e Emprego, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e da Secretaria Nacional de Juventude, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

0800 707 2003
www.mds.gov.br

Esplanada dos Ministérios
Bloco C • CEP 70.046-900 • Brasília • DF



Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome

